

**ANAIS DA I SEMANA INTEGRADA:
XIV SEMANA ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E
VIII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**



**Marcus Vinicius Spolle
Adriane Vieira Ferrarini
Sandro Adams
Gabriela Pecantet Siqueira
Manoela Vieira Neutzling
Orgs.**

**ANAIS DA I SEMANA INTEGRADA:
XIV SEMANA ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E
VIII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**



**Marcus Vinicius Spolle
Adriane Vieira Ferrarini
Sandro Adams
Gabriela Pecantet Siqueira
Manoela Vieira Neutzling
Orgs.**

ARCO
EDITORES ● ● ●

Herison

Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Eliete Marques da Silva

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação

Gabriel Eldereti Machado

Capa

Herison de Carvalho Silva

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR

Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR

Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC

Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS

Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN

Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE

Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO

Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA

Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS

Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS

Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Semana Integrada : Jornada Brasileira de Sociologia e
Semana Acadêmica das Ciências Sociais (1. : 8. :
14. : 2023 : Pelotas, RS)

Anais da I Semana Integrada [livro eletrônico] :
VIII Jornada Brasileira de Sociologia e XIV Semana
Acadêmica das Ciências Sociais / organização Marcus
Vinicius Spolle... [et al.]. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2024.

PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Adriane Vieira Ferrarini,
Sandro Adams, Gabriela Pecantet Siqueira, Manoela
Vieira Neutzling.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-395-7

1. Ciências sociais - Congressos I. Spolle, Marcus
Vinicius. II. Ferrarini, Adriane Vieira. III. Adams,
Sandro. IV. Siqueira, Gabriela Pecantet.
V. Neutzling, Manoela Vieira. VI. Título.


24-240281

CDD-300.06

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais : Congressos 300.06

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

 **10.48209/978-65-5417-395-7**

Os trabalhos que compõem a presente obra são de inteira responsabilidade de seus/suas respectivos/as autores/as. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
GRUPO DE TRABALHO: VIOLÊNCIA, CRIME E CONTEMPORANEIDADE: ABORDAGENS POSSÍVEIS A PARTIR DO SUL GLOBAL.....	14
CAPÍTULO 1 - QUATORZE HORAS: ESCRIVIVÊNCIAS SOBRE VIOLÊNCIAS PARA RESSIGNIFICAR.....	15
CAPÍTULO 2 - GÊNERO X IDEOLOGIA DE GÊNERO: REFLETINDO SOBRE A VIOLÊNCIA DIRECIONADA A JUDITH BUTLER NO BRASIL EM 2017.....	30
CAPÍTULO 3 - VIOLÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA EM ÁFRICA: O CASO DE MASSACRE DE PINDJIGUITI NA GUINÉ-BISSAU.....	39
CAPÍTULO 4 - A LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.....	51
GRUPO DE TRABALHO: DISCURSOS, NARRATIVAS, FAKE NEWS E AS AÇÕES DO ESTADO NA SOCIEDADE INFORMACIONAL...62	62
CAPÍTULO 5 - IDEIAS, DISCURSOS E NARRATIVAS SOBRE O “ROLÊ DAORA” EM PELOTAS-RS.....	63
CAPÍTULO 6 - FUNCIONAMENTO DO TERMO FAKE NEWS NOS DISCURSOS DA ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL.....	76
CAPÍTULO 7 - OS MALES DA COMUNICAÇÃO PARA A POLÍTICA BRASILEIRA: O CASO “FOLHA DO BRASIL”.....	91
CAPÍTULO 8 - DESINFORMAÇÃO, TENSIONAMENTOS INSTITUCIONAIS E DEMOCRACIA: EFEITOS DA EXPANSÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL NAS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 2018 E 2022 NO BRASIL.....	99
CAPÍTULO 9 - COOPTAÇÃO DO VAPORWAVE PELA EXTREMA-DIREITA.....	113

GRUPO DE TRABALHO: AS RECONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NA SOCIEDADE DIGITAL.....121

CAPÍTULO 10 - A CONDIÇÃO DUPLA DOS ARTISTAS VISUAIS NAS PERIFERIAS DA PRODUÇÃO.....122

CAPÍTULO 11 - COMUNICAR JUSTIÇA: RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO JORNALÍSTICO NAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA.....135

CAPÍTULO 12 - O TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: O APROFUNDAMENTO DA PRECARIZAÇÃO NO BRASIL.....144

CAPÍTULO 13 - LABIRINTO DO TRABALHO: O MITO DO EMPREENDEDOR-TRABALHADOR.....155

GRUPO DE TRABALHO: SOCIOLOGIAS DA ECONOMIA: TEMAS EMERGENTES NA ERA DA CONECTIVIDADE.....166

CAPÍTULO 14 - SOCIEDADE EM REDE: CONEXÕES ENTRE A GERAÇÃO Y E A MODA.....167

CAPÍTULO 15 - HEALTHTECHS NO BRASIL: DISCUSSÕES PRELIMINARES.....181

CAPÍTULO 16 - O CEARÁ EM TEMPOS DE ECONOMIA DIGITAL.....195

GRUPO DE TRABALHO: INTERSECCIONALIDADES E SOCIABILIDADES DIGITAIS: ARTICULANDO RESISTÊNCIAS E NOVAS POSSIBILIDADES DE PENSAR O CONTEMPORÂNEO..206

CAPÍTULO 17 - PLANTAR, COLHER E RESISTIR: MULHERES RIBEIRINHAS NA LUTA POR TERRA.....207

GRUPO DE TRABALHO: TEORIA, METATEORIA E ANÁLISE CRÍTICA: A SOCIOLOGIA COMO CAMPO TEÓRICO.....220

CAPÍTULO 18 - A SÍNTESE ESTRUTURA E INSTITUIÇÃO EM MAX WEBER: UMA RELEITURA ONTOLÓGICA A PARTIR DO REALISMO CRÍTICO.....221

CAPÍTULO 19 - SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O USO DOS CONCEITOS DE EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE NA PRÁXIS SOCIOLÓGICA.....238

GRUPO DE TRABALHO: A SOCIOLOGIA NOS MÉTODOS DISCURSIVOS DA EXTREMA DIREITA: PAUTAS E AGENTES POLÍTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....248

CAPÍTULO 20 - PATRIOTAS VERSUS COMUNISTAS: A IDENTIDADE NACIONAL E O NACIONALISMO NO DISCURSO ELEITORAL DE BOLSONARO EM 2022.....249

CAPÍTULO 21 - EXTREMISMOS E IRREALIDADES EM TORNO DE “1984” DE GEORGE ORWELL: UM ESTUDO SOCIOLÓGICO A PARTIR DO YOUTUBE COMO VETOR LITERÁRIO.....256

CAPÍTULO 22 - MULHERES A FAVOR DO PORTE DE ARMA: DISCURSOS, CONTRADIÇÕES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO....271

CAPÍTULO 23 - DE UM LADO, O ABORTO, DO OUTRO, A VIDA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA NO ENTORNO DAS ELEIÇÕES DE 2022.....286

CAPÍTULO 24 - O MITO AUTORIZADO DO NEOLIBERALISMO NA ERA DIGITAL: COMO A INTERNET INTENSIFICA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PENSAMENTO NEOLIBERAL...298

CAPÍTULO 25 - CONEXÕES DE SENTIDO: O DOMÍNIO EDUCACIONAL NA ASCENSÃO BOLSONARISTA.....332

GRUPO DE TRABALHO: EXPERIMENTAÇÕES DEMOCRÁTICAS NA ERA DIGITAL.....347

CAPÍTULO 26 - POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL MAIS EDUCA SÃO LÉO.....348

CAPÍTULO 27 - DEMOCRATIZAÇÃO DE CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS PELA COMPRESSÃO DE VÍDEOS.....357

GRUPO DE TRABALHO: ENSINO DE SOCIOLOGIA - EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES.....368

CAPÍTULO 28 - ENTRE ÊXITOS E ÊXODOS: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS PELOS QUILOMBOLAS UNIVERSITÁRIOS DE CANGUÇU/RS APÓS A INSTITUIÇÃO DA LEI DE COTAS.....369

**GRUPO DE TRABALHO: USOS SOCIAIS DAS MÍDIAS DIGITAIS
NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.....381**

CAPÍTULO 29 - O ABORTO NAS FRONTEIRAS DA
ILEGALIDADE E ATIVISMO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS
DE MULHERES NAS MÍDIAS DIGITAIS E SOCIAIS.....382

CAPÍTULO 30 - “VOCÊ QUE LUTE”: ANCESTRALIDADE E
EMPODERAMENTO NAS LETRAS DE GABY HARDMAN.....394

APRESENTAÇÃO

A Jornada Brasileira de Sociologia é um evento bianual do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que envolve em sua organização o corpo discente e docente. A realização do evento visa contribuir com profícuos debates sobre temas atuais no campo científico das Ciências Sociais. Em 2023, a VIII Jornada Brasileira de Sociologia foi realizada juntamente com a XIV Semana Acadêmica das Ciências Sociais, realizada pelo curso de Ciências Sociais da UFPel, como forma de fortalecer e potencializar um espaço de trocas e aprendizados. O evento aconteceu de 11 a 15 de dezembro de 2023 de forma presencial¹, tendo por temática *Novas sociabilidades em tempos de sociedade informacional*. A proposta nesta edição foi fomentar discussões em torno da sociedade da informação, fundamentalmente a partir das mudanças desencadeadas pelas tecnologias digitais nos mais diversos setores da vida social que têm promovido uma reestruturação radical nas formas como as pessoas fazem negócios, se inserem no mercado de trabalho, se organizam politicamente, produzem conteúdo e informação, se relacionam afetivamente e expressam suas identidades.

A fim de tentar compreender a dinâmica e os desdobramentos de um cenário tão complexo como o que vivemos hoje, o evento propôs superar certa visão otimista que havia na última década do século XX sobre as potencialidades da internet. No âmbito político, se houve uma maior democratização da produção de conteúdos e informação com ferramentas como o *YouTube*, *Twitter* (atual *X*), *Facebook*, *Instagram* e *TikTok*, por exemplo, rompendo com o monopólio que durante décadas caracterizou as mídias tradicionais, também foi potencializada a produção e disseminação de *fake news*, o que representa uma ameaça constante de erosão de ambientes democráticos. No mundo do trabalho, o fenômeno da plataformização tem intensificado os processos de flexibilização das

¹ Os GTs foram realizados de maneira híbrida.

relações de trabalho que já estavam em curso desde os anos 1980 nos países de capitalismo avançado e acabam gerando formas de ocupações precarizadas. No que concerne à vida cotidiana, o fato de ter se tornado possível carregar consigo um *smartphone* e trocas de mensagens instantâneas, por exemplo, mudou significativamente como as pessoas socializam.

Com a declaração da pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2020, intensificou a remodelagem dos hábitos digitais e das formas de sociabilidade, oportunizando a consolidação mais rápida da Web 3.0 baseada na Inteligência Artificial (IA). A lógica do algoritmo que estrutura o mundo digital passou a permear fortemente todo tipo de informação, com os mais diferentes fins no âmbito político e econômico, mapeando e fomentando padrões de consumo, tornando possível uma maior vigilância de comportamentos e reforçando laços de grupos, que se fecham para outras fontes de informações e visões de mundo. Se a sociedade da informação nos dias atuais assumiu formas de sociedade digital, isto foi possível devido à convergência oportunizada pelo desenvolvimento tecnológico que interliga computadores, telecomunicações, eletrônica e todos os participantes desse processo.

Os diálogos sobre estes aspectos e tantos outros que envolvem a sociedade informacional foram estabelecidos em várias atividades no evento. Foram realizadas as mesas redondas *Desafios da docência em Ciências Sociais na Educação Básica e as possibilidades de parceria com a Universidade*, com a presença da Prof.^a Esp. Ana Lúcia Borges Silveira, Ma. Claudia Cardoso Goularte, Prof. Dr. Fernando Nora do Rosário e Prof. Dr. Robson Bauer Zilli; e a *Esfera pública e as mídias digitais*, com Prof. Dr. Fernando Balieiro e Prof. Dr. Jair Souza Ramos; as palestras, *A formação do professor de Ciências Sociais no contexto da sociedade informacional*, com o Prof. Dr. Cristiano Bodart, e *Plataformas digitais e a generalização do modelo neoliberal de sociedade*, com Prof. Dr. Jair Souza Ramos; conferências de abertura *Impactos das plataformas digitais sobre a sociabilidade contemporânea*, com Prof.^a Dr.^a Raquel Recuero, e de encerramento *Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*, com o Prof. Dr. Richard Miskolci.

No evento também ocorreu a realização de duas oficinas: *O Pequeno Príncipe de Maquiavel: um exercício de transposição didática*, ministrado pelo Me. Lucas Tavares, e *Fazendo Análise de Conjuntura*, com Me. Diego Rabelo, ambos contaram com apoio da Prof.^a Dr.^a Patrícia Cunha. Também foram ofertados oito minicursos, *Educação das relações étnico-raciais: apontamentos teóricos e práticas pedagógicas* com o Prof. Dr. André Luis Pereira; *Trabalho e subjetividade no mundo contemporâneo* com o Prof. Dr. Attila Magno e Silva Barbosa; *Metodologias Participativas e Decoloniais na Pesquisa Social* com a Prof.^a Dr.^a Adriane Vieira Ferrarini; *Gênero e Pesquisa de Campo em Sociologia* com a doutoranda Renata Severo (PPGS/UFPel) e a Prof.^a Dr.^a Simone da Silva Ribeiro Gomes; *Políticas de memória e justiça de transição* com o Prof. Dr. Carlos Arthur Gallo; *Diferenças e interseccionalidades para além das perspectivas identitárias* com o Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro (PPGCS/UFSM), o Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle (PPGS/UFPel) e a mestranda Cyntia Barbosa Oliveira (PPGS/UFPel); *Análise de correspondências múltiplas* com o Prof. Dr. Rodrigo Cantu; e *Gerenciamento bibliográfico na plataforma mendeley* com o Prof. Dr. Aknaton Toczek Souza.

Durante toda a realização do evento esteve aberta a exposição fotográfica *Portografias: temporalidades, resíduos e rugosidades*, desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Sociedade, vida cotidiana e imagem*, coordenada pelo Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto (PPGS/UFPel).

Além disso, contamos com mais de 50 apresentações, que resultaram em trabalhos completos reunidos nesta obra, nos onze grupos de trabalho realizados. Sendo estes:

- GT 1, *Violência, crime e contemporaneidade: Abordagens possíveis a partir do Sul Global*, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Simone da Silva Ribeiro Gomes (PPGS/UFPel), doutorando Henrique Jeske (PPGS/UFPel) e a mestranda Raquel de Oliveira Modernel (PPGS/UFPel);

- GT 2, *Discursos, narrativas, fake news e as ações do Estado na sociedade informacional*, coordenado pelo Prof. Dr. Márcio Barcelos (PPGS/UFPel), Prof. Dr. Marcio Rodrigues (PPGS/UFPel), as doutorandas Manoela Vieira Neutzling (PPGS/UFPel) e Débora da Silva Olivo (PPGS/UFPel) e o doutorando Regis Fernando Freitas da Silva (PPGS/UFPel);

- GT 3, *Sociabilidades emergentes, vida cotidiana e disputas ambientais no contexto da sociedade informacional/digital*, coordenado pelo Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto (Prof. Dr. PPGS/UFPel), Dr. Sandro Ari Andrade de Miranda (PPGS/UFPel), doutorandos Sandro Adams (PPGS/UFPel) e Pedro Schlee Soler (PPGS/UFPel) e o mestrando Carlos Eduardo Simões da Silva (PPGS/UFPel);

- GT 4, *As reconfigurações do mundo do trabalho na sociedade digital*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Ana Paula F. D'Avila e Marciele Agosta de Vasconcellos, Rodrigo Hinz (Doutor em Sociologia – UFRGS), doutorando Jair Jose Gauna Quiroz (PPGS/UFPel) e mestrando Otaviano da Motta Aquino Junior (PPGS/UFPel);

- GT 5, *Sociologias da economia: temas emergentes na era da conectividade* coordenado pela Prof^a. Dr^a. Elaine Leite (PPPGS/UFPel), Prof. Dr. Rodrigo Cantu (PPGS/UFPel), doutoranda Adriana Bitencourt Bertollo (PPGS/UFPel), mestranda Aua Cassama (PPGS/UFPel) e doutorando Nikolas Yoshitaka de Oliviera Konishi (PPGS/UFPel);

- GT 6, *Interseccionalidades e sociabilidades digitais: articulando resistências e novas possibilidades de pensar o contemporâneo*, coordenado pelo Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle (PPGS/UFPel), Prof^a. Dr^a. Mari Cristina de Freitas Fagundes (CCSO/UFPel), mestranda Cyntia Barbosa Oliveira (PPGS/UFPel) e doutoranda Gabriela Pecantet Siqueira (PPGS/UFPel);

- GT 7, *Teoria, metateoria e análise crítica: a sociologia como campo teórico*, coordenado pelo Prof. Dr. Léo Peixoto (PPGS/UFPel), PNPd Marcos Lacerda (PPGS/UFPel) e o Dr. Eduardo Guedes (Doutor em Sociologia pela UFPel);

• GT 8, *A sociologia nos métodos discursivos da extrema direita: pautas e agentes políticos no Brasil contemporâneo*, coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Gonçalves Severo (PPGEDU/FURG) e o doutorando Gabriel Alves Bresque (PPGS/UFPel);

• GT 9, *Experimentações democráticas na era digital*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Adriane Vieira Ferrarini (PPGS/UFPel), Prof^a. Dr^a. Monika Weronika Dowbor (PPGCPol/UFPel), a mestranda Anisia Nima N'ghabo (PPGS/UFPel) e o doutorando Pierri Araújo Porciúncula (PPGS/UFPel);

• GT 10, *Ensino de Sociologia: experiências e reflexões*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Analisa Zorzi (FAE/UFPel), Prof. Dr. Cristiano Bodart (PPG-ICS/UFAL), Prof. Dr. Francisco dos Santos Kieling (IFISP/UFPel), Prof^a. Dr^a Vera Schwarz (IFISP/UFPel) e mestrando Eduardo Gomes e Silva da Costa (PPGS/UFPel);

• GT 11, *Usos Sociais das Mídias Digitais na Sociedade Brasileira Contemporânea*, coordenado pela Prof^a Dr^a Lara Rodrigues Facioli (PPGS/UFPR) e pelo Prof. Dr. Felipe André Padilha (Departamento de Sociologia/UFSCar).

Com muita satisfação, apresentamos os *Anais da I Semana Integrada: VIII Jornada Brasileira de Sociologia e XIV Semana Acadêmica das Ciências Sociais*. Agradecemos a todas as pessoas envolvidas na construção deste evento, especialmente as autorias dos trabalhos completos que seguem nas próximas páginas.

Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle

Prof.^a Dr.^a Adriane Vieira Ferrarini

Doutorando Sandro Adams (PPGS/UFPel)

Doutoranda Gabriela Pecantet Siqueira (PPGS/UFPel)

Doutoranda Manoela Vieira Neutzling (PPGS/UFPel)

**GRUPO DE TRABALHO:
VIOLÊNCIA, CRIME E CONTEMPORANEIDADE:
ABORDAGENS POSSÍVEIS A PARTIR DO SUL GLOBAL**



2024

Herison



QUATORZE HORAS: ESCREVIVÊNCIAS SOBRE VIOLÊNCIAS PARA RESSIGNIFICAR

Dulcinéia Esteves Santos¹

Introdução

A violência no contexto social brasileiro pode ser abordada sob a somatória de diversos elementos, dentre eles a forma como houve a construção do país, em todos os aspectos, inclusive posicionando corpos negros e pobres em um escopo de subalternidade. Dentre eles, é possível relembrar que, na visão crítica da colonialidade, da própria estrutura do capital, Rita Segato² (2021, p. 59) apresenta a reflexão sobre o pensamento eurocêntrico de que “a inferioridade racial dos colonizados implica que não eram dignos de pagamento de salário”, e aponta séculos da História do Brasil, refletindo então em muitas mazelas sociais.

Segundo a Agência Experimental Íntegra, “o Brasil no período entre agosto e fevereiro de 2021, teve um avassalador aumento de 17,7 milhões de pessoas voltando à situação de pobreza”, foi nesse intervalo, que o evento que irei descrever ocorreu. Eu tinha noção do caos nacional, inclusive sobre a fome instalada no país, eu sempre gostei de acompanhar notícias, e a questão de aulas

¹ Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: santosedumedvet@gmail.com

² Demarco aqui que trata-se de uma mulher, antropóloga, escritora e feminista.

remotas nos propiciou ainda mais, eu tomava café, almoçava e jantava/lanchava assistindo jornal. Nessa mesma linha, outro fator que pode ter culminado com aumento de criminalidade é a posse de armas, ou a sua desburocratização, como divulgou o Serviço de Informações do Brasil, que ocorreu no governo anterior, para agregar ainda mais o caos econômico, piorado com a pandemia. Somente quatro anos depois foi revogada a facilitação para porte de arma, que havia sido assinada pelo antecessor do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esse que é um estadista e sempre defendeu a paz e o desenvolvimento.

Um aspecto importante de ser abordado tem relação com a historiografia de Pelotas, que é uma cidade que se ergueu economicamente pela escravização de pessoas negras, como explicita o historiador Assumpção (1995), que narrou a história das pessoas escravizadas, nas fábricas de charque, que executavam a salga de carnes para a maior produção da América sulina, e com isso demonstrou que o número de africanos e seus descendentes foi maior do que o registrado na historiografia oficial. Desta forma, aponto aqui o marco na História da cidade que ainda hoje recebe o apelido de “Princesa do Sul”.

Ao se tratar sobre violência contra as mulheres, no Brasil, Dulcinéia Santos³ (2022) aborda que o sistema do patriarcado nos coloca como sujeitas subalternas, submissas, menosprezadas, nós mulheres somos objetificadas e sofremos no cotidiano com ações do machismo, da misoginia de micro a macro violências. Para além disso, é necessário pontuar o conceito de interseccionalidade, pois quando as mulheres fazem parte de outros recortes sociais e econômicos, as exposições a diversas violências tendem a aumentar.

Segundo Kimberlé Crenshaw⁴ (2002, p. 177) “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, deixando notório então como o racismo e o patriarcado oprime as mulheres, deixando-as

3 Mulher negra, feminista, graduanda em Medicina Veterinária (autora deste manuscrito).

4 Mulher negra, feminista, responsável por cunhar o termo interseccionalidade.

às margens da sociedade. Tudo isso é bem observado nas interferências com os elementos de gênero, raça e classe. Além desses marcadores sociais, posso acrescentar a xenofobia e a minha condição de mulher de origem camponesa, com 40 anos de idade e ainda na graduação. O racismo estrutural e institucional na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) grita comigo todos os dias, de diferentes formas “volta pra sua terra”, eu noto isso de diversas maneiras, e por parte de diferentes pessoas de todo o tecido social da instituição, passando pelas pessoas técnicas, docentes, terceirizadas, discentes, além da sociedade da “Princesa do sul”, que nos vê como pessoas intrusas.

Eu jamais teria pensado que a minha primeira escrevivência seria marcada por violência. No entanto, ao realizar uma análise um pouco mais profunda, sou um corpo político que compõe o recorte social mais vitimado pela sociedade estruturalmente e estruturante racista e patriarcal, ou seja, como muito bem designado pela minha ilustre conterrânea Conceição Evaristo⁵ (2016, p. 109) que diz “escrever é uma maneira de sangrar”, neste texto me preparo para isso. Essa flebotomia pode arder na alma hoje, ou como no dia da apresentação deste trabalho, entretanto, essa terapêutica pode também me libertar das amarras das desgraças e ruínas que esta dolorosa experiência me causou.

Diante disso, afirmo que este texto tem como propósito, denunciar e protestar, apresentado uma das experiências pessoais que me causou muitas dores e pretendo, sobretudo, nesse processo de cura, realizar escrevivências, como descreve a mestra Janaize Neves⁶ (Neves, 2022).

Quatorze Horas: O Cárcere

Foi no penúltimo mês do segundo ano do maior desastre epidemiológico dos últimos séculos, na cidade do Capão do Leão, no qual se deu o cenário de um dos piores acontecimentos, posso dizer até hoje, no auge dos meus 40 anos.

5 Mulher negra, professora, escritora, criadora do termo escrevivência.

6 Mulher negra, feminista, mestra em Educação, atual chefe do Núcleo de Gênero e Diversidade da UFPel.

Em um contexto de solidão; solidão, principalmente; déficit nutricional, digo isso porque sou ovolactovegetariana e as marmitas ofertadas ficavam a desejar; e insalubridade mental, sozinha na moradia estudantil da UFPel - Casa de Estudante Universitária (CEU), onde eu vivia, e ainda me encontro, visitei um amigo que residia no Capão do Leão, cidade vizinha de Pelotas - Rio Grande do Sul.

Foi então que, na noite de quatro de novembro, por volta de 21h, três homens armados, encapuzados e mascarados quebraram, em menos de três minutos, a parede com tijolos de vidros com um machado e invadiram a sala/cozinha, onde eu estava, sendo que minutos antes meu amigo havia achado estranho um veículo com velocidade suspeita e ligou para a Brigada Militar que disse que estava em uma chamada de vítima de violência doméstica.

No primeiro momento eles me ignoraram, deram as costas para mim, foi quando eu joguei meu celular debaixo do sofá e em seguida me posicionei com as mãos para baixo, cabeça baixa, demonstrando total submissão. Foram em direção ao meu amigo, que antes da invasão ministrava aulas online, havia escutado os barulhos e estava ali por perto. Eles gritaram com ele e começaram as exigências para pegar o cartão e as chaves do carro. Eu me lembro do momento quando fomos forçada/o a entrar no veículo, que estava na garagem, do lado da cozinha, e por um segundo, em imagem lateral vi um deles com o meu notebook nas mãos, como se portasse um livro leve, senti uma dorzinha, mas eu não tinha noção do que me viria. Ao sermos dirigidos ao veículo, tudo isso em questão de, no máximo dois minutos, eu tinha uma dualidade de pensamentos muito explícitos: o primeiro deles é que o meu amigo iria transferir alguma quantia, e logo estaríamos liberada/o e eu me via contando a trágica história às pessoas; o segundo (o pior deles) era nossas vidas ceifadas.

Assim que fomos colocados no veículo, nos deram umas roupas pretas para cobrir o rosto, a minha era uma tipo “corta-vento” preta com bordado do grêmio em azul. Assim que saímos do segundo portão o sujeito condutor do ve-

ículo fez zigue-zague na estrada de terra, minha cabeça chegou a bater no vidro do carro, e fez isso por um bom tempo, enquanto falavam frases de ameaças e chamavam um a outro sempre de “vei”. Não demorou muito, chegamos em algum lugar em que tinham outras pessoas nos esperando, ao sair do carro eu senti o chão com cascalho/areia grossa, depois nos atravessaram em um lugar que tinha grama. Nesse momento eu comecei encenar um choro, eu pretendi sensibilizá-los a desistir da ação, eu falava “a minha mãe vai morrer, ela tem 75 anos, se acontecer algo comigo ela não aguenta, ela morre”; foi então que, um deles falou da possibilidade de me “devolver” e com a ajuda da outra vítima eu fiz controle da respiração para buscar a calma.

Muito rapidamente iniciaram a tentativa de transferência, naquela época a transação pix (durante muito tempo eu tive gatilhos com esta palavra que era uma novidade). Durante as tentativas, meu amigo estava nervoso e errava a senha, em uma dessas, bateram em seu rosto, e o óculos dele caiu longe, e com toda essa pressão, eu não entendi bem se foram os erros de senha ou se foi porque logo já eram 22h e o tal de pix não funcionava mais depois desse horário, que a transferência não deu certo. A partir daí a agressividade se instalou, houve aquele que falava em matar, de diferentes abordagens, me lembro perfeitamente da fala “já tem quatro homicídios, mais um, não faz diferença”. Quando ainda estávamos sentados no chão, escorada/o numa pilastra me lembro da terrível sensação de sentir uma mão tocar meus glúteos e em seguida na minha vulva, eu me encolhi, discretamente, e o sujeito parou.

Devido a negativa da transferência decidiram nos manter em cárcere até o dia seguinte, com isso buscaram um colchão velho e colocaram encostada/o em uma parede e nos colocaram sentada/o nele, com as pernas esticadas. Porém, tinha muito pernilongos e a gente se coçava e os dois vigias se incomodaram com aquilo, até eles decidirem que iam nos levar para um lugar “confortável, com ventilador e televisão” disse um deles. Foi um outro momento de muita tensão, pois ao nos mudar de lugar, colocaram a mão na minha cintura, com

uma arma, caminhando lado a lado, no percurso que durou alguns minutos e isso foi horrível; os cães da vizinhança latiram e os vigias repetiam “vamo, vamo, rápido, rápido”, e nos guiando até um minúsculo cômodo, muito insalubre e fétido. Ali passamos o restante da noite e grande parte da manhã. Passei a noite toda em alerta, ouvindo e observando cada ação das equipes que nos vigiavam, com escala.

Durante a noite, que eu tenha contado, eu rezei cinco terço, uma oração que se repete uma quantidade de orações e fecha um rosário. Foram muitos momentos de angústia e, sobretudo, força e busca com a espiritualidade. Eu solicitei ao meu padrinho de batismo, que foi um homem extremamente devoto a Nossa Senhora Aparecida, ele era um homem negro retinto, eu me lembrei das/os nossas/os ancestrais, dos castigos que resistiram, então eu solicitei interseção para me dar força. Eu me lembrei, de forma translúcida, da Irmã Dorothy Stang⁷ assassinada, era muito apavoradora a situação, ela também foi vítima de mais de um sistema.

Ao perceber que o dia se aproximava, com o cantar dos galos, eu rezei e conectei com a mamãe (MARIA DOS ANJOS), mulher camponesa que levanta assim que amanhece o dia, e pedi a ela que me enviasse energias de superação e serenidade. No primeiro encontro com ela após o episódio, eu pude ouvir dela que sonhou comigo, que estávamos cavalgando, eu havia caído, ela me aninhou no colo e eu voltei a ser um bebê, ela me pediu que eu agisse e eu falei que não conseguia. Ao acordar desse “sonho estranho” como ela mesma denominou, ela rezou para mim. Tudo isso me conectou com minha ancestralidade viva e não, pois eu solicitei às forças ancestrais daquelas que vieram antes de mim, que sobreviveram às chibatadas, a tantas outras violências que as mulheres negras nesse país foram submetidas.

Na parte da manhã minha cabeça doía muito, eles nos deram um sanduíche, mas não comemos, nos forneceram água durante todo o tempo e nos

7 Matéria no jornal do PET Conexões de Saberes Diversidade e Tolerância - Jornal Conectando Saberes.

perguntaram se fazíamos uso de medicamentos. Os momentos de angústia foram a pico quando eu escutava os diálogos sobre como iria dividir o dinheiro. Como estavam esperando transações bancárias do tipo “TED”, da vítima para um “laranja”, depois para os bandidos, cada uma demora em média uma hora, então um deles começou sugerir que era melhor nos manter ali até a noite. Foi uma das piores sensações.

Quando decidiram a soltura, nos colocaram em um carro, no banco de trás e com as cabeças baixas, usaram os braços para nos forçar para baixo, e conduziram o veículo em alta velocidade, eu tinha a sensação de que íamos sofrer algum acidente. Após um bom tempo entraram em uma estrada de terra e seguiram em alta velocidade, depois alguém deu a ordem de que nós deveríamos manter o corpo em posição normal e os olhos fechados, e que era para virar a cabeça à direita. Logo houve uma freada brusca e abriram a porta do carro, dando ordem para andar e não olhar para trás - foi o momento em que notei quem estava no banco da frente, um homem muito jovem branco, de cabelo liso, com a nunca bem feita; este não estava no dia da audiência.

Ao sairmos rapidamente do carro, comecei andar e chorar, copiosamente, isso foi umas das sensações mais peculiares da minha vida, eu repetia várias vezes “estou viva, estou viva, estou viva”, abracei meu amigo e repeti “a gente está vivo”, naquele momento a sensação era de obter a vida novamente. Eu estava descalça, fomos andando até encontrar alguém, isso foi no bairro passo do salso - Pelotas. Um tempo depois achamos um bar, e conversamos com o sujeito dono do local, ele ficou muito solidário, nos deu uma garrafinha de água para cada e emprestou um celular para a outra vítima ligar para um amigo, que foi juntamente com a sua filha, nos resgatar. Levaram máscaras de tecido para nós e álcool em gel, havia sido a primeira vez que eu tinha saído de casa sem máscara, desde abril de 2020. A família desse amigo nos acolheu com um almoço. Depois fomos tomar as providências necessárias para tentar voltar à normalidade. Sim, depois disso minha vida nunca mais seria a mesma.

Contexto Político Associadas às Mazelas Nacionais

A partir da perspectiva do caos pandêmico que a população brasileira se encontrava, é importante mencionar as mazelas socioeconômicas. Para muitas pessoas, considerando o contexto nacional, há muito tempo a situação não era tão visceral. A frase de Carolina de Jesus⁸ que vai ao encontro de “a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil para a pátria [...], se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia aos políticos?” (JESUS, 1960, p. 29) retrata um cotidiano de mazelas. Neste trecho a autora narra uma passagem de quando ela recebeu uma intimação para o filho de 9 anos e ela esteve lá e o delegado elogiou a educação dos seus filhos. Assim, a brilhante escritora favelada, que tem sua mais famosa obra traduzida em treze línguas, retrata uma relação do social que, muitas vezes, é colocada como justificativa ou alternativa para o crime.

Dito isso, cabe acrescentar um fato que me chamou atenção durante a manhã, enquanto a outra vítima tinha sido levada até o banco para fazer a transferência- um dos criminosos que me vigiou, em um dado momento que me ofereceu água, foi uma manhã absurdamente quente, assim como a madrugada, ele me disse que não queria estar naquela vida e que uma vez entrando no crime, é muito difícil sair, que ele procurava emprego, mas não conseguia e concluiu falando sobre o caos em que o país se encontrava “até o Bolsonaro manda a gente comprar arma”, naquele momento foi sim, um soco no estômago, pois afinal, a situação é sempre muito mais complexa do que está ao alcance dos nossos olhos, estudos, e concepções.

Após o resgate, quando chegamos na casa do meu amigo, vimos que muita coisa havia sido levada como comida da geladeira, as frutas principalmente (havíamos ido à feira agroecológica no Mercado Central) e meu amigo, ido ao supermercado. Quando esvaziaram a geladeira deixaram cair laranja no grama-
do do jardim, aqui me fez pensar sobre as camadas do crime, as organizações,

⁸ Mulher negra, escritora que explicitou as mazelas da vida das mães negras e pobres no Brasil.

e as mais expostas e vulneráveis, muito provavelmente foram os que pegaram comida e foram detidos uma semana depois do crime (já que era a fase da fila do osso - reportada em muitos jornais nacionais à época). Os jovens eram negros, senti a dor do recorte da fome, os vi no dia da audiência, tempos depois.

Família, Cultura, Lugar de Mulher

Como se eu não fosse uma mulher adulta, que se sustenta, se alimenta, nutre de sonhos, desejos e magias, desde os 14 anos - idade que saí do ninho - e ainda hoje, aos 40 me perco em alguns voos mais turbulentos, nesta metamorfose contínua. À época do evento com 38 anos, depois de morar em cinco cidades diferentes; morar sozinha; estar morando no terceiro estado - contando o meu, óbvio - estudar em três universidades federais, em três cursos de graduação distintos; o mais importante após contar o episódio era: se o meu amigo era meu “amante”. Neste ponto cabe ressaltar que a minha família tem princípios ligados à religião Católica, a minha mãe é líder religiosa na comunidade dela há quase meio século. Com isso ela passou esses valores para toda a prole. Obviamente, não pega bem para uma “moça solteira” visitar um homem que mora sozinho.

Apresento este ponto porque foi no exato momento em que eu finalizei a história, que uma das minhas cinco irmãs me perguntou se o cara era mesmo meu amigo ou amante, se tínhamos um caso, e complementa, antes que eu respondesse, “que todo mundo pensou isso, mas não tinham coragem de perguntar”. Eu disse que fui fazer companhia a um amigo que havia passado por um momento difícil e precisava de apoio, eu estava buscando a comunhão - nos princípios da religiosidade - fazer o bem, ser útil para quem precisa, já que é assim que penso sobre amizades, e ainda mais em tempos tão complexos, advindo da pandemia.

Essa questão, em especial, me recorda como é desafiador ser mulher, como os nossos corpos são predeterminados, e a sociedade quer sempre ditar as

regras, aonde vamos e com quem devemos ir. Trazendo a Spivack⁹ (2010, p. 85) no contexto da produção colonial a autora apresenta que “o sujeito subalterno não tem história e não pode falar”, e ainda, o sujeito subalterno feminino está ainda mais associado ao esquecimento. Obviamente, não é somente sobre um aspecto do que o sistema do patriarcado impõe para as mulheres, em diferentes fases da vida, onde, como, o que e com quem devemos estar, mas um conjunto de fatores. Por mais que eu tenha a ciência da força cultural na formação das pessoas, enquanto sujeitas sociais, sim, é triste pensar que o aspecto julgamento sobressai em outras questões; “é muito difícil as mulheres assumirem concomitantemente sua condição de indivíduo autônomo e seu destino feminino” já dizia Simone de Beauvoir¹⁰ (2019 p. 339), desde meados dos século XX, no entanto os percalços de ser mulher em uma sociedade patriarcal é sobreviver a todas as mazelas que o sistema impõe. Aqui apresento a importância dos estudos feministas que eu realizei nos últimos anos, que me dão suporte para compreender e buscar fazer algo para que as mudanças ocorram, o quanto antes.

Universidade e o Racismo Estrutural Cotidiano

No quesito de colecionar humilhações por parte de pessoas funcionárias da UFPel, eu me resguardo me lembrando dessa frase, quando a autora, também uma mulher negra e mineira, falou para a vizinhança que tanto atormentava no seu cotidiano “Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fizeram [...] e vocês com essas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (Jesus, 1960, p. 20). Após vencer o atestado psiquiátrico, de validade de 15 dias, eu precisei retornar à Pelotas e solicitei ajudas, via Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e obtive a negativa de que nada mais poderiam fazer por mim, que a situação já não mais se enquadrava em caráter de emergência. Eu senti um desespero assombroso que me devastou e me afundou nos medos de, inclusive reprovar, e perder a bolsa que ainda tenho, no Programa de Educação Tutorial, grupo Conexões de Saberes Diversidade e Tolerância.

9 Filósofa, teórica literária e feminista pós colonial.

10 Filósofa, escritora e feminista.

A partir dessa negativa busquei apoio em outros espaços, conversei com uma docente, minha amiga, e outras mulheres, membras - e companheiras de estudos e militâncias - do Laboratório Interdisciplinar de Estudos Feministas e do Movimento de Resistência UFPreta. Somente com essas contribuições, em especial da professora Rejane Jardim que, com seu brilhantismo de humanidade conseguiu articular uma médica incrível, que me acompanhou por um bom período. Além disso, uma companheira da UFPreta me garantiu que eu iria conseguir atendimento na PRAE, caso me escrevesse, que eu seria acolhida - ainda bem que consegui. Logo mais, a pessoa que havia dado negativa de ajuda me enviou um formulário para preencher e disse que não era garantia de nada, pois a demanda era grande, dessa forma, demonstrando total descaso com a peculiar situação. A reflexão que eu fiz sobre este processo de negação de apoio veio somente depois, de maneira bem cruel e desumana, ou seja, se eu usasse do trauma para ir embora, seria uma a menos.

Outro episódio nesse sentido foi na “ceia de natal” de 2022, que foi oferecida no Restaurante Universitário¹¹ da CEU, após realizar a humilhação de perguntar a cada discente de onde era, ou seja, a grande maioria de outros Estados, explicitando o motivo de ficar na CEU neste período festivo e a condição de vulnerabilidade socioeconômica. Me lembro com perfeição do assédio¹² - que a UFPel também é referência nesta violência - em que eu experienciei após o jantar, quando me direcionei à saída e falei “obrigada, boa noite”, e em seguida a liderança da PRAE expressou em alto e bom som, com as mãos paralelas à frente do rosto, em movimentos repetitivos de sobe e desce, com firmeza e precisão enquanto pronunciava “não me apronta nessas férias, Dulcinéia, não me apronta”. Aquela frase me atormentou por dias a fio e está muito presente na minha memória.

11 É um espaço adaptado, ao lado da lavanderia do prédio, que são instaladas estruturas apenas para servir os alimentos, quase sempre a comida é fria, principalmente no jantar, pois ela é entregue bem antes do horário de abertura do mesmo; tem algumas mesas e cadeiras, temos que levar pratos e talheres e o espaço não tem ventiladores, no verão a condição fica insalubre.

12 Veja o artigo publicado na revista *Dialogia*, intitulado “O assédio moral contra estudantes em uma instituição pública: o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)”

Outras experiências de racismo que eu fui vítima, durante os dias que se seguiram após o evento foram: o primeiro foi quando o Inspetor da Polícia Civil do Capão do Leão me colocou como possível suspeita no crime, com tranquilidade. Houve quem me dissesse que era padrão de levantamento de informações, porém, conhecendo a História do Rio Grande do Sul, em especial da cidade de Pelotas, com todo o racismo estrutural explícito, executado pelas pessoas brancas, não me restam dúvidas sobre o peso daquela acusação.

Nesta mesma categoria de racismo, o gerente do Banco do Brasil, do centro de Pelotas, não me deixou subir juntamente com a outra vítima e eu fui novamente humilhada, por alguma razão ele olhou para o meu amigo, de maneira discreta, e disse que era melhor somente ele ir para o atendimento, isso porque a agência havia acabado de fechar. No entanto, desde que havíamos sido liberada/o do sequestro eu não tinha ficado sozinha em nenhum lugar público, ainda mais em banco que remetia o sequestro, com guardas armados. Eu vivi outro terror, tive crise de pânico, chorei desesperadamente, implorei aos guardas, dizia que o meu amigo estava lá dentro, que tínhamos sido vítimas de sequestro e que eu estava em pânico ali; mas me ignoraram, até um dado momento em que um guarda pediu meu documento e eu entreguei minha CNH e ele entrou em contato com o gerente e liberaram minha entrada. Um funcionário do banco veio me buscar, abracei a outra vítima e chorei copiosamente, me deram água e o gerente então disse: “desculpa qualquer coisa”. Sim, as pessoas ainda acreditam que para este tipo de humilhação, apenas uma desculpa resolve a questão, ou seja, o racismo em Pelotas não é velado, é explícito, é descarado e vergonhoso.

Neste ponto do texto acredito ser relevante trazer um fragmento de uma recente obra da Segato, na qual diz:

Eurocentrismo e racismo são apenas dois aspectos do mesmo fenômeno, e esta é uma importante contribuição que a perspectiva da colonialidade, introduz alertando-nos para o fato de que o racismo não é apenas da discriminação negativa que pesa sobre o fenótipo da pessoa humana que vincula,

como signo, à posição dos grupos vencidos na história colonial; o racismo é epistêmico, no sentido de que as epistemes dos povos conquistados e colonizados são discriminadas negativamente. Racismo é eurocentrismo porque discrimina saberes e produções, reduz civilizações, valores, capacidades, criações e crenças (2021, p. 66).

Diante desta exposição, quero dizer que todos os tipos de violências vivenciadas por mim, e pela outra vítima (um homem branco) fazem parte de uma sociedade que produz e reproduz diversas situações que possuem as mesmas raízes. Ademais, no meu caso, em especial, a representatividade do meu corpo político, que me colocam num contexto de subalternidade, nem me deixaram falar, muitas vezes, porque represento muitas variáveis, inclusive quando se trata do tecido social da UFPel. Todas as facetas que aqui apresentei, perpassam pelo meu potencial, e não pelo meu fracasso, foi uma pena que eu só me dei conta disso agora, já em 2024.

Considerações Finais

Esta escrevivência fez com que eu pudesse exprimir uma das minhas convicções de potência, pois ela não somente serviu de tratamento, mas também de experiência como escritora. Eu acredito na educação, sou freireana, tenho planos de ser educadora, pretendo me tornar professora universitária e a partir da escrevivência, me coloco numa perspectiva sonhadora de futura docente/escritora. Tudo isso porque, parafraseando a bell hooks¹³ (2017), estou fascinada pelo processo de me tornar uma intelectual negra e feminista insurgente.

13 Fenômeno do feminismo negro do Século XXI.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Matias; CRUZ, Paulo. O agravamento das desigualdades no Brasil. Íntegra: **Agência Experimental - UFSM**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra> Acesso em: 18 fev. 2024.

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueada (1780-1888)**. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: fatos e mitos**/Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.845, de 2019**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11615.htm#art83 Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. **Serviço e Informações do Brasil**. Disponível em: Governo desburocratiza procedimentos sobre uso de armas (www.gov.br) Acesso em: 23 fev. 2024.

CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v.10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 13 fev. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

GILL, Lorena Almeida; SANTOS, Dulcinéia Esteves. O assédio moral contra estudantes em uma instituição pública: o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). **Dialogia, [S. l.]**, n. 45, p. e 23351, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23351>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação com prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MARTINS, Leandro. Covid-19: pandemia agrava violência contra mais vulneráveis no Brasil. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-03/covid-19-pandemia-agrava-violencia-contramaisvulneraveis-no-brasil> Acesso em: 23 de fev. 2024.

NEVES, Janaize Batalha. **As artes de ser nas escrevivências de mulheres negras**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/9521?show=full> Acesso em: 19 fev. 2024.

SANTOS, Dulcinéia Esteves. Assédio moral e sexual na universidade: os desafios enfrentados pelas mulheres. **Fronteiras Feministas na Pandemia: Diálogo Brasil– Uruguai /2021**. Coleção Estudos Feministas. Ed. Polifonia. v. 1, p. 136-144, Porto Alegre. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358872720_Colecao_Estudos_Feministas Acesso em: 13 fev. 2024.

SANTOS, Dulcinéia Esteves. Militância, resistência, morte e legado da irmã Dorothy Stang. **Jornal Conectando Saberes**. PET - Conexões de Saberes Diversidade e Tolerância. UFPel. Ed. 25 - ano X. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/petdiversidade/files/2021/03/Jornal-Conectando-Saberes-25-EDICAO-Nossas-Mulheres-1.pdf>. Acesso em 24 fev. 2024.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**/Rita Segato; tradução Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1º ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode um subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2010.



GÊNERO X IDEOLOGIA DE GÊNERO: REFLETINDO SOBRE A VIOLÊNCIA DIRECIONADA A JUDITH BUTLER NO BRASIL EM 2017

Laura Silva Costa¹

Rosangela Marione Schulz²

Introdução

Judith Butler embarcava no Brasil em novembro de 2017 sendo recepcionada por uma onda de protestos contra sua visita ao país. Os ataques à teórica acompanhados de bordões como “Queimem a bruxa!” ou “Fora Butler!” representavam a fúria derivada da polarização política que vinha ascendendo o cenário sócio-político do Brasil, unida da ideologia religiosa que abraçava a extrema-direita brasileira em um cenário ameaçador.

Butler foi vítima desses ataques antes mesmo de embarcar em solo brasileiro. Os protestantes já aguardavam sua vinda manifestando sua ira na internet e unindo suas posições ideológicas no intuito de “proteger suas crianças” da “destruição de suas identidades sexuais”. Isso remete ao kit gay³ e à luta pela

1 Aluna do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

E-mail: laurinhasc0602@gmail.com

2 Aluna do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

E-mail: laurinhasc0602@gmail.com

3 Miskolci (2018) relembra que aproximadamente uma semana após o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconhecer as uniões entre pessoas do mesmo sexo, o deputado Jair Bolsonaro liderou um movimento contrário ao material proposto para combater a discriminação e a violência contra pessoas da comunidade LGBTI+ a ser distribuído nas escolas. Denominando-o de “kit gay”, Bolsonaro logo obteve apoio da bancada evangélica e, de forma menos evidente mas igualmente significativa, de congressistas católicos e conservadores agnósticos.

educação sexual dentro das escolas, que seria pauta na campanha do até então candidato à presidência Jair Bolsonaro, eleito no ano seguinte, em 2018, que com essa estratégia garantiu um aumento da oposição ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos no Congresso Nacional.

A maneira como a autora tem sido interpretada diz muito sobre este cenário político, e as demandas sociais e as lutas dentro da academia para contextualizar a teoria de Butler como objeto de estudo⁴ para a compreensão de movimentos e comunidades comumente marginalizadas pela sociedade, especialmente através da disseminação do ódio por parte da população, passam a ser cada vez mais essenciais.

Mas o que implicou Butler a ser submetida a tais agressões? Para tanto, é necessário discorrer sobre seu trabalho, fazendo um mapeamento sobre sua teoria, as críticas envolvendo-a com a “ideologia de gênero”, tornando a autora tão ameaçadora quanto a própria acusação alega, e seus desdobramentos sócio-políticos ligados aos ideais da oposição quando Butler esteve em solo brasileiro.

Desconstruindo Gênero a partir da Perspectiva de Butler

A teoria de gênero de Judith Butler é uma abordagem influente que desafia as concepções tradicionais e binárias da categoria. Ganhou notoriedade ao propor em seus livros, particularmente em “Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade” (1990) - obra primordial analisada neste trabalho - uma análise crítica das normas de gênero e sua relação com o poder, a linguagem e a identidade. Mas quem é Judith Butler, afinal?

⁴ Rodrigues (2019) afirma que há um problema temporal que prejudica a leitura da obra de Butler, tendo em vista que os títulos originais da autora costumam ser traduzidos com anos de atraso. Ainda conclui que: Todo debate sobre gênero é desde sempre político e o movimento da obra de Butler é justo o oposto disso: os problemas de gênero perpassam toda a sua filosofia, seja quando está tratando de distribuição desigual de luto público e percebe que a perda de certas vidas importa menos, o que termina por autorizar a violência contra elas; [...] teremos em Butler uma crítica aguda do neoliberalismo e de suas formas de produzir precariedades em políticas voltadas a tornar ainda mais vulneráveis aqueles cujas vidas já são tomadas como matáveis desde o nascimento (RODRIGUES, 2019, p. 70)

É uma filósofa estadunidense pós-estruturalista. De origem russo-judaica, nasceu em 1956, na cidade pertencente ao estado de Ohio, Cleveland. É doutora pela Universidade de Yale e hoje leciona na Universidade da Califórnia, ligada a temas de pesquisa como filosofia política, ética, retórica, relações de gênero e feminismo, estudos sobre mulheres e teoria queer, onde promoveu seu trabalho através dos ideais pós-estruturalistas e pós-críticos. Nela, ela introduziu sua teoria da performatividade de gênero, sexualidade e desejo, tratando das questões do desejo a partir de uma perspectiva hegeliana.

Gênero, para Butler, é algo construído socialmente, através de uma performance reforçada pelas práticas sócio-culturais. A autora argumenta que essa performance é internalizada e se regula através dos processos sociais de normalização, onde respectivos comportamentos e identidades são considerados legítimos, enquanto outros costumam ser deslegitimados ou até mesmo marginalizados.

É importante ressaltar que Butler, em seu trabalho, apresenta uma crítica crucial: o feminismo que perpetua os binarismos de gênero, como mulher/homem, feminino/masculino, homo/heterossexualidade, acaba por reforçar a mesma opressão e desigualdade que busca combater. A abordagem feminista aqui proposta defende a desconstrução de todas as identidades de gênero que aprisionam as verdadeiras singularidades e perpetuam a opressão contra aquelas identidades e comportamentos que desafiam a imposição da binaridade. Butler critica o estruturalismo de Lévi-Strauss, questionando a representação genérica das “mulheres” como sujeito do feminismo, fomentando a inclusão da teoria queer e de movimentos LGBTQIA+ dentro do feminismo.

Sua obra tem influenciado não apenas a academia, mas também os movimentos sociais em todo o mundo, ajudando a promover uma compreensão mais complexa e inclusiva das questões relacionadas ao gênero, sexualidade e poder⁵.

5 Nesta perspectiva, Butler fundamenta suas ideias em Michel Foucault. Em sua visão, os seres humanos, seja em grupo ou individualmente, se estruturam e se moldam em paralelo à construção e transformação social dos elementos que os constituem dentro da sociedade, tratando-se de um processo dialético.

Para Butler (2003), o sexo é definido por significados culturais, sendo desde o início produzido de forma discursiva, conseqüentemente se tornando um efeito discursivo. Segundo a autora:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p. 59).

Butler (2017), conforme citado por Firmino e Porchat, argumenta que o conceito de gênero surgiu para contrapor o determinismo biológico do sexo, o qual implica que a biologia determine o destino do indivíduo como homem ou mulher, estabelecendo naturalmente suas diferentes posições na sociedade. Essa visão biológica serve para naturalizar a desigualdade de gênero. Ao naturalizar o poder, esconde-se a forma como opera e a possibilidade de contestá-lo e transformar a estrutura social. O conceito de gênero surge para destacar que as diferenças sexuais são culturalmente construídas e ideologicamente naturalizadas, ocultando o funcionamento do poder e a possibilidade de transformação social. Isso destaca a dimensão política do gênero, onde o mesmo costumaria ser utilizado como uma norma para exercer poder e controle sobre os corpos alheios e, segundo a autora, essa imposição deve ser desafiada como forma de resistência, abrindo espaço para o gênero ocupar um lugar político, que reivindique os direitos de uma diversidade de identidades e expressões da categoria.

“Ideologia De Gênero”: Em Defesa da Família e a favor da Violência?

Espelhando o escopo milenar de presença e ação da Igreja Católica, a cruzada contra o gênero foi, desde sempre, transnacional. Gestada nas altas esferas das arenas intergovernamentais e da elaboração teológica, ela hoje se manifesta em todo mundo, mas com especial intensidade na Europa e na América Latina (Corrêa, 2017; Mikolsci; Campana, 2017; Patternotte; Kuhar, 2017) [...] na América Latina, eu diria que experimentamos uma síndrome de denegação. O extenso e profundo legado colonial do Catolicismo e os impactos da expansão evangélica dos últimos vinte

anos nos fizeram interpretar a recente ira contra gênero como “mais do mesmo”, ou seja, apenas como mais uma nova onda de ataque religioso dogmático contra as pautas democráticas de gênero e sexualidade (CORRÊA, 2017, p. 12).

Devido a uma polarização de perspectivas, a questão da ideologia de gênero se tornou polêmica e muitas vezes provoca debates acalorados em diversos campos, como educação, política e religião. A compreensão dessa polêmica pode variar de acordo com crenças pessoais e contextos culturais.

A teoria na qual Butler se embasa enfrenta acusações de promover essa “ideologia de gênero” devido às críticas de determinados grupos e indivíduos que a julgam como ameaça em potencial aos valores tradicionais pré estabelecidos pela sociedade. A ideologia de gênero é um termo frequentemente utilizado como descrédito à perspectiva de Butler e outros estudiosos que questionam esse tradicionalismo e promovem a ideia de que as identidades de gênero são construções sociais.

Frequentemente, essas acusações que teóricos de gênero como Butler enfrentam se baseiam em ideologias religiosas, sócio-culturais ou políticas, que acreditam que a categoria desestabiliza as estruturas sociais e os valores dos ditos cidadãos de bem. Estes cidadãos defendem a família tradicional, costumam apoiar medidas políticas violentas e até mesmo autocratas em potencial, que geralmente disseminam ódio como discurso de defender e promover segurança ao povo. Essa ideia de ideologia de gênero costuma ser pejorativa, que invalida o debate sobre a diversidade de gênero, liberdade de expressão e igualdade de direitos, atacando principalmente a discussão acadêmica da teoria que visa analisar a forma que a categoria se dá na sociedade. Segundo Miskolci:

É plausível a hipótese de que ao menos parte daqueles que aderiram ao combate contra o que chamam de “ideologia de gênero” a associam a ameaças diversas reagindo a um fantasma que lhes foi apresentado por empreendedores morais de ocasião. Quem teme mudanças advindas da expansão dos direitos sexuais e a corporifica, por exemplo, em Judith Butler, reage ao espectro “ideologia de gênero” disseminado por grupos

de interesse que podem ter até objetivos diversos dos seus. Cabe-nos a cautela sociológica de distinguir aqueles que reagem com pânico daqueles que criaram o fantasma que o alimenta. (MISKOLCI, 2018, p. 3)

Envolvendo aspectos de acordo com a moralidade, conforme afirmam os opositores de Butler, as controvérsias se formam de acordo com um contexto ideológico no qual cada um desses indivíduos se estabelece, seja cultural ou politicamente. Geralmente, são desprovidos de argumentos relevantes para debater com a academia e costumam se expressar de forma radical e violenta, promovendo esse intuito de censurar teóricos como Butler e acreditando que a agressão é a melhor forma de se opor aos ideais da teoria.

Miskolci (2018) continua:

O espectro “ideologia de gênero” delimita um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de retorno do comunismo ao pensamento acadêmico feminista estabelecendo um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais. Discussões macropolíticas são substituídas por uma retórica que traz à opinião pública o diagnóstico de que a origem de problemas sociais resulta de mudanças comportamentais que precisariam ser combatidas (p. 7)

A controvérsia que entorna o debate do gênero através dessa perspectiva conservadora e ideológica, também sublinhou o papel das figuras públicas e intelectuais na promoção de mudanças sociais e na defesa dos direitos humanos, mesmo diante de resistência significativa.

Cyfer (2018), argumenta a questão da humanidade para Butler, e isso referencia os acontecimentos de novembro de 2017 acometidos pela autora.

Nossa humanidade, em Butler, não depende de nenhum atestado de racionalidade, de comprovação de capacidades específicas, nem tampouco de algum tipo de certidão de filiação divina. Para Butler, o que nos faz humanos é precisamente aquilo que nos faz frágeis e dependentes de outros humanos. E essa fragilidade não é algo a ser vencida, superada, nem muito menos retirada timidamente para a esfera privada. Sua abordagem do problema da vulnerabilidade humana o situa na política, tornando-o um aspecto central da vida democrática, uma vez que é a proibição do luto público por determinadas vidas que define os contornos da esfera pública, enten-

didada esta última como a linha divisória que distingue as vidas que contam como vidas humanas das vidas que não contam. (CYFER, 2018, p. 5-6)

A relação entre a política latino-americana e a ideologia de gênero propagada comumente pela direita e extrema-direita se dá em parte pela ascensão de governantes tidos como autocratas e com posicionamentos conservadores de ataques aos direitos sexuais e reprodutivos. Costumam se denominar defensores dos direitos humanos enquanto disseminam ódio e violência dentro e fora do âmbito político. A construção de um espaço político-moral em torno do que chamam de “ideologia de gênero” é algo que católicos, neopentecostais e outros grupos e indivíduos que compartilham dessa visão realizam em conjunto. Este campo discursivo de ação contra a temida “ideologia de gênero” tende a ser identificado como politicamente de direita, também reunindo um público que, em meio à recente crise econômica e às denúncias de corrupção em vários países latino-americanos, começa a se declarar apartidário e, junto a isso, trazem consigo uma insatisfação com a política institucional (MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

Considerações Finais

A teoria de gênero de Judith Butler oferece uma perspectiva crítica e inovadora sobre a natureza do gênero, destacando sua construção social e cultural, sua relação com o poder e a política, e sua capacidade de ser contestada e transformada. Contudo, a controvérsia em torno da visita de Judith Butler ao Brasil em 2017 ilustra a polarização existente sobre as questões de gênero no país.

A reação intensa contra Butler, que incluiu manifestações e ataques pessoais, evidenciou o poder simbólico e emocional que o debate sobre gênero adquiriu na sociedade brasileira. Por um lado, conservadores e grupos religiosos expressaram preocupações de que as teorias de gênero ameaçam valores tradicionais e a estrutura familiar, vendo figuras como Butler como promotoras dessa dita “ideologia de gênero” que, na sua perspectiva, desestabiliza normas sociais estabelecidas e confunde noções de sexo e identidade.

Em contraposição, acadêmicos e ativistas de direitos humanos argumentam que as ideias de Butler e as teorias de gênero contemporâneas são essenciais para a promoção da igualdade e do respeito à diversidade. Eles destacam a importância de reconhecer e proteger as diversas identidades de gênero como uma questão de direitos humanos e de justiça social. Para esses grupos, a resistência às teorias de gênero representa uma tentativa de silenciar discussões fundamentais sobre identidade, discriminação e direitos individuais. O episódio evidenciou a necessidade de diálogo e compreensão mútua, destacando como a educação e o debate informado são cruciais para enfrentar a desinformação e os preconceitos.

De acordo com Miskolci (2018), fica a critério dos próximos estudos investigar primordialmente como as redes sociais contribuem para configurar campanhas contra os direitos sexuais e reprodutivos. As redes sociais, com sua capacidade de disseminar frases de efeito e imagens impactantes, e seu acesso individualizado, tendem a converter discussões políticas em debates morais, promovendo formas de vigilância comportamental.

Contudo, a visita de Judith Butler ao Brasil em 2017 teve sua agenda cumprida com sucesso e a subsequente reação às suas ideias revelam a profundidade das divisões em torno das questões de gênero no país, ao mesmo tempo que ressaltam a importância de continuar promovendo o debate e a educação sobre esses temas perante uma sociedade tão excludente como a que vivemos.

Referências Bibliográficas

BIROLI, F.; MACHADO, M. DAS D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neo-conservadorismo e democracia**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. O Fantasma do Gênero. **Folha de São Paulo**, 09 set. 2015 [<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-so-bre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml> – acesso em: 28 abr. 2024].

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. 1–16, 2018.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. 1–14, 2018.

FIRMINO, F. H.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 03, pp. 725-748, 2017.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. 1–14, 2018.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155–167, jan. 2002.

RODRIGUES, Carla. Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, [S. l.], n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/40523>. Acesso em: 12 mai. 2024.

RODRIGUES, Maria Fernanda. “Ódio e censura são baseados no medo”, diz Judith Butler. Entrevistada: Judith Butler. **Jornal Estadão**, Cultura, 06 nov. 2017 [https://www.estadao.com.br/cultura/odio-e-censura-sao-baseados-no-medo-diz-judith-butler/ – acesso em: 5 mai. 2024].



VIOLÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA EM ÁFRICA: O CASO DE MASSACRE DE PINDJIGUITI NA GUINÉ-BISSAU

Paulo Anós Té¹

Introdução

A colonização dos países africanos por Portugal está ligada às primeiras invasões portuguesas no século XV. A presença portuguesa no contexto da Guiné-Bissau foi de 1446-1973. Durante esse período, os portugueses fizeram a ocupação efetiva, campanhas de “pacificação” contra os nativos. Daí que, “o conflito entre os chefes e portugueses era inevitável porque estava em causa a questão do poder e da soberania” (MENDY, 1994, p.188).

As perspectivas teóricas apontam que a brutalidade colonial contra os nativos possibilitou o surgimento dos movimentos nacionalistas entre os anos de 1950-1960. Os portugueses praticaram alguns massacres em África: O massacre de Batepá (1953), em São Tomé e Príncipe (RODRIGUES, 2019), o massacre de Pindjiguiti (1959), em Bissau (AUGEL, 2012; ROQUE, 2021; SILVA, 2006), o massacre de Mueda (1960) e o massacre de Wiriamu (1972), em Moçambique (CAHEN, 2019), e o massacre do pelotão de dragões (1897), em Angola. Vale salientar que não há uma concordância do número dos mortos e dos desaparecidos durante os massacres.

¹ UFPel; pauloanoste0@gmail.com

Diante das atrocidades do regime colonial português, no caso da Guiné-Bissau, em 3 de agosto de 1959 e outros acontecimentos, o PAIGC mudou as suas estratégias de luta, tendo realizado a sua reunião em 19 de setembro de 1959 e, adotando medidas producentes que foram estratégicas na condução da luta de independência nacional (SILVA, 2006). Portanto, a insurreição, protestos e greves marcaram o processo para uma luta de libertação nacional por meio do cano armado, iniciado em 23 de janeiro de 1963, tendo culminado com a proclamação da independência em 24 de setembro de 1973. Além da introdução e da conclusão, o trabalho é dividido em duas partes: na primeira é abordado os acontecimentos que levaram ao massacre e na segunda as dificuldades encontradas pelos movimentos anticolonialistas na luta de libertação nacional.

Massacre de Pindjiguiti: Das Primeiras Negociações Pacíficas à Agitação Nacional

Os primeiros núcleos ativos de militantes foram constituídos por elementos dos trabalhadores, entre os quais os marinheiros e estivadores do cais de Bissau no porto de Pindjiguiti que realizaram com sucesso as primeiras greves em julho de 1959, reivindicando um aumento de salário e melhores condições laborais. A União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, movimento sindical, semelhantemente clandestino, apoiou as iniciativas dos trabalhadores (AMADO, 2006; AUGEL, 2012; CANDÉ MONTEIRO, 2019; LOPES, 1987). No entanto,

a 3 de agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau, organizaram uma greve reivindicando um aumento de salários. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo CUF (Companhia União Fabril), foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos (ROQUE, 2021, s/p.).

Com isso, o PAIGC acabou então de sofrer um rude golpe (AMADO, 2006; AUGEL, 2012; CANDÉ MONTEIRO, 2019; LOPES, 1987). A greve

não foi a primeira a ser realizada. Em março de 1956 houve grandes agitações sociais: uma greve dos trabalhadores da “Casa Gouveia”, pedindo aumento de salário e melhoria da condição dos funcionários. Com isso,

os marinheiros das embarcações de Mário Lima, alegando igualmente aumentos de salários, recusaram-se a sair para o mar e, *para mais, no dia seguinte*, os marinheiros e manjacos da casa NOSOCO não quiseram receber os salários daquele mês e não permitiram a saída de embarcações, da Casa Gouveia, do cais do *Piguigiti* para o ilhéu do Rei com trabalhadores (SILVA, 2006, p. 8).

Presume-se que os números das mortes dos trabalhadores podem ultrapassar os 50, pois mesmo após as primeiras descargas e mortes, a repressão não cessou, os policiais continuaram a tirar sobre os manifestantes em fuga, uns dentro da água, outros atrás de embarcações, e outros, a correr pelo lado das embarcações. O comandante português, por seu lado, para evitar a fuga destes últimos, fez fogo comprido, à maneira de “barragem” para que eles não a pudessem atravessar e retrocedessem, e, sobretudo, para impedir algumas pessoas que estiveram nas canoas de se deslocarem (SILVA, 2006).

Em resposta violenta protagonizada pelas autoridades colônias portuguesas marcou-se o início das preparações concretas para a guerrilha que desembocou na independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, em 1973. A data é celebrada como o símbolo da heroicidade do povo oprimido, lutando pela sua libertação. Assim sendo, “nenhuma dúvida existe quanto ao fato histórico e o seu significado político, social e emocional para o país, sendo o 3 de agosto, dia do ocorrido, um festejado feriado nacional” (AUGEL, 2012, p. 101). A data também passou a ser o dia da solidariedade internacional com os povos das colônias portuguesas, nos termos das resoluções aprovadas contra o colonialismo português e a fase embrionária das primeiras movimentações e à ação direta contra o colonialismo (SILVA, 2006). Ainda hoje a data continua a ser mobilizada pelos sindicatos de trabalhadores para protestar a falta de pagamento de salário e outras reivindicações das demandas econômicas, exigindo melhores condições laborais. Presente na memória coletiva dos bissau-guineenses, a data

é acionada como “a prova da legitimidade histórica de alguns atores políticos como, pelo contrário, enquanto a referência à degenerescência e à traição do ideal libertado” (ROQUE, 2021, s/p).

Amílcar Lopes Cabral classificou o acontecimento – 3 de agosto – de lição histórica, social e política. Essa situação permitiu ao partido ver quais seriam as possíveis saídas para o processo da emancipação política. Aprendeu-se que o processo de luta de libertação não deveria ser conduzido nas (grandes) cidades do país e que, diante das armas e a resposta violenta da administração colonial, a única saída seria começar a luta armada nas regiões. Dois anos após o massacre, o PAIGC criou a Frente da Libertação da Guiné e Cabo-verde, aspirando agrupar todos os movimentos nacionalistas para o início da luta armada (LOPES, 1987).

O protagonismo do massacre de Pindjiguiti originou vários comentários, incluindo o de Leopoldo Amado. Na sua perspectiva analítica, o PAIGC “não teve, pelo menos diretamente, uma ação ou influência decisivas nas ações que viriam a desembocar em Pindjiguiti”. Ao contrário do PAIGC, as mesmas ações já não se poderiam aferir-se ao Movimento de Libertação da Guiné (MLG), que teve, de fato, um papel direto na participação dos acontecimentos que marcaram o massacre. Muitos dos militantes² deste último “tinham-se há muito [tempo] empenhado em ações de discreta mobilização e consciencialização política dos trabalhadores portuários, em geral, e dos marinheiros e estivadores do cais de Pindjiguiti, em particular” (AMADO, 2006, s/p). Nesse sentido, foi o MLG que incitou a greve de Pindjiguiti e não o PAIGC (NDJAI, 2012).

Considerando a evolução política e como foram conduzidas o processo das mobilizações, Amado (2006) aduz que “a reivindicação a posteriori da paternidade de Pindjiguiti por parte do PAI (GC) só se pode compreender na medida em que o MLG como PAIGC partilhava indistintamente o mesmo espaço político, a mesma clientela”, havendo situações em que os membros foram con-

² Os militantes e ativistas do MLG César Mário Fernandes, Paulo Gomes Fernandes e José Francisco Gomes (AMADO, 2006).

comitantemente do MLG e do PAI (GC), e vice-versa. Rafael Barbosa, numa entrevista concedida ao Leopoldo Amado, afirmou ter sido um dos responsáveis da mobilização dos trabalhadores do porto de Pindjiguiti, pois controlou o Antônio Nola que foi o responsável da organização da greve (AMADO, 2006, s/p.; SILVA, 2006).

A resposta brutal e desumana da administração colonial, aos acontecimentos que marcaram o massacre dos estivadores do porto de Pindjiguiti tiveram repercussão nacional e internacional, através da difusão de notícias, panfletos, cartas e outros meios a partir de Bissau. Esses marcos, foram aproveitados pelos movimentos anticolonialistas de libertação nacional das colônias portuguesas, assinalando a fase de “explosão organizacional” que marcou as estratégias decisivas da condução da luta. A ação decisiva iria ser empreendida por PAIGC liderada por Amílcar Cabral (SILVA, 2006).

O massacre de Pindjiguiti, social e politicamente, marcou a passagem das primeiras negociações pacíficas, da agitação nacional para a luta de libertação nacional. Com isso, o PAIGC adotou o lema Unidade e Luta (unidade interna entre os bissau-guineenses e com os cabo-verdianos e vice-versa) para conduzir a luta de libertação nacional. Assim, 23 de janeiro de 1963 marcou o prelúdio da luta com ataque ao quartel de Tite, no sul do país, sinalizando o marco inicial da luta armada por toda a parte do território, conforme as estratégias de guerra de guerrilha e de cercos das cidades pelos campos. Para Silva (2006), Amílcar Cabral teve um papel importante e determinante na organização desta passagem da luta anticolonial pacífica à luta armada de libertação nacional.

Prelúdio da Guerra de Libertação e Algumas Dificuldades

Nos primeiros momentos da luta, os guerrilheiros do PAIGC não tinham meios suficientes para acabar com o colonialismo português. Eles continham apenas algumas pistolas e pequenas munições se se compararmos aos mate-

riais bélicos dos militares portugueses. Osvaldo Viera³ confirma a nossa tese ao afirmar que a primeira ação do PAIGC no Norte da Guiné-Bissau “tínhamos três armas e éramos dez. Fizemos uma emboscada a três veículos deles e matámo-lhes sete homens. Capturamos oito armas [...]” (DAVIDSON, 1979, p. 58). Para fazer isso, com certeza, foram necessárias muitas qualidades e talvez muito profissionalismo com o uso de forma evidentes a técnicas de guerra de guerrilha.

O primeiro ataque de guerrilha é a guerra de partisans – grupos de tropas guineenses constituído para se opor à ocupação e ao controle que foi exercido pelo colonialismo português – dos militantes do PAIGC. A guerra teve dois objetivos que se complementam: 1) levantar o moral e a ética, atacando alvos relativamente pequenos e fáceis, como postos de polícia ou caminhões militares isolados, e explorar esses pequenos êxitos com o intuito de aumentar o número de combatentes. Após os ataques os combatentes apropriaram dos materiais dos militares portugueses; e 2) estabelecer os primeiros contornos das áreas libertadas, áreas que os combatentes controlaram, posteriormente (DAVIDSON, 1979).

Essas bases, ou melhor, as unidades foram multiplicando-se, atingindo as estruturas em que se puderam reunir para desencadear ações com a maior repercussão ao nível local e nacional. Depois das distribuições das bases, começou-se o plano da demarcação dos territórios a serem invadidos. Segundo Candé Monteiro (2019), o governo português tratou os guerrilheiros do PAIGC de “bandidos de mato”. Na sequência disso, foram atacar a base do partido na ilha de Como no sudoeste do país. Os guerrilheiros do PAIGC,

em resposta a essa ofensiva, entre janeiro e março de 1964 [...] desencadearam uma intensa ação sobre as tropas colonialistas portuguesas na Ilha de Como, sudoeste do país. Essa ocorrência, denominada de Batalha de

3 Osvaldo Vieira (1938-1974) foi um dos combatentes do PAIGC e inspetor-geral das Forças Armadas Republicas do Povo (FARP). Assumiu durante a luta de libertação o controlo da Frente norte aquando regressou à Guiné-Bissau e fixou as suas bases operacionais em Morés, na região do Oio, norte do país. Conforme as informações, ele morreu supostamente durante a intervenção cirúrgica em koundara, em Guiné-Conakry, no hospital do PAIGC.

Como, constituiu uma das mais relevantes ofensivas já desencadeadas pelo PAIGC, como também foi uma das mais duras e bem-sucedidas batalhas, quantificando grandes baixas ao Exército colonial português durante 75 dias (CANDÉ MONTEIRO, 2019, p.194).

A derrota do exército português em Como no sudoeste do país condicionou a sua posterior ação política e revelou as novas responsabilidades que os dirigentes do partido tiveram que assumir perante a nova conjuntura política (DAVIDSON, 2017; WOOLLACOTT, 1993). Mesmo com isso, o exército português não se retirou do local, porém, foi derrotado pelos guerrilheiros do PAIGC. “Após setenta e cinco dias de combate conseguimos fazer recuar as forças inimigas [tropas portuguesas] em direção ao mar, inflingindo-lhes a mais dura derrota da história colonial portuguesa e as mais pesadas baixas em vidas humanas” (GOMES, 2010, p. 13). No começo da luta de libertação nacional, as pessoas estavam convencidas de que,

se mobilizássemos os trabalhadores de Bissau, de Bolama, de Bafatá para fazerem greves, para protestarem nas ruas, para reclamarem na Administração, os tucas mudariam, nos dariam a independência. Mas isso não é verdade. [...] os tucas responderam caindo em cima de nós para matar todos, para acabar com tudo [...] E muitas outras coisas mostram claramente que é preciso ter em conta de facto a realidade concreta da terra, para fazer a luta (CABRAL, 1976, p. 22).

Para Cabral (1976), a luta armada deveria ser conduzida conforme a consciência da realidade, não só da realidade no sentido geral da nossa terra, mas também da realidade particular de cada coisa e de cada região para orientar de forma correta a luta armada. Ou seja, deve-se aprender a fazer a luta à medida que fomos avançando na luta, por isso, deve-se aprender com os erros. E salientou que temos que lidar de forma diferente com os *homens grandes* mandingas, balantas, pepel e entre outros *homens grandes*, que, em cada região, as lutas deveriam ser conduzidas conforme as particularidades regionais.

Na fase inicial, os guerrilheiros tinham pouca experiência e foram confrontados com dois perigos: o primeiro tinha a ver com a contra ofensiva do exército português que foi altamente sofisticado em relação aos combatentes do

PAIGC; e o segundo foi o aspecto cultural⁴ ligada à confiança em si e a crença nos *messinhos*⁵. Nesse sentido, Amílcar Cabral reconheceu que a luta deveria ser baseada na nossa cultura, sendo a cultura um fator histórico e da força. Porém, reconheceu que a cultura tem aspecto positivo e negativo.

Ao fazer críticas resilientes sobre a crença nos *messinhos*, Cabral (1976) chamou atenção aos guerrilheiros para o fato de sentirem que se isso, se de um lado é uma força, por outro, pode ser uma fraqueza. É uma força porque uma pessoa que acredita em alguma coisa, tem mais a coragem para enfrentar os tugs (colonialistas portugueses). Pode ser uma fraqueza, porque em nome desses *messinhos*, a pessoa pode cometer erros fatais. Sobre isso, Cabral ilustra o seguinte: “chega um avião, todos se atiram para o chão, o avião bombardeia, mas não acontece nada. De repente, o camarada lembra-se que não tem o *messinho* consigo, levanta-se, corre a casa, apanha o *messinho* e no regresso é metralhado e morre com o seu *messinho* na mão” (CABRAL, 1976, p.37). Cabral não nega categoricamente o uso de *messinhos* como um elemento importante, porém, chama atenção para as consequências negativas que isso podia trazer social e psicologicamente aos combatentes.

Retomando aos aspectos de falta dos meios para alavancar o processo da luta, Candé Monteiro (2019) e Woollacott (1993) reconhecem que apesar dessa falta, os guerrilheiros do partido dispunham conhecimento territorial, e, sobretudo, nas estratégias de emboscada, o que lhes permitiram aperfeiçoar as suas habilidades pessoais. Nesse sentido, os militares portugueses intensificaram os ataques nas zonas urbanas e no interior do país contra os habitantes e, em especial, os que foram elo do partido com a população. Sobre os ataques contra os colaboradores do PAIGC, Amílcar Cabral relatou o seguinte:

4 Para Amílcar Cabral, a luta de libertação dever ser conduzida conforme a realidade geográfico, social, econômica e cultural, ou seja, a partir da realidade da nossa terra. Na sua perspectiva, a realidade guineense, assim como todas as realidades, tem aspectos positivos e negativos, tem forças e fraquezas. Não seria, na sua perspectiva, “ninguém pense que ser africano é ter chifres pegados ao peito, é ter *messinho* na cintura. Esses são os indivíduos que ainda não compreenderam bem qual a relação que existe entre o homem e a natureza [...]” (CABRAL, 1976, p.35).

5 Termo polissêmico na Guiné-Bissau, podendo referir a algo que visa proteger ou para fazer mal a outrem. Ademais, pode ser usada para o tratamento de certas doenças.

alarmados perante a intensificação da nossa ação, as forças portuguesas desencadearam então em todo o país, mas, sobretudo no sul, a mais violenta repressão militar e policial contra as populações, principalmente contra os suspeitos de pertencerem ao nosso partido. Eles aprisionaram, torturaram e assassinaram patriotas, massacraram populações sem defesa e incendiaram as tabancas (CABRAL, 1977 *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2019, p. 190).

Um país pequeno conseguiu vencer o império português e mesmo sem as condições suficientes, conseguiu derrotar uma potência superior nos materiais bélicos e armamentícios. A pergunta que se coloca é: o que possibilitou a derrota do colonialismo português? Uma das respostas foi possível graças a mobilização de diferentes camadas sociais; a capacidade da liderança de Amílcar Cabral e dos demais dirigentes da luta armada; e não menos importante, a condução da guerra conforme a realidade política, social, cultura e histórica do país.

Como já havia referenciado, a guerra conduzida pelo PAIGC mobilizou a simpatia e ajuda internacional nos recursos materiais e na formação de novos homens e mulheres para dar continuidade ao programa maior do partido – o desenvolvimento do país. A guerra de libertação nacional continua a despertar o orgulho dos antigos combatentes e dá uma renda capital e simbólica, embora, atualmente, esse sentido esteja a criar frustrações para os antigos combatentes, porque não recebem o tratamento digno por parte do Estado. Hoje, é possível observar as pessoas, sobretudo os políticos, aliás, politiquinhos, a recorrerem às imagens dos antigos combatentes para caçar os votos nas eleições.

Considerações Finais

O massacre de Pindjiguiti, ocorrido em 3 de agosto de 1959, na Guiné-Bissau, foi um acontecimento brutal e histórica que marcaram a vida política do país, marcando, assim, o símbolo da luta de libertação nacional contra o

regime colonial português. O ocorrido envolveu os soldados portugueses que abriram o fogo contra os grevistas que estavam manifestando pacificamente, resultando em dezenas de mortos, feridos e desaparecidos.

Os acontecimentos de Pindjiguiti ocorreu durante o período colonial português, quando os bissau-guineenses enfrentavam uma intensa opressão e exploração colonial portuguesa. As tensões estavam crescendo devido à resistência crescente contra o jugo colonial e às necessidades por autonomia e liberdade política das sociedades locais. Em 3 de agosto de 1959, milhares de guineenses reuniram-se pacificamente em Pindjiguiti para protestar contra as injustiças do regime colonial e exigir direitos básicos, incluindo melhores condições de trabalho e educação.

No entanto, a resposta das autoridades coloniais portuguesas foi brutal. Soldados portugueses receberam ordens para dispersar os manifestantes a qualquer custo, resultando em um massacre terrível de dezenas de pessoas, inclusive alguns corpos nunca foram encontrados. Os relatos indicam que dezenas de pessoas foram mortas, e muitas mais ficaram feridas ou desaparecidas. Esse evento chocante não apenas inflamou o sentimento anti-colonial na Guiné-Bissau, mas também atraiu atenção internacional para as atrocidades cometidas pelo regime colonial português.

O massacre de Pindjiguiti teve repercussões significativas. Ele galvanizou ainda mais o movimento de independência da Guiné-Bissau, liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a liderança carismática de Amílcar Cabral. O incidente ajudou a mobilizar apoio interno e externo para a causa da independência, aumentando a determinação dos guineenses em buscar a autodeterminação e a dignidade.

O acontecimento foi um marco sombrio na história da Guiné-Bissau, mas também foi um testemunho da resiliência e da coragem do povo guineense em enfrentar a opressão colonial. Esse acontecimento não apenas solidificou o desejo de independência, mas também serviu como um catalisador para a luta

pela liberdade e justiça na Guiné-Bissau. Hoje, o massacre de Pindjiguiti é tido como um lembrete das injustiças do passado e das autoridades do país, como um símbolo da resistência e da resiliência do povo bissau-guineense.

Referências Bibliográficas

AMADO, Leopoldo. **Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné-Bissau**. 2006. Disponível em: «<https://guineidade.blogs.sapo.pt/15548.html>». Acesso em 7 mai. 2024.

AUGEL, Moema Parente. Espaços de pertencimento: Palmares e Pindjiguiti na poesia afro-brasileira e na guineense. **Via Atlântica**, v. 13, n.2, p.99-114, 2012.

CABRAL, Amílcar. “**Unidade e Luta**”. Vol. I. Lisboa: Seara Nova. 1976.

CAHEN, Michel. 16 de junho de 1960. Massacre de Mueda, Moçambique. **Esquerda**. [online.]. Disponível em: «<https://www.esquerda.net/>». Acesso em: 26 out. 2023.

DAVIDSON, Basil. **A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal**. Ed. Caminho, 1979.

DAVIDSON, Basil. **No Fist Is Big Enough to Hide the Sky: The Liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde, 1963-74**. Zed Books Ltd., 2017.

GOMES, Patrícia. A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) na luta pela libertação da Guiné-Bissau. **Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 3, n. 6, p.121-139, 2010.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado**. Bissau: INEP, 1987.

MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1994.

NDJAI, Tchernó. **O pensamento político de Amílcar Cabral: teoria e prática em momentos decisivos na libertação da Guiné-Bissau**. 2017. 185f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturas, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RODRIGUES, Inês Nascimento. O “Massacre de Batepá” em São Tomé e Príncipe: ecos desde 1953 à atualidade. **Esquerda**. [online.]. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

ROQUE, Sílvia. 3 de agosto de 1959, Massacre de Pindjiguiti. **Esquerda**. [online.]. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, v.9, n.10, p.1-26, 2006.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**, v. 19, n. 77/79, p. 1131-1155, 1983.



A LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Vinícius Viana Gonçalves¹

Érica Oliveira Costa²

Maurício Soldati³

Introdução

O debate em torno da Cannabis sativa no Brasil ainda permanece um tema tabu, em meio a um contexto onde a negação e a desconsideração pela ciência têm ganhado terreno, abordar esse assunto sensível e crucial se torna desafiador para os defensores de ideias progressistas. Enquanto o mundo moderno avança em pesquisas médicas, novos tratamentos de saúde e ações sociais transformadoras, aqui no Brasil, discutir e visualizar a possibilidade de descriminalização e legalização parece distante.

Este artigo pretende analisar aspectos relevantes, tanto nos reflexos político-sociais quanto nos novos tratamentos de saúde baseados em pesquisas realizadas em regiões onde a legalização ocorreu. Esses avanços podem se tornar realidade mediante a implementação de uma nova política de drogas no país.

É crucial reavaliar a política de drogas brasileira de maneira clara e eficaz. Historicamente, essa política esteve associada aos discursos de líderes

1 Mestre em Direito e Justiça Social (FURG) e-mail: vgg82@outlook.com.br

2 Mestranda em Direito e Justiça Social (FURG) e-mail: erica.ocosta@outlook.com

3 Mestrando em Direito e Justiça Social (FURG) e-mail: mauricio.soldati@gmail.com

políticos e governantes que enfatizavam apenas o comércio ilegal de drogas. No entanto, esse mercado, que envolve a produção e distribuição de substâncias como maconha, cocaína e ópio, não se limita a isso. Ele também alimenta grandes organizações criminosas e traficantes multinacionais, estimados em movimentar entre 800 bilhões e 1 trilhão de dólares anualmente. Essa quantia financia atividades criminosas adicionais, como tráfico de armas, contrabando, terrorismo, guerras, golpes de estado e outras atividades ilícitas.

Refletindo sobre o Preconceito e seus Impactos: Um Caminho para a Reflexão

O ditado “Les temps sont durs pour les rêveurs” - traduzido como “Os tempos são difíceis para os sonhadores” - reflete com precisão o cenário sombrio que enfrentamos há alguns tempos no Brasil. Atualmente, o congresso do país assemelha-se a um filme de terror, lembrando a estética de produções de baixo orçamento dirigidas por Roger William Corman, conhecido por suas obras precárias, como o filme “A Máscara Mortal” de 1964 (Título Original: *The Masque of the Red Death*), baseado no conto homônimo de Edgar Allan Poe.

As condições de deterioração político-social, cujos primórdios remontam a 2013, foram corroboradas nos pleitos eleitorais mais recentes, em 2018 com a eleição do Governo Bolsonaro, e atualmente, com a eleição das bancadas mais reacionárias desde épocas de Ditadura Militar. O debate sobre a legalização de drogas retorna ao centro das discussões devido à votação do STF, no entanto, as inúmeras consequências advindas da proibição persistem, gerando impactos sociais e potencialmente agravando um já colapsado sistema penal, superlotando pequenos cubículos com pessoas.

Atualmente, há uma maior disseminação de notícias sobre a Cannabis nas redes sociais, especialmente aquelas que destacam pesquisas sobre a eficácia do Canabidiol no combate a doenças degenerativas, e isso só foi possível

devido à legalização da Cannabis em muitos estados americanos, permitindo mais pesquisas e descobertas sobre essa planta historicamente estigmatizada pela cultura ocidental.

No Brasil, a realização de pesquisas dessa natureza é praticamente inviável devido a problemas estruturais e à falta de apoio do Congresso, enquanto isso, tragédias frequentes, embora muitas vezes desconhecidas pela maioria da população, são vivenciadas por pessoas encarceradas e suas famílias, onde esse sistema punitivo tende a segregar principalmente os habitantes de periferias, indivíduos pobres e não brancos.

Um exemplo trágico foi a história de Lucas Moraes da Trindade, um jovem negro e morador da periferia, preso preventivamente por um ano por posse de 10 gramas de maconha. Lucas, de apenas 28 anos, teve suas garantias básicas desrespeitadas e, ao contrair COVID-19 enquanto estava preso em Minas Gerais, acabou falecendo, este é um retrato do sistema penal seletivo e de um Poder Judiciário e Promotoria Pública elitizados, indiferentes aos resultados de seu descaso pelas vidas humanas, evidenciado nas estatísticas nacionais⁴.

Em fevereiro de 2020, um estudo do Ministério da Justiça revelou que o tráfico de drogas⁵ superou as prisões por crimes como roubos e furtos, registrando um alarmante aumento de 4%, isso ocorreu em um Sistema Penitenciário que ocupa o terceiro lugar em população carcerária no mundo⁶, esse sistema, outrora veladamente utilizado como mecanismo de segregação e higienismo social, atualmente é explicitamente aceito como um dos pilares do poder estatal, sem constrangimentos, orgulhando-se dos altos índices de encarceramento.

4 Jovem negro de 28 anos preso com 10g de maconha morre de covid-19 em MG. UOL. 10 de julho. 2020. <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/10/jovem-negro-de-28-anos-presos-com-10g-de-maconha-morre-de-covid-19-em-mg.htm>> Acesso em 15/12/2023.

5 Tráfico de drogas lidera ranking de crimes em ‘censo’ de presos. R7. 29 de Fevereiro. 2020. <<https://noticias.r7.com/brasil/trafico-de-drogas-lidera-ranking-de-crimes-em-censo-de-presos-29022020>> Acesso em 15/12/2023.

6 Brasil se mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo. CONECTAS. 18 de Fevereiro. 2020. <<https://www.conectas.org/noticias/brasil-se-mantem-como-3o-pais-com-a-maior-populacao-carceraria-do-mundo>> Acesso em 15/12/2023.

Um ponto crucial nesta análise é que foi durante um governo considerado progressista que se intensificou o problema social do aumento exorbitante da população carcerária.

Em 23 de agosto de 2006, entrou em vigor a Lei 11.343/2006, conhecida como “Lei de Drogas”, esta legislação introduziu dois dispositivos perigosos em uma realidade marcada pelo racismo e preconceito. Ao separar o usuário do traficante, algo que ao longo dos anos revelou-se uma injustiça gritante contra a parcela mais desfavorecida da sociedade, um levantamento realizado pelo Jornal Folha de São Paulo mostrou que pessoas detidas em áreas de favelas são automaticamente associadas à facção que controla a região, sendo condenadas com base no Artigo 33 da Lei de Drogas, enquanto moradores de áreas mais privilegiadas das cidades são tratados conforme o Artigo 28 da mesma lei⁷.

Essa constatação demanda uma revisão e uma reflexão clara e eficaz sobre a política de drogas no Brasil, a luta por mudanças nesse âmbito ganhou destaque no início dos anos 80, com a mobilização de diversos setores da sociedade, incluindo músicos, políticos e ativistas sociais, eles reconheciam e continuam reconhecendo esse debate como crucial, envolvendo, em última análise, os Direitos Humanos e a justiça social.

É crucial compreender que o problema da dependência química é uma questão de saúde pública, não devendo ser tratado apenas com encarceramento e repressão, o Estado tem a obrigação de oferecer programas de prevenção e assistência aos usuários de drogas, priorizando tratamentos ambulatoriais através de equipes interdisciplinares, e promovendo alternativas à internação psiquiátrica, dentro da rede de serviços em saúde mental.

Outrossim, é fundamental abordar outras questões interligadas a essa problemática no contexto da saúde pública: primeiro, a falta de controle dos órgãos públicos sobre as substâncias produzidas, o que permite a adulteração,

⁷ Morar em favela no Rio aumenta chance de acusação por associação ao tráfico. CONJUR. 27 de Abril. 2018. <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-27/morar-favela-aumenta-chance-acusacao-as-sociacao-traffic>> Acesso 15/12/2023.

gerando graves riscos à saúde dos consumidores; segundo, a dificuldade em implementar políticas para reduzir danos entre os dependentes de drogas envolvidos na ilegalidade, como o alto índice de contágio do HIV e outras doenças entre usuários de drogas injetáveis marginalizados.

Do ponto de vista socioeconômico, a manutenção desse sistema repressivo tende a: primeiro, aumentar o controle estatal e a violência contra grupos sociais mais vulneráveis, que são suspeitos de todos os tipos de crimes, o que caracteriza discriminação; segundo, a extrema desigualdade social favorece a desintegração e a violência familiar, levando jovens ao envolvimento com o crime organizado em busca de ascensão social e prestígio; terceiro, a criminalização contribui para o aumento do tráfico de armas, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e corrupção política; quarto, a ilegalidade aumenta os valores dos produtos oferecidos, fortalecendo as organizações de traficantes; e por fim, quinto, o triste aumento nas mortes violentas decorrentes das disputas pelo mercado e da repressão ao tráfico de drogas.

Do ponto de vista jurídico, é possível argumentar que o reforço desproporcional do sistema policial em detrimento de abordagens mais dinâmicas acaba propiciando a violação de princípios, garantias e direitos constitucionais. Ao longo de muitos anos, foram criadas medidas excepcionais destinadas ao grande tráfico, porém aplicadas apenas aos pequenos e médios traficantes usuários, resultando na superlotação das penitenciárias.

Parafraseando Vladimir Ilyich Lenin, líder da Revolução Russa, e sua famosa frase que batiza sua obra de 1902, surge a indagação: o que fazer para encontrar alternativas diante desta catástrofe humanitária, que tende a se agravar a cada dia?

Atualmente, estão em andamento algumas medidas legislativas na Câmara Federal, dois Projetos de Lei, além da descriminalização da Cannabis, tramitam com autoria dos ex-deputados Jean Wyllis e Eurico Junior, ambos os projetos têm como objetivo estabelecer estruturas para a produção, industria-

lização e comercialização da Cannabis e seus derivados, ademais, propõem ajustes no sistema nacional de políticas públicas sobre drogas e a criação do Conselho Nacional de Assessoria, Pesquisa e Avaliação para as Políticas sobre Drogas, com alterações nas Leis 11.343/2006, 8.072/1990 e 9.294/1999⁸.

A legalização da Cannabis, observada em outros países, não apenas proporciona benefícios econômicos, mas também pode contribuir para reduzir uma parcela dos 56% dos assassinatos - aproximadamente 50 mil mortes por ano⁹ - que têm ligação direta com o tráfico de drogas no país, as vítimas, em sua maioria, são adolescentes e jovens de origem humilde ou de baixa renda, com idade entre 15 e 28 anos.

Outra informação relevante revela um aumento alarmante no número de mortes violentas devido à guerra entre facções no país, decorrente da disputa pelo tráfico de drogas, totalizando 65.502 óbitos, representando um crescimento de 4,2%. Isso equivale a aproximadamente 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes¹⁰.

É importante destacar que o perfil das vítimas mostra uma predominância de pessoas negras (73,1% homens e 63,4% mulheres), com baixo nível de escolaridade (74,6% homens e 66,8% mulheres) e residentes em regiões economicamente desfavorecidas¹¹.

Outro dado alarmante refere-se ao aumento dos homicídios por arma de fogo no Brasil, entre os anos de 1980 e 2017, observou-se que 72,4% dos assassinatos no país foram cometidos com o uso desse tipo de arma, marcando

8 Maconha e os reflexos de sua legalização. AMBITO JURIDICO. 01 de Agosto. 2016. < <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-151/maconha-e-os-reflexos-de-sua-legalizacao/> > Acesso em 15/12/2023.

9 A proibição mata mais do que qualquer droga, diz Jean Wyllys. Agência Fiocruz. 08 de julho. 2015 < <https://agencia.fiocruz.br/proibi%C3%A7%C3%A3o-mata-mais-do-que-qualquer-droga-diz-jean-wyllys> > Acesso em 15/12/2023.

10 Mapa da violência. IPEA. 15 de Abril. 2019. < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf> > Acesso em 15/12/2023.

11 Mortes por arma de fogo no país atingem maior percentual desde 1980. UOL. 05 de junho. 2019. < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/mortes-por-arma-de-fogo-no-pais-atingem-maior-percentual-desde-1980.htm#:~:text=Ao%20todo%2C%2047.510%20pessoas%20foram,de%20apenas%2043%2C9%25.> > Acesso em 15/12/2023.

o maior índice já registrado, esses números foram apontados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, baseados nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

O monitoramento da violência revelou um aumento nos homicídios em 2020, mesmo durante a pandemia do Coronavírus. Esse aumento da violência também é atribuído ao tráfico de drogas e à guerra contra o narcotráfico, conforme indicado por estudos, que apontam a disputa entre traficantes como um dos principais impulsionadores desse crescimento na brutalidade¹².

De acordo com um estudo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas (UNIFESP), mais de 1 milhão de brasileiros consomem maconha, sendo 7% adultos, dos quais 62% usaram Cannabis antes dos dezoito anos de idade¹³.

É crucial enfrentar a realidade de que os problemas associados à Cannabis estão mais relacionados à questão racial, à pobreza e a outros fatores históricos do que à suposta periculosidade da substância, vários estudos indicam que, quando respeitados os parâmetros adequados, a maconha é considerada mais segura do que o álcool, uma das drogas lícitas que mais prejudica a sociedade¹⁴.

Considerações Finais

A legalização e descriminalização da maconha são fundamentais para garantir as liberdades individuais dos usuários, observando experiências em todo o mundo, essa medida se torna extremamente importante para reduzir o caos

12 Mesmo com quarentena, Brasil tem alta de 6% no número de assassinatos no 1º semestre. G1. 21 de agosto. 2020. <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/08/21/mesmo-com-quarentena-brasil-tem-alta-de-6percent-no-numero-de-assassinatos-no-1o-semester.ghtml> Acesso em 15/12/2023.

13 Estudo diz que 1,5 milhão de pessoas usam maconha diariamente no país. G1. 01 de agosto. 2012. < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/estudo-diz-que-15-milhao-de-pessoas-usam-maconha-diariamente-no-pais.html> > Acesso em 11/08/2020.

14 Descriminalização e legalização da maconha. AMBITO JURIDICO. 01 de Maio. 2016. < <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/descriminalizacao-e-legalizacao-da-maconha/>>. Acesso em 15/12/2023.

social, diminuir os problemas do sistema prisional e interromper um dos braços do tráfico, que já tirou vidas demais.

É evidente que outras ações devem ser implementadas a médio e longo prazo, incluindo uma reavaliação da atuação do Estado, isso implica em proporcionar assistência genuína e garantir direitos fundamentais, como educação, saúde, esporte, cultura e outras oportunidades na vida das pessoas, infelizmente, muitos só veem no comércio ilegal de drogas a única saída viável, em um país cada vez mais preconceituoso e punitivo.

A atual postura de confronto não faz distinção entre o uso e o abuso de substâncias entorpecentes, nem regulamenta sua venda comercial ou estabelece controles de qualidade e sanitários para as substâncias comercializadas pelo tráfico. Outrossim, a falta de recolhimento de impostos que poderiam ser destinados a outras questões não irá impedir o acesso às drogas, resultando em gastos excessivos e alimentando um sistema carcerário mortal para centenas de adultos e jovens.

Essas constatações reforçam que a guerra contra as drogas, além de custosa, é incrivelmente ineficaz, alimentando apenas uma tragédia humanitária, portanto, a legalização e regulamentação do comércio de Cannabis são de extrema importância para reduzir os números da violência e da criminalização.

Também é importante considerar a possibilidade de oferecer uma anistia geral para pessoas encarceradas por envolvimento apenas no comércio ilegal de maconha, excluindo indivíduos envolvidos em outros crimes, como homicídio, da mesma forma, agentes de segurança pública envolvidos no crime de tráfico.

Em termos práticos, os objetivos de uma anistia prévia são consequência direta da discussão sobre a descriminalização e posterior mercado da Cannabis, libertando aqueles que foram encarcerados ou indiciados apenas por tráfico de maconha, esses indivíduos, frequentemente chamados popularmente de “aviões” ou “vapores”, assim como pequenos participantes do tráfico, predominantemente jovens moradores de regiões periféricas e favelas, foram atraídos

para esse meio devido à falta de políticas públicas eficazes por parte do Estado, privando-os de dignidade e condições socioeconômicas básicas para uma vida melhor.

Referências Bibliográficas

GABEIRA, Fernando. **A Maconha**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1999.

GONÇALVES, Vinícius Viana. Descriminalização e legalização da maconha. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 148, mai., s/p., Rio Grande, 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/descriminalizacao-e-legalizacao-da-maconha/>>. Acesso em 15/12/2023.

_____. Maconha e os reflexos de sua legalização. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 151, ago., s/p., Rio Grande, 2016a. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-151/maconha-e-os-reflexos-de-sua-legalizacao/>>. Acesso em 15/12/2023.

CONNECTAS(Brasil) **Brasil se mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo**. Conectas noticia de 18 de Fevereiro de 2020. São Paulo; Conectas (Brasil), 2020. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/brasil-se-mantem-como-3o-pais-com-a-maior-populacao-carceraria-do-mundo>> Acesso em 15/12/2023.

CÂMARA FEDERAL. **Projeto de Lei 7187/14** Câmara Federal Projeto legislativo de autoria Deputado Federal Eurico Junior. Em 06 de março de 2014. Brasília: Câmara Federal, 2014. Disponível em: 2014<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SAUDE/463202-PROPOSTA-LEGALIZA-PRODUCAO-E-VENDA-DA-MACONHA-NO-BRASIL.htmls>> Acesso em 15/12/2023.

CAMARA FEDERAL. **Projeto de Lei de 7270/14**, Câmara Federal Projeto legislativo de autoria Deputado Federal Jean Wylys. Em 13 de Abril de 2014. Brasília: Câmara Federal, 2014. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1237297.pdf>> Acesso em 15/12/2023.

CONJUR. **Morar em favela no Rio aumenta chance de acusação por associação ao tráfico**. Consultor Jurídico notícia de 27 de Abril de 2018. São Paulo: Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-27/morar-favela-aumenta-chance-acusacao-associacao-trafico>> Acesso em 15/12/2023.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. **Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1981.

ESTADÃO. **Consumo de drogas legais e ilegais mata 8 mil pessoas por ano no País.** Reportagem de Paulo Pereira publicada em 04 de fevereiro de 2012. São Paulo: Estadão, 2012. Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,consumo-de-drogas-legais-e-ilegais-mata-8-mil-pessoas-por-ano-no-pais,831451>>. Acesso em 15/12/2023.

ESTADÃO. **Maconha ainda é a principal droga usada na América do Sul.** Reportagem de Redação Estadão publicada em 28 de Fevereiro de 2012. São Paulo: Estadão, 2012. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,maconha-ainda-e-principal-droga-usada-na-america-do-sul,841534>> Acesso em 15/12/2023.

FIOCRUZ. **A proibição mata mais do que qualquer droga, diz Jean Wyllys.** Entrevista realizada por Amanda de Sá em 08 de julho de 2015. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/proibi%C3%A7%C3%A3o-mata-mais-do-que-qualquer-droga-diz-jean-wyllys>>. Acesso em 15/12/2023.

G1/GLOBO. **Estudo diz que 1,5 milhão de pessoas usam maconha diariamente no país.** Reportagem de Luna D'Alama publicada em 01 de Agosto de 2012. São Paulo: G1 Notícias, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/estudo-diz-que-15-milhao-de-pessoas-usam-maconha-diariamente-no-pais.html>> Acesso em 15/12/2023.

G1/GLOBO. **Mesmo com quarentena, Brasil tem alta de 6% no número de assassinatos no 1º semestre.** Reportagem de Redação G1 em 21 de agosto de 2020. São Paulo: G1 Notícias, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/08/21/mesmo-com-quarentena-brasil-tem-alta-de-6percent-no-numero-de-assassinatos-no-1o-semester.ghtml>> Acesso em 15/12/2023.

ISTOÉ. **População carcerária no Brasil já é a terceira maior do mundo.** Reportagem de Redação IstoÉ em 8 de Dezembro de 2017. São Paulo: IstoÉ, 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/populacao-carceraria-no-brasil-ja-e-terceira-maior-do-mundo/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20carcer%C3%A1ria%20chegou%20a,e%20600%20mil%20pessoas%20encarceradas.>> Acesso em 15/12/2023.

IPEA. Mapa da violência. Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança pública em 15 de Abril de 2019. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf> > Acesso em 15/12/2023.

PNUD. Mapa do encarceramento. PNUD notícia de Fevereiro de 2012. Rio de Janeiro: PNUD, 2012. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf > Acesso em 15/12/2023.

UNESCO(Brasil). Mapa da Violência faz balanço de mortes por armas de fogo no Brasil, de 1980 a 2012. UNESCO notícia de 13 de maio de 2015. Rio de Janeiro: UNESCO(Brasil), 2015. Disponível em: < http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/map_of_violence_examines_deaths_by_firearms_in_brazil_from_1980_to_2012/#.V4XJmRUrKUK > Acesso em 15/12/2023.

UOL. Jovem negro de 28 anos preso com 10g de maconha morre de covid-19 em MG. Reportagem de Alex Tajra publicada em 10 de julho de 2020. São Paulo: UOL, 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/10/jovem-negro-de-28-anos-preso-com-10g-de-maconha-morre-de-covid-19-em-mg.htm> > Acesso em 15/12/2023.

UOL. Mortes por arma de fogo no país atingem maior percentual desde 1980. Reportagem de Carlos Medeiros publicada em 05 de junho de 2019. São Paulo: UOL, 2019. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/mortes-por-arma-de-fogo-no-pais-atingem-maior-percentual-desde-1980.htm#:~:text=Ao%20todo%2C%2047.510%20pessoas%20foram,de%20apenas%2043%2C9%25.>> > Acesso em 15/12/2023.

**GRUPO DE TRABALHO:
DISCURSOS, NARRATIVAS, FAKE NEWS E AS AÇÕES
DO ESTADO NA SOCIEDADE INFORMACIONAL**



2024

Herison



IDEIAS, DISCURSOS E NARRATIVAS SOBRE O “ROLÊ DAORA” EM PELOTAS-RS

Manoela Vieira Neutzling¹

Introdução

Por meio do presente trabalho apresenta-se um recorte das narrativas e discursos identificados sobre a Campanha “Rolê Daora”, implementada no município de Pelotas (RS). Esta iniciativa está atrelada à política de segurança pública municipal intitulada “Pacto Pelotas pela Paz”, ao Projeto de Lei (PL) N° 7.199/2023 que estabeleceu normas gerais de preservação e garantia do sossego público e que, posteriormente, viabilizou o Decreto N° 6.766/2023 para regulamentação das regras de convivência numa determinada região do centro da cidade, no período noturno.

A escolha pelas ideias, narrativas e discursos sobre a Campanha e sobre as ações desenvolvidas pelo poder público se insere dentro de um contexto maior vinculado à temática de pesquisa de doutorado. Desse modo, o estudo exploratório realizado constitui uma etapa de aproximação com o universo empírico da pesquisa.

O recorte delimitado envolve os materiais produzidos pela prefeitura, tais como as notícias veiculadas nos canais oficiais da prefeitura e as postagens

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Possui Mestrado em Sociologia e Licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade. Bolsista CAPES. E-mail: manoelaneutzling@gmail.com

sobre a Campanha na conta oficial do *Facebook* do executivo municipal. A coleta de dados envolve o período de lançamento da Campanha até o período de apresentação deste trabalho (agosto de 2023 a dezembro de 2023). O estudo possui caráter exploratório, com metodologia de caráter qualitativo por meio da utilização da análise de conteúdo.

A discussão teórica envolve a contribuição de Subirats sobre a construção dos problemas públicos, de Capella em torno do conceito de “empreendedor de política pública”, de Barcelos e Rodrigues (2020) sobre o quadro de *Narrativa Framework* e baseia-se na perspectiva da virada ideacional discutida por Perissinotto e Stumm (2017) de que as ideias importam para explicar os processos sociais. O trabalho é constituído desta introdução, posteriormente, apresenta-se o Pacto Pelotas pela Paz (PPPP) e a Campanha Rolê Daora. Em seguida, elucida-se o processo metodológico, algumas discussões em torno dos dados coletados e codificados em diálogo com a literatura e, finalmente, as considerações finais do trabalho.

O Pacto Pelotas Pela Paz

O Pacto Pelotas pela Paz (PPPP), lançado em 11 de agosto de 2017, consiste na política de segurança pública municipal “construído pela Prefeitura em parceria com a Comunitas e o Instituto Cidade Segura” (COMUNITAS & CIDADE SEGURA, 2021)². Os objetivos do PPPP consistem em: 1-Reduzir os homicídios; 2-Reduzir roubo a pedestres; 3-Reduzir o roubo de carros; 4-Reduzir a perturbação do Sossego e 5-Reduzir vulnerabilidade juvenil. A estruturação da política está organizada em cinco eixos: Policiamento e Justiça; Prevenção Social; Fiscalização Administrativa e Tecnologia e Urbanismo e dezessete estratégias (COMUNITAS & CIDADE SEGURA, 2021). Cada eixo também é constituído de projetos em diferentes áreas setoriais.

² Para mais informações acessar: <https://institutocidadesegura.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Pacto-Pelotas-pela-Paz_CARTILHA.pdf>.

Em novembro de 2023, ano de lançamento do PPPP, foi enviado à Câmara Municipal de Pelotas o Projeto de Lei (PL) intitulado “Código de Convivência” (CC). O PL foi apresentado pelo executivo municipal conjuntamente com o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) e encaminhado à Câmara Municipal para ser apreciado e votado pelos vereadores. Conforme noticiado no site da prefeitura:

Sob inspirações de cidades que viveram elevações da violência e criaram mecanismos para reverter o avanço dos índices, o Código irá conferir poder de polícia administrativa à Guarda Municipal, que juntamente com as forças de segurança, será o *braço direito do Pacto* ao valorizar o exercício da cidadania, responsabilizar as condutas que infrinjam as normas de convivência harmônica, fomentar a ocupação do espaço público e diminuir a perturbação do sossego. O *regramento do consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas ou locais de uso comuns* e a *fiscalização de condutas que coloquem em risco ou a vida ou a integridade das pessoas* são outros dos pontos centrais da proposta (PREFEITURA DE PELOTAS, 2017, *grifos da autora*).

Após amplo debate e repercussão no município, o projeto de lei não foi colocado em votação. Jeske reitera que:

Ancorado no discurso da “promoção de uma cultura de paz”, o executivo municipal propôs um “código de convivência” relacionado às medidas estratégicas do PPPP. O projeto de lei (PL) protocolado na Câmara Municipal de Vereadores em novembro de 2017, continha uma série de diretrizes comportamentais direcionadas aos cidadãos, regulamentando o poder de fiscalização administrativa do Poder Municipal, em estratégia descrita pela prefeita como uma metodologia educativa, e não punitiva. O PL foi combatido por setores da sociedade civil e inspirou contraposições de opositores políticos, sendo rejeitado pela Câmara Municipal (JESKE, 2023, p. 49).

No entanto, o tema retornou à pauta do governo municipal em 2021. Após reelaboração do projeto de lei, o mesmo foi enviado à Câmara de Vereadores que aprovou o PL em 22 de junho de 2023. A prefeita Paula Mascarenhas sancionou a Lei Nº 7.199/2023 em 23 de julho de 2023, que estabeleceu normas gerais de preservação e garantia ao sossego público. Posteriormente, em 18 de agosto do mesmo ano, foi sancionado o Decreto 6.766/2023 que regulamenta os regramentos de convivência na região central da cidade du-

rante o período noturno. Nesta mesma data, foi lançada a Campanha Rolê Daora, a “Campanha integrada ao Pacto Pelotas pela Paz surge como medida para coibir a *perturbação do sossego*, apostando no engajamento coletivo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2023, grifos da autora). Em fevereiro de 2024 o Decreto foi atualizado e ampliou as ruas da região central que constituem o território a que se aplica o regramento.

A Campanha Rolê Daora

A Campanha Rolê Daora é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Pelotas e constitui uma das estratégias do Pacto Pelotas Pela Paz. A Campanha foi lançada em 18 de agosto de 2023, mesma data da assinatura do Decreto 6.766/2023, que regulamenta a Lei 7.199/2023 de Preservação e Garantia do Sossego Público em Pelotas, sancionada em julho do mesmo ano, pelo executivo municipal. Além da criação da lei, foi elaborado o Programa de Convivência Urbano na qual a Campanha é a “concretização” desse programa. Segundo as informações divulgadas no site da prefeitura, diversos setores da sociedade envolvidos foram consultados para a elaboração da Campanha, tais como bares, universidades, agentes de segurança e os jovens que frequentam o território que o Decreto se aplica. A campanha destina-se sobretudo ao público jovem que frequenta os bares e o entorno dos mesmos, e hábitos culturais e práticas de sociabilidade na rua (calçada ou via pública) e, dentre outras práticas, consome bebida alcoólica comercializada por esses estabelecimentos.

“Com o Rolê, estão previstas a presença de equipes permanentes nos pontos de conflitos, para agir na sensibilização e no convencimento dos jovens. A ideia é contar com o apoio da mídia e de influenciadores locais para expandir os princípios” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2023). O lançamento oficial da Campanha ocorreu em 23 de agosto, cinco dias após a assinatura do Decreto, no turno da noite, na região em que se aplica o regramento do convívio social e teve como objetivo divulgar a Campanha para o público-al-

vo da mesma. A estrutura de divulgação teve diferentes ações envolvidas, tais como: a montagem de um palco para um *pocket show*³ de um músico da cidade, estratégia de *marketing* com a confecção e utilização de bonés e camisetas com o logo da iniciativa e as seguintes palavras “Festa & Amigos & Diversão & Respeito”, distribuição de panfletos com as normas do Decreto e a presença de agentes públicos municipais do executivo, vinculados ao Pacto, a presença da prefeita, das forças repressivas, de segurança e de trânsito.

Além de outras estratégias de *marketing*, como vídeos veiculados no canal do *Youtube*⁴, também foi elaborado um *site* oficial⁵ da campanha no qual é possível acessar as seguintes “abas”: Problema; Lei; Rolê Daora e Campanha. O problema elencado é a perturbação do sossego público, situação presente em diferentes locais da cidade, decorrente da reunião e práticas de sociabilidade de jovens e que tem causado repercussão e reclamações em diferentes bairros do município. No *site*, a Lei é apresentada como um “suporte legal a algumas ações e estratégias na cidade” e a Campanha é divulgada como a solução para o problema da perturbação do sossego público. O *slogan* da iniciativa é descrito da seguinte maneira:

Rolê Daora vai contar a história de amor entre Balada e o Respeito. Dois jovens pelotenses que adoram curtir a cultura e a noite da cidade. São pessoas bem diferentes com gostos distintos, mas quando se “amarraram” tiveram uma conexão que deu *match*. A menina conhecida por ser baladeira está namorando com o rapaz famoso por ser respeitoso, que também gosta de estar com amigos e confraternizar, mas sabe que tudo tem limites. Os amigos em comum torcem para que essa história dê certo. E os pelotenses também, já que Balada com Respeito sempre dá *match*! (CAMPANHA ROLÊ DAORA).

A apresentação e a contextualização em torno do processo dos projetos de lei e a apresentação da Campanha Rolê Daora contribui para a compreensão deste movimento dentro do cenário da política pública de segurança municipal

3 Apresentação musical de curta duração, produzida geralmente para um público pequeno.

4 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rxcPxbOhnR8>>. Acesso em 30 mai 2024.

5 Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/role?utm_source=portal&utm_medium=cpm&utm_campaign=roledahora&utm_id=engenho&utm_term=diariodamanha&utm_content=bannertopo>. Acesso 30 mai 2024.

e sua relação com o Pacto Pelotas pela Paz desde seu surgimento. Além disso, a elucidação dos discursos presentes nos canais oficiais do poder executivo municipal são importantes para demonstrar a construção da narrativa em torno de um Programa de Convivência Urbano, que em 2017 sob o nome de “Código de Convivência”, havia sido arquivado. Mas, com nova redação e com novas estratégias dos formuladores da política pública, foi aprovado na Câmara Municipal e caracterizado com uma nova abordagem em torno do enquadramento do problema e da imagem da política pública (RODRIGUES & BARCELOS, 2020).

Metodologia

Para identificar e apresentar um recorte das narrativas e discursos em torno desta política pública enunciados por diferentes atores sociais sobre a Campanha “Rolê Daora”, foi realizada uma seleção de notícias do site e do perfil oficial no *Facebook* da Prefeitura e os comentários de usuários da rede nas postagens. Desse modo, a amostra do trabalho é constituída de sete notícias publicadas no sítio oficial do poder executivo. As notícias foram coletadas por meio do espaço de “busca” pela palavra-chave “Rolê Daora”. As notícias referem-se ao período de agosto a dezembro de 2023.

Além das notícias, também constitui a amostra do trabalho sete postagens publicadas pelo perfil do *Facebook* da Prefeitura Municipal de Pelotas. Foram coletadas as legendas das publicações e os comentários dos usuários da rede⁶. Por meio do *software Taguette* foi realizado o processo de codificação dos textos reunidos. As unidades de registro selecionadas nas notícias foram identificadas e classificadas em dois códigos: “grifos da prefeitura⁷” e “ideias⁸”. Nas legendas das postagens do poder executivo municipal as unidades de registro foram definidas pelos códigos “linguagem” e “ideias”.

⁶ Neste trabalho foi considerada apenas a rede social Facebook.

⁷ Destaques em negrito destacados pelo editor(a)/setor responsável pela publicação no site da prefeitura.

⁸ Unidade de registro selecionada toda vez que algum ator expressava a palavra ideia ou justificativas que embasaram a proposta da campanha.

Os comentários das postagens no *Facebook* foram codificados quanto ao caráter/percepção em relação à Campanha: “críticos” (ou negativos) ou “elogiosos” (positivos/apoio) às ações desenvolvidas em torno do Programa de Convivência. A busca das postagens no *Facebook* ocorreu no perfil oficial da Prefeitura e que tinham como temática a Campanha Rolê Daora com essa palavra na descrição da legenda ou assinalada “#Rolê Daora”. No período considerado, foram identificados 102 (cento e dois) comentários⁹ nas 7 (sete) postagens.

Ressalta-se o caráter exploratório do estudo realizado constituído pelas etapas de definição e recorte da amostra, organização dos materiais e codificação dos textos. A etapa de categorização do material é caracterizada por uma perspectiva ensaística para análise e discussão de possíveis categorias para posterior incorporação ao projeto de pesquisa de doutorado.

Apontamentos sobre a Fase Exploratória e a Codificação dos Dados

A fim de apresentar algumas ideias identificadas nas narrativas do poder público sobre a Campanha Rolê Daora, assim como as percepções de diferentes atores em relação às ações e estratégias desenvolvidas por meio do Programa de Convivência Urbana implementado no município, é exposto abaixo alguns trechos das unidades de registro selecionadas durante o processo de codificação dos dados.

“[A campanha] aposta no engajamento social na busca por um ambiente noturno mais seguro, equilibrado e harmônico” (Prefeitura Municipal de Pelotas, 24/08/2023).

“Obviamente, essas pessoas costumam se encontrar na noite em busca de diversão e festa e isso é muito bacana. Mas, tem local e hora para tudo, e a ideia é que a gente possa unir a diversão ao respeito” (Prefeitura Municipal de Pelotas, 24/08/2023).

⁹ Não foram considerados os comentários de respostas.

O Rolê Daora surgiu como ferramenta para coibir a perturbação do sossego público, de forma a conciliar momentos de diversão da juventude e o comprometimento com as restrições legais (Prefeitura Municipal de Pelotas, 24/08/2023).

A ideia é que continuemos progredindo com a disseminação da informação e que os frequentadores também estejam incluídos na divulgação do movimento” (Prefeitura Municipal de Pelotas, 31/08/2023)

O Rolê Daora surgiu como ferramenta para coibir a perturbação do sossego público, de forma a conciliar momentos de diversão da juventude e o comprometimento com as restrições legais. A campanha busca partir dessa ideia, se comunicar com os jovens a partir de atividades para conscientização de que é possível se divertir com direito à alegria, encontros em bares e estabelecimentos noturnos, com respeito aos limites (Prefeitura Municipal de Pelotas, 31/08/2023).

Toda ideia que está por traz que esta construção de uma cidade mais equilibrada, inclusiva, harmônica, respeitosa que permita que os interesses de todas as camadas da sociedade convivam com respeito (Prefeitura Municipal de Pelotas, 21/08/2023).

Em relação às notícias veiculadas no sítio da prefeitura, foi possível identificar que a narrativa oficial neste veículo apresenta noções em torno da ideia de harmonia, integração social, respeito às leis e um forte apelo à sensibilização da juventude que frequenta as ruas que passaram a ser território legislado pelo Decreto municipal. A perturbação do sossego público não desapareceu do PPPP, mas foi enquadrado de uma nova maneira, com estratégias de comunicação com o público juvenil, tanto por meio da linguagem (gírias e o próprio nome da Campanha) como pela elaboração de uma identidade visual difundida no *site* e nos materiais de divulgação da campanha distribuídos para o público a quem se destinam as ações e à aplicação da Lei.

Enquanto no *site* as notícias apresentam as ideias e justificativas de embasamento das ações, no *Facebook* as legendas das postagens do poder público apresentam redação mais sucinta e uma comunicação que enfatiza os termos utilizados no *slogan* da Campanha, tais como “respeito”, “rolê”, “galera”, “*shippar*” e “balada”, ressaltando o respeito às novas regras de convivência em relação aos hábitos noturnos, conforme pode ser observado:

A junção com a gurizada tem que ser legal pra todo mundo. Curta o rolê com a galera, mas lembre-se que muitas outras pessoas precisam e têm o direito ao sossego e ao descanso. A gente conta com você para shippar a balada e o respeito (Prefeitura Municipal de Pelotas, 18/08/2023).

Mais uma noite de Rolê Daora realizada com sucesso! O rolê dessa semana teve panfletagem, muita conversa e, o melhor, com respeito! Todo mundo fez a sua parte, e, depois da meia-noite, respeitou as regras. Bora shippar a balada com o respeito! (Prefeitura Municipal de Pelotas, 31/08/2023).

No que tange à percepção dos cidadãos em relação às ações da Campanha, após organização e codificação dos materiais coletados das redes sociais, dos 102 comentários, 66 apresentaram crítica explícita as ações desenvolvidas pela prefeitura e apenas 2 elogiaram as ações empreendidas pelo poder público. Os demais 34 comentários não foram considerados pois envolviam apenas a marcação de um outro perfil de usuário ou foi expresso por meio de *emoji*¹⁰ ou *gif*¹¹, conteúdo que não constitui o recorte do *corpus* da amostra do trabalho.

Na primeira postagem do *Facebook* realizada pela prefeitura em 18 de agosto de 2023, dos 6 (seis) comentários, 5 deles apresentavam caráter crítico à ação. Mas, apenas um dos usuários da rede criticou a lei e a proibição do consumo de bebida alcoólica em via pública. Os demais, manifestaram-se criticamente porque a ação era restrita à região central, enquanto outros locais da cidade também deveriam ser incorporados à legislação, conforme pode ser observado nos excertos abaixo:

“[A lei] restringe o direito de liberdade individual, sobretudo porque a ingestão moderada de bebida alcoólica, além de ser lícita, é socialmente aceita e tolerada” (Comentário 1).

“O que adianta proibir só na Gonçalves Chaves o restante da cidade tá tudo liberado” (Comentário 2:)

“E na Av. Duque de Caxias?” (Comentário 3)

10 Imagem ou ícone que transmite a ideia de uma palavra ou sentimento. Também pode ser definido como um pictograma, ou seja, símbolo que representa um objeto ou conceito por meio de desenhos figurativos.

11 Formato de imagem em que é possível criar imagens em movimento.

“A partir de quando em qual cidade em Pelotas não existe essa lei.” (Comentário 4)

“Só na Gonçalves chaves??? E a Bento e outras ruas da cidade???? Piada nisso. Porque só essa rua????” (Comentário 5).

“Palhaçada, a D. Joaquim continua a bagunça nos postos de combustíveis.” (Comentário 6).

A postagem com maior repercussão (com 45 comentários) foi a publicada em 31 de agosto de 2023, nos quais 27 comentários apresentavam algum tipo de crítica à iniciativa da prefeitura, tais como o uso considerado inapropriado do dinheiro público para realização de um *show* de um músico local favorecendo a aglomeração e o consumo de bebidas ou, ainda, narrativas que utilizavam o nome da campanha para tecer críticas às condições de bairros ou serviço público específico, como na área da saúde, conforme pode ser observado nos excertos abaixo:

“Um role daora seria se tivesse medicamento na UBS Cohab Pestano, quando a gente vai no posto precisa de atendimento e medicação. E aí Prefeitura quando vai ter esse Role Daora hein?” (J.S.B.M, 31-08-2023).

“Quando é o rolê da patrôla? Os bairros estão abandonados, era pra ter pelo menos 2x no mês, é o mínimo, já que os moradores desses lugares já vivem ou com pó, ou com lama!” (F.A, 31-08-2023).

Os dois comentários nos quais foram identificados o reconhecimento positivo das ações da Campanha elogiavam a ação coercitiva da prefeitura e a necessidade de ordenamento social ou o reconhecimento positivo da estratégia da permissão de consumo e comercialização de bebida alcoólica com limite de horário uma alternativa que beneficia ambos os públicos impactados pela iniciativa:

“UM POVO QUE NECESSITA DE CONDUÇÃO COERCITIVA PARA MANTER A ORDEM!!! PARABÉNS” (V. Q, 24-08-2023)

“Pelo menos estão buscando uma solução que sirva para todos, para quem quer aproveitar e para quem quer sossego e precisa, adorei a iniciativa!” (S.M, 24-08-2023).

A elucidação das narrativas em torno das ações empreendidas pelo poder público, seja aquelas veiculadas nos canais oficiais de comunicação ou os comentários publicados pelos usuários no *Facebook*, colaboram para compreender o reconhecimento da perturbação do sossego público como um problema conflituoso a ser enfrentado e sua construção como um problema público (SUBIRATS, 2006), além da sua incorporação na política pública de segurança do município que desde o surgimento em 2017, compõe um dos eixos do Pacto Pelotas pela Paz.

Concorda-se com Barcelos (2012, p. 83) “que o pressuposto de que políticas públicas são, antes de tudo, processos sociais complexos, marcados por interações discursivas entre os atores que buscam influenciar a tomada de decisão”. Logo, o estudo exploratório para identificação das ideias que embasam e sustentam as ações e estratégias da prefeitura também são importantes para entender as nuances em torno processo da política pública e de como essa assunto retornou à agenda política do governo municipal e à Câmara de Vereadores, de modo a consolidar uma Lei e Decreto que anteriormente os “empreendedores de políticas públicas” (CAPELA, 2016) não haviam logrado êxito para sua aprovação e implementação.

Além disso, o conceito de “imagem de política”, auxilia a perceber o valor das ideias e o enquadramento estratégico de questões de política em termos favoráveis às ideias defendidas pelos *policy makers* (BAUMGARTNER & JONES, 1993, p. 25 *apud* RODRIGUES & BARCELOS, 2020), ainda que diferentes parcelas da sociedade percebam de modos distintos e críticos a forma de resolução do problema.

Considerações Finais

Os resultados (parciais) obtidos com a pesquisa exploratória contribuíram para aproximação com o universo de pesquisa e possibilitaram a identificação de alguns discursos e narrativas que são mobilizados pelo poder público

em torno desta política pública como a ideia de “harmonia”, “coesão” e uma preocupação em adaptar a Lei para o público juvenil por meio da identidade visual, das ações promovidas no lançamento da campanha e pelas estratégias de publicidade promovidas em torno do “Rolê Daora”. Também observou-se que há diferentes compreensões sobre o decreto que envolve perspectivas mais críticas dos cidadãos, seja por considerar que as ações são restritas à um território específico da cidade e são condescendente com as práticas juvenis em outros locais, seja por outros atores que foram impactados de diferentes maneiras com a nova lei e decreto implementados.

Finalmente, a aproximação com os materiais e narrativas produzidos em torno da Campanha Rolê Daora propiciou reflexões em torno da ampliação do mapeamento e da constituição da amostra de pesquisa, ou seja, não apenas das ideias e narrativas, mas também dos atores e organizações que têm atuado como empreendedores de políticas públicas e influenciado as dinâmicas sociais e o processo de formulação de políticas públicas. A codificação dos materiais também possibilitou a construção de uma amostra para elaboração de novas categorias de análise para serem incorporadas ao projeto de pesquisa.

Referências Bibliográficas

Barcelos, M. Processos sociais, construções discursivas e “imagens de política pública” na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul, 2004-2009. *Plural*, 19(2), p. 83-112, 2012.

CAPELLA, A. C. N.. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, n. spe, p. 486–505, jul. 2016.

JESKE, Henrique. **Guerra e paz em Pelotas/RS**: a narrativa das facções criminosas em pixos e tatuagens. 137 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Pelotas, 2023.

AMARAL, Mariana. Rolê Daora estreia na Gonçalves e já produz resultados positivos. **Prefeitura Municipal de Pelotas**. 2023. Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/noticia/role-daora-estrela-na-goncalves-e-ja-produz-resultados-positivos>>. Acesso em 12 nov 2023.

PERISSINOTTO, R.; STUMM, M. G.. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 121–148, dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Rolê Daora**. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/role?utm_source=portal&utm_medium=-cpm&utm_campaign=roledahora&utm_id=engenho&utm_term=diariodama-nha&utm_content=bannertopo#acampanha>. Acesso em 12 nov 2023.

Prefeitura e GGI apresentam Código de Convivência à Câmara. Disponível em: <<https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/prefeitura-e-ggi-m-apresentam-codigo-de-convivencia-a-camara>>. Acesso em 30 mai 2024.

RODRIGUES Neto, D. D.; BARCELOS, M. Histórias na agenda: uma aplicação do “Narrative Policy Framework”. **Revista De Administração Pública**, 54(6), P. 1632–1653, 2020.

SOARES, César. Rolê Daora é apresentado a forças de segurança. **Prefeitura Municipal de Pelotas**. 2023. Disponível em: <Rolê Daora é apresentado a forças de segurança>. Acesso em 12 nov 2023.

SOARES, César. Prefeitura lança movimento Rolê Daora. **Prefeitura Municipal de Pelotas**. 2023. Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeitura-lanca-movimento-role-daora>>. Acesso em 12 nov 2023.

SUBRATS, J. El papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas publicas. In: **Políticas públicas** - coletânea. Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi – Brasília: ENAP, 2006.



FUNCIONAMENTO DO TERMO FAKE NEWS NOS DISCURSOS DA ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL

Ariadne Siqueira de Medeiros¹
Rosely Diniz da Silva Machado²

Introdução

Este trabalho apresenta um recorte conciso do tema pesquisado durante a realização do Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande, em 2021, que teve por objetivo analisar o funcionamento discursivo do termo *fake news* na campanha política dos candidatos Ivo Sartori e Eduardo Leite ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Pautando o início da discussão, cabe dizer que a base teórica que fundamenta nosso estudo, a Análise do Discurso Pecheuxtiana (AD), defende não haver unicidade de sentidos nas palavras, pois a mesma considera o incessante movimento de sentidos que ora se mostram em sua falta e ora em seu excesso, assim como os sujeitos que os produzem. Desse modo, compreende-se que todo processo discursivo se dá sob determinadas condições histórico-sociais e ideológicas.

1 FURG - ariadne.siqueira.medeiros@gmail.com

2 FURG – roselymachado11@gmail.com

Em uma sociedade dividida e pouco receptiva a diferentes pontos de vista, as *fake news* encontraram um terreno fértil para surgirem e se fortalecerem em meio às notícias veiculadas pelos meios de comunicação tradicionais e nas redes sociais. Segundo Recuero (2019), o conceito de *fake news* vai além da dicotomia verdade-mentira, tratando-se, na verdade, de desinformação com propósitos específicos: “a *fake news*, assim, não se trata apenas de uma informação pela metade ou mal apurada, mas de uma informação falsa intencionalmente divulgada, para atingir interesses de indivíduos ou grupos” (RECUERO, 2019, p. 32). As notícias falsas são disseminadas por diversos meios de comunicação, às vezes, devido a uma má apuração dos fatos, outras vezes, devido a práticas questionáveis por parte de certos jornais ou indivíduos, mas a adoção de “inverdades” como pauta, inclusive em reportagens, não é algo novo. Entretanto, misturadas a interesses políticos, essas notícias são um combustível poderoso para promover ou desacreditar agendas de grupos específicos.

Assim, especialmente no âmbito político, independentemente do contexto, a simples menção do termo *fake news* gera considerável desconforto entre os indivíduos envolvidos ou para aqueles que foram enganados pelo conteúdo. Na concepção aristotélica, por exemplo, a honra é uma das principais características exigidas dos políticos e a verdade está intrinsecamente ligada ao comportamento ético dos bons governantes. Um político virtuoso deve ser íntegro, honrado e ter boas intenções para servir como modelo para a sociedade. Associar o nome de um político à disseminação de *fake news*, por exemplo, certamente mancha essa imagem, que se supõe ser irrepreensível e que é crucial para ser transmitida aos eleitores.

Dessa forma, na trama desses discursos políticos, buscou-se compreender o funcionamento discursivo do termo *fake news*, produzido pelos candidatos Eduardo Leite e Ivo Sartori, durante a campanha eleitoral para o cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2018, realizada entre os dias cinco de julho e 28 de outubro. Através do aporte teórico da Análise

do Discurso de linha francesa, tematizou-se o funcionamento dos efeitos de sentido presentes na materialidade do *corpus* coletado, quando se mobilizam discursivamente processos de identificação com saberes cristalizados para sustentar um posicionamento político, elegendo a dicotomia falso/verdadeiro para referir o termo *fake news*.

Considerações Teóricas

As considerações iniciais, aqui trazidas, contemplam a visão filosófica de Aristóteles, pois nos permite revisitar os conceitos que contribuíram para a formação do imaginário social sobre o que se espera de um político, ou seja, aquilo que os políticos “devem” demonstrar discursivamente que são. Buscamos a concepção aristotélica sobre ética, honra e virtude, características que, segundo o filósofo, são fundamentais para um governante eficaz. De acordo com Vergnières (1998), para Aristóteles além de ser bom, é preciso *demonstrar* essa habilidade; e este é um dos tópicos frequentemente observados no discurso dos políticos, inclusive dos candidatos cujos discursos analisamos nesta pesquisa, os quais buscam expor suas habilidades para demonstrar capacidade para ocupar determinada posição de poder.

Aristóteles divide os homens políticos dos homens vulgares, pois, para ele, há uma diferença crucial na forma como esses dois tipos de homens veem a vida: os últimos se preocupam somente com a felicidade momentânea; os primeiros, entretanto, veem no bem comum a felicidade máxima e são predestinados à vida política. O “sumo bem”, conforme aponta o filósofo, na vida política, é a prosperidade da comunidade e das famílias e o alinhamento desse grupo com as leis e regras de convívio. Um bom político, segundo Aristóteles, deve ser um modelo a ser seguido, deve ser capaz de levar a sociedade ao sucesso e de elaborar as leis de convívio.

Essa perspectiva aristotélica nos permite aludir ao pensamento foucaultiano, pois Foucault também se preocupou em estudar a ética e a moral. Para o

autor, a moral é algo mais geral, da composição de leis e dos preceitos que devem ser seguidos por todos, enquanto a ética seria o desempenho individual dos sujeitos ao executarem suas ações. De acordo com Foucault (1979), a política é regida por três pilares, a saber, poder, direito e verdade; o da verdade e o do poder são codependentes, uma vez que para Foucault o poder só pode ser exercido através da verdade. O discurso da lei é o discurso da verdade e, com base em Aristóteles, quem governa produz a lei, portanto, dentro dessa perspectiva, esse governante tem o poder de ter o discurso da verdade.

Cabe retomar que, nesta pesquisa, especialmente fundamentada na teoria de Análise do Discurso Pecheuxtiana, não pretendemos classificar discursos e/ou notícias como verdadeiras ou falsas, visto que buscamos problematizar, nas análises do *corpus* referido, a (pre)tensa univocidade atribuída à interpretação do leitor, quando se aciona um sentido reducionista/transparente para representar o termo *fake news*.

A Análise do Discurso (AD), teoria principal que embasa este trabalho, teve origem na França, em 1960, e seu precursor foi Michel Pêcheux, responsável pelos principais conceitos que integram o quadro epistemológico geral da AD. O autor estuda a relação entre o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX, 1997, p. 163). A partir dessas áreas, Pêcheux fez sua contribuição com o intuito de propor, o que, para ele, faltava nas teorias sobre a Linguística e Discurso já existentes. Ao considerar a relação entre Linguagem e Ideologia, sendo esta constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, a Análise do Discurso oferece um novo recorte epistemológico ao entender o sujeito como um ser social e histórico, que produz sentidos em determinadas condições de produção.

Sendo assim, ao olhar para um discurso, três pontos devem ser examinados. Não podemos, enquanto analistas, observar somente o que está em sua superfície gramatical:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias.
2. A Linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo.
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX, 1997, p. 163).

De acordo com Pêcheux (1997, p. 77, grifos nossos), todo discurso é realizado através de “*condições de produção dadas*”. Ele usa como exemplo um deputado que poderia estar dentro do governo na oposição ou da situação: o mesmo discurso poderia ter sentidos totalmente diferentes dependendo do lado que o político se encontrasse, porque ele está dentro das “*relações de força*” existentes no campo político e, também, o discurso está inserido nas “*relações de sentido*” existentes, pois sempre estará relacionado a outros, direta ou indiretamente (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Quanto às relações de sentido nas quais o discurso é produzido, podemos dizer que os discursos não têm origem em si mesmo. Conforme Pêcheux (1997, p. 77), ele sempre é uma resposta a outro discurso “*prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima*”. Dessa forma, se o objetivo for trazer à luz tópicos que já foram abordados previamente, os sujeitos utilizam termos que remetam a eles em suas falas, “*ressuscitando no espírito do ouvinte o discurso no qual esse acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido*” (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Dessa forma, um sujeito, ainda que de forma inconsciente, é levado a ocupar seu lugar na luta de classes. Os Aparelhos Ideológicos (AIE) e o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) atuam para que não haja desvios da lógica capitalista do sistema dessa ideologia. Os primeiros, dentro da teoria de Althusser, aparecem na forma da família, da religião, da escola, de instituições que atuem de forma ideológica e não repressiva, ou seja, através da violência, para

manutenção da ideologia dominante. O segundo aparelho, portanto, é representado pelo Estado, compreendido como polícia, exército, judiciário, prisões, instituições que funcionem através da violência física ou não, para cumprimento da ordem. É importante ressaltar que nem sempre os Aparelhos Ideológicos funcionam apenas pela ideologia, podendo fazer uso de violência, assim como o Aparelho Repressivo pode atuar através da ideologia. Dentro dessa articulação, Pêcheux diz que:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada sujeito seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (1997, p. 165).

O sujeito, de acordo com Orlandi (2005, p. 20), “é descentrado pois é afetado simultaneamente pelo real da língua e pelo real da história, não tendo controle como elas o afetam”. É, portanto, a partir da tomada de posição no discurso e identificação com as formações ideológicas, que o sujeito, sem se dar conta do seu modo de se relacionar com a ideologia, acredita ser fonte/origem de seu dizer. Segundo Orlandi (2005, p. 43), com base em Pêcheux, “aquilo que numa posição ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórico dada – determina o que pode e deve ser dito” são denominadas formações discursivas (doravante FD). Então, cada sujeito, interpelado pela ideologia, pode produzir enunciados que se identifiquem com saberes de diferentes FD, não sendo limitados a somente uma e passando a significar o mundo a partir delas (PÊCHEUX, 1995).

A noção de FD, segundo Orlandi, é fundamental para a constituição de sentido do discurso, já que “aquilo que o indivíduo diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2005, p. 43), ainda que essas escolhas não sejam conscientes, tampouco seus discursos inéditos. De acordo com essa teoria, todos os sujeitos são afetados por

dois esquecimentos que lhes são constitutivos, conforme denomina Pêcheux:

Esquecimento nº 2: Todo sujeito-falante “seleciona” no interior da FD que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado forma a sequência e não um outro, que também está no campo do que poderia ser formulado. Esquecimento nº 1: O sujeito não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. “Eu sei o que estou dizendo” (1995, p. 174).

Então, respectivamente, um que acredita ser a origem do seu dizer e outro em que acredita que suas sentenças só podem ser articuladas daquela forma e não de outra. De acordo com esses conceitos, é possível afirmar que a sintaxe não é neutra, conseqüentemente, a organização dos discursos não o é, conforme (SCHONS et al., 2003). A escolha, ainda que inconsciente, da inserção do termo *fake news*, mobilizado em um discurso entendido como sendo *verdadeiro*, produz significado e aciona nos sujeitos que o escutam suas representações imaginárias.

De acordo com Pêcheux (1995, p. 159), “é a *ideologia* que, através do hábito e do uso, está designando ao mesmo tempo o que é e o que deve ser”, isso funciona, pois há o “reconhecimento do imaginário” (MACHADO, 2016, p. 119), as projeções sobre pessoas e situações no mundo. Por essas formações imaginárias, que são um efeito social, resultantes das relações sociais e de poder, podemos, por exemplo, antecipar como funciona uma escola, um jornal ou uma notícia falsa. Também, através dessas formações imaginárias, é possível que o sujeito antecipe como deve se comportar no lugar social que ocupa e, também, como deve falar com o seu destinatário, uma vez que este pode ou não se encontrar em uma mesma posição-sujeito.

De acordo com Pêcheux (1995, p. 160), “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo”, ou seja, para entender os efeitos de sentido de um texto, é preciso pensar na sua condição de produção, em quem o escreveu, com que finalidade foi escrito. O sentido de um discurso, de acordo com essa teoria, nunca é transparente: ele é opaco. De

acordo com Ernst-Pereira (2005, p. 25), é “ilusória a sensação de que uma palavra pode dar ordem ao caos, prover de unidade o que é de natureza heteróclita, fragmentada e diversa”. O termo *fake news*, a ser analisado no *corpus* desta pesquisa, mobiliza essa opacidade constitutiva da materialidade discursiva e aciona nos sujeitos memórias discursivas que mobilizam processos de identificação com determinados saberes, os quais produzem efeitos de sentido.

Sobre o Gesto Analítico

A fim de mobilizarmos nosso gesto de análise, observaremos o funcionamento das sequências discursivas que integram o *corpus* da pesquisa. Segundo Ernst (2011), os discursos podem ser analisados com base em três aspectos: falta, excesso e estranhamento. A *falta*, segundo a autora, é tudo aquilo que não aparece no enunciado, mas fica implícito. Esse conceito pode ser utilizado como forma de “encobrir pressupostos ideológicos” (ERNST, 2011, p. 829). De acordo com ela, a falta é demonstrada discursivamente com a omissão de palavras, expressões e/ou orações, também através da omissão de elementos interdiscursivos que são esperados, mas não aparecem.

O *excesso*, em contraponto, é o que se repete, são formas textuais que aparecem demasiadamente nos enunciados, que ganham destaque justamente por sua frequência. O excesso pode aparecer, segundo a autora, na forma de testemunho, confissão, redizer, reclamar; este artifício, então, expõe elementos a mais, a fim de ocultar outros, que por não estarem presentes, conforme já apontado, também produzem sentido. Por último, o *estranhamento*, o qual utiliza enunciados, expressões, palavras, orações que não fazem parte daquilo que está sendo dito. O estranhamento é uma forma de pré-construído. De acordo com a autora (2011, p. 830), ele “possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado”.

Com base nos conhecimentos teóricos e metodológicos explicitados acima, traremos um recorte dos textos divulgados durante a campanha para o go-

verno do Rio Grande do Sul, do ano de 2018, cujo embate foi entre os candidatos Eduardo Leite e Ivo Sartori. As sequências discursivas analisadas foram publicadas durante o período legal de campanha, entre os dias cinco de julho e 28 de outubro³. Essas SD foram selecionadas a partir de entrevistas dadas pelos candidatos a veículos jornalísticos, proferidos e transcritos de debates ou publicadas pelos próprios sujeitos em suas respectivas redes sociais. Dentre esses discursos, através de um sucinto recorte⁴, priorizamos demonstrar o funcionamento das dicotomias verdade e mentira, certo e errado, fato ou *fake*.

Análise das Sequências Discursivas: Verdade Versus Mentira, Experiência Versus Imaturidade

*SDL1*⁵: “A justiça já se manifestou e várias #FakeNews já foram retiradas do ar, inclusive fake news divulgadas por pessoas com altos salários no atual governo”.

Na *SDL1*, o termo *fake news* é utilizado de forma a desvalorizar e diminuir o outro candidato enquanto governante da situação. Para isso, é utilizado o advérbio “inclusive” para inserir uma segunda ideia, aditiva à primeira, na qual acusa funcionários, com altos salários no atual governo, de divulgarem fake news”. Uma vez que Leite menciona pessoas com significativos vencimentos do governo atual de terem participado da divulgação de *fake news*, mentiras, também tenta demonstrar a sua superioridade enquanto candidato. Se Sartori é mentiroso, não é capaz de assumir novamente a gestão do Estado, porque se ele

3 Apesar de o período de escolha das convenções partidárias aos seus candidatos e coligações ser entre os dias 20/07/2018 até 5/08/2018, os políticos podem, desde o dia citado (5/07/2018), realizar autopromoção, segundo o calendário eleitoral divulgado pelo Supremo Tribunal Eleitoral em 25/01/2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Dezembro/confira-as-principais-datas-do-calendario-eleitoral-das-eleicoes-gerais-de-2018>. Último acesso em 4 de novembro de 2019.

4 O *corpus* analisado na pesquisa de Mestrado, denominada *O funcionamento discursivo do termo fake news na campanha política dos candidatos Ivo Sartori e Eduardo Leite ao governo do estado do Rio Grande do Sul*, é mais extenso que o recorte apresentado neste artigo. O texto completo da dissertação está disponível no link: <https://argo.furg.br/?RG001464152>.

5 A sequência discursiva referente ao candidato Leite será abreviada com a forma *SDL1*, posteriormente a referente ao candidato Sartori será abreviada como *SDS1*.

e sua equipe compactuam com a “política das *fake news*”, conforme menção no discurso de Leite, logo, Sartori não deveria estar no poder.

Retomando, conforme é visto em Orlandi (2005, p. 42), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido, conforme as posições daqueles que as empregam”. Ao se utilizar de um discurso que é essencialmente relacionado ao bom sujeito, político e governante, Leite busca mostrar-se “politicamente correto”. Desse modo, alinhado a essa formação discursiva, cujo interior abriga saberes conservadores sobre política, Leite, enquanto candidato, incorpora os saberes sobre o que é esperado de um político nesse cenário, ou seja, um político fiel à verdade e aos bons costumes.

Como podemos observar na sequência discursiva analisada, há um forte apelo do candidato para se mostrar alinhado com uma posição-sujeito, na qual, historicamente, ressoam saberes sobre verdade, honradez e virtude, é necessária uma autoafirmação para se mostrar consoante a esse perfil. Ainda que pretenda demonstrar aos eleitores seu alinhamento com uma suposta Nova Política durante a campanha, mobiliza um perfil conservador, que se vincula a uma política conservadora. Com isso, podemos dizer, segundo Ernst-Pereira (2011), que a repetição contribui para fortalecer, frente aos eleitores, a relevância da *verdade* nos discursos dos políticos e, por sua vez, a sua respectiva formação discursiva através da insistência.

Nessa mesma SDL, observamos, também, um estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 829) da ordem do discurso, quando é mencionado “inclusive *fake news* divulgadas por pessoas com altos salários do atual governo”. De acordo com a autora, o estranhamento é a estratégia que utiliza enunciados, expressões, palavras, orações que não fazem parte daquilo que está sendo dito. Ao refletirmos sobre esse fragmento, ao adjetivar as pessoas do governo atual que divulgam *fake news* como portadora de “altos salários”, Leite lança sus-

peita sobre os motivos desse compartilhamento. Ao disseminar *fake news* que prejudiquem o novo possível governador, essas pessoas manteriam seus cargos e seus altos salários, compactuando de forma proposital com a disseminação de notícias falsas para benefício próprio.

A utilização do termo *fake news* como um sinônimo de “mentira” é recorrente para desqualificar o outro candidato e, ainda que saibamos que as *fake news* são utilizadas como estratégia pela oposição em campanhas políticas, as notícias falsas não têm uma raiz facilmente identificável. As *fake news* são um fenômeno da internet e podem atingir milhares de pessoas em minutos, determinar a autoria de uma *fake news* é um processo que demanda tempo e investimento de especialistas em tecnologia. Além disso, o próprio termo *fake news* produz efeitos de sentido, conforme a Formação discursiva na qual é (re) produzido.

Assim, percebemos que embora o candidato Leite aluda ao “novo” modo de governar, ele promete assegurar o lugar do político que conservará a imagem do homem de bem, que não surpreenderá o povo, nem promoverá o medo, já que é correto e não mente. Dessa forma, com base em seu discurso, observamos que Leite se encontra identificado com uma formação discursiva que demanda saberes conservadores acerca do que vem a ser um bom político.

SDSI: “Sou daqueles que entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia”.

Considerando que, no imaginário social, pessoas mais jovens são apontadas como imaturas e pouco preparadas para, por exemplo, assumirem o governo de um Estado, uma vez que é necessária “maturidade” para ocupar determinados cargos, percebemos que Sartori manifesta isso de diversas formas em seu discurso. Operando o que Ernst-Pereira (2011) nomeia como um excesso no texto, de forma que os termos “vitimização” e “maturidade” apareçam no eu discurso sinalizando o mesmo propósito, já que o excesso aparece “na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas

diferentes no intradiscurso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento de sentidos” (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 830). Percebemos, então, que ainda que haja uma mudança na forma de o candidato Sartori elaborar o seu discurso, os efeitos de sentido que buscam ser estabelecidos se entrelaçam e se determinam ideologicamente e isso é possível, pois, conforme é visto em Pêcheux:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (1995, p. 146).

Também, na SDS1, Sartori diz que: “entende que a boa política é falar a verdade, ter coerência, conhecer os números como eu conheço e não fazer demagogia”. Essas quatro caracterizações da “boa política” remetem ao pensamento filosófico, visto que a finalidade da vida pública é a virtude e honradez e, que para sermos detentoras destas, devemos ser honrados e verdadeiros. Como já abordado, um dos tipos de virtude é a adquirida através da educação e desenvolvida pelo hábito, discursos que ecoam nas falas do candidato Sartori. Novamente, podemos citar o conceito de excesso, para observarmos a Formação Discursiva com a qual Sartori se identifica, que é a FD Conservadora, ou seja, a que abriga saberes sobre o político tradicional.

Essa FD apresenta um político como alguém que tem larga experiência na área, estabelecendo, com isso, um jogo de antecipação de imagens dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam numa formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados, conforme Pêcheux (1995) nos ensina. Desse modo, temos o ideal de um político que deve atuar de acordo com a moral e os bons costumes, um político que tenha “maturidade” adquirida e comprovada pela vida pública. A presença do excesso, nos discursos de Sartori, visa “buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição” (ERNST-PEREI-

RA, 2011, p. 830), então, por meio de demonstrativos sobre sua experiência na “vida pública”, “sua história”, “sua maturidade suficiente”, elementos que se repetem, reproduzindo esse discurso da necessidade de experiência e de tempo para se tornar um bom político, justamente o que seu adversário não tem, pois é considerado jovem.

Outra característica vista no discurso de Sartori é a utilização do excesso, em forma de repetição, com o objetivo de esvaziar o discurso da oposição. Dessa forma, percebemos que, ainda que existam diferenças sobre o termo no discurso dos dois candidatos, ambos estão relacionados com a mesma Formação Discursiva Conservadora. Em Orlandi (2005), dentro dos discursos dos sujeitos, as palavras adquirem sentidos diferentes e ao se ligarem a formações discursivas diferentes; da mesma forma que esses sentidos são temporários, só existindo enquanto relacionados a uma formação discursiva e não a outra. Ambos os candidatos demonstram alinhamento com os mesmos saberes quando elaboram seus discursos.

Considerações Finais

Através desta pesquisa, foi possível analisarmos a materialidade dos discursos dos candidatos, através da qual ressoam determinados saberes sobre como se comporta um bom político e sobre como a verdade opera no discurso dos políticos, enquanto estratégia de persuasão. Mesmo que durante um embate esperemos que os candidatos estejam em lados opostos, pelas sequências discursivas analisadas, encontramos posições-sujeito identificadas com uma formação discursiva conservadora.

Nas análises, ainda, notamos que as dicotomias que marcam os discursos dos candidatos são utilizadas de formas semelhantes, como se houvesse um “modelo” preestabelecido do que deve apresentar o discurso de candidatos que visam ocupar esses cargos. Podemos dizer que nessas falas antagônicas, utilizadas com tanta constância entre os candidatos, ressoam os saberes vistos em

Luzivotto (2009) sobre a polarização gaúcha. Os discursos de ambos candidatos se identificam com a mesma FD Conservadora, isso nos faz refletir sobre aspectos culturais que estão enraizados e são (re)passados através das gerações. Sartori é um político com mais de quarenta anos de carreira e Leite possui apenas treze como representante público, mas em seus discursos existem muitas semelhanças.

Desse modo, concluímos que, para analisarmos os discursos aqui em pauta, foi preciso atravessar a interpretação para chegar à compreensão dos mesmos. Se ao interpretar, deparamo-nos com evidências já construídas, ao compreendermos passamos a conhecer os processos de produção, a historicidade em sua materialidade contraditória, concreta, que só nos é acessível por meio da análise da materialidade discursiva, conforme a teoria da AD nos ensina.

Referências Bibliográficas

ERNST-PEREIRA, A. G. O Casaco de Arlequim. Uma Reflexão sobre a Semântica Proposta por Michel Pêcheux (Le Manteau de Arlequim une Réflexion sur la Sémantique Proposée par Michel Pêcheux). **Estudos da Língua(gem)**, n. 1, v. 1, p. 23-30, jun., 2005.

ERNST-PEREIRA, A. G. O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 93 p., 2009.

MACHADO, R. D. S. Entrecruzando discursos sobre a prática docente: a língua analisada em sua heterogeneidade constitutiva. In: **Estudos da linguagem: diferentes olhares**. 1 ed. São Paulo: Pontes Editora, v.1, p. 115-128, 2016.

ORLANDI E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1997.

RECUERO, R.; GRUZD A. Cascatas de “Fake news” Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia (PUCSP)**, v. 41, p. 31-47, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n41/1519-311X-gal-41-0031.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

SHONS, RASIA, MOREIRA, MACHADO. Uma interface produtiva entre sintaxe e discurso. **Cadernos do I.L.**, Porto Alegre, n. 26, p. 19-25, 2003.

VERGNIÈRES, Solange. Ética e Política em Aristóteles: physis, ethos, nomos. Tradução de Constança Marcondes César. São Paulo: Paulus, 1998.



OS MALES DA COMUNICAÇÃO PARA A POLÍTICA BRASILEIRA: O CASO “FOLHA DO BRASIL”

João Octavio França Teixeira¹

Introdução

A informação é um dos bens mais valiosos da contemporaneidade, com isso quem possui melhor capacidade de sua manipulação e articulação acaba por ser decisivo ao pautar os interesses de seu grupo. Mas não é apenas valiosa em nosso tempo, a posse do saber sempre teve diferentes graus de restrição ao longo das diferentes fases do desenvolvimento das civilizações.

Contudo, no século XXI os avanços tecnológicos tem tido um papel importante em ampliar a democratização da informação, porém simultaneamente a isso se amplia e intensifica os aspectos negativos do uso para fins escusos, ou seja, atender a interesses de grupos através da desonestidade. No Brasil podemos destacar os exemplos das eleições de 2018 e do período pandêmico, como momento de grande produção de desinformação e fake news.

Nesse sentido, a manipulação da informação não se dá apenas pelos meios “extra oficiais” da informação, também pode ocorrer nos reconhecidos meios de comunicação oficiais, tanto privados quanto públicos, ou seja, como destacado tal dinâmica está alicerçada ao interesse de diferentes grupos. Das

¹ Mestrando PPGH- UFPeL, Bolsista CAPES /joaoo.octaviofranca@gmail.com

consequências de tal disputa, se tem uma escala de diferentes tipos, desde tentar reduzir a legitimidade das eleições, não se vacinar e até invadir a sede dos três poderes. Mas das principais consequências podemos destacar o golpe de 2016 e em seguida a prisão do presidente Lula. Assim visamos evidenciar a força que manipular as informações possui e suas consequências para o cotidiano.

Nesse sentido, nosso trabalho consiste em buscar compreender a articulação da mídia reacionária, através do periódico digital que inicialmente era intitulado “*Folha do Brasil*” e depois passou a ser “*Foco do Brasil* “. Assim, iremos realizar o processo de compreensão da articulação pelos primeiros quatro meses (7 de março de 2020 até 26 de junho de 2020) do periódico digital, nessa fase ainda intitulado como “*Folha do Brasil*”, o qual possuía grande semelhança estética com o as páginas do periódico “*Folha de São Paulo*”. Assim, podemos dizer que, em um cenário de crise política e reestruturação abriu-se espaço par emergência de imprensas alternativas, muito marcada pela dinâmica das redes sociais que se transformaram em porta vozes de grupos fora da imprensa tradicional, descumprindo um acordo tácito de compromisso com os fatos “verdade”.

A partir disso, iremos buscar refletir quais as questões que podemos relacionar a tal periódico. Dentre elas destacamos: Primeiro, a possível facilitação de criação de Fake News tendo em vista a semelhança estética que possuía com um dos maiores meios de comunicação na imprensa brasileira (Folha de São Paulo). Segundo, se através de seu discurso houve a legitimação do governo Bolsonaro como positiva. Terceiro, tentar identificar se o material produzido era unicamente por sua página de Instagram.

Entendemos, que podemos situar esse estudo no campo sociológico no quesito de compreender como a comunicação é reflexo de opiniões engajadas por grupos, concordando com as noções discutidas por Bourdieu de que a opinião pública não existe. Junto a isso, desmistificar a ideia amplamente difundida de imprensa neutra. Assim, iremos analisar se é possível enquadrar

o periódico aqui escolhido como bolsonarista e partir disso desenvolver e ou filiar-se a uma noção/definição de bolsonarismo.

As motivações que nos levaram a desenvolver essa pesquisa, estão em torno da ampliação do debate sobre a imprensa no Brasil, buscando contribuir no desenvolvimento de questões que tangenciam a imprensa reacionária. E também, compreender qual a influência do objeto aqui escolhido para a possível formulação de legitimação da razão bolsonarista.

Assim, estabelecemos que nosso objeto é a “*Folha do Brasil*“, periódico que pelas nossas primeiras impressões tem sua ação inteiramente digital e por sua página de Instagram, e que também teve curta duração de circulação que ocorreu durante 4 meses. Logo, iremos estudar a imprensa reacionária, pelo prisma da imprensa bolsonarista.

Iremos buscar as publicações do periódico digital “*Folha do Brasil*” presente em sua página do Instagram, em busca de assegurar a pesquisa do objeto aqui estudado também iremos criar um acervo pessoal com as cópias dessas postagens.

Nosso objetivo geral, é saber se podemos afirmar que o referido jornal digital é um meio de comunicação reacionário/bolsonarista. Entendemos que devido ao pioneirismo dessa pesquisa, nossos objetivos em nível mais específico margeiam as três noções de objetivos possíveis de traçar em um uma proposta de pesquisa. Ou seja, entendemos que nosso estudo é exploratório, descritivo e explicativo. Pois, avaliamos que nossa pesquisa tem o potencial de possuir os três momentos. No primeiro momento, iremos ter que conhecer o objeto, sua trajetória até sua consolidação e criação assim podendo inferir sobre sua identidade a partir de suas especificidades de formação, após isso temos de realizar o levantamento dos 4 meses de atividade do periódico digital, e descobrir se esse atuava apenas pelo Instagram.

No segundo momento, compreendemos como sua delimitação e caracterização, ou seja, justificar o recorte e verificar a possibilidade de caracterizar/

determinar como imprensa bolsonarista. E no terceiro momento, junto ao nosso referencial teórico metodológico, buscaremos analisar e avaliar como nosso objeto legitimava ideias e discursos e, como essas podem ser enquadradas no escopo reacionário. Assim, temos dois objetivos específicos que servem para auxiliar o andamento deste estudo que são: Entender o que é o Bolsonarismo de maneira conceitual; analisar as folhas de rosto das matérias publicadas no Instagram.

Reconhecemos, que nossa busca pode sofrer alterações ao longo da trajetória da pesquisa, mas sabemos que aqui apontamos o nosso principal ponto de partida e estamos abertos ao desenvolvimento de novos objetivos específicos.

Desenvolvimento

Compreendemos que, nossa proposta está bem enquadrada no campo sociológico. Pois, a entendemos como uma perspectiva que amplia a concepção trabalhada por Bourdieu de que a opinião pública não existe e, que na verdade são opiniões mobilizadas por grupos.

Quanto ao que infere a relevância social deste trabalho elegemos uma, que é sua importância para a identificação das articulações reacionárias pelos seus próprios meios de comunicação que ferem os princípios democráticos (democracia liberal) estabelecidos pelo conjunto de leis e regras no país. Utilizam esses princípios como “sombra” para justificarem suas ações reacionárias, aqui podemos elencar um desses princípios que é de liberdade de imprensa e imprensa livre, com o intuito de se isentar de responsabilização de seus atos.

Assim, entendemos que nosso estudo tem o papel de ampliar as perspectivas de estudo de mesma gênese, ou seja, estudos que buscam compreender e identificar a imprensa reacionária no Brasil. Sabemos que, estudos dessas plataformas de “informação”, ainda são incipientes/recentes, porém estudos que abordam teoricamente as características presentes nesse tipo de imprensa estão em constante ampliação como estudos sobre as “fakes News”. E

também podemos aproveitar a tradição de estudos que temos da imprensa ao longo da história, incorporando noções e ampliando conceitos.

Quanto ao tema imprensa, podemos elencar a princípio alguns trabalhos que nos auxiliaram no processo de construção dessa pesquisa. Ressaltamos, que nem todos tratam do tema imprensa reacionária e nenhum ainda do tema imprensa bolsonarista.

Com isso, iremos buscar fôlego para essa pesquisa, no que tange a ampliação de noções já trabalhadas. Dentre elas podemos destacar alguns autores: Carla Luciana de Silva Souza (Veja: O indispensável partido neoliberal); Noam Chomsky (Mídia propaganda política e manipulação); Ignácio Ramonet (Tirania da comunicação); Pierre Bourdieu (A opinião pública não existe); Tania Regina de Luca (História da imprensa no Brasil); Leticia Cesarino (O mundo do avesso - Verdade e política na era digital).

Com isso, temos esse esboço inicial de autores que iremos buscar nos aprofundar em suas concepções, para a realização das articulações adequadas de seus conceitos.

Para auxiliar na manipulação do objeto iremos utilizar como metodologia para e os conceitos anteriormente supracitados a ATD (análise textual discursiva) enquadrada na concepção de Roque Moraes e Maria do Carmo Galiuzzi, essa metodologia navega entre AC (análise de conteúdo) e a AD (análise de discurso).

A análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois polos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto (Moraes; Galiuzzi, 2006, p.118).

Esse modo de pesquisa analítico nos permite realizar uma construção flexível do processo de pesquisa no que tange a fabricação da pesquisa, ou seja, é criado um espaço de construção e reconstrução, pois permite a diversificação

de elementos na compreensão e significação quanto ao que se está pesquisando (fenômeno investigado), e simultaneamente a isso a metamorfose do próprio pesquisador.

Feito isso, nos cabe apresentar ao leitor como é nosso objeto, para auxiliar na compreensão dessa proposta até aqui apresentada.

Imagem 1. Notícia sobre Bolsonaro.



Bolsonaro diz que defende democracia e liberdade acima de tudo

Mídia extremista tenta vincular Presidente ao pedido de populares sobre STF e Congresso

Essa é uma das manchetes do periódico que conseguimos recuperar, após o recente apagão que a “Folha do Brasil” sofreu, que podemos inferir está relacionada ao avanço das investigações relacionadas aos possíveis abusos de poder por parte de Bolsonaro. Apesar dessa ocorrência, nos cabe aqui fazer

uma breve caracterização do nosso objeto, que nessa manchete elenca o ex-presidente como um bastião da democracia e transfere ao que chamam de “populares” o que inferimos que trata-se quanto o fechamento do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Congresso Nacional, junto a isso, coloca a imprensa tradicional como mídia extremista. Essa breve amostragem, nos permite perceber um pouco do imaginário criado dentro desse espaço que se propõe a informar e a que grupo está se vinculando.

Considerações Finais

A página de *Instagram*, onde existia os quatro meses de atuação da “Folha do Brasil”, até o nosso último acesso encontrava-se com os seus posts todos apagados, não sabemos se existe alguma relação com as investigações envolvendo o ex-presidente ou se apenas o cumprimento de alguma ação judicial envolvendo o processo que a “Folha de São Paulo” moveu contra o periódico, que envolvia o direito do uso nome “Folha”.

O que podemos dizer, é que se perdeu um material extensivo que nos proporcionaria um período de análise, que permitiria ampliar e atualizar o debate quanto imprensa em especial a digital, em específico o que poderíamos definir como imprensa “bolsonarista”. Contudo, ainda conseguimos acesso a fragmentos desses posts em outras redes sociais com o nome do periódico, contudo sem a mesma riqueza de detalhes e informações.

Outro fator importante de ser ressaltado, que este veículo de informação possivelmente tinha como objetivo forja notícias positivas ou supostamente ter um layout facilmente editável, com intuito de vincular-se à “Folha de São Paulo”, já que o periódico digital se assemelha a uma paródia do mesmo. Tal aspecto, possuía grande potencial de gerar falso atrelamento de notícias de caráter mentiroso.

Por fim, ressaltamos que tal periódico mudou seu nome para “Foco do Brasil” devido às questões de direitos autorais, além disso alterou sua metodo-

logia de atuação, passou a manifestar em sua nova página do *Instagram* apenas com vídeos curtos, muitos deles os quais aparecem o ex-presidente Bolsonaro, e também a ter um noticiário via vídeos no *You-Tube*. Assim, ressaltamos a importância da regulamentação da atuação do que entendemos como imprensa independente, para que assuma o mesmo compromisso amplamente declarado pela a imprensa tradicional do compromisso com os fatos e da dita neutralidade. Aspectos que podemos exercer críticas quanto a atuação da imprensa profissional com cumprimento desse compromisso, mas que em outras frentes como a aqui apresentada compreendemos não existir o esforço de fingir os seguir.

Referências Bibliográficas

BORDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe**. In: Michel J M Thiollent. *Crítica metodológica, investigação social & enquete operaria*. 5 ed. São Paulo, Polis, 1987.

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso – verdade e política na era digital** / Leticia Cesarino. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 304pp. / Coleção Exit. ISBN 978-85-7126-088-7.

JEAN, NJ. **A Mídia**. In: **Por uma história política I** [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. 7, p.213-225.

Pacheco, L. C., & da Silva Paiva, V. A. **FATO E FAKE: DESCONSTRUINDO AS FAKE NEWS ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA**. *REVISTA ANTÍGONA*, 2(1), 2022. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/15322>

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da comunicação**. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1999.



DESINFORMAÇÃO, TENSIONAMENTOS INSTITUCIONAIS E DEMOCRACIA: EFEITOS DA EXPANSÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL NAS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 2018 E 2022 NO BRASIL

Carlos Alexsandro de Carvalho Souza¹
Karolyne Santana Costa Vasconcelos²

Introdução

Os desdobramentos do paradigma da sociedade informacional (CASTELLS, 2008) e da digitalização (JENKINS, 2018) se revelam cada vez mais contundentes, ensejando novas formas de comunicação política e consumo de informação que interferem nas formas de mobilização eleitoral e no funcionamento da democracia representativa.

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022 foram marcadas pelos disparos de mensagens em massa e pela consolidação de uma pujante indústria de desinformação (MELLO, 2021), além de novos desafios legais e comportamentais diante das estratégias digitais abusivas que produziam engajamento dos eleitores com a utilização de informações enviesadas e falsas,

¹ Professor efetivo IFAL. E-mail: alexcarvalhoprof@outlook.com

² Professora bolsista UEPB. E-mail: krolyne.sc@gmail.com

influenciando negativamente a opinião pública por meio de discursos de ódio e teorias conspiratórias.

Os estudos de Dourado (2021), Mello (2020) e Gomes (2019) amparam este trabalho para a compreensão dos fluxos de consumo de informação, a algoritmização da política, as mudanças na esfera pública e o aumento da polarização política. A pesquisa analisou os mais recentes tensionamentos entre grupos empresariais proprietários de redes sociais digitais e as instituições de guarita constitucional e eleitoral, como o Ministério Público e o Tribunal Superior Eleitoral, para responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais foram as respostas institucionais para conter o avanço da desinformação como método de engajamento político nas duas últimas eleições presidenciais no Brasil?

A metodologia da pesquisa se estruturou em dois eixos: a) levantamento bibliográfico e aportes teóricos sobre o crescimento da influência da desinformação nas plataformas e aplicativos digitais nas eleições presidenciais brasileiras e b) análise do PL da Responsabilidade e Transparência na Internet (2630/2020), Resoluções do TSE sobre disparos em massa e desinformação e decisões judiciais sobre retirada de conteúdos desinformativos nas plataformas digitais.

O Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desempenharam papel fundamental para o combate à desinformação e abusos de poder dos atores políticos no processo eleitoral brasileiro. A Resolução 23.671/2021 do TSE foi uma das respostas ao comprometimento da isonomia nas disputas eleitorais ao estabelecer a proibição expressa aos disparos em massa de mensagens eleitorais.

O acirramento dos radicalismos, notícias falsas e insuficiência das políticas de moderação de conteúdos nas plataformas digitais ensejou a proposição legislativa do PL 2630/2020. Na mesma direção, ações judiciais contra duas grandes plataformas digitais responsáveis pelo compartilhamento em massa de notícias falsas no período eleitoral de 2022 ilustram o papel das instituições estatais para o aperfeiçoamento do regime democrático em um cenário de incertezas.

Expansão dos Ambientes Virtuais de Interação e Consumo de Informação

A infraestrutura sociotécnica da internet reflete um conjunto dinâmico de funções e estruturas, organizando-se para abranger uma ampla gama de atividades, tendo sido ampliada com frequência na dimensão do surgimento de diferentes softwares que conectam bilhões de pessoas e seus dispositivos ao redor do mundo, proporcionando diversas experiências e atribuições aos usuários. Arquiteturas, protocolos e serviços têm passado por adaptações constantes.

À medida que esse processo se amplia, torna-se cada vez mais urgente a análise sobre como a internet e os atributos que funcionam em sua rede sociotécnica tem reorganizado recursos e funcionalidades, o que implica em diferentes dinâmicas sociais relacionadas ao acesso e consumo de informação. Elas se traduzem em mudanças nas formas de incentivo e mecanismos de engajamento dos cidadãos para se envolverem com a política institucional, os processos decisórios e os contextos nos quais os candidatos se comunicam, impactando nas instituições democráticas.

Com quase 20 anos de transformações desde o advento da World Wide Web (www), Costa (2022) oferece uma análise comparativa de taxas, evidenciando que o crescimento do uso mundial, em comparação com os dados populacionais, não apresentou curvas descendentes, mantendo-se consistente mesmo com diferentes níveis de aceleração. A autora elaborou uma tabela denominada “Estatísticas de população e uso da Internet mundial” (COSTA, 2022, p.145), na qual analisou dados de todos os continentes entre 2000 e 2020, destacando o crescimento quantitativo do uso da internet. A América Latina, incluindo o Brasil, registrou um aumento de aproximadamente 2.489% em 2020 desde o ano 2000. Os valores globais de crescimento foram de 1.239%. O Relatório The Americas de 2018 indicou que o Brasil tinha 139,1 milhões de usuários de Internet, representando um aumento significativo desde 2017.

O uso de mídias sociais, plataformas online e aplicativos que permitem que os usuários compartilhem conteúdo, interajam entre si e construam redes de relacionamento virtual via dispositivos móveis também cresceu, sendo o WhatsApp uma das plataformas mais acessadas, com 56% da preferência. Em 2021, a população global alcançou 7,83 bilhões, com um crescimento anual de 1%. Cerca de 5,22 bilhões de indivíduos (66,6% da população global) utilizavam celulares, evidenciando um aumento de 1,8% desde janeiro de 2020, neste mesmo ano houve um aumento significativo de redes sociais devido à pandemia da Covid-19, com meio bilhão de novos usuários de mídia social e trilhões de dólares gastos em comércio eletrônico (We Are Social; Hootsuite, 2021).

Analisando o comportamento em relação às mídias sociais, percebe-se uma mudança nas prioridades, com a busca por informações liderando as motivações para se conectar à Internet, tem-se que o uso de mídias sociais e aplicativos de mensagens atinge uma média diária de 151 minutos, um aumento de 40 minutos desde 2015, sendo os latino-americanos aqueles, os usuários que mais dedicam tempo navegando nessas plataformas (Data Reportal, 2023).

No ano de 2023, o Facebook, sob o comando do grupo Meta Platforms, ultrapassou um bilhão de contas cadastradas, alcançando mais de 2,9 bilhões de usuários ativos mensais, distribuídos no WhatsApp, Facebook Messenger e Instagram. O relatório sobre tendências digitais da Comscore (2023) entrega outros dados detalhados, segundo a pesquisa o Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais, os valores são medidos em totais de minutos sobre o consumo de social media

O relatório mostrou também que o top 5 brasileiros é composto por Youtube, Facebook, Instagram, Tik-Tok e Kwai respectivamente. Logo em seguida está o antigo Twitter. O Instagram e o Youtube têm uma média superior a 12h e 22 minutos por mês, por usuário, ambos têm um alcance superior a 80%, que se refere ao número total de usuários únicos que viram determinado conteúdo publicado por um perfil, página ou conta durante um período específico. Esta porcentagem também pode ser aplicada ao alcance do Facebook.

Os dados até aqui apresentados refletem uma realidade dinâmica, demandando uma análise contextualizada de métricas para compreender cenários mais precisos, sobretudo diante das imbricações entre o uso dos espaços virtuais e aplicativos de interação e o campo da política institucional. No extremo oposto dos entusiastas com todo essa expansão das formas de comunicação e interação, que efetivamente superaram barreiras e se tornaram fundamentais no mundo contemporâneo, estão os céticos quanto aos seus usos e consequências sociais, sobretudo quando fenômenos como a pós-verdade e a desinformação se apresentam como efeitos colaterais oriundos da popularização das redes sociais digitais, aplicativos e plataformas.

É nesse mesmo quadro de digitalização das práticas sociais e mudanças comportamentais que diversas instituições passam por tensionamentos e protagonizam novos desafios, os quais, no presente trabalho, são delimitados às eleições presidenciais de 2018 e 2022 no Brasil.

Eleições Presidenciais e Desinformação no Brasil

Além dos tensionamentos históricos que envolvem as disputas eleitorais no Brasil, os pleitos presidenciais de 2018 e 2022 foram marcados pelo ineditismo dos efeitos negativos da expansão da Pós-verdade, na qual as narrativas ganham centralidade em detrimento da veracidade dos fatos e da qual a desinformação, as fake news, as manipulações, o populismo, a polarização e os discursos de ódio são indicadores empíricos deste fenômeno que fragiliza o regime democrático.

Esse quadro é reflexo do que ocorreu poucos anos antes nos EUA e em países europeus, como a Itália, Hungria e o Reino Unido, nos quais a ascensão e recrudescimento do populismo radical de direita evidenciam o que Giuliano da Empoli (2020) chama de engenheiros do caos, referindo-se aos estrategistas políticos e conselheiros que ganharam destaque nas campanhas eleitorais que tiveram a desinformação sistemática como um método de engajamento.

Os engenheiros do caos se utilizam de alguns recursos como o gerenciamento de algoritmos, plataformas virtuais e *bots* para captar tendências e direcionar as narrativas, o discurso supostamente antissistema, a destruição de reputações dos opositores, a intimidação dos que questionam seus métodos e o fomento ao comportamento de seita.

Um importante reflexo do padrão de uso das redes sociais digitais é a extensão da lógica do entretenimento e do consumo imediato de informações para a esfera pública, na qual se situa o debate político institucional. Mudanças no comportamento coletivo relacionadas à digitalização dos serviços, acessíveis à um clique, com vários catálogos e possibilidades para consumo imediato, contaminam o modo como se olha para a temporalidade do mundo político, cujo atendimento de demandas, em função das diversas instâncias decisórias de mediação, ainda é severamente marcado pela dinâmica analógica.

A insatisfação com a suposta demora ou incapacidade de atender o que discursivamente é apresentado como demanda orgânica do povo, é guiada pelo populismo no novo paradigma da comunicação política que se amplificou na última década. Longe de qualificar o debate, fortalecendo os pilares e finalidades sobre os quais repousa o regime democrático, justificando sua necessidade de maturação das decisões e políticas públicas, ela reforça uma visão simplista e falaciosa do papel das instituições, mas bastante eficaz para manter as hordas de simpatizantes e eleitores suficientemente engajadas nos seus redutos digitais.

Efeito semelhante também aplaca o campo jurídico, cada vez mais pressionado a dar respostas imediatas aos conflitos do mundo político que está cada vez mais imerso nas formas de operação do mundo virtual, produzindo tensionamentos normativos exemplificados pela crescente judicialização de peças de publicidade política, postagens e conteúdos produzidos e disseminados nas plataformas digitais.

Os diversos casos que tem demandado a atenção do Poder Judiciário, como retiradas de conteúdos categorizados como inadequados ou em desacordo com a legislação, ou pedidos judiciais de informações sobre contas ou canais, ocorrem em meio a diversos ataques à legitimidade das instâncias judiciárias, muitos dos quais inflamados por campanhas de desinformação que objetivam manipular a opinião pública, intimidando a atuação de agentes estatais cuja função é a preservação do Estado Democrático de Direito.

O gerente de políticas públicas e eleições globais do aplicativo WhatsApp admitiu que houve envio massivo de mensagens por empresas durante as eleições de 2018 no Brasil (Carta Capital, 2018). Em outubro de 2018, o jornal Folha de São Paulo divulgou que empresários apoiadores do então candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) pagaram empresas de marketing para disparar mensagens contra Fernando Haddad (PT). O candidato petista também foi multado pelo TSE por impulsionamento irregular de conteúdo desfavorável a Bolsonaro (El País, 2019).

Os pleitos de 2018 e 2022 também foram marcados pela crescente importância de influenciadores digitais que atuam em plataformas como o YouTube. Diferente dos canais tradicionais de mídia jornalística e televisiva, regulada e fiscalizada por entidades que garantem os parâmetros de profissionalismo, ética e responsabilidade social, muitos desses canais se servem da autoimagem de anti-imprensa como forma de angariar organicidade, autenticidade e independência.

Além de se oporem ao jornalismo profissional, descrevendo-o como enviesado ideologicamente, eles também angariam uma espécie de blindagem de responsabilidades ao se colocarem apenas como discursos alternativos ou meros comentaristas, supostamente desinteressados, quando, no entanto, reforçam as narrativas de líderes políticos ao repercutirem seus posicionamentos. “O populismo é o filho do casamento entre a cólera e os algoritmos. Mesmo

que esses líderes e movimentos pareçam absurdos e digam despautérios, é importante entender que há uma lógica e um grande esforço tecnológico por trás” (MELLO, 2021, p.150). O quadro abaixo indica as principais peças de fake News utilizadas no pleito presidencial de 2018.

Quadro 1. Principais peças de Fake News nas eleições de 2018.

Títulos atribuídos as Fake News	Núcleo
Urna eletrônica fraudada mostra voto para Haddad quando 1 é digitado	Ataque à credibilidade do sistema eleitoral
Rodrigo Santoro aparece com camisa de apoio a Bolsonaro	Personalidades publicamente conhecidas para chamar atenção
Haddad confessa que Lula será o verdadeiro presidente em caso de vitória	Questionamento da capacidade de liderança do candidato
Haddad disse que criança vira propriedade do Estado aos 5 anos e pode ter seu gênero escolhido	Debate rasteiro sobre gênero e papel do Estado em governos progressistas
Haddad tem 9.099 votos em seção com 777 eleitores, mostra boletim de urna	Uso de números para gerar “credibilidade matemática”
Amelinha Teles matou militares na ditadura	Subversão da imagem de vítimas de regimes autoritários

Fonte: elaborado pelos autores com dados de Dourado (2021) e Gomes (2020).

Patrícia Campos Mello (2021) destaca a profunda mudança na estrutura das estratégias discursivas adotadas por líderes políticos. Por décadas, as táticas de comunicação de massa na democracia liberal se pautaram na tentativa de afastamento de posições extremadas e pela busca de convergência, ainda que parcial, de valores genéricos compartilhados em torno do ideal de bem comum. A direita populista contemporânea, por outro lado, explora o ressentimento e a desesperança por meio da segmentação de suas mensagens, potencializada pelo domínio das ferramentas digitais, como uma forma de criar adesão e engajamento, sobretudo ao eleger inimigos que funcionam como bode expiatório de questões sociais amplas, como direitos humanos, imigração, questões religiosas, de gênero e, mais recentemente, programas e políticas de vacinação e imunização.

Respostas Institucionais à Expansão Sistemática das Estratégias de Desinformação

A Resolução 23.671/2021 do Tribunal Superior Eleitoral é um dos indicativos empíricos das reações do Poder Judiciário aos ataques ao regime democrático por meio de infrações relacionadas ao uso ilegal de dados. Ela atualizou a resolução 23.610/2019 e incluiu a vedação expressa aos disparos de mensagens em massa, objetivando o combate à desinformação e sua interferência direta no resultado das eleições. Na campanha presidencial de 2018 no Brasil, na qual os principais candidatos eram o ex-ministro Fernando Haddad (PT) e o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL), empresários financiaram disparos em massa de mensagens anti-PT através do aplicativo de mensagem WhatsApp, contrariando a legislação eleitoral que proíbe o financiamento empresarial (Exame, 2018).

O art. 34 da referida Resolução é imperativo ao vedar a realização de propaganda via telemarketing em qualquer horário ou por meio de disparo em massa de mensagens instantâneas sem consentimento da pessoa destinatária ou a partir da contratação expedientes, tecnologias ou serviços não fornecidos pelo provedor de aplicação e em desacordo com seus termos de uso.

Por meio da Resolução, a Corte Eleitoral atualizou os parâmetros para as campanhas a partir do crescente uso das mídias digitais e das estratégias de impulsionamento que se revelaram prejudiciais ao equilíbrio das disputas eleitorais, além de estabelecer maiores aproximações com a Lei Geral de Proteção de Dados. Além de responsabilizar os candidatos e os responsáveis legais pelas campanhas, a Resolução também produz responsabilização criminal para as empresas que financiam esses atos, mas apesar do avanço das normatizações e investigações, diversas infrações e crimes semelhantes (DAROS, 2023) foram cometidos no pleito presidencial de 2022.

Em análise crítica sobre o papel da comunicação política, Gomes (2019) destaca que esses esforços institucionais enfrentam grande dificuldade para converter os parâmetros normativos em comportamento eleitoral efetivo, sobretudo dos agentes que ocupam os espaços de poder nas campanhas eleitorais e os próprios candidatos. Isso ocorre porque o ambiente no qual as estratégias de desinformação são gestadas e reproduzidas é favorecido pelas assimetrias estruturais brasileiras, como os baixos índices de leitura e déficits de escolarização e, por outro, pelas novas dinâmicas de consumo de mídia digital com forte apelo ao afeto político, característica que amplia seu poder de influência nas redes sociais virtuais e reforçam polarizações e tensionamentos que monetizam seus conteúdos, muitas vezes em detrimento da veracidade ou do interesse público.

Outra implicação desse processo de digitalização das formas de produção e oferta de informação que evidencia as novas configurações entre os atores políticos e os espaços virtuais de interação é o comprometimento dos valores democráticos universais na esfera pública, vítimas de uma instrumentalização pela lógica da agenda viral e métricas de monetização dos conteúdos, o que contribui para a exploração e propagação de temas que incitam a divisão política, o reforço de estereótipos, a animosidade social e a intolerância. “Isso se desdobra na forma como questões públicas são discutidas por indivíduos e coletivos com visões individuais, endógenas e divisionistas de mundo” (DOURADO, 2021, p.25).

Diversas reações legislativas e monitoramentos foram realizados por organismos internacionais, entidades e institutos públicos e privados. No Brasil, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional tem atuado na criação e acompanhamento de balizas legais para os diversos projetos que tramitam na Câmara e no Senado Federal com vistas a atualizar as legislações de combate à desinformação. Na mesma direção, órgãos executivos da Comissão Europeia, tais como o High Level Expert Group, tem sistematizado informações

e produzido relatórios com recomendações para combate das fake News, o que indica a preocupação global que o tema gerou nos últimos anos.

No Congresso Nacional, destaca-se um dos projetos mais robustos sobre o tema: o Projeto de Lei 2630/2020 sobre a Responsabilidade e Transparência na Internet, de autoria do Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE).

As big techs tem o poder de ampliar ou diminuir o alcance de postagens, conteúdos e contas com base no gerenciamento dos algoritmos, evidenciando as implicações e riscos para a formação da opinião pública, por isso existe a necessidade de criação de regras que responsabilizem civilmente as plataformas que não tomarem medidas contra a disseminação de desinformação, discursos de ódio e intolerância.

O Google, uma das maiores empresas de tecnologia no mundo, reagiu ao PL 2630/2020 por meio de um argumento enviesado ao inserir na sua página de buscas a informação de que “O PL das fake News pode piorar a sua internet”, omitindo sua responsabilidade civil e penal diante da ampliação da influência dos seus algoritmos e políticas de uso nas diversas plataformas e ambientes virtuais sob o seu domínio. O Telegram, importante aplicativo de mensagem, também se manifestou na mesma direção, argumentando que o PL daria poder de censura ao governo (TORTELLA, 2023), o que apresenta um retrocesso em relação à parceria firmada pelo aplicativo de mensagens e o TSE em 2022 (TSE, 2022).

O Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) expediu um ofício à empresa Google solicitando informações sobre suposto favorecimento de resultados contrários ao chamado Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/20), em discussão no Congresso Nacional. No documento, o órgão cita um estudo realizado pelo NetLab, Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), segundo o qual o Google – utilizado em 97% das buscas feitas por brasileiros –, estaria enviesando os resultados das pesquisas para favorecer indexadores contrários ao PL 2630/20 (RODRIGUES, 2023).

Considerações Finais

As reportagens jornalísticas, os relatórios de entidades, os dispositivos legais e as decisões judiciais selecionadas foram exemplos de reações institucionais do Poder Legislativo e do Poder Judiciário que demonstram preocupações com a crescente imbricação das novas formas de consumo de informação decorrentes da digitalização das práticas sociais e os novos mecanismos de engajamento político com base nos algoritmos.

As mudanças no consumo de informação e engajamento político decorrentes do aumento da influência dos aplicativos de mensagens e plataformas são potencializadas por meio de estratégias eleitorais caracterizadas pelo estímulo à animosidade e belicosidade. Esses fenômenos produzem tensionamentos no período eleitoral e riscos ao funcionamento do regime democrático. Apesar das reações institucionais registradas durante e após as eleições presidenciais de 2018 e 2022, as estratégias digitais de desinformação continuam a inflamar discursos de ódio, polarização e extremismos que repercutem no funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

As eleições presidenciais de 2018 e 2022 no Brasil foram marcadas pelo uso sistemático de estratégias de desinformação, o que ensejou o recrudescimento da judicialização de campanhas eleitorais e evidenciou a necessidade de balizas legais que garantissem a prevenção e combate aos ataques injustificados à imprensa profissional, aos órgãos estatais fiscalizadores e a promoção da lisura na competição eleitoral, cujo objetivo é o de preservar as condições de divergência, inclusividade e competitividade características do regime democrático.

O PL 2630/2020 é um dos principais instrumentos legislativos para aprofundar o inadiável debate sobre a responsabilização das big techs pela produção e difusão de estratégias de desinformação, evidenciando a importância do Congresso Nacional na condução do tema e na proposição de dispositivos legais que disciplinem o uso dos ambientes virtuais pela sociedade e, em especial, pelos atores políticos.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, L. **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BALZA, G. **Bolsonaro tem condenação definitiva na Justiça por ataque a jornalistas**. G1 Política. 19 de outubro de 2023. **MOVI ELA PARA CÁ, ESTAVA DEPOIS DO J**.

CARTA CAPITAL. **Whatsapp admite disparo ilegal de mensagens nas eleições 2018**. Carta Capital. 8 de outubro de 2019.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

COSTA, K. **A construção social da oferta da carona solidária: confiança digital, aplicativos de compartilhamento e as circunstâncias de conflitos no mercado de transporte brasileiro**. 2022. 380p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2022.

DA EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

DAROS, G. **União Europeia condena Twitter em novo relatório: plataforma com maior proporção de desinformação**. UOL. 28 de agosto de 2023.

DATAREPORTAL. **Digital 2023 Global Overview Report**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

DOURADO, T. **Fake News: quando mentiras viram fatos políticos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

EL PAÍS. **Empresários financiaram disparos em massa pró-Bolsonaro no Whatsapp, diz jornal**. El País, 17 de outubro de 2019.

GOMES, W. **Fake news, crise epistêmica e epistemologia tribal**. **Revista Cult**, p.1-5, 8 de abril de 2019.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2018.

MELLO, P. **A máquina do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TORTELLA, T. **Telegram dispara mensagens contra PL das Fake News**. CNN Brasil. 9 de maio de 2023.

RODRIGUES, A. **Notificada, Google retira link para texto contra PL das Fake News**. Agência Brasil. 2 de maio de 2023.

STATISTA. **Most popular social networks worldwide as of January 2023, ranked by number of monthly active users (in millions)**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

_____. **Number of social media users worldwide from 2017 to 2027 (in billions)**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/278414/number-of-worldwide-social-network-users/>. Acesso em: 21 de agosto de 2023.

ZIBLATT, D; LEVITSKY, S. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.



COOPTAÇÃO DO VAPORWAVE PELA EXTREMA-DIREITA

Maciel Fernando Pohren¹
Renata Rodrigues Pintos²
Francisco dos Santos Kieling³

Introdução

O conceito de *Vaporwave* que usamos aqui é de um gênero musical e estético efêmero e dúbio, não há uma definição única do que ele é ou o que significa. As interpretações do gênero variam conforme o artista (geralmente anônimo, onde os artistas se utilizavam de pseudônimos para lançar suas obras) e a comunidade para qual ele produziu, já pensando nela ou até mesmo da interpretação desviante da original que uma comunidade em específico pode dar à obra do artista. Também é importante lembrar que ele bebe de uma diversidade cultural que a internet e a globalização nos proporcionaram, se adaptando aos lugares e situações de todo mundo, notável pela grande presença de caracteres japoneses (Kanji) nas capas de álbuns e imagens feitas pela comunidade. Um claro reflexo das décadas de 80/90 que foi onde a cultura asiática, porém, especialmente a japonesa, começou a adentrar o mercado ocidental através de VHS's de anime e filmes sendo trazidos pela primeira vez.

1 Universidade Federal de Pelotas. E-mail: maciel.pohren@ufpel.edu.br

2 Universidade Federal de Pelotas. E-mail: inforenatarodrigues@gmail.com

3 Universidade Federal de Pelotas – chico.lpdufpel@gmail.com

Imagem 1. Capa do álbum “*Floral Shoppe*” da artista *Macintosh Plus*



Fonte: Imagem da capa do álbum “*Floral Shoppe*” da artista *Macintosh Plus* lançado em 9 de dezembro de 2011

O sentimento geral de decadência no mundo que se fez notável em 2001, se agravou e entrou de fato na vida das pessoas com a crise de 2008. A junção de gerações antigas que não tiveram as promessas cumpridas pela sociedade feitas em sua juventude e nada nem próximo disso com as novas gerações que já nasceram sem uma perspectiva de futuro decente ou promissora, justamente uma espécie de caminho inverso ao movimento Punk dos anos 70⁴. A partir dessas características, as comunidades online divididas em bolhas da internet que se chocaram e deste choque resultou um aglomerado de amargor e ódio sobre o mundo atual, onde quase tudo acaba remetendo ao passado, que para eles é de forma dicotômica, idealizado e traumático. Aumenta a partir disso, essa reação interna desses grupos com a epidemia de *remakes* de filmes antigos (FISHER, 2014), e até mesmo estéticas (aqui o neon e as logos de marcas se fazem importantes para nossa análise), franquias e músicas baseadas em estilos que não eram mais produzidos e/ou uma tentativa de usar instrumentos e principalmen-

4 O punk rock se caracterizava por melodias simples e diretas, com letras que abordavam temas como crítica social, política, niilismo, individualismo e anarquismo. A música era rápida, energética e crua, com foco na expressão individual e na rejeição de valores tradicionais. É perfeitamente exemplificado pela música “*No Future*” da banda Sex Pistols.

te sintetizadores dos anos 80 e 90 para criar um simulacro (pois não passam de simulações de fato, não existem os mesmos instrumentos utilizados à época, apenas simuladores e *samples*⁵, o que antes eram os sons da fisicalidade, como da gravação da fita e de instrumentos reais agora é apenas no virtual) de um “futuro do perdido” (FISHER, 2014) que nunca chegará ao mundo concreto.

Esta massa da internet, muito engajada em criticar e atacar tudo que lhes aparece é agora transformada em massa de manobra, sendo cooptada pela extrema-direita através do uso de signos que apelam às suas paixões estéticas que remetem a um passado glorioso onde se podia sonhar com um futuro promissor e diferente, algo que não existe hoje em uma sociedade que regurgita o passado e só consegue imaginar que um futuro esterilizado e distópico seja capaz de mudar o rumo das coisas. Essa paixão e anseio por mudança, porém nem tanto, foi facilmente agregada à ala da *alt-right* - grupos estadunidenses de direita extremista na internet, em tradução livre: “direita alternativa” -, onde não se precisa fazer nada que realmente te comprometa na vida real, afinal o anonimato na *web* e a sensação de impunidade que as redes proporcionam transforma qualquer um em um guerreiro templário dos nossos tempos, porém, obviamente sem o ônus disto.

Essa série de coisas junto a quantidade exorbitante de conteúdo que vem sendo criado e jogado na internet, mais vezes do que se imagina hoje em dia com a “profissionalização” das plataformas e criadores (uma visão que podemos ter, porém, só se aplica aos grandes nomes das plataformas), muita coisa era e ainda é simplesmente largada para expressar aquele momento ou sentimento do artista por meio de um pseudônimo, ou anonimato mesmo como nos fóruns online. Uma infinidade de coisas foi criada nesse contexto digital, mas aqui focaremos no *Vaporwave* que em sua essência já tinha signos e significados que remetiam ao passado próspero recente, do fim dos anos 80 a meados

5 Em tradução do inglês, sample significa “amostra”. No contexto musical, samples seriam trechos sonoros selecionados de uma música que são reutilizados em uma nova gravação, de forma remixada, cortada ou direta. Acesso em: 09/02/2024, disponível em: <<https://www.sabra.org.br/site/sample-musica/#:~:text=Em%20tradução%20do%20inglês%2C%20sample,forma%20remixada%2C%20cortada%20ou%20direta.>>

dos anos 90, como a estética do VHS, a interferência no áudio, a saturação das cores e principalmente o uso de sintetizadores em todas as músicas misturados com o neon da estética e gênero *Cyberpunk*, popularizada pelo filme *Blade Runner* e seus outdoors em neon de cores atípicas tanto na época como hoje. O uso de roxo, rosa e azul juntos era incomum ao olhar, porém, estranhamente cativante. O *CyberPunk* é extremamente influente aqui não somente no campo estético, mas também no campo da mentalidade desses grupos, que só conseguem imaginar um futuro que seja distópico.

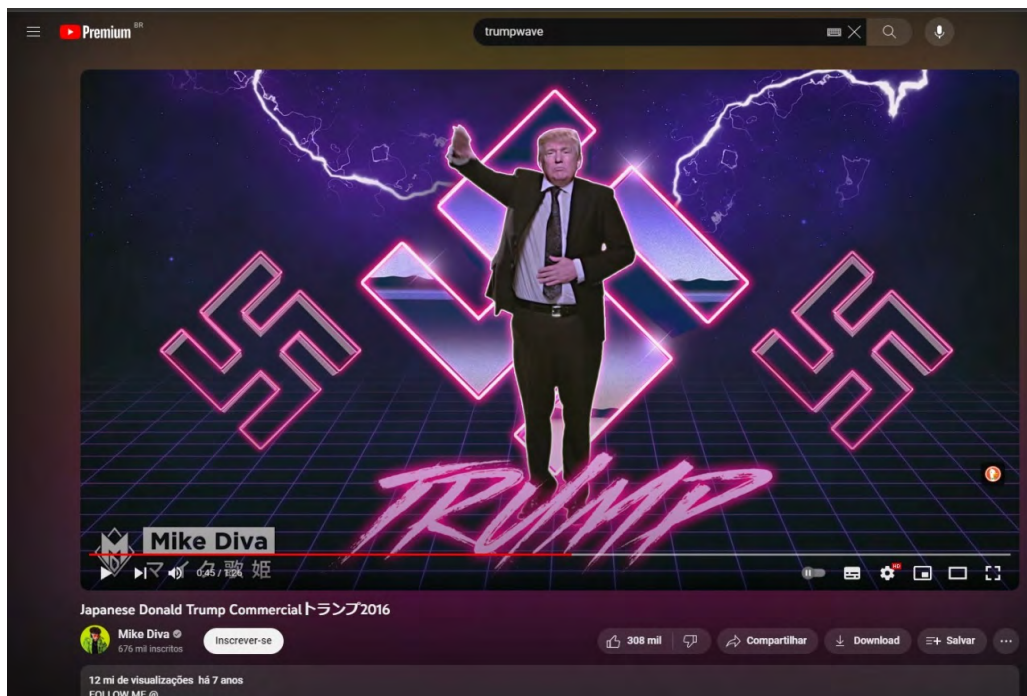
Originalmente, o *Vaporwave* começou com a intenção de chamar atenção dos usuários jovens da internet que estavam desesperançosos com seus futuros, dando vida a elementos nostálgicos (estátuas gregas, computadores antigos, falhas de *VHS*, etc), juntamente de músicas “de elevador” que remetiam a paz e tranquilidade. O objetivo era até inusitado para quem vê a estética hoje em dia, os supostos criadores - ou os primeiros a publicarem algo do gênero - faziam duras críticas ao sistema capitalista e sua roupagem neoliberal. Esse movimento se popularizou em fóruns de internet e por não ter sequer algum artista reivindicando a criação, acabou sofrendo modificações no seu sentido, o que antes era uma crítica ao capitalismo, tornou-se uma saudação de um passado que jamais existiu, esse processo de entextualização (BAUMANN & BRIGGS, 2006) não é inédito e outras coisas já tiveram fim parecido, um ótimo exemplo é o *Pepe the frog*, inicialmente um personagem de quadrinhos do ilustrador Matt Furie, popularizou-se também em fóruns anônimos da internet e acabou sendo transformado em memes de extrema-direita (CHAN, 2019). Para melhor entendimento, é necessário compreender que a entextualização se dá de forma gradativa, o *Vaporwave* começa a ser cooptado pela extrema-direita por causa de elementos que remetem ao passado e aos poucos vai tomando forma e criando um leque de sub-estéticas a ele relacionado e não o contrário. Exemplos como o *Fashwave* (onda fascista em tradução livre), *Trumpwave* e até mesmo *Bolsowave* foram popularizados na internet utilizando elementos da estética original e agregando um tom extremista ao movimento.

Imagem 2. Vídeo utilizado na época das eleições de 2018



Fonte: Print do vídeo utilizado na época das eleições de 2018, com falhas VHS, conhecidas dentro da estética para remeter ao passado, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rsThjh9uZvM>>, acesso em 21/09/2023.

Imagem 3. Vídeo publicado na época da campanha de Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016.



Fonte: Print do vídeo publicado na época da campanha de Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZbM6WbUw7Bs>>, Acesso em: 21/09/23.

Todas estas questões até aqui citadas não foram ignoradas pela política moderna, com isso me refiro à primeira campanha de Donald Trump nas eleições de 2016 dos EUA e posteriormente utilizada por Jair Bolsonaro em 2018. Ambas possuem este elemento em comum, pois existia a conexão clara do estrategista da campanha eleitoral de Trump Steve Bannon é também uma espécie de “mente pensante” por detrás deste movimento da *Alt-Right* que vem surgindo pelo mundo ocidental. Bannon tem um background em diversas áreas começando no mercado financeiro trabalhando na Goldman Sachs e depois indo para a indústria cultural trabalhando no icônico seriado de comédia Seinfeld, a comunicação com a Breitbart News Network e também tomou conhecimento de comunidades tóxicas online e seus comportamentos erráticos através de um investimento que fez em uma empresa chinesa, essa experiência em 2005 junto das redes sociais que se popularizaram com o tempo até a campanha de 2016 estouraram no uso dos algoritmos (Vide o escândalo da *Cambridge Analytica*, onde ele foi um pivô) e comunidades online como propagandistas ativos da campanha. Este *Modus Operandi* testado em 2016 tem uma linha traçada logicamente ao Brasil de 2018 através das declarações públicas de Bannon nomeando Eduardo Bolsonaro como seu arauto na América Latina, onde com as devidas adaptações teve êxito em ser replicada.

Metodologia

Nossa perspectiva teórica se baseia em três conceitos principais: entextualização, futuros perdidos e depressão cultural de Baumann & Briggs e Mark Fisher, respectivamente. A partir da definição da problemática e a construção do objeto de estudo, analisamos imagens buscadas no YouTube que ilustram o começo e a forma com a qual esta estética chegou ao Brasil.

Elas ilustram o processo de cooptação que narramos e está em conformidade com a análise de (BAUMANN & BRIGGS, 2006). Baseado neste objeto, o *Vaporwave*, podemos observar que a dubiedade e efemeridade do

objeto é um fator intrínseco na tática de cooptação junto de grupos sensíveis da internet ao conteúdo nostálgico e idealizado de uma época autoritária.

Considerações Finais

Com base nesse estudo exploratório, projeta-se analisar essa característica em outros meios de expressão online como, por exemplo, os *memes* e estéticas e as comunidades sensíveis onde estes circulam. É importante ressaltar que a dubiedade ou a falta de um autor (ou alguma figura que reivindique sua obra) é um fator importante, mas não decisivo no processo de cooptação, considerando que o meme *Pepe, the frog* tem um autor que está constantemente marcando seu lugar e tentando recuperar o significado original do personagem criado em 2005. Compreendendo todos os fatos discutidos, propomos uma reflexão: vale a pena entrar em uma disputa para “pegar de volta” o que foi desfigurado ou devemos entregar para a extrema-direita e aceitar a derrota?

Referências Bibliográficas

BAUMANN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social*. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 8, n. 1,2, p. 185–229, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18230>.

CHAN, Caspar. **Pepe the frog is love and peace: his second life in Hong Kong**. Critical Meme Reader, Global mutations of the viral image. 15. Institute of Network Cultures, Amsterdam: 2021

FISHER, M. **Realismo Capitalista: é Mais Fácil Imaginar o fim do Mundo do que o fim do Capitalismo?.** Brasil: Autonomia Literária, 2020. 1ª edição.

FISHER, M. **Fantasmas da minha vida: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos.** Brasil: Autonomia Literária, 2022. 1ª edição.

TUTERS, M. Belief Beyond Belief: On Fashwave's Esoteric Future Past. *Krisis. Journal for Contemporary Philosophy*, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 172–178, 2021. DOI: 10.21827/krisis.41.1.37162. Disponível em: <https://krisis.eu/article/view/37162>. Acesso em: 21 sep. 2023.

WATSON. M. **The Memeing of Mark Fisher**: How the Frankfurt School Foresaw Capitalist Realism and What To Do About It. Reino Unido: John Hunt Publishing, 2021.

**GRUPO DE TRABALHO:
AS RECONFIGURAÇÕES DO MUNDO
DO TRABALHO NA SOCIEDADE DIGITAL**



2024

Herison



A CONDIÇÃO DUPLA DOS ARTISTAS VISUAIS NAS PERIFÉRIAS DA PRODUÇÃO

Jair Jose Gauna Quiroz¹
Pedro Robertt²

Introdução

A produção de arte no espaço público é resultado, em parte, das interações entre artistas visuais e outros grupos – pedestres, comunidade local, *experts* e artistas. A arte urbana é possível a partir da negociação com promotores culturais, considerando a consolidação de uma trajetória profissional por meio de diversas práticas, por exemplo, a participação em festivais de *graffiti*.

A participação do ator social na modificação da paisagem, a disputa pela apropriação do espaço público, o debate entre o lucro e o lazer, a procura do sustento e a manifestação da criatividade, permitem refletir sobre a atuação do indivíduo em distintos universos sociais. Essa atuação é permeada por conflitos e tensões relacionadas à busca pelo sucesso artístico, que envolve dimensões econômicas e sociais. Por um lado, tenta-se alcançar o ganho econômico que permita a subsistência econômica; por outro, procura-se a consagração através do reconhecimento em instâncias de legitimação.

1 Doutorando PPGS-UFPEL. E-mail: jairgquiroz@outlook.com

2 Professor PPGS-UFPEL. E-mail: pedro.robertt@ufpel.edu.br

A perspectiva sociológica de Bernard Lahire analisa a prática artística como profissão secundária, considerando os indivíduos com formação em outras áreas que exercem como artistas amadores e autodidatas. Em concordância com Lahire (2005), nem todos os indivíduos que compartilham uma prática agem da mesma maneira diante do mesmo contexto, sendo que a visão generalizante do artista urbano que agiria de acordo com sua profissão em todos os contextos da vida, seria uma ilusão. A partir da constatação de que os indivíduos interagem em universos sociais heterogêneos e contraditórios, o autor questiona, como sendo ilusória, a percepção de “si-mesmo” coerente e unificado, em concordância com Lahire (2002). O conceito de ator plural foi desenvolvido pelo sociólogo francês, justamente, para estabelecer uma sociologia que se aproxime à maneira como a experiência social se constrói na heterogeneidade do presente.

Por meio da perspectiva disposicional e contextualista de Bernard Lahire, se buscará conhecer as condições de vida de artistas que intervêm no espaço público, discutir a realidade empírica a partir do conceito de “dupla vida” e refletir sobre a relação entre sucesso e fracasso nas margens de produção artística e cultural. O seguinte texto corresponde a resultados parciais de pesquisa, orientados pela hipótese da dupla vida dos artistas visuais nas margens da produção, que descreve eles como atores sociais que procuram gerar renda por meio de práticas não artísticas, apesar do relativo sucesso de sua produção no espaço público.

Do “Campo” aos Contextos

A partir do conceito de “campo” de Bourdieu para a compreensão da arte, Coelho e Mendonça (2014) afirmam que existem regras estéticas para a legitimação da obra de arte, mas que essas estão sujeitas a mudanças devido à inexistência de um paradigma único. Isso significa que os artistas atuam por meio

de novos movimentos, estilos e linguagens que buscam, por um lado, subverter as posições no campo e, por outro, expandir o conceito de arte.

Desde a tradição sociológica bourdieusiana, Lahire (2015) entende a arte como consequência do poder exercido desde as sociedades hierárquicas que dividem o mundo de acordo com uma escala de opostos: sagrado e profano, superior e inferior, espiritual e material. Argumenta, assim, que a construção dominante do conceito de arte na Europa ocidental passa a invalidar ou questionar objetos estéticos com base em valores de consagração. Durante o Renascimento europeu, o artista, agindo como uma singularidade demiúrgica, se distanciou do vulgar por meio do sagrado gerando uma diferenciação na arte, o que significou apresentar-se diante o público como um criador supremo que está além das habilidades meramente técnicas do artesanato e da compreensão leiga do cotidiano. Foi assim como o artista renascentista incorporou conceitos religiosos, construindo-se uma superioridade que posicionou a criação artística, poética, no nível da criação do universo, caracterizado por um intelecto sagrado.

A socialização da arte para a consagração do indivíduo como artista perpassa as dimensões cultural e econômica, resumindo-se em processos de seleção, circulação, avaliação e consumo em locais que contam com incentivo privado para possíveis compradores ou financiamento do Estado para um público mais amplo. Segundo Coelho e Mendonça (2014), isso implica que os autores anteriores a Bourdieu, estabeleceram uma análise puramente estética que ignorou a contribuição dos atores sociais na manutenção dos períodos artísticos.

A análise das instâncias de legitimação da arte, elaborada por Coelho e Mendonça (2014), descreve o mundo da arte como espaço estruturado por produtores e consumidores, observando especificamente as regras do jogo, as lutas, os capitais e os interesses que configuram um campo social relativamente autônomo. No entanto, Lahire (2002) afirma que nem sempre a diferenciação

das esferas de atividade derivará na constituição de espaços sociais autônomos. Cabe questionar se o conceito de campo autônomo como espaço codificado e institucionalizado proposto por Bourdieu, descreve adequadamente os processos e atores que participam da arte urbana, já que esses artistas interagem com o objetivo de subverter, transformar, transgredir as condições da arte consagrada, ao mesmo tempo em que participam parcialmente da criação artística em comparação com profissionais que assumem suas atividades no tempo integral, seguindo o raciocínio de Lahire (2010).

A crítica de Lahire (2010), em relação ao estudo do mundo da arte desde o conceito de campo, fundamenta-se na análise de elementos intrínsecos, como a formação socializadora do artista e o contexto ideológico da produção artística. Considera que a teoria dos campos não abrange todos os contextos de ação, já que os atores sociais não pertencem exclusivamente a um universo social e não “jogam” exclusivamente em um cenário.

Diante dessas questões, Lahire (2010) critica uma cegueira teórica que omite contradições, discrepâncias e incoerências, promovendo a reconstrução de mentalidades únicas e indivíduos forçosamente coerentes. Na teoria de campos e do *habitus*, a legitimação e o reconhecimento artísticos são mantidos por meio da fidelidade a si mesmo em todo tempo e lugar, construindo uma experiência comum unitária – senso comum – que abandona o mundo empírico. Dessa maneira, o questionamento teórico abre espaços para pensar, por exemplo, se o artista urbano estabelece uma contradição ao introduzir sua prática e produção em instituições formais que a arte urbana confrontou veementemente nos seus inícios.

Duplas-Vidas ou Vidas Plurais

A preocupação com a legitimação, a partir de uma sociologia disposicional e contextualista, para o entendimento da prática artística como uma “dupla vida” ou “vida plural”, permite analisar as experiências socializadoras em

forma de relato por meio da compreensão proposta por Lahire (2002) de universos heterogêneos e experiências plurais que conformam lógicas não necessariamente coerentes. Neste sentido, a ideia do homem plural permite captar a heterogeneidade social e os contextos singulares, sendo relevante para entender a arte urbana como espaço social secundário que se distingue de outros espaços. Ressalta-se que há artistas – grafiteiros trabalhando na clandestinidade, por exemplo – que participam do universo secundário como atores exercendo outras atividades para obter sua subsistência econômica, investindo de maneira desigual em relação aos indivíduos dedicados exclusivamente à arte. No texto “*The double life of writers*”, Lahire (2010) reflete sobre essas questões para entender como muitos artistas não conseguem viver materialmente da sua produção artística, decidindo assim alternar entre um investimento parcial na vida artística e uma vida fora do mundo da arte.

A incerteza é introduzida como elemento fundamental que caracteriza os universos sociais que, em concordância com Lahire (2010), não conseguiram uma relativa autonomia econômica. Devido a isso, as práticas artísticas são mobilizadas constantemente para ceder ou contrapor-se a critérios estéticos, históricos, políticos e econômicos mantidos por grupos e instituições legitimadoras. Além disso, a construção de competências e disposições para participar do mundo da arte envolve lazer para o estímulo da criatividade, esvaziando a lógica capitalista – venda da força de trabalho e acumulação de lucro – como principais atividades que determinam a utilidade social da profissão.

Lahire (2010) aponta que o mundo da arte inclui todos os indivíduos que colaboram na construção simbólica e material das obras de arte, visando entender os consensos, as mediações, as convenções consolidadas na criação individual de um período histórico específico, sem que haja uma síntese das atividades no universo cultural. Para Becker (1977), não há uma definição única de arte sem analisar as pessoas que produzem os objetos estudados. Ele propõe, assim, a (re)construção de uma rede de interações que reconheça a existência de outros mundos coexistindo simultaneamente para dar lugar a conflitos ou

cooperações. Já para Velho (1977), a análise social vai além do entendimento de uma relação entre dominantes e dominados, considerando que há uma fragmentação crescente, uma intensificação do individualismo e outros fenômenos que fazem parte da sociedade contemporânea onde a heterogeneidade se manifesta em artistas de vanguarda – *outsiders*, nas palavras de Velho (1977) – que ganham reconhecimento fora do seu círculo de influência e passam a ser acusados como “vendidos” pelos seus admiradores iniciais.

A subversão nas instâncias de legitimação estimula um ciclo de formação de novas vanguardas. Em concordância com Velho (1977), trata-se de um processo que permite reavaliar o conceito de arte, reelaborar fronteiras do consagrado e a fabricação de desviantes. O artigo de Gilberto Velho, publicado em 1977, durante a ditadura militar brasileira, destaca ao Estado como exemplo de coerção social, que exerceu o autoritarismo desde suas instituições para restringir, censurar e omitir a produção artística. As acusações de desvio se relacionam ao desagrado que os vanguardistas causam nos grupos mais conservadores³ e à maneira como esses grupos exercem seu poder por meio de interferências e restrições de expressão na esfera pública, levando a uma dinâmica mais isolada e fragmentada entre os indivíduos que participam das artes.

Não obstante, o artista de vanguarda, o artista emergente, o artista novo, o artista clandestino, gera uma produção que rompe com a lógica da dimensão econômica, descrita por Coelho e Mendonça (2014), como a transformação do objeto estético em mercadoria mediante as atividades de produção, circulação e valorização. Às vezes, a transformação do objeto estético em mercadoria não está dentre os objetivos do seu criador, já que ele carece de convites a instituições formais, escolha pelos críticos e contribuições de outros atores da instância de produção, tais como fornecedores, ajudantes e colaboradores.

Isso nos lembra que a escolha de objetos e sua valorização na dimensão econômica e cultural não fazem parte de um mundo espontâneo e natural, uma

³ O conservadorismo, neste caso, refere-se à manutenção e reprodução do cânone da história da arte, que impõe regras que ditam o que é uma obra de arte por meio de diversas instituições – museus, academias, universidades, galerias privadas, colecionadores, casas de leilões, dentre outras –.

vez que os interesses dos grupos dominantes são colocados em uma posição cultural superior, de acordo com Lahire (2015). O autor aponta a materialidade da obra de arte como resultado do domínio do sagrado, além de conferir sentido estético aos objetos inseridos em contextos históricos. Isso cria uma hierarquia que classifica artistas e obras segundo o grau de legitimidade.

Artificação ao Invés de Subversão

O *graffiti* e outras manifestações da arte urbana, de acordo com Shapiro e Heinich (2013), passaram por um processo de estetização que reconhece seu valor estético. Posteriormente, houve uma individualização que identificou o artista que produzia no anonimato, e finalmente, a legalização modificou o conceito de vandalismo, já que diversos grupos incentivaram a intervenção do espaço público com autorização de instituições governamentais. Todos esses processos fazem parte da artificação como fenômeno que transformou artistas nas margens da produção de mercadorias em autores aclamados pela crítica, como seria o caso de Banksy⁴. No entanto, Shapiro e Heinich (2013) mencionam que a artificação, como processo dinâmico pertencente à arte como tipologia aberta, nem sempre consegue dar conta de práticas estéticas que enfrentam obstáculos socioeconômicos para seu reconhecimento como arte, como seria o caso de atividades corriqueiras centradas na obtenção do lucro.

A legitimação foi transferida dos museus para as galerias como parte da condição pós-moderna de nossos tempos, segundo Coelho e Mendonça (2014). Houve uma série de questionamentos sobre a valoração de obras no sistema da arte durante os anos 1960, que inseriu novos atores sociais representando tanto o Estado quanto as instituições privadas. A presença desses novos indivíduos e grupos é interpretada por Heinich (2014) como um fenômeno de transgressão que permitiu novos consensos sobre a definição de arte e a aceitação de propos-

⁴ O artista britânico Banksy iniciou sua carreira fazendo pixações nas ruas de Bristol, na Inglaterra, mas hoje tem obras vendidas em leilões de Sotheby's. Informação disponível em: <https://www.ebiografia.com/banksy/> Acesso: 30 jan. 2024.

tas que não iam além dos parâmetros determinados, o que é notável em obras sobre muro que transcendem o formato da moldura clássica.

Assim, é necessário explicar que “a arte é encontrada [...] no contexto em que o objeto proposto [...] é inserido, e não no objeto em si” (HEINICH, 2014, p. 377), para compreender que o público está diante de novas regras do jogo que não foram apresentadas previamente e sem as quais seria impossível chegar a uma interpretação adequada sobre os objetos encontrados em sala expositiva, segundo Heinich (2014). Neste sentido, parafraseando a Heinich (2014), se o contexto se relaciona com a obra, o discurso passa a formar parte da proposta artística, já que as instituições educativas de artes visuais incluem disciplinas éticas e filosóficas com o intuito de formar profissionais capazes de dialogar coerentemente com outros indivíduos que influenciam sua permanência em exibição ou venda, através de uma reflexão sobre a própria produção e dos outros.

Além disso, Heinich (2014) menciona que, na modernidade, diversos conflitos entre artistas novos e artistas consagrados levaram a uma aceleração na temporalidade do reconhecimento. Isso causou a inserção rápida de jovens nas salas expositivas, em comparação com as gerações anteriores, que não apenas demoravam em construir sua rede de influência, mas também tinham uma preferência por processos e experimentos de longa duração. A genialidade que acompanhou estes fenômenos mudou os parâmetros de especialistas que, como narra Lahire (2015), foram fundamentais no passado para construir uma arte legitimada e glorificada, mais próxima da nobreza, segundo a visão das instituições legitimadoras.

Shapiro e Heinich (2013) indicam que a resistência à artificação não valoriza a utilidade, mas sim o reconhecimento, podendo ser externo ou interno, e que alguns elementos ainda não encontram as condições favoráveis para se tornarem artísticos. Só para exemplificar, a encadernação de livros ficou no limbo entre arte e artesanato, mesmo possuindo um caráter único e autêntico. Ade-

mais, Shapiro e Heinich (2013) mencionam que tendências como a *art brut*, o *ready-made* e o *graffiti* estão, atualmente, em andamento para uma artificação que garanta o reconhecimento pleno como arte, que possibilite a circulação desses objetos em museus e galerias.

A Rua e a Sala Expositiva

Os especialistas da arte buscam constantemente uma categoria adequada para definir os desdobramentos da arte urbana, considerando que, segundo Monasterios (2011), os artistas urbanos não pertencem à arte formal mas incorporam na sua prática um conjunto de técnicas e recursos elaborados nela. O autor propõe três dimensões do *graffiti* – artístico, transgressor e âmbito urbano – para entender como esta vertente é um instrumento de afirmação cultural, que permite uma relação direta com o público por meio da intervenção no contexto por ele transitado.

O conteúdo da intervenção urbana vai da figuração até a abstração, passando narrativas ficcionais ou documentais que se alimentam da experiência cotidiana. A arte no contexto urbano converte a rua em plataforma democrática, mídia gratuita, mostrando uma mensagem subversiva que gera uma reflexão individual ou apenas deixa uma marca do artista anônimo (MONASTERIOS, 2011, p. 19). Dentre as principais características negativas, do *graffiti* mencionadas por Monasterios (2011), está o caráter efêmero da obra, pois a composição pictórica é afetada pela intempérie e pela ação humana, embora o artista tenda a reconhecer sua participação não perpétua na paisagem urbana. Além disso, a autora relaciona o fenômeno do vandalismo à juventude, apontando que, na medida que o artista percorre o caminho para a vida adulta, sua intencionalidade de fazer arte será mais categórica.

Monasterios (2011) descreve a arte urbana por meio de termos abrangentes como *site-specific*, nos quais estão inseridas intervenções na paisagem, como a *land art*, que ganharam reconhecimento devido a sua localização e

contexto na cidade, ao invés de cumprir o propósito de inserir-se no museu ou nas instituições culturais. A arte urbana implica o aproveitamento de calçadas, pontes, lixeiras, placas de trânsito, o topo dos prédios como suporte pictórico, dialogando com a arquitetura e com os moradores. Apesar do afastamento da arte formal, Shapiro e Heinich (2013) lembram que essas expressões artísticas foram modificadas por meio do processo de artificação, causando que seus produtores alcancem sofisticação, elevação social e outros benefícios relacionados com o envolvimento em projetos de museus e galerias, o que Monasterios (2011) intitula de “institucionalização do *graffiti*”, ao mesmo tempo que identifica como um risco de abandono da transgressão, defendida inicialmente pelos artistas marginais.

A incerteza manifestada como insegurança econômica se traduz na falta de dedicação exclusiva à produção artística. O conceito de dupla vida, proposto por Lahire (2010), consegue identificar a posse simultânea de dois conjuntos de disposições em um mesmo indivíduo, configurando artistas-trabalhadores, artistas-professores, artistas-doutores, e assim por diante. Parafraseando a Lahire (2010), ao invés de afirmar que os artistas são essencialmente determinados pelas ações sociais próprias da produção artística, deve-se considerar elementos extrínsecos ao campo ou mundo da arte, como o engajamento político nas suas práticas cotidianas. As ideias presentes no texto de Lahire (2010), sobre os escritores, podem ser de utilidade para analisar outros tipos de artistas, como é o caso dos que criam sua obra no espaço urbano. Assim, a emancipação econômica para uma maior liberdade criativa passa a ser um fator determinante, pois há artistas acostumados a manter uma segunda profissão como fonte de renda enquanto outros são economicamente dependentes, investindo todo seu tempo na produção de suas obras.

Segundo Lahire: “Artistas em geral [...] frequentemente vivenciam sua atividade não como uma forma de trabalho obrigatório, forçado ou restrito, mas sim como uma resposta à necessidade interior e ao desejo pessoal” (LAHIRE, 2010, p. 455, tradução própria). A reflexão anterior questiona se um artista ur-

bano teria interesse em transformar sua inovação, sua transgressão, sua marca pessoal em mercadoria restringida por prazos de entrega para exposições e concursos, colocando-o em uma situação de concorrência em relação a outros.

Sobre as interações do artista com o mundo da arte, Becker (1977) argumenta que as convenções funcionam como coordenadas para construir autenticidade ou mimese, participando com competência e ganhando habilidades em novas técnicas e materiais, que só podem ser possíveis com a incorporação do saber-fazer. A visão generalizante de Becker sobre a arte como mundo é contestada por Velho (1977), que assume que o artista participa em infinidade de mundos, com fronteiras mais ou menos discerníveis, lembrando que suas atividades e formas de socialização são diferentes de outras profissões, como as de arquitetos, compositores e sociólogos.

Considerações Finais

A condição dupla do artista urbano, como indivíduo nas margens da produção artística, revela-se condicionada à ideia do “homem plural”, por meio da análise de disposições e contextos que emergem de universos sociais heterogêneos – econômicos, políticos, educacionais, dentre outros. Deve-se considerar, então, que os artistas que compartilham técnicas e procedimentos em comum agiriam de formas distintas devido ao patrimônio disposicional que cada um incorporou ao longo de sua trajetória. Os contextos da ação social, passados e presentes permitem interpretar as disposições e o engajamento do artista em diversas atividades.

O reconhecimento como caminho para a legitimação e consagração de obras e artistas possibilita a justificação das práticas e atitudes mobilizadas pelos artistas urbanos, tanto as dos que se posicionam a favor quanto as dos que fazem contra os parâmetros conservadores da arte. Longe de oferecer uma revisão centrada na subsistência econômica, a emancipação econômica seria apenas uma das consequências da produção e circulação de mercadorias em

espaços legitimadores. Portanto, um estudo sobre os produtores visuais nas margens e sua posterior transformação em artistas autênticos precisa abranger também outros indivíduos que estimulam o investimento total de tempo e recursos na produção de obras que serão exibidas.

Monasterios (2011) demonstra que há uma preocupação autêntica com a banalização da intervenção urbana como prática transgressora, que enfrenta as regras de grupos conservadores, lembrando que a definição de arte tem mudado consideravelmente desde inícios da modernidade, e que hoje se trata de um conceito dinâmico que acalma tentativas de ruptura por meio de novos consensos. Assim, a “institucionalização” do *graffiti* tem implicações profundas para a *praxe* disposicional do artista urbano e os novos contextos que ele deverá atravessar, já que geralmente, a transgressão ideológica e estética se torna mercadoria após o reconhecimento de sua autenticidade, em concordância com Shapiro e Heinich (2013).

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard. Mundos artísticos e tipos sociais. *In*: VELHO, Gilberto (org.). **Arte e sociedade**: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977. p. 9-26.

COELHO, Aguinaldo; MENDONÇA, Míriam da Costa Manso. Instâncias de legitimação da arte. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E CULTURA VISUAL, 7., 2014, Goiânia. **Anais eletrônicos** [...] Goiânia: UFG, 2014, p. 158-168. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2014-eixo1_14_instancias_de_legitimacao_da_arte.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

HEINICH, Nathalie. Práticas da arte contemporânea: uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 373-390, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/mR8Qvdt4MM-ns5PTN6pkQvqC/> Acesso em: 18 jan. 2024.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **El trabajo sociológico de Pierre Bourdieu: deudas y críticas.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

_____. The double life of writers. **New Literary History**, v. 41, n. 2, p. 443-465, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/73858849/The_Double_Life_of_Writers Acesso em: 7 de setembro de 2022.

_____. **Ceci n'est pas qu'un tableau: essai sur l'art, la domination, la magie et le sacré.** Paris: éditions la découverte, 2015.

MONASTERIOS, Sylvia. **Arte ou ocupação? O graffiti na paisagem urbana de São Paulo.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/24724> Acesso em: 24 jan. 2024.

SHAPIRO, Roberta; HEINICH, Nathalie. Quando há artificação? **Revista sociedade e estado**, v. 28, n. 1, 2013.

VELHO, Gilberto. Vanguarda e desvio. *In*: VELHO, Gilberto (org.). **Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977. p. 27-38.



COMUNICAR JUSTIÇA: RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO JORNALÍSTICO NAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

João Gilberto do Nascimento Lima¹
Juliane Sant Ana Bento²

Introdução

A partir de um histórico de relações colusivas entre profissionais do jornalismo e as instituições do sistema de justiça, tanto no Brasil quanto em outros casos nacionais, esta proposta problematiza as mutações do espaço público e do jogo político a partir do duplo jogo em que se engajam os jornalistas quando passam a ocupar postos nas assessorias de comunicação de organismos do Judiciário, Ministério Público e Defensorias.

Os profissionais da “comunicação pública” são responsáveis pela construção discursiva que forja os sentidos de autoridade e legitimidade das instituições que monopolizam o direito de dizer o direito. Na mesma medida em que elaboram soluções individuais de carreira para si, em conjuntura marcada por grande instabilidade laboral junto aos veículos de imprensa tradicionais, esses

1 UFSM. E-mail: joao.lima@ufsm.br

2 UFRGS. E-mail: juliane.bento@ufrgs.br

agentes colaboram com sua expertise técnica para a publicização e divulgação do serviço da justiça, com efeitos não negligenciáveis no debate público.

As transformações morfológicas no espaço jornalístico estão em parte vinculadas à perda de postos nas mídias “tradicionais”, contribuindo para que jornalistas migrem para “o outro lado do balcão”. Ao mesmo tempo, as transformações do espaço judicial, diante do protagonismo político obtido desde a Constituição de 1988, impõe aos membros do sistema de justiça, para se fazer ver e crer no espaço público e dotar suas tomadas de posição de legitimidade e autoridade, da interlocução com assessorias especializadas em comunicação.

Este trabalho propõe como estratégia metodológica uma série de entrevistas com jornalistas com atuação prévia em veículos de imprensa e que hoje desempenham funções junto ao sistema de justiça no Rio Grande do Sul. A título de resultados parciais oriundos de intervenção exploratória junto a um conjunto de 6 assessores de comunicação em atuação junto a órgãos do sistema de justiça situados em Porto Alegre, convém descrever esse conjunto de agentes como, em sua totalidade, egressos de formação superior em jornalismo, portanto detentores do diploma na área, além de terem todos eles exercido atividades profissionais junto a veículos de imprensa antes de trabalhar com assessoria de comunicação.

Quanto à gestão da informação publicizada por suas instituições, referem que “é comum precisarmos da validação do promotor ou procurador que atua no caso alvo de divulgação para evitarmos uma informação errada” ou ainda que “assuntos mais delicados sempre são debatidos com a Presidência do Tribunal. Lidamos com a imagem do Tribunal. Então esse é um assunto que precisa ser cuidadosamente tratado”. Sobre a relação com repórteres, uma assessora menciona a realização da terceira edição do prêmio de jornalismo de sua instituição, que visa “incentivar a produção de pautas positivas e também estreitar o relacionamento com a imprensa”. No entanto, a imprensa em geral “também produz outras diversas pautas com autonomia, em especial com relação a decisões judiciais”.

Como sublinha Marchetti (2001) escândalos políticos são produto da posição estratégica da mídia e da necessidade profissional dos jornalistas, cuja notoriedade é devida aos casos que descobrem e revelam: o interesse da mídia pelos escândalos de corrupção, deve-se ao fato de serem revertidos em capital jornalístico para suas agências de notícia e especialmente para o jornalista responsável por trazer à tona os “fatos novos”.

Como apontaram Briquet (2001) e Roussel (2002) a interpretação jurídica também é instrumentalizada pela lógica de produção de “escândalo” própria do jornalismo político. Embora seja flagrante um uso pelo jornalismo político de estratégias de sensibilização da opinião pública, este trabalho entende que esta é uma das múltiplas dimensões do jogo pela definição da corrupção, e por isso aborda a imprensa política diferentemente de Pinto (2011, p. 11), para quem há “centralidade da mídia na construção do discurso sobre corrupção, que condiciona a forma como cada brasileiro se relaciona com o mundo da política”. Assim como a justiça, a mídia dispõe de autonomia com relação ao espaço político, de modo que seus efeitos não são passíveis de controle pelos atores políticos (ROUSSEL, 2002, p. 12).

Uma das premissas da abordagem teórico-metodológica que orienta este trabalho, portanto, consiste no entendimento de que creditar ao poder Judiciário “as esperanças” de resoluções políticas seria repetir a mesma profecia auto criativa e atribuir as mesmas qualidades simbólicas que endossavam o mito de que profissionais do direito eram vocacionados à vida pública (WILLEMEZ, 1999, p. 202).

A opção epistemológica feita por este trabalho prefere creditar a importância crescente da dimensão jurídica na regulação das relações sociais a partir de um processo paralelo de juridicização, enquanto proliferação da regra do direito, somado à judicialização, que joga no debate político a grande demanda social de resolução de problemas socio-políticos a serem tratados pelo Judiciário. Para se observar o papel do direito no jogo político, ao mesmo tempo em que se analisam as condições do processo de produção da norma e suas

modalidades de uso pelos atores, convém entender o direito enquanto indicador privilegiado que é de fenômenos mais amplos: ao mesmo tempo em que é modo de estruturação do poder, ao traduzir as relações de força e visões de mundo divergentes, também é produto de processos políticos que levam a essa estruturação (DUMOLIN; ROBERT, 2000).

Valendo-se o discurso jurídico da capacidade de inculcar normas, já que se apresenta como a concepção estatal dominante, reconhecida e legítima, não se pode negligenciar que o processo de produção normativa confere incentivos para as lutas entre os atores pela definição do sentido das regras. Uma sociologia política do direito, segundo defendem Dumolin e Robert, negaria ao direito o poder explicativo que ele afirma ter de si, o que serviria para desconstruir suas representações certificadas, rompendo com a ficção constituída da legitimidade e autoridade social e com sua palavra jurídica imaculada. O direito enquanto arma e objeto de luta, portanto, é recurso mobilizado e convocado estrategicamente pelos atores. Seus princípios funcionam como argumentos a serviço de qualquer concepção política do que deve ser o “justo” e suas modalidades de intervenção.

Outra contribuição da sociologia política do direito consiste em entender a distância entre as ciências sociais e o direito como estratégia institucional de autonomia de ambas as áreas. Para a esfera jurídica, sua história de autonomização foi proporcionada tanto pela visão de que o direito equivale a uma espécie de prática da natureza, que diz a verdade sobre si ao mesmo tempo em que o faz sobre o mundo social, quanto pela ideia mais determinante de que consiste na real “ciência do político”, eis que serve a sua causa e estabelece seus valores, bons fins sociais e a razão política. Imposto como meta-razão da sociedade, que transcende o grupo e se manifesta por regras universais que celebram o “tempo longo” do direito, este argumento é mobilizado para desqualificar a política, oposta a ele por ser manifestação de interesses pequenos porque particulares, na qualidade de ciência do efêmero e do conjuntural (COMMAILLE, 2000, p. 30).

À sociologia política do direito cumpre, então, apropriar-se do direito na condição de seu objeto, por ser ele um instrumento privilegiado de revelação do processo político, a fim de compreender a dominação e os modos como o direito a consagra, institucionaliza e agrega valor simbólico para assegurar a manutenção da ordem social e política.

A técnica jurídica tem de ser vista como resultado da lógica política, e não somente como resultado da lógica interna do direito. Acreditar que a história do direito é a história do desenvolvimento interno de seus conceitos e que o direito é um sistema fechado e autônomo, cujo desenvolvimento deve-se apenas à sua dinâmica interna, significa desprezar a importância da lógica de funcionamento do campo jurídico. Em realidade, este espaço é determinado pelas lutas de concorrência pelo direito de dizer o direito entre as forças específicas que compõem a estrutura e orientam os conflitos de competência internos do campo jurídico, de um lado, e de outro pelas obras jurídicas que delimitam o espaço dos possíveis e o universo das soluções propriamente jurídicas. Esta capacidade de interpretar as leis que consagram a visão legítima do mundo social é a razão da autonomia relativa do direito e do efeito simbólico de ignorância produzido pela ilusão de autonomia absoluta às pressões externas (BOURDIEU, 2009, p. 211).

O trabalho contínuo de racionalização que é exigido para distinguir os veredictos do direito das meras opiniões de justiça e para apresentar o sistema das normas jurídicas como independente das relações de força que ele sanciona e consagra depende de o campo jurídico funcionar a partir da produção dos efeitos de apriorização, neutralização e universalização, que normalizam suas regras e aumentam sua autoridade social (id., p. 215). O reservatório de autoridade dos atos jurídicos envolve a dissimulação da criação jurídica pelo juiz como se fosse mera aplicação legal. Já o conflito entre concorrentes ao monopólio do exercício legítimo da competência jurídica produz complementaridade funcional e vincula os atores em conflito em uma cadeia de legitimidade que

garante a coerência e constância dos princípios e regras irreduzíveis às condições da jurisprudência (id., p. 220-221).

Ilustra a afirmação de que o processo de legitimação não é um reflexo da relação de poder, mas é sim constitutivo da essência dessa relação (LAGROYE, 1985) o estudo de Guillaume Sacriste sobre o papel dos professores de direito constitucional como aliados da racionalização do Estado no processo de legitimação da ordem política francesa.

As teorias constitucionais propõem, justificam e objetivam as soluções sofisticadas de distribuição do poder político porque o direito constitucional toca no cerne de sua definição, ao ponto das constituições políticas poderem ser consideradas mesmo como “as regras do jogo político”. As controvérsias constitucionais, tidas frequentemente como técnicas, nunca passam de disputas pela distribuição do poder político (SACRISTE, 2011, p. 11-14).

Outro trabalho que se dedica ao lugar que os constitucionalistas ocupam a respeito dos atos da presidência da república francesa é o de Lacroix, para quem a cada reorganização jurisdicional da vida política há razão para que os constitucionalistas se convençam, e aos demais também, de sua legitimidade para a formalização de novas representações do funcionamento do Estado (LACROIX, 1992, p. 15-16), atestando a ilusão de que o jogo político se adequa às regras, quando em verdade são as leis que têm seus sentidos alterados em função das batalhas políticas. As diferenças de relações consagradas no texto constitucional funda a lacuna entre ‘cidadãos’ em matéria política, ao mesmo tempo em que toma o aspecto de uma desigualdade propriamente política que redobra e encobre enquanto as consagra negando outras diferenças sociais (id, p. 60).

Boa parte das cruzadas de moralização da política se dá no surgimento de “escândalos”, que não raro têm por efeito o desencadeamento de crises políticas com efeitos duráveis. Mais do que o conteúdo dos atos considerados “escandalosos”, interessa inquirir sobre as condições de possibilidade de mobilizações

“multissetoriais” em torno de um componente moral. Entre elas, a “luta contra a corrupção” é central nas últimas décadas, sendo produto e produtora de uma série de rearranjos tanto no escopo de atuação próprios aos agentes que nela se engajam quanto no próprio campo do poder de Estado.

A atividade jornalística, assim como a magistratura, contribui para a imposição de regras ou convenções sociais. Há ocasiões em que uma investigação jornalística revela algum desvio e funciona como uma espécie de “chamado à ordem”, difundindo demandas por punições de criminosas. Também, um exemplo relativamente atual, está a contribuição dos jornalistas e das suas publicações para percepções negativas da política, que conduzem a uma criminalização difusa da “classe política” ou à constatação da “degradação” geral do sistema político.

Um empreendedor moral busca intervir de modo ativo e orientado em relação ao que acredita ser um mal (corrupção, descaso, violência etc.) que o afeta e sensibiliza de modo agudo, e que precisa ser erradicado ou, pelo menos, contido. Em grande medida, a atividade do jornalista “investigativo” está voltada para a identificação e exposição desse “mal”. A busca por “escandalizar” e revelar as “verdades ocultas” está diretamente relacionada a isso.

Portanto, a crítica da política comporta um irreduzível julgamento moral ao arrogar para si a condição de identificar e denunciar violações de regras ou normas como posturas que precisam de alguma correção ou reprovação social. Além disso, é possível identificar que os que se dedicam a esse tipo de jornalismo trazem nos seus itinerários um histórico de socialização política bastante marcado, que frequentemente se traduz por um “humor anti-institucional” (BOURDIEU, 2014, P. 33; MARCHETTI, 2001, p. 176).

As relações de cooperação e concorrência que jornalistas estabelecem com agentes de instituições como Ministério Público e Polícia Federal têm efeitos diretos sobre as formas como as práticas profissionais passam a ser concebidas e enunciadas, mas também sobre os universos político e econômico

onde as condutas identificadas e denunciadas como “escandalosas” ou passíveis de uma apreciação moralmente condenável têm lugar.

O protagonismo político das instituições judiciais é o corolário da progressiva independência que conquistaram em face dos espaços político e econômico, observável principalmente a partir da Constituição de 1988. Já a garantia constitucional das liberdades de expressão e de imprensa permitiu uma aproximação mais evidente entre jornalistas e operadores do direito, que passam a cooperar para a publicização de atentados à probidade pública.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 209-254, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe (Dirs.). **Juger la politique**. Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique. Rennes: PUR, 2001, p. 103-121.

COMMAILLE, J. De la “sociologie juridique” à une sociologie politique du droit In: COMMAILLE, J. et al. **La juridicisation du politique**: leçons scientifiques. Paris: LGDJ, p. 29-46. 2000.

DOBRY, Michel. Valeurs, croyances et transactions collusives: notes pour une réorientation de l’analyse de la légitimation des systèmes démocratiques. In: SANTISO, Javier. À la recherche de la démocratie. Paris: Karthala, p. 103-120, 2009.

DUMOULIN, L.; ROBERT, C. Autour des des enjeux d’ une ouverture des sciences du politiques au droit. In: COMMAILLE, J. et al. **La juridicisation du politique**: leçons scientifiques. Paris: LGDJ, p. 11-25, 2000.

ENGELMANN, Fabiano; PILAU, Lucas e Silva Batista. Usos políticos do “combate à corrupção”: uma agenda de pesquisa. In: _____; _____ (Orgs.). **Justiça e poder político**: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, p. 15-32, 2021.

GUILHOT, Nicolas. **The democracy makers: human rights and the politics of global order.** New York: Columbia University Press, 2005.

LACROIX, Bernard. Le politiste et l'analyse des institutions: comment parler de la présidence de la République. In: LACROIX, B.; LAGROYE, J. **Le Président de la République: usages et genèses d'une institution.** Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

LAGROYE, Jacques. La légitimation. In: In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean. **Traité de Science Politique.** Paris, PUF, 1985.

MARCHETTI, Dominique. Le "journalisme d'investigation": genèse et consécration d'une spécialité journalistique. In: BRIQUET, Jean-Louis; GARRAUD, Philippe. **Juger la politique: entreprises et entrepreneurs critiques de la politique.** Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2001.

MATHIEU, Lilian. Repères pour une sociologie des croisades morales. **Déviance et Société**, v. 29, n. 1, p. 3-12, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ROUSSEL, Violaine. **Affaires de juges: les magistrats dans les scandales politiques en France.** Paris: La Découverte, 2002.

SACRISTE, G. **La République des constitutionnalistes: professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914).** Paris: Presses de Sciences-Po, 2011.

WILLEMEZ, Laurent. La "République des avocats": 1848, le mythe, le modèle et son endossement. In: OFFERLÉ, Michel. **La profession politique.** Paris: Berlin, p.201-229, 1999. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01263619>. Acesso em 20 fev. 2024.



O TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: O APROFUNDAMENTO DA PRECARIZAÇÃO NO BRASIL

Maria Raiane dos Santos¹
Julice Salvagni²

Introdução

No Brasil, com o crescente número de trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal, veem nos trabalhos realizados por meio de plataformas digitais como uma alternativa para obtenção de renda, ou até mesmo, como único meio de subsistência. Nesse tipo de serviço, encontram-se o trabalho realizado por meio de plataformas digitais, que funcionam através da interface de aplicativos, que podem ser acessados por um *smartphone*.

Segundo Cezário e Araujo esse cenário se intensificou

diante da recessão econômica no Brasil, entre 2014 e 2016, com o consequente crescimento do desemprego, uma significativa parcela da população, excluída do mercado formal, precisava encontrar meios de subsistência que, quase sempre, não contam com qualquer garantia trabalhista ou social. Assim, a formalização das relações de trabalho, aqui entendida como a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quando existe, tornou-se consideravelmente precarizada (2021, p. 23547).

Como resultado, muitos trabalhadores passaram a enfrentar uma situação de precariedade, com menos garantias trabalhistas e sociais, menos esta-

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: maria.raiane@arapiraca.ufal.br

2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: julicesalvagni@gmail.com

bilidade no emprego e, muitas vezes, salários mais baixos. Essa situação foi agravada pela falta de regulamentação e fiscalização do trabalho informal, o que tornou ainda mais difícil para os trabalhadores exigirem seus direitos e proteções.

Nesse sentido, Kalleberg (2009), fala que o trabalho realizado por meio de plataformas digitais, se constitui a partir da extrema precariedade desse serviço, marcado principalmente pela responsabilidade laboral recair sobre os trabalhadores. Tal acentuação do trabalho precário, se refere ao serviço instável e mediado por uma *big tech*, em que o trabalhador não possui nenhum tipo de garantia.

Apesar das supostas vantagens relacionadas a flexibilidade de horários e independência de subordinação que essas empresas garantem, os trabalhadores desse mercado convivem diariamente com situações de precarização dos seus serviços e nenhuma garantia ou segurança durante seu trabalho.

Entre um dos problemas enfrentados por esses trabalhadores de plataformas digitais se refere a exclusão ou cancelamento dos motoristas nas plataformas, em que não é claramente apresentado quais descumprimentos esse trabalhador cometeu para receber tais penalidades. Com relação a esse tema, Castro (2020, p. 125), fala que

Motoristas que foram excluídos e não tinham cancelamentos, com boas avaliações, ao questionarem a empresa o motivo da exclusão da plataforma, obtiveram a resposta que a Uber não podia dizer o motivo, alegando simplesmente mal-uso da plataforma. Infere-se que a empresa pode punir ou excluir motoristas através de regras próprias e desconhecidas pelos motoristas.

Em outras palavras, esses motoristas não conhecem todas as regras acerca de quais medidas eles devem cumprir, e nem todas as regras são claras ou precisas. Isto significa que a Uber tem regras próprias e desconhecidas pelos motoristas, que podem ser usadas para punir ou excluir motoristas da plataforma

No relatório lançado pelo Fairwork Brasil em 2023, foi analisado 10 plataformas de trabalho, sendo elas, AppJust, Ifood, Parafuzo, 99, Americanas Entrega Flash, GetNinjas, Lalamove, Loggi, Rappi e Uber, buscando avaliar e classificar as condições de trabalho em plataformas digitais. Essa avaliação é realizada baseando-se em cinco princípios que essas plataformas devem garantir aos trabalhadores como forma de padrões mínimos de justiça. Os princípios avaliados foram: remuneração justa, condições justas, contratos justos, gestão justa e representação justa. Como metodologia do relatório foi utilizado pesquisa documental, reuniões com os gestores das plataformas e entrevistas com os trabalhadores, com uma amostra de 8 a 10 entrevistados de cada plataforma (FAIRWORK, 2023).

Nessa realidade vivida por esses trabalhadores, eles se encontram totalmente responsáveis por seu rendimento diário, por qualquer dano no veículo, e longas jornadas de trabalho sem garantias. Mesmo com essas dificuldades, esses trabalhadores costumam permanecer nesse serviço por muitas vezes ser sua única fonte de renda (CEZÁRIO; ARAUJO, 2021; ABILIO, 2017), demonstrando que o problema da desigualdade social brasileiro deve ser considerado nas pesquisas à nível nacional.

Tendo isso em vista, esse estudo tem como objetivo discutir os principais aspectos do fenômeno contemporâneo da plataformização à luz dos resultados obtidos pela pesquisa-ação do Fairwork realizado em 2023, sendo este relatório o objeto de análise do trabalho. Para isso, o texto está dividido em duas partes, sendo a primeira voltada para compreender como o trabalho se estrutura nessas plataformas digitais, e a segunda, demonstrar as condições de trabalho que esses trabalhadores possuem.

O Trabalho Realizado em Plataformas Digitais

Devido as diferentes crises econômicas, ao difícil acesso ao mercado formal e as crescentes pautas voltadas para a independência do trabalhador autô-

nomo e empreendedor de si, muitos trabalhadores migram para as plataformas digitais de trabalho na esperança de encontrarem flexibilidade e liberdade no trabalho, por meio da garantia de que nesse mercado terão a oportunidade de fazerem seus próprios horários e escolherem quando prestarão seu serviço.

Como pontua Artur e Cardoso,

[...] as plataformas digitais de trabalho chegam ao mercado, a partir dos anos 2000, buscando impor suas regras e narrativas, colocando-se como simples mediadoras entre consumidores e fornecedores de serviço independentes. Para elas, não há relação de trabalho e tampouco obrigações trabalhistas (2020, p. 352).

Pela facilidade de participar dessas plataformas digitais, os trabalhadores se deslocam para esses serviços atrás das garantias que eles propõem oferecer. Entre as empresas que fornecem esse serviço realizado por meio de plataforma, citamos a Uber, destacada como umas das principais empresas que atuam nesse mercado digital.

No caso da empresa Uber, o trabalhador que se cadastra na plataforma fornece seus dados no ato de inscrição e espera a aprovação para iniciar suas primeiras corridas. Todavia, diferente do que a empresa diz oferecer, esse trabalhador não tem a flexibilidade que a empresa apresenta, e nem a liberdade na escolha do serviço a oferecer, pois, a sua renda diária irá depender exclusivamente de quantas horas ele estará trabalhando e de quantos serviços ele aceitará.

Ou seja, esse trabalhador receberá apenas pelas horas em que esteve realizando alguma corrida, e não pelo tempo em que ele esteve disponível, à espera de uma solicitação.

As autoras Cezário e Araujo , pontuam que a empresa Uber busca

[...] passar a ideia de que os motoristas não trabalham para ela, já que é uma empresa de tecnologia e eles prestam serviço de transporte. Por isso é tão fundamental esse aspecto, porque deixar de fazer essa verificação com base no que ocorre na prática é atestar que a Uber, sabidamente atuando como empresa de transporte, fique fora do alcance do direito do trabalho a que estão obrigadas as empresas em geral (2021, p. 23554-23555).

Essa estratégia usada pela Uber, assim como as demais, possibilita que elas não possuam nenhuma obrigação trabalhista que viria ter, por se considera como um facilitador de ligação entre os trabalhadores e os serviços que eles devem prestar.

De acordo com os dados da pesquisa-ação do Fairwork (2023), com relação à pontuação nos cinco princípios do relatório, a empresa Uber não pontuou em nenhum, assim como, 99, Americanas Entrega Flash, GetNinjas, Lalamove, Loggi e Rappi, demonstrando que elas não puderam demonstrar a implementação dos princípios e que não foram capazes de comprovar sua conformidade.

Castro, pontua que a Uber

[...]se considera parceira do motorista ao auxiliar a relação de oferta e demanda entre aquele e o usuário, [...] não estabelecer qualquer vínculo empregatício formal, impõe longas e imprevisíveis jornadas de trabalho para que o motorista consiga auferir uma remuneração satisfatória. [...] não há pagamento mínimo, a contribuição com o sistema de proteção social é individualizada e incerta, a despeito das extensas jornadas não há pagamento de horas-extras, nem descanso semanal remunerado, férias, ou seu respectivo terço legal. É uma situação de instabilidade (2020, p. 18).

Como apontada pela autora, os trabalhadores se encontram totalmente desprovidos de quaisquer garantias do serviço que eles estão fornecendo, muito menos de quanto eles conseguirão obter por cada jornada de trabalho, enfrentando uma série de desafios e incertezas, incluindo longas e imprevisíveis jornadas de trabalho, falta de benefícios e proteções sociais, e instabilidade financeira.

O trabalho por plataformas digitais realizado em infraestruturas que operam na interface de aplicativos, utilizam dessa aparência para se desprenderem de qualquer atribuição empregatícia por se considerarem apenas como um meio de conexão entre o trabalhador e o serviço que será prestado. Nesse sistema, os trabalhadores são falsosamente considerados autônomos, pois as empresas asseguram que eles têm liberdade em aceitar o serviço e que possuem flexibi-

lização no seu horário e não precisar ter uma quantidade mínima de horas para trabalhar, situação que não é vista na realidade (ABÍLIO, 2019).

Para esse cenário, Abílio, apresenta o conceito de uberização, definido como:

[..]um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho. Entretanto, essa apropriação e subordinação podem operar sob novas lógicas (2017, p. 2).

Na uberização, o trabalhador por não ter um gerente ou diretor ligado ao seu trabalho, cai na ilusão de que é seu próprio chefe, empreendedor de si, o que direciona com que os sucessos ou fracassos diários de seus serviços recaiam unicamente sobre ele, e no quanto ele pode fazer para ter um bom rendimento a partir do seu desempenho no trabalho.

Nesse sentido, Pochmann, descreve que

Com a uberização, há uma competição ainda maior entre os trabalhadores e quem estabelece ou avalia a sua continuidade nesse tipo de trabalho é o cliente, o comprador. Ao invés da união buscando o acordo coletivo, o trabalhador está orientado para o acordo individual, a competição com seus pares. Obviamente isso torna ainda mais fracos os trabalhadores diante daqueles que os contratam. Esse rebaixamento não é só econômico, mas também moral e ético (2016, s/p).

Por estarem em um mercado competitivo, em que existem diferentes plataformas que fornecem os mesmos serviços (transporte, alimentação, entregas, entre outros), encontra-se uma massa de trabalhadores que devido a individualidade desse tipo de serviço, não possuem mais a ideia de união entre a classe trabalhadora, uma vez que eles estão no mesmo mercado, fornecendo o mesmo serviço.

Condições dos Trabalhadores de Plataformas Digitais

Apesar das dificuldades e empecilhos que esses trabalhadores enfrentam nesse tipo de mercado digital, muitos permanecem por não conseguirem entrar no mercado formal e tentam conseguir garantir sua renda diária por meio dos trabalhos que realizam para essas plataformas. Por não terem a garantia de quanto ganhará por dia e de quantas vezes será solicitado para fazer um serviço, adentram longas jornadas de trabalho e aceitam os serviços que lhe são solicitados.

Segundo Abílio (2017, p. 3), esses trabalhadores ainda precisam lidar com a constante avaliação do seu trabalho pelos consumidores do seu serviço, uma vez que “a certificação sobre o trabalho vem agora da esfera do consumo, por meio dessa espécie de gerente coletivo que fiscaliza permanentemente o trabalhador. A multidão vigilante, [...] é então quem garante de forma dispersa a certificação sobre o trabalho.”

De acordo com o relatório do Fairwork:

O dia a dia de trabalhadores e trabalhadoras por plataformas têm muito em comum, embora os perfis de atividades sejam bem diferentes. Essas atividades caracterizam-se pela desespecialização profissional, fragmentação de tarefas, individualização e desestruturação das relações entre trabalhadores e suas organizações associativas de representação, como sindicatos e associações (2023, p. 15).

Esses trabalhadores frequentemente não têm relações tradicionais de emprego, como contratos de trabalho fixos ou benefícios sociais, falta de interação social e apoio no trabalho, e a falta de relações tradicionais de emprego e de representação sindical.

Por não terem qualquer seguridade empregatícia, esses trabalhadores enfrentam os desafios diários desse tipo de serviço, resultando em sua própria responsabilidade pelos seus ganhos diários. Outro fator pontuado no relatório do Fairwork (2023) se refere a não disponibilização de equipamentos de segu-

rança individual, seguros contra riscos ou adoecimento, inclusive com relação a casos de acidentes no trânsito.

Nesse sentido, Cezário e Araujo, apresentam que

As contínuas transformações laborais foram desfavoráveis ao trabalhador, social e economicamente, precarizando as relações de trabalho, com a diminuição constante de postos e aumento de tempo dedicado ao serviço, em detrimento da diminuição da remuneração e da segurança do trabalhador (2021, p. 23557).

Essas mudanças têm levado a uma precarização das relações de trabalho, com uma diminuição constante do número de empregos disponíveis e um aumento do tempo que os trabalhadores precisam dedicar ao serviço para manter sua subsistência, o que têm levado a uma diminuição da remuneração dos trabalhadores, bem como da segurança do emprego.

As condições de trabalho se tornam mais instáveis e inseguras para os trabalhadores, com falta de contratos de trabalho estáveis, benefícios sociais, ou garantias de renda mínima. Apesar de trabalhar mais horas, os trabalhadores estão recebendo menos remuneração por seu trabalho e estão enfrentando condições de trabalho menos seguras, uma vez que a remuneração em empresas como a Uber só compreende as horas em que o trabalhador esteve em serviço, e não o tempo em que ele esteve disponível para a mercado sem ser solicitado.

Essa situação é vista no que se refere a flexibilidade que a empresa Uber divulga que esse motorista tem, quando fala que eles podem escolher o horário em que pode trabalhar e quando quer, não explicitando que a recusa de uma corrida pode resultar na sua baixa classificação, cancelamento ou exclusão da plataforma.

Com relação a ideia desses trabalhadores por não estarem em um trabalho tradicional sob a orientação de um supervisor ou chefe, essas plataformas criam a ideia do trabalhador como empreendedor de si, em que ele tem a liberdade de fazer seus próprios horários, e não estarem em um trabalho subordinado.

Abílio, nesse sentido fala que

[...] os trabalhadores uberizados, os empreendedores, são senhores de seu próprio tempo – em tese! Mas o que se verifica, na prática, é que menos controle efetivo se tem sobre a própria vida quanto mais feições de liberdade e autonomia apresenta o trabalho (2017, p.14).

Apesar da aparência de liberdade e autonomia que os trabalhadores uberizados têm sobre o seu tempo, na prática, a falta de controle sobre suas condições de trabalho e a dependência das plataformas digitais demonstram que eles têm menos controle efetivo sobre suas vidas do que se apresenta, uma vez que eles também estão sujeitos às regras e algoritmos das plataformas, o que pode limitar suas escolhas e autonomia.

Considerações Finais

Os trabalhadores das plataformas digitais muitas vezes classificados como contratados independentes ou autônomos, não têm as mesmas proteções legais que os trabalhadores assalariados, uma vez que por as empresas de plataformas digitais se apresentarem nessa interface, e se classificarem apenas como provedora de ligação entre o consumidor e o trabalhador, ou até mesmo como um serviço de tecnologia, como no caso da Uber, não possuem qualquer compromisso empregatício com os milhões de trabalhadores motoristas que trabalham nessas plataformas.

Nos resultados da pesquisa realizada pela Fairwork (2023), percebeu-se que em comparação com os resultados obtidos na pesquisa do ano anterior, em 2022, pontuou que houve melhorias no que se refere nos termos de remuneração e gestão, todavia, algumas plataformas que haviam pontuado em 2022, não pontuou em 2023.

Conforme apontou a pesquisa-ação do Fairwork (2023), que sistematiza critérios de investigação a partir da compreensão do trabalho decente, apenas três das dez plataformas analisadas tiveram ao menos um ponto. Tal consta-

tação sobre a ausência de condições dignas, demonstra que muitas mudanças ainda precisam ser feitas no sentido da regulamentação do trabalho. Apesar das garantias que essas empresas dizem oferecer no tocante a liberdade desses trabalhadores, eles se veem subordinados por essas plataformas, uma vez que elas dirigem o seu comportamento, que a depender do seu desempenho, será penalizado no próprio aplicativo, ocorrendo inclusive, sua exclusão da plataforma.

Referências Bibliográficas

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-69242019000300041&script=sci_arttext. Acesso em: 1 nov. 2023.

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa palavra**, v. 19, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2774141/mod_resource/content/1/Abilio%202017_Uberiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho.pdf Acesso em: 1 nov. 2023.

ARTUR, Karen; CARDOSO, Ana Claudia Moreira. O controle das plataformas digitais: nomear a economia, gerenciar o trabalho e (des) regular os direitos. **Revista Tomo**, n. 37, p. 349-390, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/13043>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CASTRO, Viviane Vidigal de. **As ilusões da uberização**: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1128839>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CEZÁRIO, Madalena Barbosa De Oliveira; DE ARAUJO, Wânia Maria. A precarização das relações de trabalho: o caso uber e a subordinação estrutural. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 23544-23562, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/25989>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FAIRWORK (2023). **Relatório Fairwork Brasil 2023**: Ainda em Busca de Trabalho Decente na Economia de Plataformas. Oxford, Reino Unido; Berlin, Alemanha. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Fairwork-Brazil-Ratings-2023-report-PT.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 21-30, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wFXkGkStrfp8yByGCh3C4rp/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2023.

POCHMANN, Marcio. A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores. **EPSJV/Fiocruz**. 2016. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os>. Acesso em: 15 fev. 2024.



LABIRINTO DO TRABALHO: O MITO DO EMPREENDEDOR-TRABALHADOR

Mauricio Soldati¹
Vinícius Viana Gonçalves²
Érica Oliveira Costa³

Introdução

A transformação do mundo do trabalho tem sido um processo dinâmico e complexo, refletindo mudanças sociais, econômicas e culturais ao longo da história. Nos últimos tempos, o conceito do trabalhador-empendedor emergiu como um fenômeno marcante, revelando tanto aspectos negativos quanto desafios significativos no cenário laboral contemporâneo, essa abordagem redefiniu a relação das pessoas com o trabalho, delineando e acentuando desigualdades e incertezas financeiras. Por meio de análises críticas e reflexivas, é possível compreender melhor as complexidades desse paradigma emergente do trabalho e buscar formas de garantir a equidade e o suporte necessário para todos os indivíduos nesse contexto em constante evolução.

1 Mestrando em Direito e Justiça Social (FURG). E-mail: mauricio.soldati@gmail.com

2 Mestre em Direito e Justiça Social (FURG). E-mail: vvg82@outlook.com.br

3 Mestranda em Direito e Justiça Social (FURG). E-mail: erica.ocosta@outlook.com

Desvendando o Trabalhador-Empreendedor: Entre Inovação, Desafios e Equidade no Mundo Laboral Contemporâneo

A ocupação laboral representa um elemento humano crucial que tem progredido ao longo da história, adaptando-se às transformações nas esferas econômicas, sociais e culturais. Nas civilizações antigas, o labor estava intimamente ligado à subsistência, concentrando-se primordialmente na agricultura e na caça, apesar de essencial para assegurar a sobrevivência, o labor era frequentemente extenuante e demandava esforço físico considerável e com a chegada da Revolução Industrial, ocorreu uma mudança substancial na natureza do trabalho, as fábricas e as linhas de produção passaram a definir a produção em massa, embora muitas vezes à custa da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. Nos tempos atuais, estamos imersos numa era em que ganha destaque a ideia do “trabalhador-empresário”, esta concepção redefine a maneira como as pessoas encaram o trabalho, o êxito e a autonomia financeira, por isso, este artigo busca explorar a evolução do conceito de labor e realizar uma análise crítica do mito do trabalhador-empresário, evidenciando seus aspectos vantajosos e desvantajosos.

No século XX, a estabilidade no emprego tornou-se uma prioridade para os trabalhadores, que almejavam segurança e vantagens, os sindicatos batalhavam por melhores condições laborais, e o trabalho assalariado transformou-se na norma, fornecendo uma base sólida para o sustento familiar e o planejamento futuro. No mundo contemporâneo, o labor desempenha um papel crucial na existência das pessoas e serve como um meio essencial para o avanço individual e social, nesse contexto, salvaguardar os direitos dos trabalhadores torna-se uma questão de relevância extrema, principalmente por representarem o elo mais frágil nas relações laborais, infelizmente, a desconsideração pelos direitos trabalhistas e a falta de reconhecimento e compensação adequada são frequentes, tais circunstâncias frequentemente despertam o desejo de empreen-

der, visando uma maior independência e a oportunidade de alcançar lucros mais substanciais sem estar subordinado a um empregador. Desta forma, o principal objetivo deste artigo é explorar a precarização das relações de trabalho, nas quais o trabalhador muitas vezes é considerado mais como um empreendedor autônomo do que como um integrante de uma classe laboral e para compreender essa mudança de perspectiva, examinamos os impactos da flexibilização e desregulamentação das leis laborais, que têm originado fenômenos como a uberização, pejetização e uma supervalorização do empreendedorismo.

Sob a ideia de que as normativas tradicionais do Direito do Trabalho colocavam barreiras desnecessárias à gestão flexível das relações econômicas e sociais, surgiram diversas abordagens e interpretações buscando alinhar os processos de administração da mão de obra com as demandas econômicas do sistema capitalista, entretanto, os desfechos obtidos resultaram em uma maior concentração de riqueza e na deterioração das condições laborais nas economias e sociedades que adotaram tais diretrizes políticas e ideológicas.

O conceito do trabalhador-empendedor é uma representação fantasiosa fomentada pelo neoliberalismo, retratando o trabalhador como alguém individualista, autossuficiente e capaz de alcançar o sucesso pessoal por mérito próprio, contudo, essa narrativa negligencia a realidade das condições de trabalho, passadas e presentes, e impõe uma pressão adicional sobre o trabalhador. É crucial recordar que um mito consiste em uma ideia fictícia, ainda que muitas pessoas continuem a aderir a ela, para a perpetuação de um mito, é imprescindível que a ideia seja constantemente reiterada nas mentes das pessoas até que se transforme em uma crença coletiva, ainda que não seja verídica.

No caso particular do trabalhador-empendedor, esse mito surge da insatisfação com o trabalho convencional, decorrente de repetidas situações de exploração da mão de obra e de um desgaste moral, isso é intensificado pela sensação de que o esforço do trabalhador não é devidamente recompensado e de que as oportunidades de progresso na carreira são limitadas. Nesse contexto,

o trabalhador percebe que o empregador obtém a maior parte dos benefícios de seu trabalho, por meio de um fenômeno conhecido como *mais-valia*, controlando também os meios de produção e mantendo a concepção de que os funcionários são facilmente substituíveis. Diante de múltiplas decepções, o trabalhador passa a almejar tornar-se proprietário do próprio negócio e a gerir seu próprio tempo, evitando assim a submissão à autoridade e às arbitrariedades de um empregador.

As plataformas de serviços e os empregadores que optam por contratar pessoas jurídicas emergem como uma alternativa para oferecer vantagens ao trabalhador, porém, abdicam de quaisquer direitos trabalhistas ou previdenciários, ao isentarem-se de responsabilidades e obrigações, demandam comprometimento, jornadas extenuantes, pontualidade, retenção de uma parcela significativa dos rendimentos do trabalhador e transferência velada dos riscos do negócio para o próprio trabalhador.

Uma abordagem mais aprofundada, proposta por Byung-Chul Han, lança luz sobre a distinção entre a sociedade disciplinadora e a sociedade do desempenho. Na sociedade disciplinadora, o foco está na negação e na obediência, enquanto na sociedade do desempenho, a ênfase recai sobre o próprio desempenho, logo, quando uma potencial crise no capitalismo revela a superexploração enfrentada pelos trabalhadores, o sistema consegue contornar a situação, encontrando novas formas de lucrar, mantendo os trabalhadores alienados e perpetuando ideologias neoliberais. A sociedade capitalista promove a noção do trabalhador-empREENDEDOR, levando as pessoas a renunciarem aos seus direitos trabalhistas e previdenciários em busca da ilusão de autonomia ao se converterem em empreendedores.

Por outro lado, muitos trabalhadores têm consciência da perda de direitos, mas submetem-se a essas relações de trabalho para garantir sua sobrevivência, nesse contexto, a flexibilização e a desregulamentação laborais surgem como mecanismos eficazes para diminuir os custos dos empregadores, ao mesmo tempo em que precarizam a condição dos trabalhadores

Muitos trabalhadores têm ciência da perda de direitos, mas se submetem a essas relações laborais para garantir sua sobrevivência, desta forma, a flexibilização e a desregulamentação laborais emergem como estratégias eficazes para reduzir os custos dos empregadores, ao mesmo tempo em que fragilizam a situação dos trabalhadores, em momentos críticos do sistema capitalista, os primeiros a sofrerem são os trabalhadores, especialmente os mais vulneráveis, cujos direitos são cada vez mais suprimidos em prol da manutenção de um sistema que sistematicamente os oprime.

Com os avanços tecnológicos e as mudanças econômicas nas últimas décadas, o conceito de trabalho está passando por uma nova metamorfose, o mito do trabalhador-empendedor emergiu como uma narrativa predominante, retratando o trabalhador como o gestor de sua própria carreira e sucesso financeiro. Alguns dos principais pontos desse mito incluem:

Independência Financeira: Promove a ideia de que qualquer pessoa pode alcançar independência financeira por meio do empreendedorismo, frequentemente sugerindo que empregos convencionais são limitados.

Risco e Recompensa: Enfatiza a noção de que assumir riscos e buscar oportunidades empreendedoras é a chave para o sucesso financeiro, mesmo envolvendo incerteza e a possibilidade de fracasso.

O mito do trabalhador-empendedor glorifica a flexibilidade e a autonomia como vantagens significativas do empreendedorismo, permitindo que as pessoas controlem seus horários e escolham os projetos em que desejam trabalhar, contudo, essa narrativa desconsidera a realidade das condições de trabalho passadas e presentes, colocando uma pressão adicional sobre o trabalhador. É crucial lembrar que um mito é uma ideia irreal, mas que muitas pessoas continuam a aceitar, para que um mito persista, é necessário que a ideia seja reiteradamente incutida nas mentes das pessoas até se tornar uma crença coletiva, ainda que não seja verdadeira.

Nesse contexto, a precarização do trabalho no Brasil representa um problema de considerável magnitude, afetando profundamente a vida dos trabalhadores e a sociedade como um todo, este fenômeno envolve a redução dos direitos trabalhistas e o deteriorar das condições laborais, resultando em empregos de baixa qualidade, insegurança e instabilidade, os prejuízos da precarização do trabalho no Brasil são numerosos e incluem:

Salários Insuficientes: Em diversos empregos precários, os salários são excessivamente baixos e, com frequência, não suprem as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Tal situação conduz à pobreza e à desigualdade, levando grande parte da população a viver em condições de vulnerabilidade econômica.

Instabilidade Financeira: Os empregos precários frequentemente carecem de garantias de emprego a longo prazo, gerando constante preocupação com a segurança no trabalho e o risco de demissão. Isso cria um ambiente de instabilidade financeira e emocional.

Falta de Benefícios: Trabalhadores em empregos precários frequentemente não têm acesso a benefícios como assistência médica, aposentadoria digna, seguro-desemprego e licença remunerada. Isso os deixa desamparados diante de doenças, acidentes ou situações de desemprego.

Jornadas Exaustivas: Para compensar os baixos salários, muitos trabalhadores em empregos precários são compelidos a cumprir jornadas excessivamente longas. Isso pode levar ao esgotamento físico e mental, comprometendo a saúde e a qualidade de vida.

A precarização do trabalho frequentemente implica na negação ou violação flagrante dos direitos trabalhistas, como horas extras não pagas, ausência de férias remuneradas, falta de pausas adequadas e condições de trabalho perigosas. Isso empurra os trabalhadores para a informalidade, onde não contam com proteção legal ou acesso a benefícios previdenciários, criando um ciclo de vulnerabilidade que perpetua a desigualdade.

A constante insegurança no trabalho, a falta de perspectivas de carreira e a pressão por resultados nos empregos precários podem causar sérios impactos na saúde mental dos trabalhadores, contribuindo para o aumento dos casos de ansiedade e depressão, quando os empregos precários se tornam comuns, os trabalhadores podem se desmotivar a investir em educação e qualificação, perpetuando a estagnação profissional e dificultando a ascensão social.

A precarização do trabalho intensifica a desigualdade social, uma vez que os trabalhadores precarizados têm menos oportunidades de melhorar suas condições de vida e menos recursos para investir em educação e saúde, isso pode resultar em menor produtividade e consumo reduzido, afetando negativamente o crescimento econômico do país.

O empreendedorismo geralmente envolve riscos financeiros significativos, muitos novos empreendimentos não conseguem obter lucro ou mesmo sobreviver, deixando os empreendedores em situações de insegurança financeira, o acesso desigual a recursos financeiros e educacionais perpetua desigualdades econômicas e sociais, limitando as oportunidades para todos se tornarem empreendedores bem-sucedidos.

O empreendedorismo pode ser uma jornada solitária e estressante, frequentemente, empreendedores enfrentam longas horas de trabalho, pressões financeiras e a ausência de um sistema de apoio, a busca pelo sucesso empreendedor pode demandar sacrifícios pessoais significativos, como tempo distante da família e dos amigos, falta de equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e comprometimentos financeiros substanciais.

O mito do trabalhador-empendedor é uma narrativa complexa que molda a percepção das pessoas em relação ao trabalho e à carreira, embora promova a inovação e a independência, também acarreta riscos consideráveis e desafios para muitos indivíduos, portanto, é crucial reconhecer que a diversidade de experiências e escolhas de carreira é fundamental para uma sociedade saudável e equitativa. Políticas e apoios adequados são necessários para garantir que todos

tenham oportunidades justas e igualdade de acesso aos benefícios do trabalho, independentemente de serem trabalhadores ou empreendedores.

Para enfatizar a dimensão processual do conceito de precarização, é essencial retornar às primeiras décadas do século XX, quando ocorreu a disseminação de uma nova ética de trabalho em meio ao avanço tecnológico e à produção em larga escala da Revolução Industrial, esse período testemunhou o desenvolvimento e a ascensão do modelo fordista de produção, caracterizado pela intensa mecanização, organização em linha de produção e especialização dos trabalhadores, o fordismo impulsionou a acumulação de riqueza, aumentou a produtividade e promoveu um modelo de consumo estável, mas também resultou na perda de controle do produto pelo trabalhador (ANTUNES, 2008).

Dentro desta perspectiva, a noção de emprego se estabeleceu como a norma predominante de trabalho, diferenciando-se do conceito mais amplo de trabalho, uma vez que o emprego abrange “todas as garantias e direitos mediados por ele” (AQUINO, 2005:3). A hegemonia do emprego propagou a ideia do pleno emprego, difundida nos países desenvolvidos ao longo do século XX e buscada pelos países em desenvolvimento, desempenhando um papel crucial na estruturação da sociedade do trabalho.

Nesse cenário, o sistema de produção fordista começou a demonstrar sinais de inadequação. Segundo Nardi (2006), as transformações significativas no universo laboral, decorrentes da crise desse sistema, surgiram nos países industrializados e se disseminaram para nações em desenvolvimento, como o Brasil, entre os anos 1980 e início dos anos 1990, dada a abrangência e a complexidade desse processo global, resultante da internacionalização do capital, é fundamental evidenciar seus elementos principais para compreender o atual panorama laboral.

No Brasil, a reestruturação produtiva conduziu a uma intensificação da terceirização e subcontratação em alguns setores, acarretando um aumento no contingente de trabalhadores desprotegidos pela legislação trabalhista. Isso

se deu sob o argumento de proporcionar melhores oportunidades de carreira e fomentar a multifuncionalidade e polivalência. Durante as últimas décadas do século XX, o avanço tecnológico e a globalização instigaram uma acirrada competição entre mercados e empresas. Isso resultou na disseminação de novas modalidades de trabalho desregulamentadas, tais como terceirização, subcontratação e empregos de meio período, em meio a uma significativa redução nos níveis de emprego (ANTUNES, 2006).

Frente à instabilidade no mercado de trabalho, o capital introduziu preceitos políticos e ideológicos neoliberais como resposta à crise. A ênfase passou a ser a flexibilização do processo produtivo, baseando-se no modelo toyotista, que se apoia numa racionalidade flexível e busca capturar a subjetividade do trabalho. O toyotismo é caracterizado por regras, valores e dispositivos organizacionais como o trabalho em equipe, a gestão pela qualidade total, o just-in-time, a terceirização e novos sistemas de pagamento voltados para motivar os trabalhadores (ALVES & MORAES, 2006).

O neoliberalismo simboliza uma nova etapa do capitalismo, emergindo dessa reestruturação e se expandindo com a globalização, esta ideologia destaca o liberalismo econômico, fomentando o mercado, a competição e a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que repudia a intervenção estatal na economia. Propõe um Estado mínimo e a crescente transferência de decisões para o setor privado, com a privatização de serviços públicos, regendo a sociedade pelos princípios de eficiência e livre concorrência, isso coincide com a diminuição da intervenção estatal, acompanhada pela reorganização de sua estrutura interna, por meio da aplicação de estratégias de flexibilização do trabalho e da integração de elementos do toyotismo, fortalecendo o princípio neoliberal inclusive no setor público (DIAS, 1996).

Esse novo paradigma representa a reintrodução do modelo liberal clássico no contexto do capitalismo contemporâneo, alguns dos principais pilares neoliberais compreendem: uma intervenção mínima do Estado na economia

nacional; a privatização de empresas estatais; o fomento à livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização; a abertura da economia para a entrada de multinacionais; a simplificação das leis e regulamentações econômicas para desburocratizar o Estado e facilitar as atividades econômicas; e o estímulo ao aumento da produção visando o desenvolvimento econômico.

Considerações Finais

O conceito do trabalhador-empendedor reflete claramente as mudanças profundas que estão ocorrendo no mundo do trabalho e nas nossas expectativas em relação à carreira, isso abarca aspectos muito negativos, como a crescente incerteza financeira e o aumento das disparidades econômicas.

Para compreender melhor essa questão, é essencial reconhecer que nem todos partem do mesmo ponto de partida para adotar plenamente esse conceito de trabalhador-empendedor, muitos indivíduos enfrentam barreiras significativas, desde a falta de acesso à educação e recursos financeiros até desigualdades sistêmicas que limitam suas oportunidades, portanto, é crucial que políticas públicas e sociais estejam atentas a essas desigualdades e ofereçam suporte tanto para aqueles que buscam carreiras convencionais quanto para aqueles que optam pelo empreendedorismo.

Em última análise, o trabalho é uma pedra angular da vida humana, uma atividade que desempenha um papel fundamental em nossa existência. As transformações contínuas no mundo do trabalho não apenas refletem, mas também moldam nossas sociedades e têm um impacto direto no nosso futuro, desta maneira compreender e abordar as complexidades do conceito do trabalhador-empendedor é uma parte essencial para garantir que as oportunidades e os desafios desse novo paradigma do trabalho sejam distribuídos de forma equitativa, permitindo que todos tenham a chance de prosperar em um ambiente em constante evolução.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni; MORAES, Livia. **Trabalho e estratégias empresariais no capitalismo global: toyotismo e “captura” da subjetividade.** Revista Mediações, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 20-33, 2006. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9006>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** Trabalho apresentado no Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, São Paulo, 2008.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2006.

AQUINO, Cássio A. B. de. **Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social.** Trabalho apresentado na II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/27598>. Acesso em: 29 ago. 2023.

DIAS, Edmundo F... **Capital e trabalho: a nova dominação. Em Sindicato de Eletricitários (Ed.), A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes** (pp. 48). Brasília: Sindicato dos Eletricitários, 1996.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Edição de bolso - Edição padrão. Traduzido por Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015. 136 páginas.

NARDI, Henrique C. **Ética, trabalho e subjetividade.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

**GRUPO DE TRABALHO:
SOCIOLOGIAS DA ECONOMIA: TEMAS
EMERGENTES NA ERA DA CONECTIVIDADE**



2024

Herison



SOCIEDADE EM REDE: CONEXÕES ENTRE A GERAÇÃO Y E A MODA

Ana Claudia Tronquini Schein¹
Emanuele Biolo Magnus²

Introdução

É apresentado neste artigo uma síntese da monografia de graduação em Moda da autora, em que se pesquisou como o fenômeno Moda é experienciado por indivíduos do grupo denominado Geração Y que vivem inseridos no contexto da Sociedade em Rede. Se faz importante ressaltar, primeiramente, que o fazer sociológico deste trabalho é puramente um ideal pessoal, visto o campo da área de graduação da autora ser muito mais voltado ao objeto que veste do que ao indivíduo que será vestido. Em segundo lugar, ressalta-se que a pesquisa traça um recorte bastante específico sobre o grupo estudado e, portanto, deve-se ter em mente que uma geração não é uma massa uniforme, mas formada por indivíduos diversos (LIPKIN; PERRYMORE, 2010).

Visto isso, salienta-se que este trabalho apresenta um estudo acerca dos comportamentos mais recorrentes, pela visão dos autores citados, observados nos jovens da Geração Y que vivem tanto a experiência do fenômeno Moda como da Sociedade em Rede, mas de forma alguma se propõe a abarcar a totalidade ou outras especificidades desta geração. Igualmente, aborda-se o conceito de Sociedade em Rede, termo cunhado pelo sociólogo espanhol Manuel Cas-

¹ Bacharel em Moda, Universidade Feevale, anacschein@gmail.com

² Prof^ª. Me. Orientadora, Universidade Feevale, ebmagnus@feevale.br

tells na sua obra homônima publicada em 1999, apresentando de forma sucinta os conceitos e as características presentes nessa nova forma de estrutura social, com foco na mudança que esta acarreta para a experiência de Moda do grupo estudado.

A questão que guiou essa pesquisa e seu desenvolvimento, portanto, foi a intenção de compreender a forma com que a Geração Y vive e expressa a Moda sob a ótica do prisma ocasionada pela experiência da Sociedade em Rede. O método científico utilizado para a construção desse projeto foi dedutivo, partindo da análise de dados gerais acerca dos temas elencados para a escala particular, “através de uma cadeia de raciocínio decrescente” (PRODANOV; FREITAS, 2013 p. 127). De natureza aplicada, visto que objetivou-se elaborar uma coleção de vestuário a partir do estudo dos temas propostos, adotou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, que é elaborada através de materiais anteriormente publicados, sendo o objetivo do estudo exploratório pois “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (Ibidem).

O conceito de Sociedade em Rede surgiu a partir do trabalho de Castells (2012) que, durante cerca de uma década, reuniu e interpretou dados econômicos e sociais de diversos países a fim de entender como a tecnologia da informação estava transformando o mundo em que vivemos. Através de suas pesquisas, o autor identifica neste conceito que as diversas transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais, aliadas a intensas mudanças na área da comunicação provenientes da evolução tecnológica da informática, deram origem a uma nova forma de sociedade. Contudo, salienta que a nova estrutura social não é uma consequência da transformação tecnológica, visto que não são as tecnologias que determinam as sociedades nem as sociedades que definem as tecnologias, devido à complexa interação de fatores que contribuem no processo da inovação científico-tecnológica, pois afirma que “[...] a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (Ibidem, p. 43).

Castells denominou essa nova estrutura de Sociedade em Rede “[...] por ser constituída por redes em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social” (2012, p. II). Essas redes múltiplas, segundo o autor, alimentadas pelas tecnologias digitais características da Era da Informação³, tornaram-se passíveis de expansão e reconfiguração infinita, em que os códigos e conexões interoperacionais são as bases fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades, o que designa a Sociedade em Rede como um sistema global, formado por comunidades virtuais que crescem rapidamente e que passaram a habitar não somente o mundo virtual, mas também parte do dia a dia dos cidadãos de modo que se tornaram uma virtualidade real e, junto com outras formas de interação, fazem do cotidiano um mundo híbrido.

Essa nova cultura que se formou é denominada de cibercultura, que Lévy (1999, p. 17) descreve como “[...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”, sendo o ciberespaço, ao qual o autor também se refere como “rede”, o “[...] novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”, se tratando não apenas da infraestrutura material da comunicação digital, mas também do “[...] universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”.

Com a explosão da comunicação sem fio no mundo inteiro, através da convergência tecnológica entre Internet e telefones celulares, Castells (2012) comenta que a década de 2000 deu lugar à expansão da capacidade comunicativa do ser humano. Hoje, a Internet é a base da comunicação diária e cada vez mais utilizada como meio para acessar as mídias tradicionais, de comunicação em massa e, portanto, a difusão e formato desses meios tradicionais estão sendo transformados com a “individualização” da comunicação ou com a “auto-comunicação em massa”, como o autor denomina, visto que a Internet e a comunicação sem fio não são mídias no sentido tradicional, mas meios de comunica-

³ Período que sucede a Era Industrial, mais especificamente após a década de 1980.

ção interativa, o que demonstra que as distinções entre meios de comunicação de massa e outras formas de comunicação estão se perdendo.

Castells (2012 p. XII) explica que “essa forma de comunicação surgiu com o desenvolvimento das chamadas Web 2.0⁴ e Web 3.0⁵, ou o aglomerado de tecnologias, dispositivos e aplicações que dão suporte à proliferação de espaços sociais na internet [...]”. O autor concluiu o pensamento ao afirmar que “o processo da formação e difusão da Internet [...] moldou de forma definitiva a estrutura do novo veículo de comunicação na arquitetura da rede, na cultura de seus usuários e nos padrões reais de comunicação” (Ibid., p. 441).

Assim, afirma Lévy (1999, p. 49), a comunicação continua, através do digital, um “[...] movimento de virtualização iniciado há muito tempo pelas técnicas mais antigas, como a escrita [...]”. No mesmo sentido, Castells (2012, p. XII) expõe que “além disso, o poder de comunicação e processamento de informações da internet está sendo distribuído em todas as áreas da vida social assim como a rede e o motor elétricos distribuíram energia no processo de formação da sociedade industrial”. O autor percebe que as pessoas, apropriando-se das novas formas de comunicação, constroem seus próprios sistemas de comunicação em massa, seja por SMS⁶, blogs⁷, vlogs⁸, podcasts⁹, wikis¹⁰, enfim, o que surgir na rede, e salienta ainda que novas formas de auto-comunicação em massa surgiram de usuários que se transformaram em produtores, a exemplo do

4 “A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo” (PRIMO, 2007 p. 2).

5 “A Web 3.0, também apelidada de Web Semântica, consiste numa extensão da Web 2.0 onde a informação é definida de forma mais eficiente, permitindo que os computadores e as pessoas possam cooperar” (REIS, 2016 p. 50).

6 Do inglês *Short Message Service* (SMS), é um serviço de envio de mensagens curtas (até 160 caracteres) disponível para telefones celulares, popularmente conhecido como mensagem de texto.

7 Website pessoal onde um indivíduo expressa sua opinião ou simplesmente discorre sobre um assunto qualquer.

8 Idem ao blog, porém o conteúdo é apresentado em vídeos ao invés de texto.

9 Semelhante ao rádio, é uma mídia de transmissão de áudio, com a diferença de ter conteúdo sob demanda e consumo no horário escolhido.

10 Termo utilizado para identificar um tipo específico de coleção de documentos em hipertexto ou o software colaborativo usado para criá-lo, semelhante a enciclopédia.

YouTube, site de compartilhamento de vídeos em que os usuários podem fazer upload de conteúdo próprio, e observa que a prática de compartilhamento de arquivos na rede torna possível a mistura e reformatação de qualquer conteúdo digital por qualquer cibernauta.

Com isso, Castells afirma que o que é historicamente específico ao novo sistema de comunicação multimídia é a construção da realidade virtual:

Todas as realidades são comunicadas por intermédio de símbolos. E na comunicação interativa humana, independentemente do meio, todos os símbolos são, de certa forma, deslocados em relação ao sentido semântico que lhes são atribuídos. De certo modo, toda realidade é virtual. Então, o que é um sistema de comunicação que, ao contrário da experiência histórica anterior, gera virtualidade real? É um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência (2012, p. 459).

Para Lévy (1999, p. 70), a realidade virtual aponta um tipo de simulação interativa na qual o indivíduo “[...] tem a sensação física de estar imerso na situação definida por um banco de dados”, mantendo uma interação sensório-motora com um conteúdo descrito pela memória digital. Cébrian (1999) corrobora com a ideia ao comentar que a realidade virtual integra o mundo da imaginação, eliminando distâncias físicas e temporais. Visto isso, Castells (2012) afirma que nesse novo tipo de sociedade as informações funcionam de forma binária, entre presença/ausência na rede, sendo que apenas a presença nesse sistema integrado de comunicação permitirá a comunicabilidade e a socialização da mensagem. O autor comenta também que “do ponto de vista da sociedade, a comunicação eletrônica (tipográfica, audiovisual ou mediada por computadores) é comunicação” (Ibidem, p. 461) e, portanto, a Internet favorece a criação e estabelecimento de comunidades virtuais.

Essas comunidades, segundo o autor, podem ser definidas como redes eletrônicas auto definidas de comunicação interativa, que reúnem pessoas on-line ao redor de valores e interesses em comum, podendo acarretar em reu-

niões físicas entre os membros da comunidade virtual. Da mesma forma, Lévy (1999, p. 127) caracteriza a comunidade virtual como sendo “[...] construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”, salientando que o desenvolvimento das comunidades virtuais se baseia na interconexão. Gatti (2005) contribui nesse ponto, comentando que as possibilidades dialógicas permitidas pela internet criam novas formas de sociabilidade e comunicabilidade interpessoal, frisando a multiplicidade de possibilidades deste novo meio de comunicação democratizante e emancipador que é a internet.

Sobre isso, Castells (2012, p. 461) afirma que “é precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses [...]”, e compreende que as comunidades virtuais ocasionaram uma nova conjuntura social, em que se reflete sobre a identidade humana na era da Internet. Ademais, o autor conclui que os novos meios de comunicação não divergem ou excluem a comunicação tradicional, mas absorvem-nas, integram-se. Pode-se afirmar, portanto, que as comunidades online constituem hoje uma dimensão fundamental da vida cotidiana e, integradas a outras formas de interação, contribuem para a transformação da vida em um âmbito híbrido (Ibidem).

O autor acredita ainda que, apesar de os meios de comunicação terem se interconectado em todo o mundo, não estamos vivendo em uma “aldeia global”, mas em domicílios “sob medida”, globalmente produzidos e localmente distribuídos, devido ao fato de que nem todos assistem à mesma coisa simultaneamente e que cada grupo social tem um relacionamento específico com o sistema de mídia, o que acarreta em uma diferença essencial em relação ao velho sistema de mídia de massa. Sobre isso, Gatti (2005) conclui que as mudanças na computação, em consonância com outros setores da produção de bens, constituíram um novo paradigma para a informação, com grande capacidade de

adentrar de forma processual e existencial na vida social e das pessoas, estabelecendo a lógica de redes baseada na interatividade e reconfiguração constantes, em um processo longe de conclusão de convergência de tecnologias.

Cebrián (1999, p. 37) colabora com a ideia ao lembrar que uma diferença fundamental dessa nova revolução tecnológica se mostra ao notarmos que, antes, a sociedade estava acostumada apenas com a substituição de tecnologias, “[...] o automóvel tomou o lugar da diligência¹¹; O fax¹², o telex¹³ e o do correio. São técnicas que se sucedem umas às outras, de forma linear no decorrer do tempo”, ao passo que agora os instrumentos tecnológicos se integram, criando novas tecnologias, não apenas dando continuidade ao sistema, mas modificando toda a sua dinâmica, conduzindo ao mundo da realidade virtual. Nesse contexto, Castells (2012) comenta que o surgimento de uma nova cultura embasada na comunicação multimodal e no processamento digital de informações cunhou um hiato entre a população nascida antes da Era da Internet e os já nascidos no mundo digital.

Esses indivíduos, criados no contexto da sociedade contemporânea e, portanto, intensamente influenciados pela experiência digital, são denominados de Geração Y, nascidos entre 1980 e os anos 2000 (OLIVEIRA, 2010). Neste ponto, se faz importante ressaltar o que Lancaster e Stillman (2011) explicam, que mesmo os ícones da cultura popular da época específica a cada geração tendo influência sobre a identidade de cada uma delas, os eventos e condições que as pessoas vivenciam em seus anos de formação é que irão afetar mais profundamente a identidade de cada indivíduo e, conseqüentemente, da geração como um todo.

Grande parte dessa geração teve acesso à diversão, informação e pessoas através de um clique desde a infância e, sendo assim, mal conhecem o mundo

11 É um tipo de carruagem fechada de quatro rodas utilizada para transporte de passageiros e mercadorias, extremamente resistente e puxada por quatro cavalos.

12 Abreviatura de *Facsimile*, termo latino; faxe, telefax ou telecópia; significa uma reprodução exata da edição original, utilizado para transferência remota de documentos via rede telefônica.

13 Sistema internacional de comunicações escritas que prevaleceu até ao final do século XX. Consistia numa rede mundial com um plano de endereçamento numérico, com terminais únicos que poderiam enviar uma mensagem escrita para qualquer outro terminal.

sem computador. Com isso se denominou uma nova “divisão” do mundo, que se compreende em “nativos digitais”, à partir da Geração Y, que sempre teve a tecnologia como parte de seu universo, e os “imigrantes digitais”, sendo todas as gerações anteriores a essa e que tiveram de aprender a incorporar os avanços tecnológicos em suas vidas (LIPKIN; PERRYMORE, 2010). Com isso em mente, Lipkin e Perrymore (Ibidem) enfatizam que no passado o indivíduo aprendia a se comunicar baseado no contato humano e que, atualmente, esse desenvolvimento começa com os pais mas se transforma com base na tecnologia, ou seja, a linguagem dessa geração - e das seguintes - se desenvolve dentro desse contexto tecnológico, o que faz com que a tecnologia se torne parte de sua identidade.

Esses indivíduos cresceram em meio a programas de televisão, Internet, em uma era de gratificação instantânea, mas também de constantes desafios, por mais simples que fossem, devido aos jogos de videogame cada vez mais presentes, como enfatiza Oliveira (2010), que acredita que foi o videogame que modificou por completo a realidade e o cenário de desenvolvimento da Geração Y. O autor afirma que enquanto os jogos de videogame evoluíam e se aprimoravam, se tornando mais complexos e desafiadores, apareceram também novas necessidades de reconhecimento, buscando não apenas o nome na galeria de recordes, mas o compartilhamento de desafios e resultados com outros jogadores, ou seja, a necessidade de uma rede interativa para mostrar suas conquistas.

Percebe-se, com isso, que a Geração Y estabelece relacionamentos de uma maneira diferente das gerações anteriores e, devido ao ambiente virtual presente, é a primeira geração para qual o contato social via Internet se tornou tão natural quanto o relacionamento pessoal, de acordo com Lipkin e Perrymore (2010). As autoras enfatizam que isso não significa que os encontros pessoais não tenham importância para essa geração, mas que a comunicação pessoal e a virtual têm o mesmo valor. Lancaster e Stillman (2011, p.21) concordam com os outros autores ao mencionar que o acesso à informação ensinou essa geração a se comunicar de outras maneiras, “eles publicam, batem papo, criam links e

usam comunicadores instantâneos para debater fervorosamente política, religião, cultura pop e a vida com pessoas que nunca encontraram frente a frente”, redefinindo assim as relações pessoais e de consumo, permitindo que a Internet se tornasse mais um diálogo do que um destino.

Através da Internet, da educação inclusiva, de programas de televisão e outras formas de mídia, essa geração teve contato com o mundo globalizado e conheceu outras culturas, limitações e diferenças, além de seus próprios amigos terem estilos de vida diferentes. Essa geração foi criada numa época de cultura de integração, e que “colheu os frutos dos protestos de seus pais em relação a igualdade de direitos civis, independentemente de idade, sexo, raça, orientação sexual e estado de saúde física e mental” (LIPKIN; PERRYMORE, 2010 p. 154). Lancaster e Stillman (2011 p. 50) também apontam que os jovens da geração Y aprenderam com os pais a respeitar outras culturas, além de já terem visto mais lugares e terem experimentado vivências mais variadas do que qualquer geração anterior, o que influencia muito na compreensão e aceitação da diversidade.

Nota-se que a comunicação da Geração Y ocorre incessantemente e acontece de formas variadas, sendo possível de se observar no “estilo de vida, a linguagem que adota, as roupas que usa, assim como o jeito como as usa” (OLIVEIRA, 2010 p.107). Em muito isso se deve aos pais da Geração Y, Lipkin e Perrymore (2010) afirmam, por terem buscado o desenvolvimento de uma boa relação com seus filhos, proporcionando apoio e proteção constantes para que eles pudessem crescer e se expressar livremente. Lancaster e Stillman (2011) frisam a importância dessa atitude ao afirmar que a personalização tem muito valor para essa geração. Os autores comentam que isso se deve aos anos que esses jovens passaram desenvolvendo uma marca pessoal, que agora se reflete em tudo o que mostram e fazem, “desde o gosto pessoal exibido pelas roupas a sites personalizados ou a lista de músicas no iPod¹⁴” (Ibidem, p. 119), e que essa geração encontrou sentido ao manifestar quem são, valorizando a auto

14 Aparelho eletrônico reprodutor de mídia portátil, projetado e comercializado pela Apple

definição e a auto expressão. Cara (2008, p. 76) complementa que, com o surgimento do ciberespaço, os jovens da Geração Y estão inseridos em dois mundos paralelamente, o real e o virtual, sendo que eles têm “uma estima imperativa pelo visual ideal dentro do universo cibernético”.

Para apreender melhor a maneira com que a Geração Y entende e se relaciona com a moda hoje, se relembra que Palomino (2003, p.45) observou que “à medida que os anos 90 passavam, via-se o crescimento de tendências e estilos cada vez mais difíceis de categorizar, resultando numa multiplicidade de modas”, sendo que em todas as décadas anteriores se tem claramente definido o que estava “na moda” ou não. A autora salienta que as pessoas passaram a misturar tudo, o que dificultou estabelecer estereótipos e uma moda unânime, levando para os anos 2000 a ideia de não precisar pertencer a um determinado grupo. Da mesma forma, Nery (2009, p. 272) enfatiza que ficou difícil de prever a moda, já que “o comportamento da sociedade mudou completamente após a Era da Informação e a prática de uma vestimenta produzida em série”.

Para a WGSN¹⁵ (2016-B), permitindo que o estilo se sobressaia, os consumidores atribuem às suas roupas significados próprios, e elas se tornam, assim, parte intrínseca de uma autodescoberta, ao invés de categorizadores. Visto que diferenciar-se das demais pessoas, no mundo material, é uma tarefa difícil, os indivíduos da Geração Y preferem primeiro construir um estilo de vida ideal, embora provavelmente ilusório, na rede, na segurança por de trás da tela, para só depois de testar e encontrar a imagem pretendida, vir a concretizar essa imagem fora do ciberespaço, “[...] ao ponto em que as representações virtuais da realidade tornam-se o real” (CARA, 2008 p. 77). Com esse processo de construção pessoal alternando entre real e virtual, e por vezes se confundindo, observa-se que nos encontros presenciais os jovens precisam se apresentar de forma que sua imagem se sustente e seja coerente com a personalidade apresentada na rede, utilizando-se para isso da moda, que deixa o indivíduo “[...] mais aconchegado em seu corpo físico, por esconder e disfarçar o que na *web* foi reformulado pelas fotos digitais cuidadosamente tratadas” (Ibidem, p. 77).

15 Empresa líder global em previsão de tendências de consumo.

Em sentido diretamente inverso, o que no campo da Moda se chama de “contra-tendência”, a WGSN (2016-A) identificou um comportamento emergente em que a perfeição perde sua popularidade, abrindo espaço para se contemplar a beleza natural e a imperfeição. Um desses casos é de uma marca de cosméticos em que a campanha publicitária apresenta pessoas da Geração Y exibindo suas sardas, aparelhos e “imperfeições”. Percebe-se que este comportamento contrário ao excesso de filtros aparece também no campo do web design, através do surgimento da estética chamada “Web Brutalism”, que é caracterizada pelo uso de elementos e códigos “primitivos” na construção dos websites, com o intuito de mostrar a beleza que existe na simplicidade do design que originou a Internet (WGSN, 2016-A). As imagens avulsas, sem ordenação, sobrepondo texto, uma impressão de confusão, ainda que de forma simples pela falta de intervenção no tratamento estético, mostram que essa estética foca na simplicidade e rusticidade sem preocupações com gráficos e aparentemente sem formatação.

Com isso, nota-se que o início do segundo milênio foi marcado pelo culto à individualidade, que redefiniu os “contornos” da moda resultando, também, no fenômeno da customização como uma subversão direta às tendências antes impostas “já que mesmo peças compradas na estação atual podem ser furadas, rabiscadas, alfinetadas” (PALOMINO, 2003 p. 48). Outro fato que se observa surgindo junto com essa individualização é que os ideais de gênero e a associação da orientação sexual com o tipo de roupa foram deixados de lado, não sendo mais relevantes para a Geração Y “que não se apega a normas sociais pré-estabelecidas” (WGSN, 2016-B p. 3), o que permite que o produto seja encarado como de possível uso por qualquer pessoa, sem delimitações de mercado, e permitindo ao consumidor maior experimentação.

No mesmo sentido, Morace (2012) afirma que cada vez mais o mercado irá se confrontar com o consumidor autor. Esse indivíduo, segundo o autor, transborda inovação, o que pressagia “uma revolução que juntará a criatividade ao conforto [...] uma retomada dos valores humanistas, uma reapropriação da

pesquisa científica e tecnológica em torno de um importante núcleo de valores criativos [...]” (Ibid, p. 9). Durante a atividade de construção de seu estilo próprio de vestir, esses jovens não se voltam apenas para o universo da indústria da moda, eles encontram inspiração também na atitude e expressão da cultura urbana, das ruas, do underground, do *cyber* e “[...] misturam materiais, desejam o choque e buscam a desconstrução das tendências que já foram absorvidas [...]. Usam roupas do avesso, lingerie à mostra e criam formas de vestir inimagináveis” (CARA, 2008 p. 78).

Morace (2012) traça os perfis do consumidor de moda da Geração Y, dividido em grupos, dentre os quais dois se mostram relevantes a essa pesquisa e, portanto, apenas estes serão apresentados. O primeiro é denominado *Expo Teens*, caracterizados por viverem a própria identidade como exposição, experimentarem territórios expressivos de diversas linguagens, principalmente o da música, personalizarem elementos estéticos e comportamentais para se sentirem mais únicos, construindo assim seu próprio mundo pessoal. É um grupo que constitui a identidade através do consumo extensivo e encara os lugares, sejam eles reais ou virtuais, como oportunidades expressivas quase ilimitadas. Para eles, a moda encontra a arte, e o “livre acesso às redes e à comunicação móvel tem contribuído para reforçar a exigência de fundir um forte narcisismo performático com uma necessidade (vivida como um direito) de expressar um forte talento criativo” (Ibidem, p. 46). Essa busca pela identidade própria, pela diferenciação, junto com os questionamentos da perfeição virtual, trazem, segundo a WGSN (2016a), o reinado da “autenticidade bruta”.

O segundo grupo de consumidores da Geração Y apresentado por Morace (2012, p. 55) é chamado de *Linker People*, que “[...] são caracterizados por uma forte necessidade de reelaborar o mundo e os contextos à sua volta de maneira única e criativa, utilizando a tecnologia como uma plataforma integrada e sempre em contato com o mundo externo”, demonstrando uma necessidade inata de participarem de tudo que veem e, instintivamente, desconstruir e reconstruir, quase em um exercício de cortar e colar (Ctrl+C e Ctrl+V), como caminho de

libertação. Eles nasceram em plena sociedade tecnológica e, portanto, estar conectado em uma rede social é prioridade, considerando os instrumentos tecnológicos como extensões de sua identidade, o que faz com que sejam abertos a combinações entre fenômenos midiáticos e experiências pessoais. Constituem a primeira geração “multiplayers, multitasking e multimidiáticos”, considerados experimentadores de comportamentos tecnológicos, pois vivem o real e o virtual concomitantemente, “[...] onde o horizonte tecnológico é a condição territorial [...]”, juntamente com o contexto urbano, que se mostram infinitas fontes de estímulo para deslocarem-se, explorar e exprimirem-se (Ibidem).

Se conclui, diante de todo o exposto, que é possível observar uma mudança na forma de encarar a aparência e a moda no universo da Geração Y que se encontra com a ambivalência entre veracidade e simulação, real e virtual, em que a moda “bem como outros artificios estéticos [...] servem como suporte de um simulacro, presentificando no corpo uma performance que até então apenas existia no universo virtual” (CARA, 2008 p. 80). O corpo do indivíduo dessa geração não pode mais ser visto apenas como sua forma biológica, mas também como “uma decorrência das novas tecnologias, apresentando a potencialidade de uma nova forma de enxergar o papel da aparência e uma nova práxis da Moda” (Ibidem), principalmente no ambiente da Internet, mostrando-se não em valores vividos como princípios abstratos, mas como ações cotidianas suportadas pelo conteúdo presente na Internet.

Referências Bibliográficas

CARA, Mariane. **Gerações juvenis e a moda: das subculturas à materialização da imagem virtual**. 2008. Disponível em: <<https://encr.pw/PvsjP>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. [6ªed.] São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012.

CEBRIÁN, Juan Luis. **A Rede**. São Paulo, SP: Summus, 1999.

GATTI, Daniel Couto. **Sociedade informacional e an/alfabetismo digital**: relações entre comunicação, computação e internet. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2005.

LANCASTER, Lynne C. STILLMAN, David. **O Y da questão**: como a geração Y está transformando o mercado de trabalho. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, SP: Editora 34, 1999.

LIPKIN, Nicole A. PERRYMORE, April J. **A geração Y no trabalho**: como lidar com a força de trabalho que influenciará definitivamente a cultura da sua empresa. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y**: o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo, SP: Integrare Editora, 2010.

MORACE, Francesco. **Consumo autoral**: as gerações como empresas criativas. [2ª ed.]. São Paulo, SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2012.

NERY, Marie Louise. **A Evolução da Indumentária**: subsídios para criação de figurinos. 3. reimpr. Rio de Janeiro, RJ: Senac Nacional, 2009.

PALOMINO, Erika. **A Moda**. São Paulo, SP: Publifolha, 2003.

PRODANOV, Cléber Cristiano. FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

WGSN. **Seja como você é**: abraçando a imperfeição. Consumidor. 24 ago. 2016. Disponível em: <https://www.wgsn.com/content/board_viewer/#!/67636/page/10>. Acesso em: 23 nov. 2016. A

WGSN. **A geração sem gênero**. Tendências de consumo. 28 out. 2016. Disponível em: <https://www.wgsn.com/content/board_viewer/?lang=pt#/68734/page/1>. Acesso em: 23 nov. 2016. B



HEALTHTECHS NO BRASIL: DISCUSSÕES PRELIMINARES

Bibiana Poche Florio¹

Introdução

Em outubro de 2023, ocorreu um grande evento em São Paulo, intitulado 1º Simpósio Internacional de Transformação Digital no SUS, que contou com a presença de mais de 3000 pessoas (DATASUS, 2023). Anteriormente, também em 2023, em janeiro, criou-se a Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI)² no Ministério da Saúde brasileiro. Ambas ações recentes demonstram a importância que temas como Saúde Digital e Transformação Digital têm tido na vida pública do país. Dessa forma, tornou-se pauta o processo de digitalização da saúde.

O Brasil possui, desde a Constituição Federal de 1988 (artigos 196 a 200)³, o Sistema Único de Saúde que é considerado o maior sistema de saúde do mundo, atendendo aproximadamente 190 milhões de pessoas (MS, 2022).

1 Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e participante do Grupo de Estudos da Inovação (GEI/UFRGS/CNPq). E-mail: bibianaflorio@gmail.com

2 A SEIDIGI monitora, ainda, o portfólio de tecnologias de saúde digital do MS, inclusive os dicionários de dados, sistemas (nacionais de informação em saúde e internos de gestão), tecnologias de telessaúde, padrões semânticos e tecnológicos e demais soluções de hardware e software. Também é responsável por coordenar as políticas de Monitoramento e Avaliação do SUS; de Inovação em Saúde Digital do MS, bem como as políticas de prospecção e incorporação de tecnologias digitais e telessaúde ao Sistema Único de Saúde (MS, 2024).

3 O SUS tem as seguintes diretrizes, conforme a Constituição Federal (art. 198): descentralização, integralidade e participação da comunidade.

Entende-se, portanto, que toda política pública e/ou iniciativa privada realizada no Brasil em prol da saúde parte da estrutura que o SUS oferece. Este não atende apenas o público que não pode pagar por um seguro de saúde privado, mas também regulamenta, fiscaliza e direciona recursos para todas as áreas que englobam a saúde coletiva. Um exemplo recente foi a condução de políticas abrangentes no que diz respeito ao combate da pandemia de COVID-19.

Com o novo cenário de aprofundamento da digitalização na última década, estimulada também pela pandemia a partir de 2020, as startups em saúde (*healthtechs*) cresceram e ganharam mais espaço desde então (PACETE, 2022). Considerando esse pano de fundo, este trabalho tem como objetivo geral discutir de forma exploratória a atuação das *healthtechs* brasileiras. Os objetivos específicos são: 1) conceituar a plataformização de diversos aspectos da sociedade, incluído o caso da Saúde Digital; 2) discorrer teoricamente sobre o sistema setorial de inovação, considerando o caso da saúde brasileira e; 3) apresentar as *healthtechs* brasileiras, considerando os dados encontrados. O problema de pesquisa é: qual o perfil das *healthtechs* que têm se inserido no sistema de saúde brasileiro? A metodologia se baseia em revisão bibliográfica, pesquisa de campo com caráter exploratório e análise de dados secundários retirados da Associação Brasileira de Startups (ABSTARTUPS).

Plataformas⁴ e Saúde Digital

Nas últimas décadas, tem ocorrido o processo de digitalização da vida em suas diversas facetas. Isso se aprofundou com o uso de microcomputadores pessoais e, na última década, com o uso de *smartphones*. Com a disseminação destes últimos, pode-se perceber a disseminação no uso de aplicativos e plataformas para diversos fins. Um dos cenários da vida em sociedade que vem se modificando e sendo afetado pela transformação digital é justamente o setor de saúde.

4 “Uma plataforma é alimentada por *dados*, automatizada e organizada por meio de *algoritmos* e *interfaces*, formalizada por relações de *propriedade* impulsionadas por *modelos de negócios*, e governada por meio de *acordos de usuário*”. (VAN DICK et al., 2018, p. 9, tradução livre).

Van Dick et al. (2018) discutem a plataformação da sociedade e seus pontos de atenção, como o bem comum, o interesse coletivo e os valores públicos. Os autores afirmam que as plataformas no mundo virtual são refletidas na estruturação do mundo real, assim como vêm mudando a estrutura e as relações sociais pré-existentes. “As plataformas não são construções neutras nem isentas de valores; elas carregam normas e valores específicos inscritos em suas arquiteturas” (VAN DICK et al., 2018, p. 3, tradução livre). Dessa forma, a plataformação da vida em sociedade não se mostra uma mera transposição do mundo offline para a dinâmica digital. Adquire-se formas e interações próprias, modificando normas e regulações que eram consideradas minimamente estabilizadas do ponto de vista material e legal anteriormente ao contexto offline.

Para a compreensão desse novo contexto é relevante compreender que ele é dinâmico, mas que existem algumas empresas que são as principais responsáveis pela **infraestrutura** possível atualmente para a criação de outras empresas online, sendo conhecidas por *Big Techs* (Alphabet-Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Elas têm organizado as dinâmicas online, oferecendo serviços indispensáveis para criação de outros negócios. Existem também **plataformas setoriais**, voltadas para temas específicos como saúde, educação, meio ambiente etc., mas essas costumam se organizar a partir daquele núcleo estrutural fornecido pelas *Big Five*. As plataformas setoriais podem ser consideradas meros conectores entre usuários e provedores, como o Airbnb ou Uber. Contudo, não existe uma diferença rígida entre plataformas setoriais e empresas que fornecem infraestrutura. Todas as Big Techs discutidas possuem plataformas setoriais. Assim, depende do ponto de vista, ao analisar cada empresa, pois elas assumem caráter híbrido (um hora fornecendo estrutura, em outro momento sendo elas próprias agentes setoriais) (VAN DICK et al., 2018).

Como as plataformas não tem valores neutros e podem mudar de atuação, sobretudo no que se refere aos seus modelos de negócio, tem sido responsabilidade sobretudo de governos se posicionarem perante o novo contexto –

surgindo novos debates sobre o bem comum⁵. Essa conjuntura socioeconômica é nova já que historicamente a infraestrutura foi algo relegado aos governos e atualmente, no Ocidente, está majoritariamente dominado pela iniciativa privada (VAN DICK et al., 2018). Porém, destaca-se que para o sucesso significativo dessas empresas existe uma dependência pautada na realidade (offline) da infraestrutura fornecida por investimentos privados e públicos, como a manutenção de estradas, fornecimento de educação pública de qualidade, limpeza da cidade, etc. (MAZZUCATO, 2013 apud VAN DICK et al., 2018).

No que diz respeito a valores públicos e a discussão do bem comum, Van Dick et al. (2018) afirmam que não apenas os governos deveriam se responsabilizar por isso, como também outros atores (organizações da sociedade civil, firmas, cidadãos etc.). Desse modo, a saúde, como a pandemia de COVID-19 confirmou, deve ser considerada, em algum nível, do ponto de vista público e coletivo. Porém, esse setor também tem se “plataformizado”, ou seja, se digitalizado gerando outras dinâmicas e outras propostas a partir de várias perspectivas (de governo, modelos de negócio, do usuário com ou sem condições financeiras, etc.). Dito isso, apresenta-se aqui brevemente dois documentos que discutem a plataformização da saúde ou, em outros termos, a Saúde Digital. O primeiro é o da Associação Médica Mundial que discutiu e adotou a Declaração de Berlim sobre Saúde Digital (2022) e o segundo é Estratégia de Saúde Digital para o Brasil (2020). Em ambos documentos, assim, há intenções de lidar com o novo contexto de plataformas que se estabeleceu nos últimos anos.

A Associação Médica Mundial, como esfera internacional do debate, aprovou a Declaração de Berlim sobre Saúde Digital (2022) definindo que:

A saúde digital é um termo amplo que se refere ao “uso de tecnologias de informação e comunicação na medicina e em outras profissões da saúde

5 “Na situação atual, não existe um verdadeiro ‘espaço’ público dentro do ecossistema gerenciado corporativamente. Plataformas infraestruturais começaram a penetrar nas disposições sociais existentes à medida que o ecossistema se mistura cada vez mais com estruturas institucionais estabelecidas. [...] As plataformas infraestruturais podem obter um poder sem precedentes porque têm a capacidade única de conectar e combinar fluxos de dados, fundindo informações e inteligência.” (VAN DICK et al., 2018, p. 16, tradução livre).

para gerenciar doenças e riscos à saúde e promover o bem-estar”. A saúde digital abrange a eSaúde (eHealth) e áreas em desenvolvimento, como o uso de ciências da computação avançadas (incluindo big data, bioinformática e inteligência artificial). O termo também inclui telessaúde, telemedicina e saúde móvel (mSaúde) (SILVA et al., 2023, p. 51).

Conforme comentários da tradução do documento por Silva et al. (2023), a Declaração de Berlim apresenta diretrizes e recomendações sobre Saúde Digital, abrangendo temas como autonomia do médico, relação paciente-médico, consentimento informado, qualidade da assistência, resultados clínicos, equidade dos cuidados, confidencialidade e segurança dos dados, princípios legais e princípios específicos para mSaúde (SILVA et al., 2023).

Já a Estratégia de Saúde Digital (ESD) para o Brasil (2020-2028), lançada em 2020 promove alguns avanços no que diz respeito a documentos oficiais do Ministério da Saúde publicados anteriormente⁶, apresentando assim: 1) Visão Estratégica de Saúde Digital, 2) **Plano de Ação** de Saúde Digital e; 3) Plano de Monitoramento e Avaliação de Saúde Digital. Desse modo, por exemplo, destaca-se o esforço governamental para a plataformação no que se refere a:

iniciativa da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), parte do Programa Conecte SUS,[...] de 2020, [que] estabelece o conceito de uma plataforma padronizada, moderna e interoperável de serviços, informações e conectividade que é, em si, transformadora para a Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p. 19).

Sobre o Plano de Ação, existem sete prioridades: **1) Governança e Liderança para a ESD**; 2) Informatização dos 3 Níveis de Atenção; 3) Suporte à Melhoria da Atenção à Saúde; 4) O Usuário como Protagonista; 5) Formação e Capacitação de Recursos Humanos; 6) Ambiente de Interconectividade e; **7) Ecossistema de Inovação**. Destaca-se o item um e sete para a discussão aqui: há, conforme a ESD, estímulo à atuação de agentes externos, por meio de inovação aberta (sob a liderança do MS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Nes-

⁶ Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – PNIIS (BRASIL, 2015); Estratégia e-Saúde para o Brasil (BRASIL, 2017) e; Plano de Ação, Monitoramento e Avaliação de Saúde Digital para o Brasil (PAM&A 2019-2023).

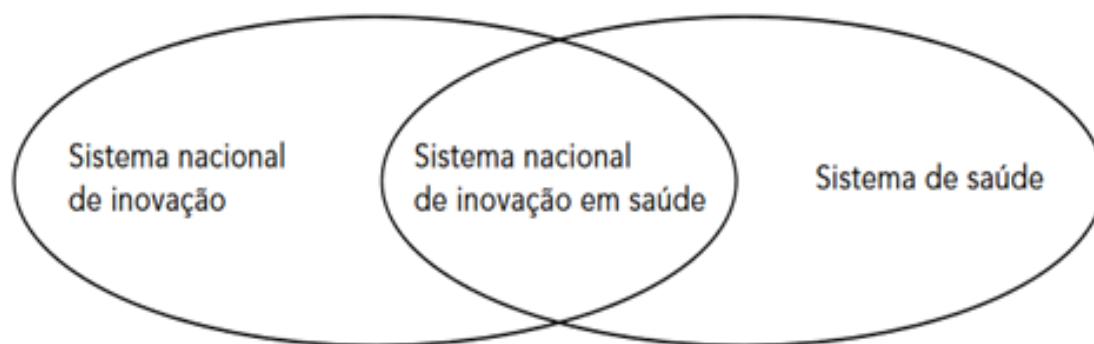
te sentido, a partir desse documento, pode-se afirmar a possibilidade de atuação das healthtechs, startups de saúde, que possam contribuir com os objetivos e metas do Ministério da Saúde do Brasil. Considerando a ênfase da prioridade um, da governança sendo liderada pelo MS, pode-se notar também a ingerência governamental na plataformização da saúde, sobretudo no que diz respeito à manutenção e defesa saúde pública como bem comum.

Sistema de Inovação em Saúde no Brasil

O Sistema Único de Saúde no Brasil estrutura diversas relações deste setor e, por sua atuação, também molda limites e potencialidades da iniciativa privada do setor de saúde. Gadelha et al. (2003) nos auxilia a iniciar o debate sobre a interseção entre saúde e inovação. Os autores destacam a importância de convergir estes dois sistemas para atender os deveres do Estado previstos na Constituição Federal brasileira de 1988, assim como auxiliar um desenvolvimento econômico nacional – menos dependente internacionalmente.

O sistema de saúde se classifica dentro dos **sistema setoriais de inovação**, que demandam (1) conhecimentos e tecnologias; (2) agentes e networking e; (3) instituições, conforme Ramella (2019). Desse modo, cabe destacar que “os processos de mudança setorial não são lineares e procedem por meio de três tipos de processo evolutivos”, sendo eles a criação de diferentes opções de inovação, a seleção e, ao final, a reprodução de uma solução replicável (RAMELLA, 2019, p. 244). Ter organizações que forneçam opções, tais como as startups de saúde, são essenciais a um sistema setorial de inovação.

Âmbito do sistema nacional de inovação em saúde



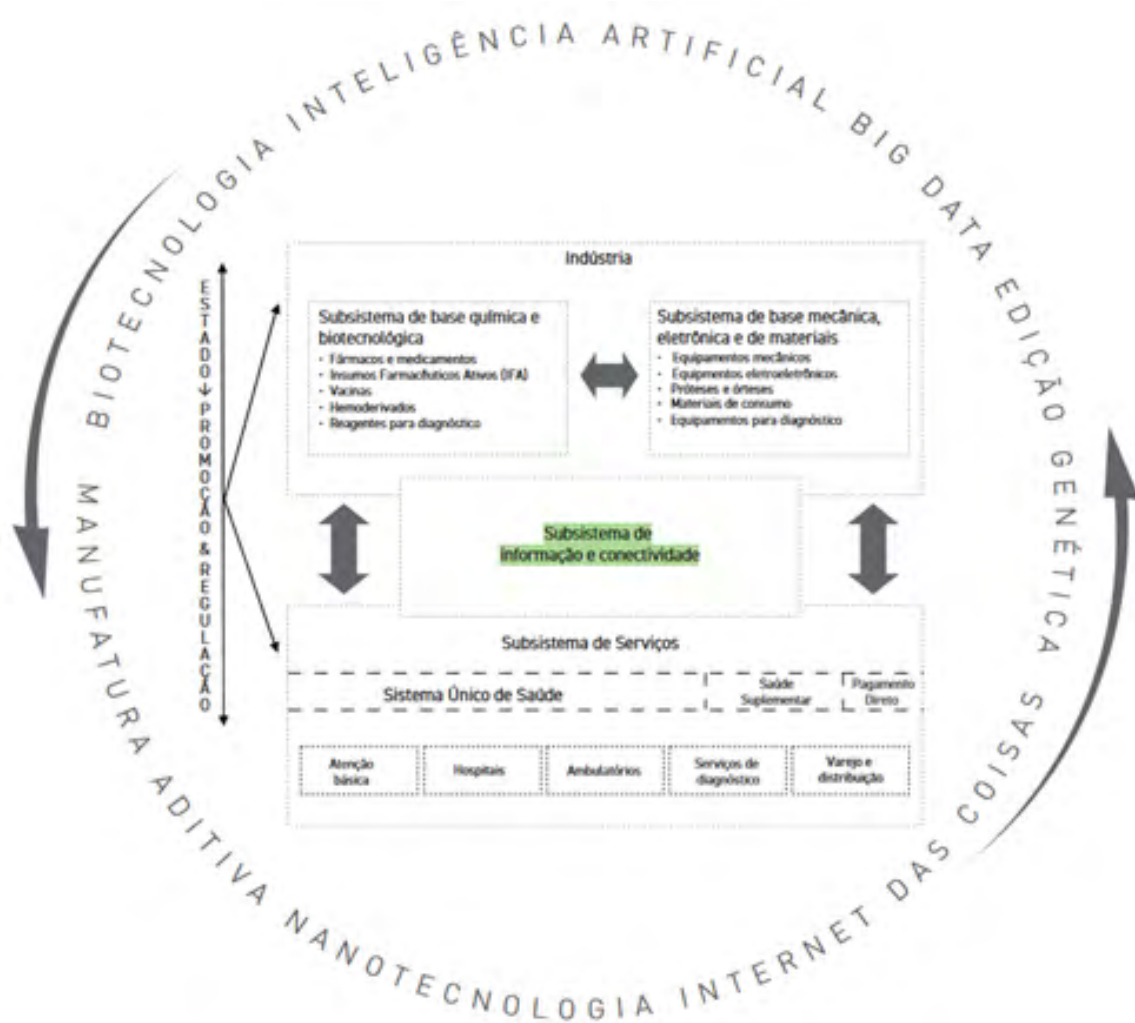
Fonte: GADELHA et al., 2003, p. 49.

Gadelha et al. (2003) avança ao reunir o sistema de saúde ao sistema nacional de inovação. Em outras palavras, há o avanço do conceito em termos de espaço (nacional), reunindo características marcantes de setor, conforme discutido por Ramella (2019), sobretudo considerando o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Em Gadelha et al. (2003) se centra no debate da produção considerando as indústrias farmacêutica e de vacinas⁷.

A partir de textos mais recentes, como Gadelha (2021), há a inserção do tema da digitalização do Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) – agora 4.0. A plataformização se concentra especialmente no subsistema destacado de informação e conectividade (em verde).

⁷ Para uma compreensão mais aprofundada sobre o incentivo da produção nacional de iniciativa governamental como as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), ver Oliveira e Silva (2022). As autoras realizam uma extensa revisão bibliográfica de materiais referentes à temática das PDPs. Contudo, as PDPs se baseiam na lista atual de produtos estratégicos para o SUS, tais como os de base química e biotecnológica e/ou de base mecânica, eletrônica e de materiais. O foco deste artigo é a Saúde Digital que não é englobada, portanto, por essa robusta política.

Complexo Econômico Industrial da Saúde 4.0.



Fonte: GADELHA, 2021, p.42, ênfase nossa.

Dito isto, nota-se que existem diversas arenas que o CEIS, ou sistema setorial de saúde brasileiro, pode se expandir a atuar. Nesse quesito também existe uma variedade de startups buscando espaço e oportunidades no mercado de saúde.

Healthtechs Brasileiras

De forma exploratória, vale dizer que no Brasil, não há até onde essa pesquisa alcançou um acesso a uma base de dados amplamente aberta e irrestrita sobre startups e/ou startups de saúde. Os dados sobre a situação das healthtechs no Brasil são de bases pagas, voltadas por vezes para possíveis investidores, ou

advém da Associação Brasileira de Startups (Abstartups) de forma autodeclarada. Essa base, contudo, no que se refere a esta pesquisa não se mostra a base mais completa possível, como um informante do SEBRAE declarou: as bases pagas ou privadas são as mais completas atualmente. De qualquer maneira, o acesso de dados que a Abstartups oferece em sua plataforma é até o momento a melhor alternativa para a pesquisa realizada aqui, trazendo possibilidade de tendências gerais do setor.

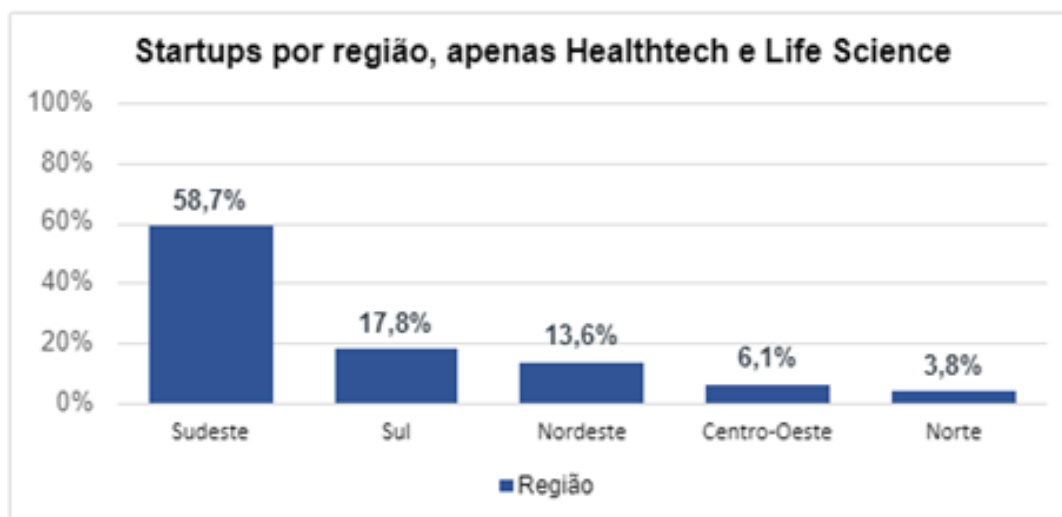
Em 2023, um total de 2593 startups responderam ao mapeamento que a Abstartups tem realizado anualmente. Desse número, 216 organizações são do ramo de Saúde e Bem-estar, como podemos ver abaixo na tabela dos top 10 maiores segmentos dos respondentes. Considerando o perfil das pessoas fundadoras, cabe destacar também que se enquadram em sua maioria nas seguintes características: sexo masculino, raça branca, heterossexual e da geração Y (nascidos entre 1980 e 1994), ou seja, os *millennials*.

Principais Segmentos das Startups (2023)		
	% Startups	Startups
Edtech (Educação)	10,3%	251
Fintech (Finanças)	9,2%	224
Healthtech e Life Science (Saúde e Bem-estar)	8,9%	216
Tech (Desenvolvimento de Software)	8,6%	209
Retailtech (Varejo)	5,2%	126
HRTech (Recursos Humanos)	5,0%	121
Martech (Marketing)	4,5%	110
Agtech (Agronegócio)	4,0%	97
Logtech (Logística)	3,0%	74
Indtech (Indústria)	3,0%	73

Fonte: elaboração própria baseado em Abstartups (2023).

Abaixo, ao considerarmos a região de origem, podemos identificar no gráfico que as startups de saúde e bem-estar são majoritariamente da região Su-

deste, com destaque para o estado de São Paulo, com cerca de 43% do total de quase 60% do total desse território. Em segundo lugar, está o Sul com 17,8%. Em seguida, o Nordeste, com 13,6%. Por fim, com menos de 10%, nota-se o Centro-Oeste e Norte com 6,1% e 3,8%, respectivamente.



Fonte: elaboração própria baseado em Abstartups (2023).

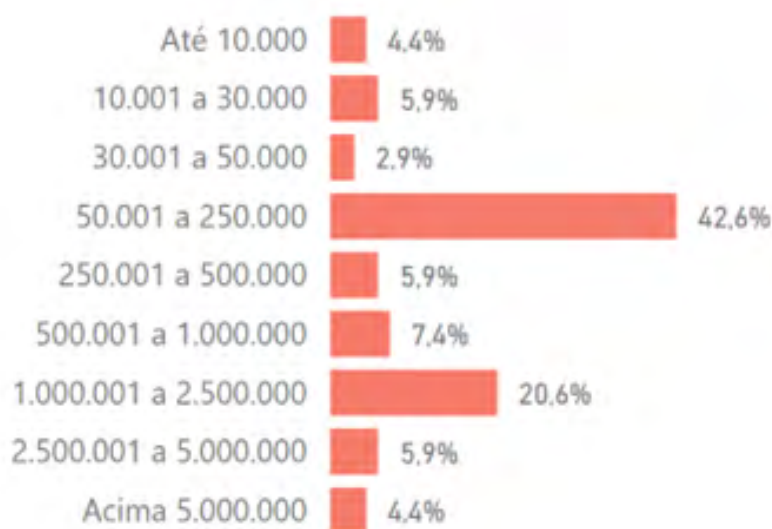
O público-alvo das healthtechs é um ponto de atenção desta pesquisa. Percebe-se que apenas 4 empresas, 1,9% do total, tem interesse em realizar negócios com o governo e/ou pretende criar uma solução exclusivamente considerando a saúde pública brasileira (B2G). A maioria delas foca seu modelo de negócio em outras empresas (B2B com 44% e B2B2C com 33,6%). Considerando o problema de pesquisa “como as *healthtechs* têm se inserido no sistema de saúde brasileiro?”, aqui há um indicativo que essas empresas procuram se inserir no sistema de saúde brasileiro de forma indireta (seja por farmacêuticas, hospitais, operadoras de saúde etc.).

	% Startups	Startups
Empresas (B2B)	44,0	95
Empresas e consumidor final (B2B2C)	33,6	79
Consumidor final (B2C)	17,6	38
Governo (B2G)	1,9	4

Fonte: elaboração própria baseado em Abstartups (2023).

Das startups de saúde e bem-estar que responderam ao mapeamento da Abstartups, cerca de 59,6% do total não receberam investimento, sendo que 40,4% receberam investimento. A maioria delas recebeu investimento por investidor-anjo (43,1%) e programas de aceleração (15,3%). Também receberam outros tipos de investimentos, tais como: *corporate venture capital*, fomento público, series A, FFF (*family, friends and fools*), *private equity*, *crowdfunding* e grupo de anjos. Assim, a maioria dos investimentos (42,36%) são do montante da faixa de 50 a 250 mil reais, conforme gráfico abaixo.

Startups por Investimentos, em R\$ (2023)



Fonte: ABSTARTUPS, 2023.

Por fim, as startups de *healthtech* e *life science* que receberam investimentos, conforme ano de investimento, foram majoritariamente a partir de 2020 (77,6%), em seguida entre 2016 e 2023, com 21,1% e, entre 2011 e 2015, apenas 1,3%.

Na pesquisa de campo realizada em 2023, nos eventos de inovação como Startup Summit, Florianópolis, e Health Meeting: Business & Innovation, em Porto Alegre, percebe-se que há uma maior tendência a modelos de negócios digitais – que sugerem demandar menos investimentos em hardware, por exemplo. Conforme informante, há dois tipos de produtos digitais que podem classificar as *healthtechs* de forma geral: as plataformas voltadas para gestão e as

que são voltadas para os quadros clínicos (com uso de IA ou simulações, por exemplo). De forma exploratória, essa inserção no campo também demonstrou que existem diversos profissionais de outras áreas de Tecnologias da Informação que têm migrado ou criado novos produtos especialmente para a área da saúde.

Considerações Finais

Este trabalho procurou debater sobre Saúde Digital e as possibilidades de inovação em saúde por meio das *healthtechs*. Com intuito exploratório, procurou-se apresentar o que está por trás das plataformas digitais, como as *Big Five*, e toda a infraestrutura que vem sendo fortalecida longe do poder estatal. Além disso, foi apresentado como o sistema setorial de inovação em saúde se estabelece considerando o Sistema Único de Saúde brasileiro. Por fim, mesmo com uma base limitada, procurou-se representar o perfil das startups de saúde que atuam no território brasileiro.

As limitações deste trabalho se encontram na dificuldade de se acessar bases pagas sobre startups, além da velocidade que as plataformas e seus modelos de negócios se modificam. As possibilidades de trabalhos futuros se encontram em esmiuçar mais detalhes sobre as *healthtechs*, com mais inserções no campo virtual e real; além de realizar entrevistas com gestores de saúde, por exemplo, que se dedicam a melhorar a qualidade de Saúde Digital brasileira.

Referências Bibliográficas

ABSTARTUPS. Mapa de Startups. *In: ABSTARTUPS* (org.). ABSTARTUPS. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMm-QxNTkyYjAtZjUxZC00MWQ5LWl5OTktMGE1NTQxOGU5NjFlIiwidCI6IjZlODU2NzA3LTdiNDktNGVjZi05M2VkLTEyZWJiMTgzNTA3NiJ9>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.

DATASUS. 1º Simpósio Internacional de Transformação Digital no SUS é marcado por diálogos transversais e perspectivas significativas para a Saúde Digital. **DATASUS**, [S. l.], p. 1-1, 6 out. 2023. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/1osimpósio-internacional-de-transformacao-digital-no-sus-e-marcado-por-dialogos-transversais-e-perspectivas-significativas-para-a-saude-digital/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; QUENTAL, Cristiane; FIALHO, Beatriz De Castro. Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 47–59, 2003.

GADELHA, Carlos A. Grabois. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental. **Cadernos do Desenvolvimento**, [s. l.], v. 16, n. 28, p. 25–50, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Maior sistema público de saúde do mundo, SUS completa 31 anos: SUS é o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas. In: **Notícias**. [S. l.], 1 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/setembro/maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo-sus-completa-31-anos>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SOBRE A SEIDIGI. In: **Composição**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi>. Acesso em: 10 jan. 2024.

OLIVEIRA, Gabriela Rocha Rodrigues De; SILVA, Ana Lucia Gonçalves Da. O conceito do complexo econômico-industrial da saúde na prática: um olhar sobre o caso das parcerias para o desenvolvimento produtivo. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 627–650, 2022.

PACETE, Luiz Gustavo. Número de healthtechs brasileiras cresceu 16% de 2019 a 2022: Estudo da Liga Ventures e PWC Brasil mostra que São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são os estados com o maior número de startups ativas na área da saúde. **FORBES**, [S. l.], p. 1-1, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/06/numero-de-healthtechs-brasileiras-cresceu-16-de-2019-a-2022/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

RAMELLA, Francesco. **Sociologia da inovação econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

SILVA, Angélica Baptista; PISA, Ivan Torres; OLIVEIRA, Luiz Roberto de. Declaração de Berlim sobre saúde digital. **Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais**, [s. l.], v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/resdite/article/view/83514>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford University Press: New York - NY, 2018.



O CEARÁ EM TEMPOS DE ECONOMIA DIGITAL

Erlene Pereira Barbosa¹

Introdução

A economia cearense tem se tornado cada vez mais uma Economia Digital. O objetivo deste trabalho é discutir as transformações que essa integração tem provocado em relação aos setores tradicionais da economia do estado. A pesquisa se caracteriza como exploratória, para que as nuances do tema possam ser melhor analisadas, utilizando a abordagem bibliográfica, de modo a buscar a compreensão desse momento de acordo com o que foi produzido em relação ao tema. Essa análise utilizará como referencial teórico os aportes que a Teoria Marxista da Dependência pode trazer à discussão, uma vez que as economias cearense e brasileira pertencem ao sistema capitalista mundial, numa posição periférica.

A Nova Economia e o Ceará

No Ceará popularizam-se as plataformas de serviço on-line, onde os “produtos e serviços são propostos simultaneamente para duas categorias de utilizadores, nas duas vertentes, por meio de uma plataforma acessível via um computador, um smartphone ou um tablete” (GARCIA-PARPERT; BEVILA-

¹ Mestra em Sociologia da UFPel. E-mail: erlene2013@gmail.com

CQUA, 2020, p. 114). Ou seja, de um lado os consumidores, que acessa os serviços, muitas vezes a baixo custo; do outro, estão empresas e trabalhadores autônomos, como pode ser observado nos exemplos de plataformas como *Ifood* ou da *Uber*. Este trabalhador “age como se ele fosse independente e o conjunto de condições (remuneração, condições de trabalho, propriedade intelectual) é via de regra determinada pela plataforma” (GARCIA-PARPERT; BEVILACQUA, 2020, p.126). Embora haja um discurso sobre empreendedorismo e sobre esses trabalhadores serem autônômos, na verdade, Garcia-Parpert e Bevilacqua (2020) deixam claro que existem muitas contradições, que pontuam, que o trabalhador de plataforma não seria exatamente um trabalhador autônomo. Afinal, o trabalhador autônomo seria

[...] aquele que está livre de subordinação direta ao contratante e dispõe livremente dos ganhos, possuindo liberdade de organização e venda do próprio trabalho. Os autores argumentam que a característica de subordinação é muitas vezes mascarada pelos aplicativos e algoritmos, mas que, na situação fática, implicam subordinação real. O argumento é de que os motoristas, para ganharem salários justos, precisam se sujeitar a jornadas exaustivas de trabalho, não podem escolher quando pegar corridas, por conta de controles do aplicativo e não sabem quanto estão ganhando, pois, os preços são fixados pelo aplicativo sem conhecimento ou controle deles (GARCIA-PARPERT; BEVILACQUA, 2020, p.134).

Observa-se que, para os trabalhadores cearenses, a chamada nova economia digital mantém sob novas formas de relações de trabalho, a tradicional superexploração do trabalhador (GARCIA-PARPERT; BEVILACQUA, 2020) marcada pela “ contínua ampliação da exploração dos trabalhadores, a precarização das relações de trabalho e a diminuição, por conta do avanço da informática, dos conhecimentos necessários para operar os meios de produção resultaram em relegar a educação em simples capacitação do trabalhador” (SILVA; MACIEL; SOUZA, 2019, p. 153). Na verdade, o Ceará presencia um enfraquecimento das relações de trabalho ditas formais, uma vez que na economia digital,

(...) as regulações formais e informais, existentes no âmbito da sociedade, são profundamente estremecidas. Se a condição salarial se “desmancha”, o Estado social perde seu poder integrador e coloca, portanto, um desafio para a coesão social. O acento na precarização do trabalho permite o processo que alimenta a vulnerabilidade social e produzem, no fim do percurso, o desemprego (GARCIA-PARPERT; BEVILACQUA, 2020, p. 137).

Tradicionalmente, as relações de trabalho no Ceará eram marcadas pela influência dos chefes políticos que controlavam o acesso à terra sobre os agricultores. Isto porque estes plantavam em regime de parceria em terras cedidas por estes chefes políticos locais e por seus aliados, mantendo a dominação da elite e reservando o mercado de trabalho aos camponeses mais dóceis (FARIAS, 2012). O sertanejo tinha a natureza como principal influência do seu ritmo de trabalho, realizando o trabalho de plantio com o início da estação chuvosa, em janeiro, com atividades até julho, quando se encerrava a colheita. A partir desse momento, os sertanejos, aguardando o reinício do ciclo realizavam quase nenhuma atividade. Para o modo de produção capitalista tanto tempo sem trabalho e consumo é impensável. Aprofundar o capitalismo no campo cearense significava dificultar o acesso à terra e ao meio de produção da vida dos sertanejos, retirando deles os recursos sociais comuns (FRAZER; JAEGGI, 2020).

A partir daí, a estratégia para o desenvolvimento do semiárido envolveu o fim das atividades tradicionais, com o estímulo ao agronegócio voltado para a exportação e a chegada de indústrias no interior cearense. Os empreendimentos agrícolas, organizados como verdadeiras fazendas industriais utilizavam pouca mão-de-obra, liberando os camponeses para as novas vagas nas indústrias ou para engrossarem o cinturão de favelas que se amplia nas cidades médias do interior do Ceará. Pode-se dizer que a chegada do Agronegócio, mudou sensivelmente as relações de trabalho, complexificando a estrutura social.

Esta nova sociedade de classes que surgia vai significar, para amplos setores das camadas populares, o maior aviltamento de suas condições de vida, pois não passarão mais contar com as contraprestações de serviços e

favores que caracterizavam a realidade social anterior. (...) A emergência da sociedade de classes, do assalariamento, das chamadas relações livres de trabalho, contraditoriamente representou, para muitos homens e mulheres pobres (...) a perda das poucas garantias e da proteção paternalista que recebiam (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 44).

A modificação das bases da economia trouxe sucessivos anos de crescimento econômico no Ceará, que, no entanto, não foram suficientes para modificar a concentração de renda e por consequência a desigualdade social.

O modelo de desenvolvimento que se implementa no Semiárido, ao emular o modelo do Brasil, concentra a economia na produção de commodities para a exportação, uma produção que não agrega valor à cadeia produtiva, forçando a maior parte da força de trabalho a empregar-se no setor de serviços, que cada vez mais é palco de digitalização e automação, que fecha vagas de trabalho, ampliando o desemprego (GARCIA-PARPERT; BEVILACQUA, 2020). Com este exército de reserva os salários da região permanecem baixos, perpetuando a concentração de renda, mesmo quando se visualize aumento do consumo, como observado por Souza e Medeiros (2017).

Apesar das mudanças descritas e com a firme presença das relações capitalistas no território, o Ceará, e o Nordeste também, continua “a desafiar o Brasil ao se manter o grande hiato existente entre seus padrões de vida e os do Sudeste, Sul e Centro-Oeste” (ARAÚJO, 2009, p. 40). Mas por que se mantém a desigualdade e a pobreza? Isso se deve ao fato de que a economia cearense se organiza de forma a perpetuar a dependência e a periferização do estado na estrutura do sistema capitalista.

Dependência

A continuidade da pobreza e do subdesenvolvimento na economia do Ceará, mesmo ingressando na economia digital pode ser explicada pela posição dependente em relação aos centros do sistema capitalista. Para explicar a permanenciada situação dependente do Estado, o presente trabalho utiliza a Teoria

Marxista da Dependência que se propõe ao “estudo do capitalismo enquanto economia mundial e das tendências particulares que se impõe nas formações econômico-sociais subordinadas ao imperialismo, sob a égide da divisão do trabalho e do desenvolvimento desigual do valor” (LUCE, 2018, p.19).

Através dessa teoria pode-se verificar que a condição de subdesenvolvimento e dependência cearense é um processo historicamente construído, resultado das ações de atores locais e globais que atuam segundo seus papéis e interesses no capitalismo global. Além disso, por meio dessa teoria entende-se que, a economia do Ceará está organizada para que sua força produtiva garanta “uma produção com base na extração de mais-valia relativa por parte dos países centrais, impondo às regiões dependentes uma produção relativamente focada na extração de mais-valor absoluto e, conseqüentemente, ganhos menores de produtividade” (LIMA, 2020, p.11).

O desenvolvimento industrial supõe uma divisão do trabalho, no qual determinadas regiões precisam fornecer uma grande disponibilidade agrícola, que permita a “especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial” (MARINI, 2022, p. 173). Daí pode-se verificar o fato de que as distâncias econômicas e sociais tendem a aumentar “entre as suas diferentes áreas no próprio processo do seu desenvolvimento” (WALLERSTEIN, 1990, p.340). E ainda, é preciso considerar que

Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Conseqüentemente, os primeiros tendem a ser o *locus* de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o *locus* da exploração e da impotência (ARRIGHI, 1997, p.140).

No Brasil, o Sudeste seria a região do núcleo orgânico, ao colher a maior parte dos benefícios da Divisão do Trabalho entre as regiões, e o Nordeste e os demais as regiões periféricas. Assim, a industrialização no Sudeste necessitou do avanço agrícola nas regiões Sul e Centro-Oeste, ao passo que, a região super-

populosa nordestina se tornaria reserva de mão de obra, fornecendo às demais regiões a mão de obra não especializada e barata para a montagem dos parques industriais e para trabalho nos empreendimentos rurais fora do Nordeste.

Na realidade, dentro do sistema capitalista pensado para o Brasil, o Nordeste foi visto como um imenso espaço de reserva de mão de obra desqualificada, segurando o valor dos salários, em um primeiro momento por meio do êxodo de Nordestinos para as áreas que se industrializavam, depois, migrando as plantas industriais para o território. Barbosa (2003) explica que enquanto o mercado de trabalho, no início do século XX, em outras regiões se desenvolvia e ganhava dinamismo,

(...) é forçoso ressaltar que no Nordeste, por exemplo, neste período, apoiado em relações não capitalistas e extramercado, tanto no campo como na cidade, o mercado de trabalho mostrou-se abortado, localizando-se quando muito na superfície, enquistado no conjunto de uma estrutura social na qual a não-absorção de mão-de-obra era estrutural e congênita. Preparava-se o caminho, a partir dessa não formação do mercado de trabalho no complexo nordestino, para que se criasse uma superpopulação relativa, a qual se mostraria necessária ao capital revitalizado a partir do centro dinâmico no período pós-1930. Ou seja, se o Nordeste lograra territorializar a sua população de trabalhadores potenciais, face à inexistência ou falta de necessidade da imigração, tal não significara que essa mão-de-obra participasse de forma ativa do mercado. Neste caso, a territorialização precede a formação do mercado de trabalho, ao contrário do verificado na região mais dinâmica do Sudeste (BARBOSA, 2003, p.5).

Região mais populosa do país durante a colonização e boa parte do século XIX, o Nordeste ainda mantém-se como a segunda maior população entre as regiões, mesmo após o êxodo, que dispersou trabalhadores nordestinos para todas as regiões do país e que diminui apenas nas últimas décadas do século XX. Uma das causas pode ser identificada na extrema concentração de renda, que no caso do Nordeste começou ainda no tempo colonial, onde, “pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana” (FURTADO, 2007, pg.80). Essa concentração

redundou na desigualdade social que perpassa os séculos e perdura na região, em praticamente todos os estados que a compõe.

Não se pode deixar de notar que mesmo com os investimentos na atração de indústrias e de grandes projetos estruturantes (estradas, ferrovias, aeroportos, portos, usinas de geração de energia, entre outras), percebe-se que “apesar da grande mudança nas últimas décadas a região continua relativamente atrasada, com grande defasagem econômica e social comparada com o restante do país” (BURNETT; MARANHÃO, 2020, p.160). Afinal, a economia cearense ainda é marcada pela exportação de produtos de baixo valor agregado.

São produtos tradicionais na pauta exportadora da região, pertencentes ao histórico de desenvolvimento dependente e que necessitam de uma elevada gama de trabalhadores expostos as mais diversas formas de exploração, medida compensatória para realização do lucro doméstico, devido a troca desigual do valor (LIMA, 2020, p.89).

Observa-se, em relação ao Ceará e a todo o Nordeste, que prevalece uma situação de superexploração do trabalho, aliada às trocas desiguais de valor, que acabam por fazer a situação de subdesenvolvimento e dependência nacional, em relação a outras regiões brasileiras, e internacional, em relação a outros países, perdurar. As grandes beneficiárias dessa situação seriam as classes dominantes, que tendo se formado ainda durante o período colonial passaram a compor a aristocracia agrária do Brasil independente, sem modificar seu papel histórico na região ou no país.

Por sua vez, no Brasil República, essa aristocracia agrária se converteu em burguesia durante a época da industrialização, na primeira fase de substituição de importações e se reforçou no pós-guerra na segunda fase de substituição de importações, sob a ascensão do império americano, através da implantação das multinacionais fordistas no Brasil. Ou seja, no Nordeste essa classe era representada pelos latifundiários e as práticas patrimonialistas, coronelistas e clientelistas da Sudene, só fizeram aumentar a concentração de terras e renda, sem, no entanto, resolver a questão agrária e a desigualdade social (BURNETT; MARANHÃO, 2020, p. 161).

Por isso, apontam Burnett e Maranhão (2020) seria necessário o fortalecimento das lutas sindicais com a entrada em cena das ações coletivas dos trabalhadores da região para que a distribuição de renda seja realizada de forma menos desigual entre as classes. Sendo este um dos caminhos para a superação da desigualdade regional. Afinal, modelo de crescimento econômico que vem sendo aplicado à região longe de resolver os problemas que aprofundam as desigualdades, “funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização” (FURTADO, 2009, p.26). Na verdade, a transformação da situação de desigualdade regional no Brasil, torna necessário

[...] agir, intervir sobre o real das nossas sociedades, recuperamos também a nossa capacidade de inovar institucionalmente e, ainda, de ousar do ponto de vista da política pública. A busca pelo desenvolvimento desafia a economia política, os formuladores de políticas públicas, a prática da política e as sociedades em geral; a busca pela redução das desigualdades regionais brasileiras ainda desafia a constituição da nossa nação (CARLEIAL, 2009, p. 65).

O Brasil e o Ceará precisam ser repensados em suas estruturas, para garantir cidadania aos brasileiros de todos os lugares. A economia digital precisa ampliar as oportunidades para todos e não retirar do mercado de trabalho formal milhares de trabalhadoras e trabalhadores e condenar a informalidade e ao subemprego.

Considerações Finais

O avanço da Economia Digital, com ampliação das plataformas digitais e com o Ceará se efetivando como principal ponto de ligação do Brasil com o mundo por fibra ótica, apresenta o desafio de fazer com que a integração à economia nacional seja efetivada através de um modelo não excludente, que possa atrair investimentos ao tempo em que dialoga com o território e seu povo.

A Teoria Marxista da Dependência situa este trabalho dentro de uma concepção, compartilhada por Celso Furtado, na qual se entende que o desen-

volvimento regional precisa ser visto dentro do “contexto de cada sociedade e como um processo mais amplo que a vertente só econômica” (CARLEIAL, 2009, p.59).

Apesar das modificações ocorridas nos últimos vinte anos, prevalece na região, políticas de desenvolvimento que não conseguem superar a posição periférica rigidamente hierarquizada para o Ceará. Com os estudos baseados na Teoria da Dependência, é possível refletir no lugar ocupado pelo Ceará e o Nordeste tanto no Sistema mundo do capital, quanto em relação ao Brasil e assim questionar e debater os rumos que o estado deve tomar para escapar dessa posição subalterna e garantir à sua população os benefícios do desenvolvimento, diminuindo a desigualdade social e a própria desigualdade entre as regiões e os estados brasileiros.

Isso significa dizer que devemos analisar o desenvolvimento do Ceará para além dos dados econômicos, se nos prendermos ao PIB, por exemplo, apenas enxergamos um lado desse desenvolvimento que mostra apenas a geração de riqueza, mas não mostra com quem fica essa riqueza nem as consequências das disparidades que esta acarreta. Enquanto a população se engaja na produção em troca de salários baixos para manter sua família. E, isso acaba afetando a juventude. Com a difusão da nova economia digital, os jovens se engajam no mercado informal, esperando receber salários maiores que o estabelecido pelo mercado formal. Mas, na prática não é bem assim. As plataformas digitais estabelecem suas normas de forma que o trabalhador precisa arcar pela sua própria formação para lidar com os equipamentos eletrônicos, com a manutenção e despesas destes.

Não se pode negar que os problemas cearenses deverão ter sua solução na construção de uma “nova estrutura produtiva, agora mais consistente com a ecologia regional e menos excludente socialmente” (ARAÚJO, 2009, p.40). E essa construção pode ser facilitada por meio de trabalhos como esse que realizem uma análise que vá além da visão tradicional economicista sobre o desenvolvimento da região.

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petropolis: Editora Vozes, 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Desenvolvimento regional do Brasil. *In: O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas para o desenvolvimento; Banco do Nordeste, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 390 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia – Unicamp. Campinas, 2003.

BARBOSA, Erlene Pereira; MACIEL, Paulo Henrique Freitas; SOUSA, Ana Carmita Bezerra de; SILVA, Wagner Pires da. Relações capitalistas no semiárido: uma nova fronteira de expansão do capital. *In: IV Semana de Economia Política – Os Desafios do Brasil para o século XXI: Economia, sociedade e Meio Ambiente*. Viès, 2018. Anais (on-line). Fortaleza: Viès, 2018. Disponível em . <https://viessep.wixsite.com/semanaeco2018/anais>. Acessado em 20/10/2023.

BURNETT, Annahid; MARANHÃO (UEPB), Pedro. Reflexões sobre o desenvolvimento do Nordeste: o pensamento cepalino e a teoria da dependência. **Margens**, [S.l.], v. 14, n. 23, p. 149-164, may 2020. ISSN 1982-5374. Available at: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/9234>>. Acesso em 10/11/2022.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Celso Furtado e a questão regional. *In: O pensamento de Celso Furtado hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento / Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FRAZER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. Introdução – O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. *In: O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento/ Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

GARCIA-PARPERT, Marie France; BEVILAQUA Camila. As novas economias digitais: impacto sobre o trabalho e GIG economy: resenha bibliográfica e questões a respeito no Brasil. **Estudos e Perspectivas para o futuro do trabalho**, v. 1, n. 1, set. 2020. Disponível em https://acervodigital.sistemaindustria.org.br/bitstream/uniepro/281/1/GarciaParpetBevilaqua_NovaEconDig_EstudosProsp_v1n1set20.pdf. Acesso em 20/10/2023.

LIMA, J. P. F. de. **Novo desenvolvimentismo e teoria marxista da dependência**: um olhar para o nordeste brasileiro. 2020. 110f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

SOUZA, P. H. G.; MEDEIROS, M. “The Concentration of Income at the Top in Brazil, 2006-2014”. **Working Paper**, n. 163. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017. Disponível em http://ipcig.org/publication/28409?language_content_entity=en. Acesso em 19/11/2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.

GRUPO DE TRABALHO: INTERSECCIONALIDADES E SOCIABILIDADES DIGITAIS: ARTICULANDO RESISTÊNCIAS E NOVAS POSSIBILIDADES DE PENSAR O CONTEMPORÂNEO





PLANTAR, COLHER E RESISTIR: MULHERES RIBEIRINHAS NA LUTA POR TERRA

Laylson Mota Machado¹
Gabriela Pecantet Siqueira²

Introdução

As comunidades pesqueiras no Brasil possuem papel relevante na conservação da biodiversidade local, porém são as que mais vivem graves violações aos seus direitos e territórios. A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, localizado em Palmeiras do Tocantins (TO), tem sua relação com a água e a terra, a densa floresta e a roça, baseados em uma relação sustentável e respeitosa com a natureza estão entrelaçados aos seus modos de vida, epistemologias e vínculos com o território. Como mencionado por um integrante da comunidade durante a pesquisa de campo “a beira do rio é o nosso lugar”.

Contudo, as práticas e conhecimentos tradicionais das comunidades ribeirinhas são desconsiderados em favor de projetos que priorizam o desenvolvimento econômico sob uma ótica capitalista. No país, os desastres, efeitos e riscos ambientais são transferidos a populações com pouca força política, econômica ou social, que ficam mais expostas às consequências decorrentes

1 Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPEL). E-mail: laylsonmm@gmail.com

2 Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPEL). E-mail: gabrielapecantet@gmail.com

das intervenções de indústrias, empresas e grandes empreendimentos que se instalam nos territórios habitados por estas (BECK, 2010). Às minorias sociais, sobretudo as racializadas, recaem injustamente o ônus de arcar com acidentes e as transformações ambientais decorrentes (POQUIVIQUI, 2019). Assim, os desastres ambientais não são neutros (COLLINS E BILGE, 2020; COLLINS, 2022).

No país, as usinas hidrelétricas são uma das principais produtoras de energia elétrica e causadoras de conflitos socioambientais, uma vez que, geralmente, não são consideradas as comunidades ribeirinhas. Os projetos priorizam o desenvolvimento econômico sob uma ótica capitalista, causando diversas injustiças ambientais e sociais. Situação que ocorre desde 2007 com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) no rio Tocantins, provocando profundas e prejudiciais mudanças no ecossistemas da região e no cotidiano de comunidades locais.

As mulheres ribeirinhas, neste contexto, enfrentam condições ainda mais severas. O papel de ter que encontrar novas formas de plantar, coletar água e, ainda, conciliar as novas necessidades da comunidade cabe às mulheres. Além disso, elas também desempenham importante papel político no papel de liderança no combate às disputas pela terra enfrentada para a permanência. No Acampamento Coragem a representação da comunidade é realizada por uma das mulheres que leva a comunidade as pautas judiciais, sociais e territoriais, decorrentes da ocupação, junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Com base nessas reflexões, este trabalho buscou compreender a articulação das mulheres que participam ativamente no processo de luta durante a ocupação e reivindicação de modos de vida ribeirinha do Acampamento Coragem. Trata-se de uma análise a partir do recorte de uma pesquisa de tese, em andamento, com a articulação da interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica. Partimos de narrativas, produzidas com o método de história

oral de vida (THOMPSON, 1992), de quatro mulheres (negras, ribeirinhas e pescadoras, sendo uma delas com 37 anos e as outras com mais de 50 anos, casadas, mães e avós), a fim de compreender os distintos eixos de opressão que se entrelaçam aos conflitos socioambientais e a estruturação de lutas travadas. Entendemos que a interseccionalidade permite reflexões teóricas e das práticas da comunidade mais aprofundadas para pensar na promoção de justiça social considerando grupos historicamente marginalizados em seu contexto social (COLLINS E BILGE, 2020).

Esta escrita, além desta introdução e das considerações finais, está estruturada em dois tópicos. No primeiro, contextualizamos a formação do Acampamento Coragem, que ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO), e os conflitos socioambientais que enfrenta. No segundo, aprofundamos a análise sobre o papel das mulheres da comunidade no enfrentamento de desafios impostos pela instalação da usina com o uso da abordagem interseccional.

Tecendo Resistências na Formação do Acampamento Coragem

Apesar da água ser um elemento fundamental para manutenção da vida humana, carrega diferentes sentidos a depender dos grupos e contextos envolvidos. Na realidade do país existem diferentes perspectivas e dinâmicas que estão interrelacionadas entre grupos, instituições políticas, sistemas econômicos, atravessadas por mudanças tecnológicas, culturais e ambientais, que atribuem um valor à água de maneiras distintas.

Para as populações ribeirinhas a convivência com os rios, ilhotas, florestas, margens, várzeas e peixes, significam a construção de saberes e conhecimentos sobre as águas e a terra, fundamentais na manutenção de seus costumes. Para os grandes empreendimentos, na maior parte das vezes sustentados por discursos desenvolvimentistas e pela lógica neoliberal, imperam outras racionalidades. Vivemos o paradigma das sociedades complexas, sob o advento de

uma nova matriz fundada na redução da atuação estatal, que fomenta disparidades significativas em termos de poder e estabelece valores ditados pelo capital na disputa pelo controle hídrico.

O avanço neoliberal tem se caracterizado pelo crescente interesse e expansão de empresas em terras habitadas por povos e comunidades tradicionais, impulsionado pela busca pela extração de recursos naturais e maximização de lucros. As comunidades tradicionais têm suas relações com os territórios violados pelos grandes empreendedores e sem a devida proteção estatal, o que caracteriza o racismo ambiental exercido pelo Estado e empreendimentos (POQUIVIQUI, 2019). As injustiças e o racismo ambiental enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais envolvem desde o deslocamento compulsório, violação de direitos humanos e transgressão às suas formas de manutenção da vida, até expropriações e violações, ao serem desconsideradas enquanto população atingidas.

O Acampamento Coragem, que ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO) desde outubro de 2015, é formado por um grupo de pescadoras/es e ribeirinhas/os afetadas/os pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). A comunidade surgiu por meio de manifestações ocorridas desde a instalação da barragem, em meados de 2007, quando as populações atingidas passaram a resistir em prol dos direitos violados pelos empreendedores da barragem.

A formação da comunidade Acampamento Coragem enfrentou uma série de conflitos e desafios, o que gerou a desterritorialização das famílias, forçando-as a saírem de suas terras (MACHADO, 2017; 2020). Antes de se fixar onde atualmente está, a comunidade esteve acampada, por cerca de um ano e oito meses, em frente ao canteiro de obras da usina, juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras comunidades atingidas pela UHEE, que reivindicavam o direito de pescador/a (MACHADO, 2020).

Atualmente o Acampamento Coragem é formado por 39 famílias, que desde 2015 têm se organizado coletivamente para reivindicar o direito de mo-

radia em um lugar rural e ribeirinho. Elas historicamente utilizam a beira do rio Tocantins para exercer suas práticas culturais e seus modos de vida, que vinculam-se à pesca e à agricultura. Assim, a importância e necessidade da ocupação em território ribeirinho transcende aspectos da subsistência, pois é essencial para a preservação da vida cultural comunitária.

A relação entre as águas e os humanos “na Amazônia remete a um processo histórico que resultou em um universo extremamente diverso de saberes e práticas” (PEIXOTO e SILVEIRA, 2019, p. 2). A água ganha distintos significados e evoca múltiplos aspectos de natureza material, imaginária e cultural para diferentes grupos que vivem nessa região. Ao observarmos o Acampamento Coragem a partir da interseccionalidade é possível identificar uma relação singular e intrínseca entre seu território e sua identidade. O território é um local onde são construídos laços sociais, culturais e seus modos de vida.

A população atingida encontrou nesse território, que se constituiu a comunidade ribeirinha desde o processo de expropriação territorial enfrentado pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), formas de continuar exercendo seus modos de vida e de luta por seu direito de ocupar, produzir e resistir no território em disputa. Dessa forma, a história desta comunidade está imbricada a chegada do mencionado empreendimento que, até o presente momento, ocasionou drasticamente mudanças, injustiças, afetações, disputas e conflitos em seu cotidiano.

Os/As acampados/as, no atual local que residem, constroem no novo território outras relações com a natureza e recriam suas formas de viver. No Acampamento colocam em prática “um saber-fazer onde se podem encontrar todos os traços da arte da memória” (DE CERTEAU, 1998, p. 165-166). Dessa maneira, desenvolvem as suas maneiras de fazer, constituindo suas práticas através dos seus modos de vida. O conhecimento produzido a partir das margens e através da resistência coletiva, onde são tecidos novos modelos de ação, caracterizam e contribuem para sua reapropriação do espaço organizado em que se encontram (GONZALEZ, 2020).

As experiências da comunidade, em especial as das ribeirinhas, foco do nosso estudo, são moldadas por uma intersecção de opressões que se cruzam e se influenciam mutuamente (COLLINS E BILGE, 2020). Suas identidades são moldadas não apenas por sua localização geográfica e modo de vida específicos, mas também pelas dinâmicas de poder econômico, político e cultural que permeiam a comunidade. Neste sentido, conforme Braga e Bertoldi sustentam:

Estudar as práticas femininas e seu papel nas comunidades tradicionais implica na compreensão das diferentes perspectivas sociais inerentes a estas sociedades que se organizam de múltiplas maneiras, muitas vezes inexistindo comparações com a realidade social das grandes sociedades (BRAGA E BERTOLDI, p. 5, 2013).

Analisar as condições do Acampamento Coragem com foco nas experiências das ribeirinhas pela perspectiva interseccional ajuda a compreender como essas opressões se somam e intensificam dificuldades enfrentadas por essas mulheres de maneira única no contexto de conflito socioambiental.

Plantar, Colher e Resistir: As Trajetórias de Luta das Mulheres Ribeirinhas

O protagonismo feminino na defesa do território do Acampamento Coragem pode ser observado no cotidiano das lutas e disputas travadas pela comunidade. Destaca-se a representação de Dona Jacirene, uma mulher negra, pescadora e militante do MAB, frente às demandas da comunidade:

A sua militância ocorreu justamente nos primórdios da instalação da UHE de Estreito quando trabalhava fazendo os cadastros dos atingidos e, através das reivindicações do movimento passou a fazer parte da luta pelo direito dos atingidos, tornando-se militante naquela época. A sua participação dentro do movimento foi um dos fatores preponderantes para que os acampados a escolhessem como representante, em razão do diálogo obtido junto com o MAB e das articulações que o movimento tem feito para a conquista da terra (MACHADO E SIEBEN, p. 289, 2019).

As funções exercidas por ela, enquanto representante da comunidade, estão para além de acompanhar o MAB. Dona Jacirene é responsável por tra-

zer pautas sobretudo relacionadas à disputa judicial pela terra, as demandas a serem realizadas pela comunidade, tais como, a participação nas audiências públicas, a organização coletiva sobre ocupar, produzir e permanecer na comunidade. Além disso, pontua pautas nacionais que o movimento tem buscado com sua participação nos congressos, eventos e políticas de promoção de direitos da população atingida.

As articulações com a comunidade ocorriam apenas no encontro mensal e presencial que realizavam para debaterem acerca das demandas da ocupação, porém ultimamente a comunicação entre as/os moradoras/es da comunidade ocorre também em outros momentos através de dispositivos móveis, principalmente pelo aplicativo *Whatsapp*. Para obtenção de energia elétrica utilizam motor a diesel e para o acesso a internet usam os dados móveis dos celulares. Quando necessitam se reunir coletivamente se organizam nos grupos de *Whatsapp*, assim como, também mantém a comunicação com pessoas na cidade por meio das redes sociais. Os/As ribeirinhos/as apropriaram-se e fazem uso destas ferramentas em virtude das necessidades e demandas específicas da comunidade, importantes para a articulação do grupo na luta que travam naquele território.

Além disso, outras maneiras de resistir e lutar também estão presentes na vida da Dona Jacirene e nas trajetórias sociais de outras mulheres do Acampamento. Ao percorremos as narrativas orais de quatro mulheres que ocupam esse território, percebemos que elas exercem múltiplas atividades, sendo as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, que se internalizou-se socialmente como uma prática feminina, mas também pelo plantio, trato com a terra, com o labor da pesca e na construção de casas. Como observa-se na narrativa de Dona Jaqueline:

Eu já fico aqui, **eu já fico em casa** enquanto ele leva o menino pra escola eu fico aqui em casa, eu já tenho que levantar também no mesmo horário, **eu já tenho que fazer almoço, limpar as coisa, lavar pia, fazer o que tem ser feito na casa até o horário que ele retorna pra quando ele chegar**

a gente já ir pro rio tirar as rede né, e despescar e tudo, botar de novo no rio pra ver, pra ficar já no aguardo e já voltar, quando a gente volta ai a gente vai capinar as roça, né (Dona Jaqueline, 37 anos, entrevista oral, 23 de julho de 2023, grifos nossos).

Conforme o relato, a relação da água e a prática da pesca também fazem parte do dia a dia das ribeirinhas. Elas usam técnicas de captura e coleta de baixo impacto conforme conhecimentos tradicionais locais, que contribuem na manutenção e continuidade das relações estabelecidas com o rio Tocantins e seus modos de vida.

Para as interlocutoras foi um saber-fazer (DE CERTEAU, 1998) transmitido através da influência masculina, por intermédio de seus pais e maridos. Cabe ressaltar que isso é recorrente na região tendo em vista que a profissão da pesca é majoritariamente praticada por homens. Como destaca a interlocutora Dona Gilda (63 anos, entrevista oral, 23 de julho de 2023): “Quando eu me casei eu não era pescadeira, depois que eu segui a pesca com meu marido, meu marido já era pescador”.

Para Dona Jacirene, a ligação com o rio e a terra através da pesca começou antes do casamento. A pescadora relatou que herdou dos pais o conhecimento associado à atividade e, conforme destacado por ela, ao se casar com um pescador passou a exercer oficialmente a profissão. Nas suas palavras:

Já vim ainda era criança, pro Estreito. Meu pai mudou e ai ribeirinho também tava na beira do rio, é pescador. E ai (...) eu que ficava sempre no Estreito, mas eles mesmo moravam na beira do rio né, eram pescador. E ai segui a mesma profissão do meu pai e me casei com um pescador também (Dona Jacirene, 51 anos, entrevista oral, 3 de março de 2019).

A prática pesqueira é ancestral dentro da comunidade, sendo perpassada por gerações, conforme narrado pelas mulheres e observado na comunidade. Com a chegada do empreendimento, entre outros efeitos e danos causados pela barragem, o que mais sentem diz respeito à pesca (MACHADO, 2020). A queda na produção pesqueira ocorreu sobretudo pela mortandade dos peixes, a

ausência da diversidade do pescado, bem como as dificuldades em se pescar no lago da usina. Em vista disso, a população precisa de adaptar-se na busca pelo peixe, como destaca Dona Miúda (58 anos, entrevista oral, 5 de agosto de 2023) “o peixe a gente tem que andar muito pra correr atrás deles né”.

No processo de manutenção da vida, diante do conflito, a reformulação de estratégias como estas revelam um modo de resistir. Para essas mulheres resistir enquadra-se num processo para além das lutas, contemplando o existir durante a resistência. Em relação a pesca também aumenta-se o tamanho da rede, a vigília no lago é maior que quando pescavam antes da chegada da barragem, a qualidade do peixe decaiu drasticamente, então é necessário *correr atrás dele* para que possam conseguir algum pescado. De toda forma, a população mobiliza técnicas e práticas culturais para continuarem pescando, mesmo que seja num lago.

A plantação no acampamento também enfrenta uma série de desafios, sobretudo, relacionados com a prática da vazante³ que era exercida por essas mulheres nos territórios de onde foram deslocadas. A antiga terra habitada se destacava pela fertilidade, era produtiva para uma grande diversidade de plantios. No acampamento a terra situa-se em chapadas, no cerrado tocantinense, sendo classificada como uma terra arenosa, para o seu uso é necessário adubar, gradear e tratar para que a terra produza, o que conseqüentemente fez a produção cair. Atualmente o que a comunidade mais planta é mandioca, feijão, milho, abacaxi, caju e arroz.

Embora a terra seja fraca e a produção não atenda a demanda da comunidade, muitos destacam que as formas de plantar, mesmo sofrendo alterações, continuam a contribuir com seu sustento. Existe o esforço da comunidade em

3 Trata-se da prática de subsistência realizada através da vazante. A cultura de vazante trata-se da prática exercida pelos ribeirinhos, que, antes da construção da UHE de Estreito tinham pontos de pesca às margens do rio Tocantins. Nesses lugares, além de realizarem as atividades pesqueiras, a vazante era uma de suas atividades de subsistência. Tratava-se do plantio de vegetais e hortaliças na beira do rio, no período de desnível, época em que as pessoas ribeirinhas aproveitavam a fertilidade do solo para plantar melancias, arroz, abóbora, milhos, e demais hortaliças.

fazer com que essa terra produza: “A gente vem fazendo os testes com a terra pra saber o quê que mais dá na terra, pelo fato da terra ser uma terra arenosa ne, uma terra tem que ser trabalhada ela, mas a gente tá descobrindo que dá” (Dona Jaqueline, 37 anos, entrevista oral, 23 de julho de 2023).

Entender a terra arenosa e o seu processo de cultivo é uma das alternativas que a população ribeirinha tem encontrado para continuar com o plantio nas roças de toco. Dona Jaqueline destaca esse fator ao buscar realizar testes para compreender o que pode ou não ser cultivado nessa terra, e, assim, vai entendendo o que necessita ser feito para melhorar o plantio.

Em vista disso, a instalação da usina hidrelétrica causou efeitos significativos na vida destas mulheres, que são responsáveis pelas atividades reprodutivas (realizando tarefas domésticas e de cuidado) e também pelas readaptações a um novo lugar, nos modos de vida e nas práticas, que não podem ser realizadas da mesma maneira que outrora. Ademais, ao passarem a viver em contextos mais hostis, ficam mais sujeitas a violência física, psicológica ou abusiva. Segundo levantamento do MAB, as consequências e efeitos ocasionados por grandes hidrelétricas têm afetado em maior grau as mulheres:

(...) pois assim como os homens, mulheres atingidas precisam se adaptar a novos padrões de vida gerados pelas mudanças forçadas, e nesse processo elas recebem maior pressão e coação das empresas durante as negociações. Elas sofrem mais com a perda de vínculos afetivos com a vizinhança, ou mesmo com a ameaça constante de exploração sexual, prática frequente nas áreas dos grandes projetos (MALVES e ALVES, p. 161, 2018).

As mulheres ribeirinhas são particularmente afetadas com a construção de usinas hidrelétricas. No Acampamento Coragem, elas têm papéis centrais na manutenção da vida comunitária e na preservação das culturas, seja através da realização de atividades com o cuidado da casa, da pesca e do plantio, preparo do alimento, seja na participação política pela luta da terra.

Considerações Finais

A Usina Hidrelétrica de Estreito, como muitos projetos de infraestrutura de grande escala, frequentemente ignora ou subestima os conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades ribeirinhas afetadas. Essas comunidades possuem uma sabedoria ancestral que é fundamental para a manutenção de um relacionamento sustentável e respeitoso com o ambiente natural. No entanto, essa sabedoria é negligenciada em favor de um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico e a exploração de recursos sob uma ótica de mercado e dos interesses econômicos.

Diante desse cenário, as narrativas coletadas através do método de história oral revelam as diferentes formas de resistência e adaptação das mulheres ribeirinhas diante dos desafios impostos pela instalação da usina. As mulheres do Acampamento Coragem desempenham um papel crucial na luta pela permanência e pelos direitos territoriais. Elas não só enfrentam as adversidades diárias relacionadas à subsistência e à gestão doméstica, mas também assumem posições de liderança na organização e mobilização comunitária. A atuação de lideranças femininas, como a de Dona Jacirene, é essencial para a articulação política e social da comunidade, evidenciando o papel central das mulheres na resistência contra os efeitos e conflitos socioambientais da UHEE.

Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo – SP: Editora 34 Ltda., 2010.

BRAGA, F. R.; BERTOLDI, M. R. As mulheres das comunidades tradicionais na promoção do desenvolvimento sustentável. In: CONPEDI/UNICURITIBA. (Org.). **XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v.1, p. 225-251.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE CERTEAU, Michel **A invenção do cotidiano** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In.: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MACHADO, Laylson Mota. **O Acampamento Coragem**: impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA. 2017. 82 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, TO, 2017.

MACHADO, Laylson Mota; SIEBEN, Airton. A Representação Feminina no Acampamento Coragem e a Desterritorialização ocasionada pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). **Humanidades & Inovação**, v.6, p. 280-291, 2019.

MACHADO, Laylson Mota. “**A Beira do rio é o nosso lugar**”: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

MALVES, Patrícia Barba; ALVES, Alice Margarida Negreiros. Da ilha ao Mirindiba: expulsão e invisibilidade de mulheres pela hidrelétrica de Estreito – Tocantins. In: SILVA JÚNIOR, Amintas Lopes da. et al (Orgs.). **Educação do campo, agroecologia e questão agrária**: a experiência do curso de resistência agrária na construção do Iala Amazônico. Marabá, PA: iGuana, 2018.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Da água, a palavra: uma reflexão sobre as relações entre cidade e cursos d’água em Salvaterra a partir da memória de seus habitantes. **Ponto Urbe** [Online], v. 24, 2019.

POQUIVIQUI, Agilson. **Racismo ambiental e violência identitária**: um estudo sociológico dos impactos socioambientais de projetos de barragens no estado do Mato Grosso. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

**GRUPO DE TRABALHO:
TEORIA, METATEORIA E ANÁLISE CRÍTICA:
A SOCIOLOGIA COMO CAMPO TEÓRICO**



2024

Herison



A SÍNTESE ESTRUTURA E INSTITUIÇÃO EM MAX WEBER: UMA RELEITURA ONTOLÓGICA A PARTIR DO REALISMO CRÍTICO

Carlos Eduardo Sell¹
Bruna dos Santos Bolda²

Introdução

A busca por desenterrar o estatuto ontológico do social em Weber (RUST, 2021) tem na figura do sociólogo alemão Gert Albert um de seus nomes fundamentais. Para ele, a visão do social em Weber é essencialmente processualista, pois seu ponto de partida não é uma substância concebida concretamente (indivíduo), mas sim uma realidade dinâmica representada pela ação social (ALBERT, 2008). Na medida em que a ação se perpetua no tempo, seja enquanto uma relação social, seja enquanto uma ordem social, ela alcança um novo estatuto ontológico, pois neste caso já não estamos mais diante de “ocorrências” [*Okkurrenten*] e sim de “continuidades” [*Kontinuanten*]. Dessa forma ela logra categorizar, do ponto de vista ontológico, formações sociais de tipo coletivo, pois instituições ou estruturas sociais não são entidades substanciais em seu modo de ser, e sim processos de tipo contínuo ou recorrente.

¹ UFSC. E-mail: carlos.sell@ufsc.br

² UFSC. E-mail: bruna.bolda@hotmail.com

Visando aprofundar a questão, uma pesquisa anterior desenvolvida por nós já perguntava em que medida o **individualismo âncora** de Brian Epstein (2014 e 2015) poderia ajudar tanto na explicitação quanto na elucidação dos pressupostos ontológicos weberianos (BOLDA e SELL, 2022). Adotamos o conceito de *anchoring*, que se tornou útil para demonstrar que em Weber o nível social está “ancorado” nos indivíduos enquanto seres concretos, ou seja, concebidos na sua dupla dimensão de seres bio-psicológicos e culturais. Mas eles não são o fundamento (o *grounding*) do social que, no caso de Weber, é dado pelo conceito de ação com sentido. A ação, por sua vez, pode ser lida como uma forma de projeção mental que encontra sua tradução coletiva na dimensão das relações sociais institucionalizadas (ou ordem social). Concluimos, assim, que a relação entre o nível institucional e o nível individual não deve ser pensada em termos de causalidade direta, mas somente enquanto “dependência”.

A teoria de Epstein deixa a porta aberta para pensar ontologicamente o social em Weber, mas não oferece materiais e instrumentos suficientes para sustentar uma leitura sintética de sua teoria, qual seja, aquela que vislumbra nele uma alternativa para a dicotomia individualismo (que privilegia o plano micro-social) e o holismo (que privilegia o plano macro-social). Consequentemente, se quisermos avançar na reconstrução do esquema ontológico subjacente à sociologia de Weber, melhor seria nos aproximar de uma reflexão ontológica mais focada na dimensão macro-estrutural. Nasce daí o próximo passo de nossa pesquisa que tentará colocar Weber em diálogo com o **realismo crítico**.

O realismo crítico vem realizando um investimento teórico abrangente e sofisticado de compreensão do mundo social a partir de um ponto de vista ontológico. Essa leitura, diferente daquela de Epstein (que é mais focada na dimensão micro-social), posto que alicerçada no conceito de estruturas emergentes, leva-nos a um maior entendimento da dimensão macro-estrutural do universo social. Por essa razão, julgamos que o diálogo entre Weber e o realismo crítico é um caminho promissor não apenas para explicitar o estatuto ontológico da ordem social em Weber, mas também para repensá-lo e repropô-lo em termos

contemporâneos. Nele buscamos instrumentos teórico-conceituais auxiliares que permitam explicitar, em termos ontológicos, o que “é” a ordem social (ou realidade a macro-estrutural) na sociologia compreensiva.

A Ontologia Social do Realismo Crítico: Contribuições e Limites

Não será nosso propósito, aqui, realizar um histórico do desenvolvimento da corrente de teoria social denominada realismo crítico. Suas ideias centrais e seus autores mais importantes, em particular Roy Bhaskar, Anthony Giddens e Margaret Archer, já vêm sendo bem-apresentados e criticamente discutidos na pesquisa social brasileira (HAMLIN, 2000; VANDENBERGHE, 2014a, 2014b; PETERS, 2019, VANDENBERGHE e PIMENTEL, 2019; ANACHE, DA COSTA e LAURENCEL, 2021). Isso nos dispensa de uma apresentação geral e permite adentrar diretamente em sua ontologia social.

Com efeito, atualmente existe um notável esforço por aliar uma sólida reflexão metodológica com uma reflexão ontológica explicitamente formulada (dentre eles LAWSON, 2016 e 2019). O mais destacado destes autores, a nosso ver, é Dave Elder-Vass (2007a 2007b, 2010 e 2012), porém, como a questão central deste trabalho é o entendimento ontológico da dimensão macro-social em Weber, não podemos deixar de mencionar primeiramente o trabalho fundamental de **Douglas Porpora** (2013) sobre o conceito de estrutura social. Examinando a questão, ele chega a quatro concepções, nas quais estrutura é entendida como 1) padrões de comportamento agregado que são estáveis ao longo do tempo, 2) regularidades semelhantes a leis que governam o comportamento dos fatos sociais, 3) sistemas de relações humanas entre posições sociais e 4) regras e recursos coletivos que estruturam o comportamento. A pergunta que deixamos no ar e que ainda pretendemos responder com maior precisão é se podemos enquadrar Weber no primeiro destes modelos e, se este for o caso, se a sua visão da estrutura social é realmente satisfatória.

Mas, se parece faltar a Porpora uma preocupação maior com a ontologia, este não é o caso de **Elder-Vass** (2012) que une, de maneira notável, filosofia social com teoria social. O avanço decisivo de Elder-Vass nos parece residir no fato de que ele logra apresentar a noção sociológica de estrutura social em termos ontológicos. Neste ponto, não há como renunciar a uma longa citação na qual seu raciocínio está magistralmente condensado:

Para resumir, uma ontologia emergentista identifica uma série de elementos estruturais que esperaríamos encontrar em qualquer objeto de investigação científica: entidades, compostas de partes (que são elas próprias entidades), organizadas por relações particulares entre as partes e que possuem propriedades emergentes em virtude dessas relações. Para explicar essas entidades, relações e propriedades, precisamos identificar, em primeiro lugar, os mecanismos pelos quais as partes e as relações entre elas produzem tais propriedades, as causas morfogenéticas que transformam esse conjunto de partes em um conjunto de relações, bem como as causas morfostáticas que os mantêm constantes (ELDER-VASS, 2012, p. 68).

Note-se que temos aí uma sequência conceitual, ou um vocabulário, - *estruturas/partes/relações/propriedades emergentes/mecanismos* - que nos possibilita compreender ontologicamente a noção de estrutura. Segue dela também uma metodologia de análise que se defronta com o desafio de determinar: 1) os tipos particulares de entidades que constituem a estrutura social; 2) as partes desta entidade e os conjuntos de relações entre elas que são necessárias para constituí-la; 3) as propriedades emergentes ou poderes causais desta entidade; 4) os mecanismos pelos quais suas partes e as relações entre elas produzem as propriedades emergentes de todo o conjunto; 5) as causas morfogenéticas que dão origem a esta entidade; 6) as causas morfostáticas que sustentam sua existência; 7) e as maneiras que esses tipos de entidades, com essas propriedades, interagem para causar os eventos que procuramos explicar na sociologia.

Dentre as estruturas sociais às quais Elder-Vass presta particular atenção estão as **instituições sociais normativas**. Elas são produzidas pelo poder causal de grupos sociais que ele designa por círculos normativos. Trata-se de uma entidade cujas partes são as pessoas que estão comprometidas em endossar e

fazer cumprir uma norma específica. Operando por meio de seus membros, tal círculo normativo tem o poder causal de influenciar as pessoas a observar a norma em questão. Esses indivíduos tomam consciência de que enfrentam um ambiente normativo (e não apenas alguns indivíduos específicos) que sancionará seu comportamento, o que tende a criar neles uma disposição para se adequar ao ordenamento coletivo.

A “instituição” é conceituada por Elder-Vass (2007c) como o próprio poder causal de um grupo normativo (também chamado por Elder-Vass de organização), é a capacidade que tal grupo tem de fazer com que seus membros endossem suas ações de acordo com as normas estabelecidas. Trata-se de um poder de induzir os membros a agirem de uma determinada forma³. Nas instituições, portanto, os indivíduos endossam práticas específicas porque têm compromissos semelhantes com o grupo normativo. Caso um agente não atue segundo as normas compartilhadas, ele possivelmente será punido ou criticado pelos demais membros do grupo já que os membros contam com (ou esperam por) determinado padrão de ação. O efeito causal do grupo normativo, portanto, é o que delimita a área de ação dos agentes. E as crenças individuais, então, atuam causalmente sobre essa ação.

Instituição e Estrutura: Qual a Diferença?

A abordagem macrossociológica de Elder-Vass traz duas contribuições importantes. A primeira, ele atenta para o poder das regras e normas incorporadas pelos diversos agentes às suas ações, de modo a configurarem grupos sociais com princípios e condutas comuns. A segunda, ele reconhece que tais grupos normativos dependem do modo como os agentes se relacionam e se integram, demonstrando uma multicausalidade. Porém, ainda que Elder-Vass consiga dar uma explicação ontológica satisfatória para a instituição social por

³ Há sensíveis diferenças no modo como Elder-Vass e Fleetwood conceituam as instituições sociais. Enquanto Elder-Vass entende que a instituição é o próprio poder causal, uma capacidade, Fleetwood entende que a instituição não é, mas detém tal poder causal.

uma via relacional, falta a ele um conceito de estrutura social, ou seja, uma interpretação sobre os fenômenos mais amplos e permanentes da sociedade. Neste ponto, a diferenciação proposta por Fleetwood (2008) no seminal texto *Institutions and social structures* de Fleetwood entre “instituição” e “estrutura” nos é útil. Ele afirma, nessa ocasião, que muitos autores erroneamente trataram as instituições como um tipo de estrutura social. Por isso, é necessário explorar suas especificidades.

Instituições

As instituições sociais são conceituadas por Fleetwood (2008) como sistemas de regras estabelecidas. Pode-se dizer que as instituições (regras, convenções, normas, valores e costumes) se tornam hábitos, os quais, então, influenciam a maneira de agir das pessoas. As regras (que existem enquanto normas externas), são incorporadas (internamente) de modo que os agentes agem sem tampouco deliberar sobre as motivações de suas ações.

Tributário do conceito de instituição anteriormente formulado por Lepsius (1990), que, por sua vez, é inspirado na matriz teórica weberiana, Esser (1999) formulou uma influente teoria institucional. Para ele, as abordagens institucionais que discutem o modo como as linhas de ações podem ser influenciadas, e inclusive delimitadas, pelas regras. Porém, esses limites não são acordados entre os atores a cada uma de suas ações, tampouco são delimitadas individualmente. Há algo “socialmente pressuposto” e “socialmente anterior” às ações, que é capaz de interferir e motivá-las, criando determinadas expectativas de que certas regras vinculantes sejam seguidas. A isso Hartmut Esser chama de instituição social. Para fins conceituais, podemos afirmar que as instituições são regras que possui alguma expectativa de validade (*Geltung*).

Tais regras, capazes de alinhar regularidades de ações, têm como fundamento normativo a obrigatoriedade. As normas têm um valor em si mesmas, e, por isso, devem ser seguidas incondicionalmente. Mesmo que determinados

agentes sociais não conheçam as regras formais, eles as seguem, pois, os demais agentes esperam deles uma determinada ação. Caso não ajam da maneira esperada, podem haver punições, desde vexame social como olhares constrangedores ou exclusão do grupo, até punições formais previstas em leis ou constituições.

Estruturas

Enquanto às instituições se incumbem as regras incorporadas que delimitam as ações cotidianas, às estruturas sociais são relegados os padrões de interação permanentes e estáveis. Porém, tais padrões se manifestam de distintas formas, tais como, segundo a tipologia de Lopes e Scott (2000): estruturas institucionais, estruturas relacionais e estruturas incorporadas. As “estruturas institucionais” são, seguindo a perspectiva de Parsons, fenômenos culturais (crenças, ideias, sentimentos e símbolos compartilhados). Remontando a Durkheim, pode-se dizer que as instituições constituem uma dada representação coletiva, padrões comuns de ação e valores a vários indivíduos. Desse modo, à medida em que as pessoas passam a agir consoantes a um dado significado, as demais, também orientadas por essa representação coletiva, passam a criar expectativas (expectativas culturalmente padronizadas) sobre o comportamento alheio.

A estrutura relacional implica o entendimento de que a sociedade é um processo, é uma estrutura intimamente dinâmica, visto que é composta por relações sociais. Do mesmo modo que uma dada estrutura institucional sobrevive através do compartilhamento de representações coletivas, que funcionam como diretrizes orientadoras das ações, também a estrutura relacional depende disso, mas essas representações são entendidas como constituídas e perpetuadas através das relações sociais.

Por fim, pode-se falar ainda, segundo a categorização de Lopez e Scott (2000), em estrutura incorporada. São inúmeros os autores contemporâneos que recorrem a essa lógica, dentre os quais, para citar alguns exemplos, Mead,

Bourdieu, Giddens, Foucault e Goffman. Eles concordam em afirmar que as estruturas também dependem de uma introjeção físico-corpórea das normas e dos padrões de ação por parte dos indivíduos. Somente assim é possível que os agentes continuem realizando a manutenção da estrutura.

A Dimensão Macro-Social na Sociologia de Weber: Integrando Instituição e Estrutura

Desta feita, esclarecidas diferenças entre a instituição e a estrutura, podemos nos direcionar às questões mais sistemáticas, como a posição de Weber neste *locus* de discussão. Somente afirmar o caráter processual da abordagem de Weber, por si só, não nos ajuda a criar uma tipologia ontológica. Para cumprir essa missão acreditamos que é necessário dar o segundo passo em nosso estudo e diferenciar o que é instituição e o que é estrutura social na teoria weberiana e quais as suas propriedades. Isso porque os intérpretes do neoinstitucionalismo de inspiração weberiana (como Wendt e Lepsius) parecem tratar como “instituição” em Weber tudo aquilo que está fundamentado em regras e regularidades, qual seja: as organizações e as ordens sociais. Nós gostaríamos de argumentar que há uma diferença importante (e ôntica, conforme demonstramos na seção anterior) entre as organizações e as ordens sociais, que nos permite classificá-las como dois fenômenos sociais distintos: a primeira, como estrutura social e a segunda, como instituição social.

A Teoria Weberiana das Estruturas: A *Verband*

Na teoria de Weber (MWG I/23) as organizações [*Verband*] têm aspectos semelhantes às estruturas sociais, pois são tratadas como um tipo privilegiado de relação social (uma relação fechada para fora, §12) em que há uma grande regularidade da ação dos agentes visto a hierarquia de poder bem distribuída entre os integrantes, os papéis dos dirigentes e/ou do quadro administrativo (§12). Dessa forma, pode-se aproximar a organização de Weber daquela noção

de estrutura relacional desenvolvida por Lopes e Scott uma vez que a relação social é seu fundamento, trazendo uma perspectiva intimamente dinâmica e anti-substancialista da realidade social.

Nesse sentido a estrutura social não é palpável, substantiva, tampouco estatutária. Ao contrário, uma estrutura só existe como o poder de um grupo social de fazer com que seus membros endossem comportamentos em consonância com as regras, comportamentos minimamente coordenados com vistas às normas estabelecidas. Sob essa perspectiva, uma estrutura social é um conjunto de ações regulares e coordenadas que advêm do sentido comum estipulado pelo quadro administrativo⁴. Desse modo, a ação social dos agentes individuais se coordena à medida em que há um conteúdo de sentido comum para a orientação das ações no interior da organização.

O diferencial da abordagem de Weber consiste em incorporar à uma perspectiva relacional da estrutura um elemento formal: a hierarquia interna do quadro administrativo. O dirigente ou o quadro administrativo é indispensável para a existência da organização uma vez que eles regulamentam e fiscalizam o ingresso de novos membros e a permanência dos que já estão, além de verificarem o cumprimento da regularidade das ações.

O dirigente e o quadro administrativo possuem um papel de destaque na organização pois a eles é reservado o poder de representar os demais membros da organização, e, em consequência, resguardar o cumprimento das regras, sendo esta última atitude chamada da “ação da organização” (§12) e virtude do poder legítimo que é concedido ao dirigente de fazer a ordem ser cumprida. Independentemente se este poder de representação foi apropriado ou delegado ao dirigente e/ou ao quadro administrativo, o papel dos cargos administrativos é fundamental. É isso o que distingue uma simples relação social de uma organi-

⁴ Assim, o conceito de “organização” [*Verband*] de Weber parece aglutinar a noção de “instituição” [*Institution*], entendida como regras válidas, e também o conceito de *Organization* de Esser, entendida como regras institucionais e processos de formação e de distribuição de poder. Para Esser, é na *Organization* que os critérios de adesão e de constituição de um grupo, isso é, as regras “institucionais” são criadas. Em Weber ambas as dimensões estão unidas em um único conceito de *Verband*.

zação, afinal, são os cargos administrativos que garantem (ou ao menos trazem uma grande probabilidade) de que a ordem estatuída será seguida (§12, nota 2).

Também para de Elder-Vass (2005) o papel dos cargos administrativos está presente, ainda que não em uma posição central de seu argumento. Aqui, uma dada organização é composta por pessoas em interação que possuem cada qual a sua função específica: desde o dirigente, até outros cargos a ele subsumidos. Interessante notar que Elder-Vass advoga pelo argumento de que as funções não são possuídas pelas pessoas individuais, mas somente por elas desempenhadas, uma vez que o papel é um poder causal da própria organização. Isso também aparece na teoria de Weber, uma vez que cargos dirigentes são representativos e legitimamente aceitos por seus membros (mesmo que impostos ou acordados, §13). Ambos servem, aqui, como os guardiões da ordem estabelecida, como os responsáveis por fazer a ordem ser cumprida. É nisto que reside o caráter formal da organização. Uma organização (que entendemos ser equivalente ao conceito de estrutura) tem o diferencial de possuir um dirigente ou um quadro administrativo, sobre os quais recai o poder de mando segundo as regras, e um grupo de pessoas sobre as quais recaem as regras da organização.

A Teoria Weberiana das Instituições Sociais: A Ordem Legítima

Porém, não basta somente que o dirigente (elemento formal) exista para que uma organização social se consolide no tempo, mas que elas sejam tomadas como obrigatoriedade, em sentido normativo, e, assim, sejam “constitutivas” de ordens sociais. E é neste ponto que Weber adentra em sua teoria das instituições sociais: com os elementos da legitimidade e da validade da ordem social, capazes de garantir a estabilidade e a vinculação das organizações às motivações individuais das ações (elemento substantivo-normativo). Segundo essa lógica, são as ordens (ou as instituições) que guiam, ou dão o “cimento” para a construção das organizações (ou estruturas), ao mesmo tempo em que – e nisto

reside o caráter relacional da estrutura de Weber – uma dada ordem legítima só existe enquanto e na medida em que as pessoas continuem a orientarem-se normativamente por seu conteúdo de sentido. Assim, a ordem não deve ser vista como uma entidade completamente exterior aos indivíduos e suas ações, mas como dependente de ambos. O modo como se alcança a regularidade das ações (elemento substantivo-normativo) no interior da ordem social merece, então, ser analisado em maior profundidade.

Para isso, vamos colocar a teoria de Weber em diálogo com as atuais vertentes do neoinstitucionalismo, segundo as quais as regras constitutivas são o fundamento da organização social: regras baseadas em expectativas consideradas certas. Desse modo, as regras não somente regulam a ação, em um sentido limitador, mas a habilitam porque criam um ambiente propício para novas ações. Como no exemplo de Searle (2007) aonde as regras do xadrez não somente regulam a partida, mas também criam a própria possibilidade de que um jogo de xadrez aconteça.

Mas Weber parece integrar, segundo Stachura (2008), além das regras constitutivas, também as regras prescritivas (ou reguladoras): regras que efetivamente prescrevem modelos de ação, de modo que a decisão subjetiva fica em segundo plano, e o agente vê-se obrigado a agir em consonância com as regras. No que diz respeito às regras prescritivas, a avaliação de uma regra “boa”, é, no final das contas, um juízo de valor, como no caso de um agente que age de modo racional com referência aos valores do seu grupo religioso ou no caso de um agente que atua de maneira racional referente à fins quando negocia imóveis no mercado imobiliário. Mas, ao mesmo tempo, esses valores também se comportam como regras constitutivas na medida em que funcionam segundo a lógica “X conta como Y no contexto Z”, como no caso do protestante, segundo o qual as regras de seu modo de vida ascético são agradáveis a Deus, e, ao mesmo tempo, pertinentes ao contexto da vida econômica. É como se as regras prescritivas – como, por exemplo, a regra de que o trabalho ascético agrada a Deus – fossem a base das regras constitutivas – como a formalização de um

modelo de vida moderno que valoriza o trabalho e o lucro a despeito das religiões. O interesse de Weber não está, segundo Stachura (2008), somente no caráter regulador das regras, mas especialmente em seu caráter constitutivo, em seu potencial de constituir novas instituições sociais. O caráter distintivo das “regras” da teoria de Weber está no fato de que ele aglutina, em um único esquema teórico, ações motivadas nas organizações pelos regulamentos formalmente instituídos (regras prescritivas), sendo que essas regras habilitam os agentes em suas práticas (regras constitutivas).

Estamos lidando, assim, com um conceito específico de estrutura social, qual seja, a “estrutura relacional” de Lopes e Scott (2000). A lógica emergente – de que as propriedades do “social” são dependentes dos poderes causais dos indivíduos em interações mutuamente referenciadas, e, ao mesmo tempo, que novas propriedades se formam em nível macro, tais como as regras normativas – é visível também na perspectiva ontológica implícita na teoria de Weber. Não se trata somente da lógica causal (de que ações são responsáveis por levar ao surgimento de relações e ordens), mas também de uma perspectiva ontológica segundo a qual a natureza do “mundo social” (ou as ordens sociais), ainda que tenha propriedades próprias, é intimamente dependente do conceito paradigmático de ação. As propriedades sociais estão, conforme já argumentamos em outra oportunidade (SELL, BOLDA, 2021), ancoradas nos agentes, sendo que estes, por suas vezes, são responsáveis por atribuir significado à realidade social, e, a partir disso, fundamentar normas e regras sociais, que se configuram em ordens e organizações sociais. Assim, só existem relações e ordens sociais porque os agentes continuam a agir orientando-se por conteúdos de sentido legítimos e válidos. E é com relação a este ponto que o conceito de “emergência relacional” de Elder-Vass parece ser útil para reinterpretar o esquema weberiano. Afinal, é o *modus operandi* próprio da interação entre ações regulares o que propicia o poder causal e a existência dos grupos normativos (ou instituições) que, por suas vezes, impactam sobre

o poder causal das estruturas. Assim, também Elder-Vass reconhece que “instituição” e “estrutura” estão intimamente imbricadas.

Ainda que haja uma multicausalidade (causalidade ascendente e descendente), as ordens estão, na arquitetura conceitual de Weber, “acima” das organizações. Elas são, de fato, o último elemento de nível macro. No §13 da segunda parte de *Grundbegriffe*, aliás, Weber (MWG I/23) afirma que as organizações se guiam por ordens estatuídas [*gesetzten Ordnungen*] que podem surgir ou por acordo ou por imposição e terem, assim, validade coletiva. É sobre o elemento normativo da ordem social que as organizações estão assentadas. Não é à toa que Weber adjetiva a ordem social como uma ordem legítima [*legitime Ordnung*], no sentido de que ela possui ampla aceitação da sua validade [*Geltung*], é tomada como dever, como um modelo obrigatório para o comportamento social do agente individual.

Considerações Finais

O esforço empreitado pelo realismo crítico em retomar, na Sociologia, a reflexão ontológica pela via da emergência, reverbera até hoje. Dentre seus membros mais jovens, como com Dave Elder-Vass, a ontologia das macroestruturas sociais se ocupa com elementos outros, tais como o poder dos grupos e das normas sociais na constituição relacional das estruturas sociais. Se trata de uma contribuição interessante pois coloca em cena o caráter normativo das macroentidades. Porém, Elder-Vass parece fundir, em um único modelo, tanto as características das instituições (normas) quanto algumas características das estruturas (formas sociais permanentes) – no sentido formulado por Fletwood (2008). Neste ponto, a teoria de Max Weber pode indicar um caminho de conceituação que reconhece propriedades ontológicas distintas à instituição e à estrutura.

Na macrossociologia de Max Weber (2013 e 2018) estão presentes dois grandes conceitos que disputam a primazia na definição do que constitui o nível coletivo da vida social: instituição e estrutura. A ordem legítima pode ser

interpretada como uma instituição social uma vez que ela retrata um conjunto permanente de sentidos que são aceitos normativamente como orientadores das ações sociais de diversos agentes. No final das contas, se trata de regras incorporadas pelos agentes em suas ações. Já as organizações, visto que são relações sociais fechadas, que exigem de seus membros alguns requisitos, estão próximas da estrutura social uma vez que elas possuem um caráter hierárquico bem estabelecido: um dirigente e um quadro administrativo que incidem com o poder de seus cargos e com a força das regras criadas sobre os demais integrantes. Neste ponto, a emergência relacional de Elder-Vass nos dá subsídios para demonstrar o anti-reducionismo ontológico de Weber. Afinal, sua macrosociologia remonta ao poder das ações, sem, todavia, se esgotar nelas. Para que o “social” efetivamente aconteça, é necessário que novas propriedades se formem a partir da interação própria das partes, que pode decorrer de duas maneiras já citadas.

Retomando a distinção kantiana e forma e substância, pode-se dizer que à Weber, a estrutura social aparece enquanto a forma, a disposição, as posições das pessoas no espaço social. Quando tratamos das organizações, estamos lidando com diferentes papéis sociais (dirigente, quadro administrativo e integrantes) que pressupõem diferentes poderes, relações de hierarquia e regimentos de ingresso ou permanência. A instituição, por outro lado, fornece a “substância” do social, ou, ao menos, aquilo que lhe confere regularidade e permanência: as regras introjetadas, tomadas como máximas normativas. Essa dupla categorização permite a Weber criar uma macrosociologia que integra a forma (ou a estrutura social das organizações) ao caráter substantivo-normativo (com as máximas das instituições, ou ordens sociais, nos termos de Weber, que conferem regularidade e permanência às formas sociais). Com isso, ele alinha as motivações normativas das ações coordenadas (estrutura) à distribuição dos agentes no espaço social (instituição). A sociologia compreensivo-explicativa de Max Weber nos oferece, assim, uma plataforma para integrar sinteticamente as duas grandes abordagens conceituais para pensar o nível macro-coletivo da vida social.

Referências Bibliográficas

ALBERT, Gert. Sachverhalte in der Badewanne: zu den allgemeinen ontologischen Grundlagen des Makro-Mikro-Makro-Modells der soziologischen Erklärung. In: R. Schützeichel; A. Schnabel; J. Greve (Orgs.). **Das Mikro-Makro-Modell der soziologischen Erklärung: Zur Ontologie, Methodologie und Metatheorie eines Forschungsprogramms**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008, p. 21-48.

ARCHER, Margareth. **Realist social theory: the morphogenetic approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ANACHE, Marcelo de Carvalho Azevedo; DA COSTA LAURENCEL, Luiz. Realismo Crítico: uma investigação sobre a natureza das coisas. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. 8-8, 2021.

BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. London: Verso, 1997.

ELDER-VASS, Dave. The emergence of social structure and the question of naturalism. **Anais do BSA annual conference**, Realism study group Session, Nova York, 2005.

ELDER-VASS, Dave. A Method for Social Ontology. **Journal of Critical Realism**, v. 6, n. 2, p. 226-249, 2007a.

ELDER-VASS, Dave. For Emergence: Refining Archer's Account of Social Structure. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 37, n. 1, p. 25-44, 2007b.

ELDER-VASS, Dave. Social Structure and Social Relations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 37, n. 4, p. 463-477, 2007c.

ELDER-VASS, Dave. **The Causal Power of Social Structures**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ELDER-VASS, Dave. **The Reality of Social Construction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

EPSTEIN, Brian. What is Individualism in Social Ontology? Ontological Individualism vs. Anchor Individualism. In: COLLIN, Fin; ZAHLE, Julie (Orgs.). **Rethinking the Individualism/Holism Debate: Essays in the Philosophy of Social Science**. Dordrecht: Springer, 2014.

EPSTEIN, Braian. **The ant trap**: rebuilding the foundations of social science. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ESSER, Hartmut. **Soziologie**. Spezielle Grundlagen. v. 5: Institutionen. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 1999.

FLEETWOOD, Steve. Institutions and social structures. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 38, n. 03, 2008.

HAMLIN, Cynthia Lins. Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais. **Dados**, v. 43, p. 373-398, 2000.

LAWSON, Tony. **The Nature of Social Reality**: Issues in Social Ontology. London: Routledge, 2019.

LAWSON, Tony. Comparing conceptions of social ontology. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 46, no. 4, 2016, p. 359-399.

LEPSIUS, Mario Rainer. **Interessen, Ideen und Institutionen**. Wiesbaden: Springer Fachmedien, 1990.

LOPES, José.; SCOTT, John. **Social structure**. Buckingham: Open University Press, 2000.

PETERS, Gabriel. Domínios de Existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social. **Teoria e Cultura**, v. 14, n. 2, 2019.

PORPORA, Douglas V. Four concepts of social structure. In: ARCHER, Margaret (Org.). **Critical Realism**. Routledge, 2013. p. 339-355.

RUST, Joshua. Max Weber and Social Ontology. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 51, n. 3, p. 312-342, 2021.

SEARLE, John. **Apeech acts**. Nova York, 2007.

SELL, Carlos Eduardo; BOLDA, Bruna dos Santos. A ontologia social de Max Weber: Uma releitura a partir do individualismo âncora de Brian Epstein. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v. 22, 2022.

STACHURA, Mateusz. Einleitung der Standort weberianischer Institutionentheorie im Raum konkurrierender Forschungsprogramme. In: STACHURA, Mateusz; BIENFAIT, Agathe; ALBERT, Gert; SIGMUND, Steffen (Orgs.). **Der Sinn der Institutionen**. Vs Verlag für Sozialwissenschaften, 2008, pp. 8-39.

VANDENBERGHE, Frédéric. PIMENTEL, Thiago Duarte. Realismo Crítico, Ontologia e Sociologia, **Teoria e Cultura**, v. 14, n. 2, 2019.

VANDENBERGHE, Frédéric. **What is critical about critical realism?** Essays in reconstructive social theory. Londres e Nova York: Routledge, 2014a.

VANDENBERGHE, Frédéric. O maremoto do Realismo Crítico. **Teoria e Cultura**, v. 9, n. 1, 2014b.

[MWG I/23] Weber, Max. 2013. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Soziologie. Unvollendet. 1919-1920. Editado por Knut Borchardt, Edith Hanke e Wolfgang Schluchter. Tübingen: Mohr Siebeck.

[MWG I/12] Weber, Max. 2018. **Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit**. Schriften und reden (1908-1917). Organizado por Johannes Weiss e Sabine Frommer. Tübingen: Mohr Siebeck.



SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O USO DOS CONCEITOS DE EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE NA PRÁXIS SOCIOLOGICA

Luã Rodrigues Silveira¹

Introdução

O aumento na complexidade de diversos objetos de pesquisa das ciências, frente às diferentes crises como a sanitária, a social, a econômica e a política devido à pandemia de Covid-19, gerou a necessidade de uma intensificação do diálogo entre disciplinas. Um fenômeno que já era latente, a interdisciplinaridade, tornou-se fundamental. A Sociologia e a Administração Pública são, a meu ver, inseparáveis, quiçá “naturalmente” interligadas. A reciprocidade entre os objetos de pesquisa sociológicos e os possíveis problemas sociais que devem ser superados pela administração pública incentivam ainda mais esse diálogo. Sendo assim, o entrelaço entre políticas públicas e as realidades sociais tornam essas duas disciplinas codependentes, em tese.

A relação entre as disciplinas — aqui proposto como quase que uma nova “Sociologia da Administração Pública” — surge com o desenvolvimento da política do Estado, que se viu obrigado a tomar espaços de decisão que antes eram colocados sob o princípio liberal da responsabilização das instituições

¹ Mestre pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: luarodriguessilveira@gmail.com

privadas. Após esse momento, o Estado se viu intervindo em temas como, produção, exportações/importações, assistência social, previdência social, e em diversas áreas que o capital privado não priorizava, ampliando os deveres sociais da gestão pública (GOULART, 1954).

Por exemplo, durante a pandemia, a Sociologia, como uma disciplina do conhecimento científico, consoante ao que as ciências devem exercer, necessitava assumir um papel de importância na busca por melhores caminhos para que fosse garantida a devida eficácia nas políticas sanitárias de isolamento. Para Lacerda, Rodrigues e Costa (2021) as ciências humanas, especialmente a Sociologia, que possuem maestria em debater as crises que envolvam o social, parecem — desde o início (e mesmo no auge) do evento pandêmico — não ter assumido um lugar de influência e de credibilidade como ciência. Para os autores a Sociologia aparenta ter se isentado de conceder auxílio em possíveis soluções para os problemas, como na controvertida política de contenção comunitária (*lockdown*). Afinal de contas, o “confinamento social” é também um “objeto” central da ciência da sociedade. Na perspectiva dos autores mencionados, a Sociologia não contribuiu, de forma científica, para que as medidas sanitárias obtivessem mais eficácia. Segundo os mesmos, as medidas sanitárias biomédicas necessitavam de auxílio sociológico, já que estavam em um “campo minado” das ações de controle de conduta de massas. Todavia, a Sociologia não teria assumido uma postura atuante no debate científico proativo e seria, de certa forma, também responsável pelos fracos resultados obtidos por essa política sanitária cujo objetivo era diminuir o número de casos de infecção e, conseqüentemente, de óbitos. Lacerda, Rodrigues e Costa (2021) argumentam:

Não poderiam (deveriam) as ciências da sociedade ter assumido uma postura mais tecnicamente proativa para a efetivação, no ceio social — seu objeto de conhecimento por excelência —, do “remédio” proposto pela área biomédica, com o qual ela majoritariamente (e explicitamente) concordava? (LACERDA; RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 52)

No exemplo supramencionado, os autores afirmam que a Sociologia, como produtora de conhecimento científico, teria, na época, como auxiliar na eficácia das políticas de *lockdown* no Brasil. Entretanto, para que de alguma forma essa afirmação seja corroborada é necessário realizar um aprofundamento das ideias de eficiência, eficácia e efetividade, realizando um maior debate sobre até que ponto é possível relacionar esses conceitos com a Sociologia, já que a relação entre essa e a Administração Pública carece de desenvolvimento no Brasil. Além de um maior debate sobre o que entendemos como teoria, produção científica e empiria.

Os Limites dos Conceitos de Eficiência, Eficácia e Efetividade

Rodrigo Castro (2006) ao debater os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade realiza um apanhado histórico útil para entender como os conceitos são utilizados na administração pública. O autor afirma que entre os três conceitos, os de eficiência e de eficácia são mais antigos, frutos da aprovação da Emenda Constitucional do Princípio da Eficiência na administração pública em 1998. Essa discussão causou um aumento no debate sobre o que seria eficiência e, posteriormente, eficácia. Castro conceitua da seguinte forma:

A eficiência não se preocupa com os fins, mas apenas com os meios, ela se insere nas operações, com vista voltada para os aspectos internos da organização. Logo, quem se preocupa com os fins, em atingir os objetivos é a eficácia, que se insere no êxito do alcance dos objetivos, com foco nos aspectos externos da organização (CASTRO, 2006, p. 3)

Modernamente, os estudos da administração pública incorporam o terceiro conceito, efetividade.

A efetividade, na área pública, afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população. Ou seja, ela é mais abrangente que a eficácia, na medida em que esta indica se o objetivo foi atingido, enquanto a efetividade mostra se aquele objetivo trouxe melhorias para a população visada (CASTRO, 2006, p. 6).

Para relacionar esses conceitos com a Sociologia é necessário compreender que: a) a Sociologia, em si, de maneira estrita, não tem por objetivo realizar os cálculos sobre eficiência, eficácia, e efetividade relacionadas à Administração Pública em seu caráter monetária ou nos aspectos legalistas dentro do campo do direito; b) ainda, dentre estes conceitos, a eficiência é a mais distante do campo sociológico, já que está estritamente relacionada com a forma operacional que uma política social é executada, ligada a uma visão econômica; c) a eficácia e a efetividade estão mais nitidamente relacionadas com a Sociologia, já que, potencialmente, os objetivos vislumbrados por uma política pública, e que serão utilizados para compreender se uma política é eficaz ou não, podem ser resultados de pesquisas sociológicas. Por exemplo, grande parte dos programas sociais atuais são resultados de estudos sociológicos sobre racismo, desigualdade social e moradia urbana. Ainda, mais explicitamente, as pesquisas de efetividade que necessitam de estudos mais abrangentes, utilizando-se de métodos sociológicos para analisar se houve melhorias significativas para a população ao longo do tempo.

A partir dessas considerações, fica evidente que a Sociologia, em si, não consegue garantir a eficácia de uma medida sanitária, já que seu papel nos estudos sobre a sociedade é identificar, analisar, conhecer os problemas sociais (SILVEIRA, 2023). Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que é a partir de seus estudos científicos que é possível conhecer profundamente um problema social. Sendo assim, a Sociologia tem o potencial de demonstrar os caminhos para resolução de mazelas sociais, deixando claro em seus estudos os pontos que considera que precisam ser superados para resolução dos problemas. Esses pontos, elencados para superação de mazelas sociais, podem se tornar objetivos de políticas e programas públicos. Essa ação sociológica auxilia na garantia da eficácia dos programas sociais, para que, posteriormente, seja constatada sua efetividade.

Esse efeito retroalimentado entre Sociologia e Administração Pública pode ser potencialmente notado durante a pandemia. Por exemplo, diversos problemas sociais foram evidenciados, relacionados a vida em sociedade e o sistema econômico. Apesar de haver setores da sociedade, como o mercado financeiro, profissionais de telemarketing e professores universitários, que tiveram a possibilidade de se adaptar às modalidades de *home office*, grande parte da população continuou trabalhando normalmente em função das características da maioria dos serviços formais, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), não tendo a mesma oportunidade de adaptação (GOES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021). Algumas categorias empregatícias, como comércio, reparação de veículos automotores, indústrias de transformação, serviços de construção, saúde humana e serviços sociais, foram impossibilitadas de aderir às orientações para ficarem em casa, decorrentes dos aspectos técnicos dessas atividades. Com a falta de oportunidade real de isolamento, houve uma elevação da vulnerabilidade e, por certo, do risco de contágio dos trabalhadores desses setores empregatícios.

As características do trabalho de grande parte da população dificultaram a implementação, de forma adequada, das medidas de proteção orientadas pelas ciências biomédicas que adentravam em áreas já estudadas pela Sociologia e executadas pela Administração Pública. Ainda, as desigualdades latentes do Brasil — um dos temas centrais da Ciência do Social — tornaram as orientações, como o “fique em casa” (orientação eficaz e fundamental para contenção da pandemia), irrisórias e pouco viáveis para as populações mais pobres. Nas populações mais empobrecidas, a noção de economia é relacionada — até mesmo antes da pandemia — a uma realidade de subsistência diária. Ademais, e piorando a situação, o trabalho das populações com menores índices educacionais está normalmente ligado ao setor de serviços, cujo contato interpessoal é inevitável (SILVA; BELMONT, 2021). Ainda, nesse mesmo sentido, novas discussões surgiram sobre os efeitos da pandemia no mundo do trabalho, como a de “terceirização” dos riscos da COVID-19 à integridade física dos motoboys,

porteiros, caixas de lotérica e às demais profissões consideradas essenciais e ligadas ao setor de serviços.

Outro tema debatido historicamente pela Sociologia e ia ao/de encontro às medidas tomadas pela Administração Pública foi a segregação urbana. Os trabalhadores, assalariados e autônomos, sofreram e tiveram que lidar com a precariedade e marginalização históricas de moradias populares, cuja segregação e direito a uma cidade plena mostra seu lado mais perverso (SILVA; BELMONT, 2021). Esse indivíduo trabalhador, forçado a um alto nível de contato interpessoal para manter seu emprego e, assim, manter sua subsistência, foi colocado constantemente à exposição ao contágio em ônibus lotados ou empregos com grande fluxo e proximidade de pessoas. Além disso, atualmente, com as novas formas de trabalho que utilizam a tecnologia dos aplicativos para atuarem em diferentes setores econômicos, aumentou o número de trabalhadores vivendo uma espécie de relação salarial pouco protegida, disfarçada de “parceiros”/“colaboradores” (ABÍLIO, 2020), gerando novos fenômenos e problemas trabalhistas em que novamente a Sociologia e a Administração Pública se encontram.

Teoria e Prática: Os Limites da Eficácia Sociológica

Na Sociologia, o uso de teorias sociológicas, que consistem em modelos explicativos da realidade que estão — ou deveriam estar — ancoradas em *logos* método-científicos para serem utilizadas para investigar os fenômenos sociais, são cruciais na prática sociológica. Todavia, diversos equívocos entre a conceituação de termos como teoria, empiria, produção científica e eficácia, geram choques conceituais perigosos para a Ciência do Social.

No imaginário popular existe uma discrepância entre teoria e realidade. Por exemplo, frases como “na teoria é uma coisa, na prática, é outra” faz com que a teoria e a prática (empírica) sejam vistas como antagônicas. Todavia, todo arcabouço teórico sociológico tem como objetivo final a investigação dessa

empíria, sendo assim, teoria e “realidade” são um motor retroalimentado, como já demonstrava a dialética de Hegel e a de Marx. Entretanto, o problema relacionado entre esses dois conceitos, empírico e teórico, surge quando a Sociologia é vista, no imaginário popular, mais próxima de uma filosofia do social do que uma ciência do social (SILVEIRA, 2023).

Segundo Raymond Boudon (2016, p. 8) sempre houve uma “marginalização” da sociologia e uma clara discrepância em relação à sua ambição científica e à realidade atribuída a ela pelo senso comum. Para o autor, a Sociologia tem sido frequentemente considerada, pela população em geral, uma disciplina distinta da filosofia social. A Sociologia, no imaginário popular, não realiza ciência. A dimensão “popular” não é o nosso foco principal, mas, sim, a percepção ou a autopercepção (e os reflexos e as consequências disto) não apenas em seu nível institucional, mas agora questionando os próprios sociólogos: a final de contas, a Sociologia é ou não é uma ciência? Como os seus cientistas/pesquisadores/trabalhadores do conhecimento se reconhecem? O Estado recorre à Sociologia quando necessita de conhecimento técnico-científico nessa área, reconhecendo assim o seu *status* de ciência? Esses questionamentos interferem diretamente no nosso objeto de estudo; como a Sociologia pode, ou não, interagir com a Administração Pública.

Jeffrey Alexander (1999), ao debater a especificidade das ciências sociais, em comparação com a ciência natural, enfatiza a improbabilidade de um consenso de natureza exata nas ciências humanas. Para Alexander, há uma persistente discordância dos postulados básicos da ciência social, tornando improvável o consenso, visto que a ciência social engloba não só o empírico, mas também atravessa “o leque de empreendimentos não empíricos que amparam pontos de vistas concorrentes” (ALEXANDER, 1999, p. 36). Alexander (1999, p. 31–32) elenca as principais razões, cognitivas e valorativas, que geram óbice de consenso nas ciências sociais: 1) Enquanto nas ciências “puramente empíricas” há uma fácil tradução dos objetos pesquisado, devido seu caráter frequentemente “matematizado”, na ciência social o observador e o observado estão

sob influência dos estados mentais de ambos, em que não consegue se estabelecer um limite entre eles, mas sim percebê-los como uma relação de simbiose; 2) a resistência ao consenso é devido às implicações dos achados científicos na mudança das estruturas sociais. A ideologia altera a descrição do objeto de pesquisa nas ciências sociais. As divergências sobre termos como “capitalismo”, “socialismo”, “proletarização”, “conservadorismo”, “liberalismo”, etc. levam consigo perspectivas ideológicas inatas, fato este que favorece o dissenso; 3) baixo nível de quantificação dos dados, advindos dos objetos científicos da disciplina (não matematizável, na perspectiva do autor). O autor ainda alega que um suposto esforço para matematizar a ciência social só conseguiria disfarçar pontos de vista particulares; 4) por fim, o autor fundamenta que as diferentes tradições e escolas de pensamentos que coexistem dentro das ciências sociais impossibilitam o consenso. Esse dissenso dentro da Sociologia gera visões e posturas técnico-científicas. Essa diferença faz com que até mesmo a aproximação de outras áreas do conhecimento, como a Administração Pública com os conceitos mencionados, seja questionada.

Como demonstrado, a Sociologia é uma ciência dividida. Para uns, isso a torna rica, para outros, ela é vista como uma disciplina propositalmente “quebrada”, em que houve um empenho para que seus elos fossem descartados. Entretanto, deixo claro que para mim uma ciência só tem legitimidade quando delimita sua função social (de forma clara), tornando-se socialmente relevante para o meio em que está inserida, gerando contribuições empírico-teóricas sendo a Administração Pública, aqui vista como um elo direto com a governança do Estado, uma área fundamental para essa efetivação sociológica.

Considerações Finais

Há limites na atuação técnico-científica da Sociologia. Ela, em si, não consegue garantir a eficácia de uma medida sanitária por meio de artigos científicos. Entretanto, é a partir de suas pesquisas científicas, “materializadas” em

artigos, que é possível conhecer profundamente os problemas sociais. Logo, a Sociologia tem o potencial de demonstrar os caminhos para a resolução dos problemas sociais. Esses direcionamentos podem se tornar objetivos de políticas e programas públicos. Essa “nova” ação técnico-científica sociológica auxiliaria na garantia da eficácia dos programas sociais. Sabemos que esse fenômeno, de certa forma, já ocorre. Todavia, há ainda um *gap* que é de responsabilidade da Sociologia e precisa ser preenchido.

Creio que o papel sociológico da ação empírica, do auxílio teórico para a execução de políticas, é extremamente necessário. A Sociologia tem potencial — por vezes pouco explorado — de demonstrar diversos caminhos para a transformação social. A distância entre o ato de estudar os problemas sociais, feita pela Sociologia, do meio que garante que esse problema seja resolvido, executado pela Administração Pública, é injustificável. Não estamos aqui defendendo uma Sociologia “da” crise ou a já debatida “crise sociológica epistemológica”, mas de uma Sociologia necessária, em que os debates morais antagonistas diminuem para a tentativa de superação de um determinado problema. É isso que gera legitimidade para uma ciência. Todavia, a Sociologia, comumente, deixa as possíveis proposições de forma *transversal* em seus escritos, sem se preocupar em desenvolver alguns parágrafos para realizar proposições em seus escritos. Essa característica dificulta a elaboração de possíveis políticas públicas, pertinentes para a superação dos problemas por ela analisados. Logo, os possíveis “remédios” não são elaborados e, posteriormente, debatidos e desenvolvidos. A Sociologia prefere “codificar” sua produção em vez de traduzi-la. Em outras palavras, para a elaboração de possíveis proposições, quem busca a Ciência do Social precisa: ler, interpretar e quase que deduzir possíveis soluções para os problemas apresentados.

A Sociologia tem um potencial, pouco explorado, de demonstrar diversos caminhos para a transformação social. A distância entre o ato de pesquisar os problemas sociais das medidas que podem garantir que esse problema

seja resolvido é injustificável. A Sociologia, uma área do conhecimento teórico-científico, que possui grande *know-how* histórico em debater crises que envolvam o social, e é uma das disciplinas com maior potencial de contribuir com a Administração Pública para o enfrentamento de crises e problemas oriundos da sociedade.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, L. C. **Uberização: uma era do trabalhador na hora certa?** *Estud. av.*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>, 2020. Acesso em: 08 abr. 2024.

ALEXANDER, J. C. **A Importância dos Clássicos**. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, p. 23-81. 1999.

BOUDON, R. **A Sociologia como Ciência**. Tradução de Francisco de Morás. Petrópolis, RJ: Vozes. 2016.

CASTRO, R. B. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública**. Salvador: ANPAD. 2006.

GOES, G. S.; MARTINS, F. S.; NASCIMENTO, J. A. S. **Trabalho Remoto no Brasil em 2020 sob a Pandemia do Covid-19: quem, quantos e onde estão?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, n. 52, nota de conjuntura, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210714_nota_trabalho_remoto.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

GOULART, J. A. **Sociologia e Administração Pública no Brasil**. *Revista Do Serviço Público*, v. 1, n. 3, p. 38-41. 1954.

LACERDA, M.; RODRIGUES, L. P.; COSTA, E. G. **Ciência, pandemia e lockdown: o lugar vago da Sociologia**. *Simbiótica*, ed. esp., v. 8, n. 3, out. 2021.

SILVA, L.; BELMONT, Y. **“Na medida do impossível”**: Covid-19 e o cotidiano em uma periferia fluminense. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, p. 501-511, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40558>. Acesso em: 20 maio 2024.

SILVEIRA, Luã Rodrigues. **A sociologia no decorrer da crise: a contribuição técnico-científica da sociologia à eficácia do lockdown durante a pandemia de Covid-19 no Brasil** / Luã Rodrigues Silveira; Léo Peixoto Rodrigues, orientador. — Pelotas, 2023.

GRUPO DE TRABALHO: A SOCIOLOGIA NOS MÉTODOS DISCURSIVOS DA EXTREMA DIREITA: PAUTAS E AGENTES POLÍTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO





PATRIOTAS VERSUS COMUNISTAS: A IDENTIDADE NACIONAL E O NACIONALISMO NO DISCURSO ELEITORAL DE BOLSONARO EM 2022

Ian Botelho Soares¹

Introdução

As eleições de 2022 foram marcadas pela disputa entre dois polos antagônicos: Bolsonaro e os bolsonaristas de um lado, e Lula e os lulistas de outro. Os resultados das eleições, que culminaram com Lula eleito ao posto de Presidente da República com 50,90% dos votos, derrotando Bolsonaro que obteve 49,10% (Folha de São Paulo, 2022) demonstram o quão acirrada foi a disputa e o quão forte foi a polarização nesse pleito eleitoral. Visto ser um tema recente e impactante na política do país, este trabalho tem como objetivo investigar como Jair Bolsonaro utilizou o nacionalismo como uma estratégia de campanha para articular aspectos cruciais de sua retórica política, notadamente a construção de uma identidade nacional e a delimitação de um adversário antagônico. Para isso, foi utilizada a técnica de análise de discurso para analisar o material da campanha eleitoral oficial do ex-presidente. O trabalho teve como base teórica e metodológica a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), que através de conceitos como articulação, hegemonia e antagonismo

¹ Graduando em Ciências Sociais. UFPel. E-mail: ianbotelhosrs@gmail.com

permitiram a compreensão do discurso de Bolsonaro. As discussões utilizaram das contribuições sobre o nacionalismo e o populismo, embasando-se principalmente nos autores Paul Taggart (2000), Stuart Hall (2014) e Benedict Anderson (2008).

Metodologia

Como corpus empírico dessa análise foram utilizados materiais relativos à campanha eleitoral oficial de Jair Bolsonaro, delimitada de agosto a outubro de 2022. A metodologia envolveu a coleta de documentos, que formaram um universo empírico de 806 documentos, sendo eles: o *jingle*, 123 vídeos de comerciais eleitorais (55 do 1º turno e 68 do 2º turno); 26 horários gratuitos de propaganda eleitoral (9 do 1º turno e 17 do 2º turno), coletados através do canal Poder 360 no *YouTube*; também contou-se com postagens de sua conta oficial do Twitter, totalizando 656 tuítes (429 referente ao 1º turno e 227 referentes ao 2º turno), somando o vídeo de lançamento da candidatura, realizado no dia (o único documento fora do período eleitoral). Após a coleta, os materiais em vídeo foram transcritos e os tuítes organizados em uma planilha digital, com as colunas contendo: texto do tuíte; nome da conta, data e hora do tuíte, *link* de imagem ou vídeo, caso houvesse; número de curtidas e *retweets*, além da data e hora em que foi realizada a coleta. Após essa etapa, todos os documentos foram inseridos no *software* de análise qualitativa NVivo, possibilitando a análise e codificação desses materiais no que dentro do programa se chamam ‘Nós’, o que permite agrupar determinados significantes em categorias específicas. Esse trabalho, se tratando de um recorte de um trabalho maior desenvolvido no grupo de pesquisa ‘Ideologia e Análise de Discurso’ da UFPel, debruçou-se principalmente nos nós Antagonismo, Povo e Patriotismo/Nacionalismo.

A Comunidade Imaginada

Essa seção apresentará as contribuições de Benedict Anderson e de Stuart Hall sobre o nacionalismo e o patriotismo, sentidos fortemente usados por Bolsonaro para formar sua identidade política. O livro “Comunidades Imaginadas” de Anderson (2008), revela que o termo se refere a uma estratégia de assegurar a unidade de um povo por meio de construções culturais. A comunidade que habita um Estado-nação, embora limitada geograficamente, é soberana e imaginada, pois seus membros não se conhecem pessoalmente, mas compartilham um sentimento mútuo de camaradagem. Esse vínculo é fortalecido por meio de símbolos e rituais, como hinos e bandeiras nacionais, que promovem um senso de pertencimento (ANDERSON, 2008). Ao analisar as raízes culturais do nacionalismo, percebe-se uma forte influência religiosa em sua gênese. A concepção não linear do tempo contribui para a ideia de que a nação é algo fixo e eterno, ancorado no espaço-tempo por Deus. Essa construção cria uma imagem sólida de uma comunidade imaginada, formada por indivíduos compartilhando o mesmo espaço físico, embora permaneçam anônimos uns aos outros. O esquecimento desempenha um papel crucial, pois a crença na comunidade exige o esquecimento do passado anterior à sua fundação, tornando-a mais real (ANDERSON, 2008). Ainda de acordo com Anderson, a possibilidade de imaginar uma nação surgiu com o declínio de três concepções culturais antigas: a supremacia de uma língua escrita na busca pela verdade ontológica, a organização da sociedade em torno de um monarca governando por uma ordem cosmológica, e a fusão de cosmologia e história justificando tragédias diárias. Na Europa Ocidental e em todo o mundo, as mudanças científicas, transformações econômicas e avanços na comunicação romperam a ligação entre história e cosmologia, levando à busca por novas formas de unir o povo, os poderes e o tempo, resultando no surgimento das nações. A língua desempenha um papel crucial nesse processo, atuando quase como propriedade privada da nação, delinean-

do suas fronteiras e promovendo a unidade entre aqueles que compartilham a mesma língua, juntamente com outras características culturais, assim formando comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008).

Segundo Hall (2014), as narrativas das culturas nacionais são elaboradas por meio de distintas estratégias discursivas, como a cultura popular, a mídia, a história e as literaturas nacionais. Estas desempenham um papel crucial ao cultivar o senso de continuidade e pertencimento à nação, conectando as vidas cotidianas a um destino nacional que transcende as existências e persiste para além da mortalidade. Além disso, destaca-se a ênfase em ressaltar a natureza originária e tradicional da nação, conferindo-lhe uma sensação de atemporalidade e continuidade na história das culturas nacionais. Outra estratégia abordada por Hall (2014) é a “invenção da tradição”, referindo-se a processos e rituais simbólicos que conferem um caráter ancestral a essas tradições, mesmo que sejam relativamente recentes. Hall (2014) também enfatiza a importância dos mitos fundadores, os quais buscam estabelecer origens históricas para a nação e seu povo, cujas raízes se perdem no tempo “real”, remetendo a um período mítico. Além disso, Hall (2014, citado por Brennan, 1990) demonstra que a concepção de nação, além de abranger as configurações contemporâneas dos Estados-nação, remonta a um conceito mais ancestral, denominado “natio”. Esse conceito refere-se à vinculação de um sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade, local ou domicílio. O autor ainda argumenta que essas novas identidades nacionais exemplificam precisamente a concórdia desses atributos nacionais, operando em conjunto para forjar tanto uma identificação cultural dos indivíduos com a pátria, que desempenha o papel de abrigo, quanto para gerar identificação e pertencimento político à instituição que é o Estado-nação.

Com o que foi exposto até então, fica claro a maneira como a nação forma e organiza as pessoas que habitam determinado território através de aspectos simbólicos, formando identidades culturais. O próximo passo é refletir sobre

como Jair Bolsonaro, em seu discurso eleitoral de 2022, pega para si diversos elementos que formam a identidade brasileira, articulando elementos nacionalistas com valores religiosos e militares, assim constituindo a identidade bolsonarista a partir da apreensão da identidade nacional.

A Heartland e o Antagonismo

Com a análise do discurso, foi possível apreender que Bolsonaro usa de articulações nacionalistas, como símbolos nacionais e sentimentos patrióticos, além de outros elementos discursivos, como a religião e a exaltação das Forças Armadas, para formar a sua identidade política e a de seu eleitorado. Indo além, ele indica que seus eleitores são os reais brasileiros, pois são dotados de valores caros a ele: esses cidadãos fazem parte da família tradicional, são honestos, verdadeiros, trabalhadores e praticantes da fé cristã. Ao formar a identidade de seu povo como brasileiros de fato, o discurso bolsonarista exclui uma certa parte da população: os “esquerdistas” e os políticos do PT. Para Bolsonaro, as pessoas que estão do lado oposto de seu espectro político foram dobradas pela ideologia do comunismo, o qual representa uma ameaça à soberania nacional, e que apesar de fazer parte de países como China, Venezuela e Cuba, agora está presente em um contexto imediato, contexto este de disputa, no qual Bolsonaro precisa vencer a competição pelo bem maior da nação e pela liberdade de seu povo, como podemos ver no seguinte trecho:

Diferenças sempre existirão, mas o que está em jogo neste momento é algo muito maior: o futuro do nosso Brasil. É hora de unirmos forças para proteger a liberdade e a dignidade do povo brasileiro e evitar que a quadrilha que assaltou e quase destruiu o país volte ao poder (Jair Bolsonaro, lançamento de candidatura, 24/07/2022).

Observando o antagonismo no discurso bolsonarista, percebemos como este precisa recusar e desmoralizar a identidade de seus opositores, para assim formar sua própria identidade. De acordo com Mendonça (2009), o antagonismo denota os tipos de relações que ocorrem no campo discursivo, já que na

disputa pelo domínio deste, as identidades em confronto precisam negar-se, uma precisa prevalecer sobre a outra, para, assim, constituir a si mesma de maneira plena. O discurso de Bolsonaro busca pela hegemonia, que diz respeito a um discurso aglutinador, uma identidade, que busca formar relações de ordem em um determinado contexto histórico-discursivo, representando diversos elementos em uma relação de equivalências. Essa hegemonia se forma através de práticas discursivas, pontos nodais e significantes vazios, o que permite o agrupamento de novas identidades através de categorias já conhecidas, as quais são esvaziadas ao longo do tempo pela constante atribuição de significados (Mendonça, 2009).

O autor Paul Taggart (2000) revela como o populismo utiliza a construção de um povo para formular seu discurso. Ao criar essa identidade coletiva, líderes populistas se beneficiam da maleabilidade e do grande número de pessoas envolvidas. Para articular essa parcela da população, que tende a dar pouca importância para questões políticas, é necessário instigar um sentimento de necessidade da política, fazendo uso de um senso de colapso ou crise. A partir desse ponto, a sensação de colapso é utilizada para excluir e demonizar certos grupos sociais presentes na nação, além de estabelecer um antagonismo com as elites corruptas que se pretende combater (Taggart, 2000). A seguir, podemos ver na prática alguns indicativos das articulações que Bolsonaro faz e do senso de urgência e necessidade da política que ele cria em seu eleitorado:

Diante de tantas mentiras, ataques e desumanização, essa alegria e esse carinho seguem sendo, depois de Deus, o meu maior combustível para me manter de pé e seguir lutando para libertar o nosso povo das garras da injustiça, do abandono, da demagogia e da escravidão política. (@jairbolsonaro, 05/10/2022)

Todos são livres para escolher por qual destes caminhos o país percorrerá, consciente de que as consequências de cada um já estão claras. Dito isso, tenho certeza de que o crime não voltará a controlar o nosso Brasil, porque temos o Brasil acima de tudo e DEUS ACIMA DE TODOS! (Jair Bolsonaro, lançamento de candidatura, 24/07/2022, destaque nosso)

A conversa mole agrada, mas é a coragem e a firmeza que garantem a segurança e o futuro de um povo e de uma nação nos momentos decisivos. São essas virtudes que nos protegem dos ataques à nossa soberania, das chantagens dos poderosos e dos conchavos que massacram o nosso povo. (@jairbolsonaro, 06/10/2022)

Como nós, muitos querem um futuro verde e amarelo, que não representa esse ou aquele candidato, mas a nossa identidade como BRASILEIROS acima de quaisquer diferenças e a liberdade de nossa nação. Outros desejam o vermelho, com divisão, violência, corrupção e autoritarismo (Jair Bolsonaro, lançamento de candidatura, 24/07/2022, destaque nosso).

Percebe-se, como o discurso populista de Bolsonaro formula sua identidade, seu inimigo e seu povo, principalmente estabelecendo essa relação de antagonismo, colocando os seus como legítimos brasileiros, possuidores de valores familiares, cristãos e patrióticos, enquanto seus opositores como far-santes, corruptos e potencialmente perigosos. Além disso, ao criar um senso de crise e de ameaça à nação brasileira e a sua soberania, Bolsonaro coloca a si próprio como o político certo para enfrentar esse inimigo. Segundo Taggart (2000) o populismo se identifica com o nacionalismo quando esse expressa os valores da *heartland*, mas o que é *heartland*? Para Taggart (2000) o conceito de *heartland*, mostra a tendência dos líderes populistas em apropriar-se do nacionalismo. Nesse contexto, eles utilizam o nacionalismo como meio de expressar uma visão idealizada da nação, buscando restaurar uma ordem percebida como perdida sob os governos atuais. Essa estratégia envolve a construção da identidade populista, estabelecendo tanto inimigos internos quanto externos à nação. O processo de articular um povo ocorre por meio do sentimentalismo, exaltação de um passado glorioso, da demonização de grupos específicos e o fomento de um sentimento de comunhão entre os seus seguidores. A demonização de grupos sociais e a hostilidade em relação às elites corruptas que esse discurso articula, além de contribuírem para a criação de um inimigo, desempenham um papel fundamental na formação da identidade populista. A *heartland*, concebida como uma população imaginada, virtuosa e unificada, reside no imaginário do populismo, incorporando os aspectos positivos da vida cotidiana. Taggart

(2000) ressalta que as ideologias têm suas sociedades ideais, mas a *heartland* se distingue por ser o lugar onde os populistas buscam reconstruir o que consideram perdido no presente, recorrendo mais ao sentimentalismo do que à razão, uma distinção fundamental em relação a uma sociedade ideológica. Portanto, a *heartland* é construída por meio da evocação de sentimentos que nem sempre são racionais, além de serem moldadas pelas memórias do passado e pela justificação da exclusão do grupo demonizado. Taggart (2000) destaca que o populismo exclui não apenas aqueles que estão fora da nação, mas também não inclui todos aqueles que estão dentro dela. A *heartland* fundamenta-se na ideia de uma comunidade orgânica que possui uma solidariedade natural, sendo mais circunscrita do que as fronteiras nacionais, assim excluindo determinados grupos sociais da condição de pertencimento à uma nação.

Considerações Finais

A partir da análise do discurso e do debate teórico pudemos notar como Bolsonaro formula sua identidade política e a de seu eleitorado a partir da apropriação e idealização da identidade nacional. Essa apreensão da identidade brasileira acaba, em contraponto, excluindo seus adversários políticos da condição de brasileiros. Com o que foi exposto ao longo do trabalho, é possível notar uma satisfatória capacidade analítica da Teoria do Discurso e também a importância das teorias do nacionalismo e do populismo para compreender o fenômeno político de Bolsonaro e seus seguidores, os bolsonaristas.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**: Towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.

MENDONÇA, D. Como olhar “o político” através da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.

FOLHA DE S.PAULO. Brasil tem segundo turno acirrado entre candidatos à presidência. São Paulo, 29 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/apuracao/2turno/brasil/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

TAGGART, P. **Populism**. Buckingham & Philadelphia: Open University Press, 2000.



EXTREMISMOS E IRREALIDADES EM TORNO DE “1984” DE GEORGE ORWELL: UM ESTUDO SOCIOLÓGICO A PARTIR DO YOUTUBE COMO VETOR LITERÁRIO

Julio Marinho Ferreira¹

Introdução

Entender o impacto de uma obra literária escrita há mais de setenta anos mas com um profundo elemento ideológico e uma presença em uma sociedade, como a atual, requer uma mirada sociológica e focada no fazer literário do autor e de sua vida enquanto sujeito militante. Nesse sentido, este ensaio visa uma discussão sociológica, extrato de uma tese, a partir da obra “1984” do escritor, jornalista e ensaísta inglês George Orwell (1903-1950) que em sua curta carreira procurou trazer um olhar ao que vinha acontecendo ao seu redor: principalmente produzir materiais escritos que criticassem, de alguma forma, os totalitarismos da primeira metade do século XX. Orwell que em mais de anos de carreira tanto de jornalista quanto de ensaísta e autor ficcional, em obras como “Dias na Birmânia” de 1938, “A revolução dos bichos” de 1945 às quais se notam elementos contestatórios e satíricos que acabaram culminando em sua mais famosa construção literária, a distopia “1984” lançada em 1949.

¹ Doutor em Sociologia pela UFPel, doutorando em Letras pela UFPel.
Email: juliomarferre@hotmail.com

Ao percebermos a relevância social e também histórica das obras de Orwell - múltiplas e de variados períodos (1930 a 1950) podemos notar um retrato fiel daqueles momentos conturbados (guerras, revoluções, colonialismo etc.). Já atualmente ao me deparar com certos/as produtores/as de conteúdo digital sobre livros na plataforma YouTube (entre 2019 e 2023) me vi frente a um problema relacionado, em alguns casos, com a veiculação de informação errada ou distorcida sobre a obra “1984”: um deslocamento espaço-temporal da obra, ou seja, tirando-a de seu contexto original. Com isso, os chamados “fatos alternativos”, aspectos problemáticos que a obra explora de uma forma ficcional acabam sendo representados como fontes de informação verdadeira: *por exemplo ao citar “1984” como um manifesto “anti-esquerda”² a sua venda poderia ser melhor direcionada a um tipo de público que teria repúdio à referida corrente política/ideológica.*

A metodologia empregada neste ensaio acaba disposta através da breve exposição de materiais e entrevistas que colhi no processo de feitura de minha tese em Sociologia (concluída em 2023), assim, procuro teorizar sobre a relevância do entendimento do que foi escrito, ou proposto em forma de distopia, por Orwell em “1984” contrabalanceando sua vida e obra com a inserção, ou acepção, no atual no contexto literário brasileiro: onde o mercado digital de compra e venda de livros, a disposição de conteúdos digitais em plataformas como YouTube com comentadores/as amadores/as poderiam influenciar, enriquecer ou distorcer o legado do escritor britânico.

Um Pouco de “1984” frente à Vida de Orwell, de suas Ideologias e de seus Entendimentos Conflituosos

George Orwell em seus escritos e vivências sempre se mostrou uma figura combativa e também polêmica em uma variada gama de possibilida-

2 Um pouco desse erro se deve a própria relação de Orwell com os movimentos políticos de esquerda de sua época, sua inclusão em muitos deles, suas experiências enquanto combatente na Guerra Civil Espanhola (1936-39) e sua eventual ruptura com os movimentos de esquerda totalitárias, no caso o *stalinismo*.

des, seja escrita ou prática: já que fez parte de núcleos políticos e armados em prol da liberdade e da democracia na primeira metade do século XX. Desse modo, muito dessas experiências acabam sentidas em seus escritos jornalísticos, ensaios e em sua literatura ficcional (para o autor política e literatura deveriam andar de braços dados como forma de mudar a sociedade)³.

Por exemplo, ao escrever a sua mais lembrada obra, no caso “1984” no final da década de 1940, Orwell tinha outro título em mente, no caso “*O último homem na Europa*”, contudo, resolveu mudar para a futurista data para poder dar “um ar mais especulativo” ao escrito. Nisso, uma proposta de romance acabou se tornando a mais emblemática distopia sobre o totalitarismo no século XX por trazer elementos como controle e vigilância de um Estado e de sua figura central (o *big brother*), que empregadas ao indivíduo comum apontavam ao futuro um problema que Orwell parecia sentir em seu meio social, como notado por Byung-Chul Han (2018, p. 55): “O romance de Orwell é dominado pelo espírito da Guerra Fria e pela hostilidade. O país em questão encontra-se em guerra permanente”.

Outro elemento presente em sua literatura (além de sua preocupação com a sociedade democrática e com a liberdade dos cidadãos) era a sua precária saúde, ainda no final da década de 1940, Orwell enfrentava a tuberculose em um estado avançado, o que comprometia a sua escrita e os seus prazos editoriais, fator que acabou dando um tom mais pessimista ao personagem principal de “1984”, o angustiado Winston.

Nesse sentido, para o teórico cultural e biógrafo de “1984” Dorian Lynskey:

Quando 1984, de George Orwell, foi publicado no Reino Unido, em 8 de junho de 1949, no coração do século XX, um crítico perguntou se um livro tão oportuno naquele momento teria a possibilidade de exercer bastante influência nas gerações seguintes (LYNSKEY, 2021, p. 11-12).

3 Ver: ORWELL, George. Dentro da baleia e outros ensaios. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

Nos primeiros anos da década de 1940 no Reino Unido, onde Orwell vivia, a guerra era um medo diário das pessoas em grandes cidades, devido aos constantes ataques aéreos nazistas que despejavam toneladas de bombas e tiravam, diariamente, a vida de centenas de pessoas (nas ruas e casas). Essa questão, então, acabou constantemente fazendo parte dos escritos jornalísticos de Orwell, e principalmente de suas obras ficcionais, já que muitos dos conceitos trabalhados em “1984” estão vinculados com a destruição do indivíduo pelo poder totalitário e seu controle quase ilimitado.

Por esse motivo:

1984 não só vendeu dezenas de milhões de exemplares, mas se infiltrou na consciência de incontáveis pessoas que nunca o leram. As frases e os conceitos cunhados por Orwell se tornaram elementos essenciais do discurso político, ainda potentes após décadas de uso e equívocos: Novafala, Grande Irmão, Polícia das Ideias, Quarto 101, Dois Minutos de Ódio, duplipensamento, despessoa, buraco da memória, teletela, $2 + 2 = 5$, e o Ministério da Verdade (LYNSKEY, 2021, p. 12).

Desse modo ser um bestseller décadas após um dos conflitos mais mortais da história humana (Segunda Guerra Mundial)⁴ é algo que “1984” conseguiu, se provando uma obra pungente para uma análise social que vai além de uma teoria literária. Contudo, seu entendimento também parece ter sido alterado atualmente, um dos fatores mais relevantes nesse sentido foram as contextualizações políticas de cada tempo que mudam e se reconfiguram.

Sabe-se que a orientação política de Orwell era uma esquerda com um tom mais liberal, algo que mostrava, em certa medida, seu descontentamento com o movimento esquerdista de seu círculo de pessoas próximas, muitos dessas mesmas pessoas se posicionavam enquanto trotskistas ou stalinistas⁵ (LYNSKEY, 2021), nesse sentido, o autor acaba, constantemente, em atrito com seus amigos e entes próximos. Ainda nesse tópico ideológico, a obra “A

4 Dados aproximados contabilizaram mais de 85 milhões de mortos, sejam pelos combates, extermínios em massa, fome e doenças.

5 O atrito entre essas duas “correntes” era algo comum entre os intelectuais daquela época, vide a relação entre Camus e Sartre e outros.

Revolução do Bichos” (*Animal Farm*) contribui, e muito, para mais atritos e rompimentos partidários por ficcionar figuras políticas da época como animais de uma fazenda: porcos, cavalos, galinhas etc.

À parte de suas polêmicas pessoais e mirando a trajetória jornalística e literária de Orwell, seus empregos e suas relações íntimas com esposas e amigos além de suas visões de mundo que em “1984” fundem tons distópicos e especulativos à críticas pungentes da realidade e enriquecem a fortuna crítica de sua obra. Fortuna, essa, que parece ter perdido sentido ao “1984” ser colocada em evidência hoje em dia como uma obra anti-esquerda (uma noção errônea que precisa ser entendida).

Todavia, uma obra como “1984” com todo o seu teor distópico não é uma novidade em termos literários, haveria uma infinidade de outros exemplos que contribuíram e muito para um debate de como a literatura pode ser colocada como uma forma de engajamento político. Nesse sentido cumpre uma menção para certas utopias e distopias que influenciaram o material base de “1984”, dentre as quais: “Nós” de Evgeni Zamiátin de 1924, “Kalocaína” de Karin Boye de 1940 e “Escuridão ao meio-dia” de Arthur Koestler também de 1940⁶.

Com base nessa breve apresentação dos elementos reais e especulativos de “1984” somados às vivências, referências literárias e por último, em suas experiências ao nos atentarmos a Orwell, tanto como jornalista quanto ficcionista, a próxima sessão discorre sobre alguns materiais empíricos e teóricos que obtive em minha tese sociológica sobre o universo digital relacionado a produção de conteúdo sobre livros em plataformas (YouTube) e em suas figuras criadores/as de comentários, resenhas e análises ao longo dos últimos cinco anos.

⁶ Também conhecido como “O zero e o infinito” dependendo da edição brasileira.

“1984” no Contexto do Consumo, de Resenhas e de Comentários Amadores no Universo Digital do Youtube:

A produção de uma sociologia que encontre desafoço nas formas interativas de uma sociedade informacional como atualmente notamos nas telas das interfaces digitais pode envolver uma multiplicidade de objetos e de relações entre os mesmos, e no caso deste estudo, o foco é nos livros e na produção de uma imagética em torno de um emblemático autor (George Orwell) por seu conteúdo político latente. Já que muito do que o referido autor escreveu acabou por ser distorcido ou reinterpretado, atualmente, por certos agentes encontrando alguma vazão nos ambientes digitais das plataformas, mídias, redes sociais e aplicativos (FERREIRA, 2022; 2023).

Nesse sentido, a relação que buscamos até aqui, ou seja, apresentar “1984” a partir do seu real impacto temporal e sua relação com uma prática vinculado ao consumo de livros a partir de dispositivos digitais e plataformas envolveu uma percepção sociológica, e multidisciplinar em alguns momentos, que visaram uma cadeia de sentidos. Com isso surgem agentes personificados nos ambientes digitais de certas plataformas como YouTube⁷, mas não apenas.

O mercado brasileiro de venda de livros, nos últimos anos, acabou determinado pela forma pela qual o brasileiro interage e se interessa por literatura, no caso, o universo digital com suas possibilidades de e-commerce e de Big Tech como Amazon⁸. Dentro dessa relação de compra e de interesse presente nos atos de visualizar conteúdos sobre livros ou pessoas que falam ou indicam livros é algo tornado comum em mídias sociais digitais e plataformas como YouTube através dos/as criadores/as de conteúdos.

⁷ Plataforma digital criada em 2005 nos Estados Unidos. Atualmente conta com mais de bilhões de acessos globais, sendo uma forma interativa muito utilizada no Brasil atual. Fonte: <http://web.tecnico.ulisboa.pt/~ist178552/wordpress/estatisticas/> Acesso em maio de 2024.

⁸ Empresa multinacional norte-americana criada em 1994, sendo que nos últimos anos se tornou líder global no segmento de varejo digital (*e-commerce*) por sua forma de conquistar mercados vendendo uma infinidade de produtos, por exemplo, livros, muitas vezes com preços muito abaixo de seus concorrentes.

Desses indivíduos que criam conteúdos de destaque o/a *booktuber*, ou seja, uma pessoa que cria conteúdos sobre livros como resenhas, comentários, indicações e análises críticas ou amadoras na plataforma digital YouTube, ou seja, o termo é a fusão das palavras inglesas *book* (livro) e *tuber* (pessoas que mantêm e veiculam vídeos no YouTube). Desse modo, seus conteúdos são direcionados aos livros, às editoras e ao público leitor (podendo ser de uma ampla faixa etária).

E dessa particularidade, surgem inúmeras pessoas interessadas em criar essa forma de conteúdo midiático, seja amador ou não, sobre obras literárias, encontrando como meio de expressão uma mídia social digital – como o YouTube, entre tantas outras. Já que o digital, é proposto como o território de livre fluxo de (para) imaginários e indivíduos, onde formas deslocadas da realidade podem circular livremente, de uma forma positiva ou negativamente: exemplos desses dois aspectos abundam nestes espaços.

A prática do comentário amador digital, pode-se notar, é um fenômeno recente, que pode ser uma forma de aproximar um tipo de público para uma ampla gama de obras e autores. Desse modo o emblemático “1984” de Orwell é uma das obras recordistas de resenhas e comentários de *booktubers* nos últimos anos, em meus acompanhamentos on-line pude elencar mais de 100 resenhas e que são constantemente renovadas devido às recorrentes reedições. E nas feiras literárias nas quais fiz observações contei mais de 15 edições da mesma obra, sejam em formatos populares (preços entre 10/20 reais), até edições de luxo, com capa dura e acabamento especial (com valores na casa dos 100/120 reais)⁹.

Levando em conta o interesse do público e suas possibilidades de interesse pela obra em si, não podemos nos esquecer que em “1984” tem-se uma crítica ao papel do mandatário e revolucionário comunista Josef Stalin (1878-1953) entre outros líderes, e ao autoritarismo da primeira metade do século

⁹ Durante os anos de 2019 e 2022 (o hiato de dois se deveu a pandemia global de Covid-19 que impossibilitou a ocorrência de eventos públicos) fiz entrevistas e percorri algumas feiras literárias nas cidades gaúchas de Pelotas (onde residia), Santa Maria e Rio Grande em busca de material à minha tese sociológica (concluída em 2023).

XX que abarcam, além da burocracia e a vigilância soviética, o fascismo e o nazismo. Nesse sentido, temos, entre outros pontos de vista, o do psicanalista e sociólogo alemão Erich Fromm, que escreveu sobre os impactos dessa obra pelos idos de 1961:

1984, de George Orwell, é a expressão de um sentimento, e é uma advertência. O sentimento que expressa é de quase desespero acerca do futuro do homem, e a advertência é que, a menos que o curso da história se altere, os homens do mundo inteiro perderão suas qualidades mais humanas, tornar-se-ão autômatos sem alma, e nem sequer terão consciência disso¹⁰.

E muitas das resenhas no YouTube sobre “1984” apresentam uma ambivalência acerca do teor crítico proposto no modelo distópico criado por Orwell, ou seja, uma crítica voltada ao modelo stalinista de socialismo (não ao socialismo em si), que para uma corrente forte de intelectuais e militantes de esquerda da primeira metade do século XX era violenta, repressiva e ditatorial – mas para outros tantos não. Todavia, há também uma outra corrente que enxerga “1984” como uma crítica a todas as esquerdas, ou aos movimentos militantes. O que acaba sendo levado para um entendimento de “1984” como uma obra muito lida e consumida por ideólogos de extrema-direita – vide o caso brasileiro atual e as dezenas de edições desse tão importante manifesto literário.

Ademais, em minha tese teci conhecimento, fiz acompanhamentos e entrevistas com alguns criadores de conteúdo digital sobre livros no YouTube, que, entre tantas obras, resenharam “1984”. Desse modo, faço uma breve referência ao canal “Sujeito Literário” um meio digital recente para a promoção de livros e resenhas que versam com a dimensão crítica e o entendimento social que obras deveriam ter, buscando apresentar e discutir fatos sobre os autores e seus livros, e não a criação de conteúdos distorcidos (fato que ocorreu e ocorre com “1984” desde então).

Eduardo, o proprietário do canal supracitado é um homem na faixa do 30-40 anos de idade, residente em Pelotas/RS com formação jornalística e lin-

10 Posfácio à edição brasileira de: ORWELL, George. “1984”. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

guística, em nossas conversas ele se descreveu mais como um jornalista literário (por se sentir mais confortável) do que um *booktuber* propriamente dito, elemento que, segundo ele, auxilia suas resenhas, comentários e críticas.

Tendo um canal que foi criado e cresceu durante a pandemia global de Covid-19 visando a criação de um “sujeito literário” e também crítico, por isso o nome do canal no YouTube. Eduardo publica em média um vídeo por semana, e esse ponto que envolve a veiculação de material imagética na plataforma é um fator determinante para o engajamento e atração de pessoas para assistir, comentar e compartilhar os conteúdos criados pelos/as *booktubers*.

Ainda sobre Eduardo, e seu canal Sujeito Literário, se tratando do cumprimento dessas metas de engajamento, para ele, muitas vezes separar um livro para ler e resenhar envolve muito do seu tempo devido ao fato dele trabalhar e depois ter um outro trabalho em casa, que é a edição dos conteúdos para o YouTube. Em meus acompanhamentos de outros canais percebi que essa tarefa de edição se torna cansativa para muitos/as *booktubers* que se encontram na seara da produção de resenhas, mas não apenas, já que há uma infinidade de formas e objetivos para a criação de vídeos na plataforma norte-americana. Para Eduardo, há uma necessidade de apresentar um vídeo com uma qualidade boa, elemento que ele consegue conciliar com sua carreira e experiência de jornalista formado e os materiais que possui, como câmeras, lentes e microfones¹¹.

Deixando de lado o supracitado interlocutor e voltando aos elementos críticos que guiam o entendimento social do “*tour de force*” proposto por Orwell ao apresentar nesse clássico moderno, denúncias quanto a um regime repressivo que empregava vigilância extrema, prisões e mortes aos seus habitantes e dissidentes, a sua crítica ao stalinismo repousaria nesses pontos. Nas palavras do importante escritor norte-americano Thomas Pynchon:

¹¹ Algo que não é possível à maioria dos/as *booktubers* que muitas vezes produzem seus conteúdos a partir de seus aparelhos smartphones, o que poderia comprometer a qualidade da imagem e consequentemente afastar visualizações.

Desde o minuto em que o bigode do Grande Irmão surge no segundo parágrafo de 1984, muito leitores, lembrando imediatamente de Stalin, mantiveram o hábito de tecer analogias ponto a ponto (...). Embora o rosto do Grande Irmão certamente seja o de Stalin, do mesmo modo que o rosto de Emmanuel Goldstein, o desprezado herege do Partido, é o de Trotski (...).

E outro ponto que precisa ser lembrado acerca do período no qual o livro foi escrito e depois com sua publicação nos EUA nos anos seguintes a 1949, ou seja, a Guerra Fria e a polarização EUA x União Soviética:

O romance foi publicado no auge da era McCarthy, quando o “comunismo” era oficialmente condenado como uma ameaça mundial monolítica, e não havia motivo até mesmo para distinguir Stalin de Trotski, assim como não haveria motivo para que pastores ensinassem as ovelhas sobre as nuances de reconhecimento de lobos.¹²

Com esses pontos em mente, extraídos dos posfácios escritos por dois intelectuais de tempos diferentes, que pesam a partir de pontos de vistas psicanalíticos e sociológicos acerca do fazer crítico de Orwell, e de sua obra escrita em 1949, parto para o YouTube onde observei os gêneros elencados por Eduardo sobre a referida obra em uma de suas resenhas¹³. Assim, o jornalista literário elenca as diferenças teóricas acerca do socialismo da época e como Orwell diagnostica no stalinismo uma falsificação desse mesmo ideário que o socialismo deveria pregar à sociedade humana.

Atualmente frente a todo tipo de material fraudulento e de uso político que podem ser criados, veiculados e compartilhados através de plataformas digitais de todos os tipos e que acabam respingando em livros e autores (D’ANCONA, 2018), a compreensão da figura do escritor deve ser ponderada para que os leitores saibam o papel da escrita e da realidade social que um autor como Orwell visou em sua mais emblemática obra. Enfim, a questão da verdade e dos elementos alternativos que, certos canais e criadores de conteúdos no YouTube que veiculam a Orwell um tipo de escrita que não condiz com seus trabalhos e trajetórias, elemento que é melhor exposto a seguir.

12 Idem.

13 Sujeito Literário. 1984, de George Orwell (resenha). YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8kp-4IH9Vdk&ab_channel=SujeitoLiter%C3%A1rio Acesso em dezembro de 2022.

Situando alguns Extremismos Políticos que acabam Respaldados pelo “Desconhecimento” e (ou) Distorção de “1984”: Um Breve Estudo de Caso

A polarização vista atualmente em âmbitos reais e digitais (guardadas as devidas proporções) não é algo novo no embate político, social e literário, aspecto que podemos colocar como um fruto da sociedade moderna e em suas formas de entendimento do político para além do sujeito político. Nesse ponto que tange a política para além do político é que podemos situar “1984” e seu consumo como obra ficcional nos dias atuais: além de sua distorção analítica perpetuada por certos atores.

Ainda dentro desse *molde polarizado* (grifo nosso) frente a certos atores, apresento um breve estudo de caso: durante o meu acompanhamento de canais de produtores/as de conteúdo sobre obras literárias que perspassaram mais de cinco anos, envolvendo os anos de 2019 até 2023, tendo como “interlúdio” a pandemia global de Covid-19 e sua eventual crise sanitária que forçou a necessidade de um isolamento social me vi frente a esses elemento distorcidos sobre “1984” que pareciam visar um tipo de engajamento digital e não análises literárias, resenhas e comentários.

Essa questão relativa aos livros, como “1984” mas não apenas, podem ter relação com a guinada extremista da sociedade brasileira nas últimas décadas, muito situada nos ambientes polarizados e dispostos nas mídias, tendo:

Nas possibilidades de ser e agir no ciberespaço, se percebe a afirmação da web enquanto espaço de ação/reação/afirmação de opiniões, de gostos e criação de vínculos através de interação. A noção democrática de diálogo, de conversas informais e de debates sérios, isso dentro dos ambientes virtuais das redes sociais, parecem se amalgamar em um caldo problemático e violento, gerando reações extremadas como a defesa agressiva de opiniões políticas (FERREIRA, 2022, p. 339).

Nesse sentido, ao pesquisar plataformas, mídias, redes sociais digitais e aplicativos durante anos me deparei com as variadas maneiras e jeitos em que

essas ferramentas e plataformas sociativas podem se manifestar no social, por sua aceitação e também por certa imposição. Isso desde a ascensão e o estabelecimento de práticas opinativas como um elo formador de eleitores e consumidores, como no caso brasileiro visto no movimento violento do “bolsonarismo” e suas práticas fundamentalistas de extrema-direita, desse modo, somados à literatura os usos de autores como “propagandistas eleitorais”.

Por fim, pode ser notado nessas tramas digitais muito questionáveis, como no caso atual que fez com que o escritor inglês George Orwell, falecido no final da década de 1940, um conhecido crítico da sociedade capitalista moderna, acabasse se tornado um dos autores mais consumidos por leitores de extremistas de direita e pessoas eleitoras de políticos propagadores de notícias falsas – e a quantidade de canais no YT (na casa de centenas) que respaldam essas mentiras, crendices e desinformações acerca do célebre autor inglês e com seus escritos marcantes¹⁴.

Considerações Finais

Como resultados à presente discussão ensaística, posso relatar que uma forma de “aceitação” direcionada ao modelo de consumo (digitalizado mas não apenas) da distopia orwelliana “1984” acabaram fundidas com a forma interativa disposta no YouTube (comentários amadores) frente a uma sociedade que transformou o neoliberalismo em uma razão de mundo (Dardot e Laval, 2016), aspectos que parecem ressignificar os escritos de Orwell, ou seja, removendo (em certos casos) a sua militância anti-totalitarismo e anti-fascista em prol de entendimentos “mais atuais” que acabam colocando à parte esses direcionamentos do falecido autor inglês.

Além disso, ao tomar uma outra direção, no caso ideológica, ainda envolvendo o entendimento do que se trata “1984”: uma obra que tentou discutir

14 Estadão. “Como a direita se apropriou da obra de George Orwell”. Redação. 24 de janeiro de 2021. Fonte: <https://www.estadao.com.br/alias/como-a-direita-se-apropriou-da-obra-de-george-orwell/>. Acesso em fevereiro de 2023.

os rumos de uma sociedade totalitária, disposta em um futuro imaginado para o ano de 1984. E levando em seu arcabouço os parâmetros sociais das décadas de 1920/40, época de vivência de Orwell em variadas frentes européias, como jornalista e escritor, que presenciou as diversas facetas de regimes totalitaristas, como o fascismo, o nazismo e o comunismo stalinista - que combinados podem ser notados no romance mais famoso de Orwell como um elemento pautado à denúncia de atrocidades e crimes políticos precisa ser entendido em seu contexto para nos guiar ao seu real mote literário.

Referências Bibliográficas

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade. A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news.** Barueri: Faro Editorial, 2018.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, J. M. (2023). **Os booktubers e a venda de livros no Brasil no período de isolamento social: existe relação entre usos da imagem de si nas redes sociais e a formação de um (novo) público leitor?**. Pensata, 11(2). <https://doi.org/10.34024/pensata.2022.v11.12936>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

FERREIRA, Julio M. O ciberpopulismo e o YouTube como palanque eleitoral: a morte da democracia? IN: SILVA, Marly G. MOURA, Edila A. F. PARDINI, Patrick. (orgs.) **Ecopolítica, necropolítica e resistências em tempo de pandemia.** Belém/PA: Ananindeua – Editora Cabana, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Belo Horizonte/Veneza: Editora Âyinê, 2018.

LYNSKEY, Dorian. **O Ministério da Verdade: uma biografia de 1984, o romance de Orwell.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ORWELL, George. **1984.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



MULHERES A FAVOR DO PORTE DE ARMA: DISCURSOS, CONTRADIÇÕES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Luiza Costa Melo¹

Introdução

O debate público acerca da flexibilização do porte de armas de fogo no Brasil ficou mais acalorado a partir das campanhas presidenciais de Jair Messias Bolsonaro. Segundo levantamento realizado pelo Datafolha (Gielow, 2023) acerca de grandes temas divisores no debate público, dentre os ouvidos pela pesquisa, 50% são a favor do direito de possuir uma arma de fogo, enquanto 48% são contrários. Dos eleitores de Bolsonaro, 67% são favoráveis, enquanto 62% dos eleitores de Lula são contrários. Os resultados da pesquisa podem indicar a influência do avanço do discurso da nova direita e do bolsonarismo na agenda armamentista e na opinião pública. Finalmente, há diferenças de gênero: 61% dos homens se mostraram favoráveis ao direito a ter armas, enquanto esse percentual foi de apenas 43% para as mulheres.

No Brasil, vigora o chamado Estatuto do Desarmamento – Lei 10.826 de dezembro de 2003² – que rege o porte de arma no país, com intuito de coibir

1 PPGS-UFF. E-mail: luizam@id.uff.br

2 BRASIL. Lei N° 10.826 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.826.htm. Acesso em: 04 jul 2023.

a utilização de armamentos. A Lei determina que o direito de posse é restrito aos cidadãos que puderem comprovar necessidade dela e diferencia a posse – armamento registrado unicamente para uso residencial ou em local de trabalho – do porte de arma – que possibilita o trânsito armado em outros lugares. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstram que nos 14 anos seguintes à sanção do Estatuto do Desarmamento (2003 a 2017) o índice de mortes por armas de fogo subiu em média 0,85% ao ano, enquanto nos 14 anos anteriores à aplicação da lei, o crescimento era bem maior, de 5,44% (Lima, 2021). Entretanto, nos últimos anos, principalmente a partir do avanço de uma nova direita no espectro político, juntamente ao crescimento da figura de Bolsonaro e sua campanha eleitoral como presidenciável para 2018, houve um crescente questionamento da Lei.

Durante seu mandato, Bolsonaro publicou, ao total, 43 atos normativos a fim de flexibilizar o acesso às armas e munições para os civis, entre decretos e portarias (Brasil de Fato, 2022). Entretanto, vários dos decretos foram parcialmente alterados e a maioria invalidada em decisão unânime do STF em junho de 2023³. Além disso, em julho do mesmo, Lula assinou decreto restringindo o acesso às armas e munições⁴.

Um fenômeno novo, que tem sido associado aos novos avanços da direita, ao *lobby* das armas e ao sentimento público de desesperança na justiça estatal é a adesão feminina à causa da flexibilização do acesso às armas de fogo (Vechi, 2023). Em tempos recentes, mulheres defensoras da flexibilização da posse de armas de fogo conquistaram cadeiras no parlamento brasileiro, a exemplo de Joice Hasselmann, Carla Zambelli e Damares Alves. Elas mobilizaram discursos de autodefesa em casos de violência e representaram o uso da arma como

3 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícia: STF invalida decretos que flexibilizavam compra e uso de armas de fogo. 4 de jul 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=510073&ori=1>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

4 BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Notícia: Decreto sobre o controle de armas é assinado pelo presidente Lula. 21 de jul 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/decreto-sobre-o-controle-de-armas-e-assinado-pelo-presidente-lula>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

forma de empoderamento feminino, trazendo novos elementos para a representação do gênero e da feminilidade. Considerando que “os arranjos de gênero estão sempre mudando, conforme as práticas humanas criam novas situações e as estruturas se desenvolvem tendendo a crises” (Connell e Pearse, 2015., p. 49), o caso das mulheres pró-armas de fogo representa uma oportunidade para reflexão sobre gênero, masculinidade e feminilidade numa perspectiva multidimensional, histórica e política.

Membros da política institucional e uma parcela da população civil defendem o porte de armas de fogo como solução para a problemática da violência, da criminalidade e da insegurança, já que não consideram o Estado como mantenedor eficaz da ordem social e da segurança pública. Segundo Elisa Reis (1998), quanto maior a distância entre os segmentos sociais, mais abstrata se torna a preocupação das classes superiores com as classes inferiores, culminando em associações de violência e insegurança à pobreza e desigualdade. Em contextos de alta desigualdade como o brasileiro, é comum que as elites adotem medidas de proteção privada por julgarem o Estado incapaz de garantir a ordem e a segurança pública. Tais atitudes, por consequência, fazem retrair a arena pública, ampliam ainda mais as distâncias sociais, reforçam as concepções restritas de solidariedade e fortalecem a discriminação baseada em raça e classe.

Esta dinâmica contribui para uma cultura generalizada do medo, levando as pessoas a evitar utilizar o espaço público e interagir socialmente fora de seu círculo íntimo. Entretanto, as iniciativas privadas para compensar a segurança deficiente do Estado acabam por agravar a situação, pois desmoralizam ainda mais a autoridade pública. Para os autodenominados cidadãos de bem, se armar é um ato de autodefesa, liberdade e proteção para a família. Esta dimensão ajuda a compreender a retórica associada à ascensão da nova direita. Isso porque a combinação entre desigualdade e violência aumenta o grau de desconfiança entre pessoas anônimas e de diferentes camadas e círculos sociais, fazendo com que não interajam, desconfiem entre si e, por último, se armam umas contra as outras.

Nesse contexto, os objetivos deste trabalho são identificar e analisar a produção de discursos em favor ao porte de armas no Brasil, em especial os femininos, assim como seus principais argumentos e a forma como interpretam as relações de gênero. É fundamental atentar-se para os movimentos de disseminação da cultura de armas no Brasil, semelhantes àqueles já ocorridos nos Estados Unidos, país onde o discurso da autodefesa em casos de violência contra a mulher tem sido utilizado para atrair o público feminino (Blair e Hyatt, 1995). Segundo dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores (CACs) em 2023 chegou a superar o efetivo de todas as forças policiais brasileiras (Malcher, 2023). Esta nova conjuntura é alarmante principalmente para a população feminina, visto que a arma de fogo é o instrumento mais usado em casos de feminicídio no Brasil⁵. Segundo relatório do Instituto Sou da Paz, em 2020, de cada duas mulheres assassinadas, uma foi morta a tiros. Paradoxalmente, as armas têm sido representadas como ferramentas de empoderamento feminino e equalização de gênero por atores sociais armamentistas. É aí que se encontra o nó da questão.

Métodos e Procedimentos de Pesquisa

A metodologia deste trabalho é predominantemente qualitativa, utilizando alguns dados quantitativos descritivos. A seleção da literatura foi realizada através de levantamento bibliográfico sobre a relação entre mulheres e as armas de fogo nas principais bases de artigos científicos: Scielo, Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e *Web of Science*. Além disso, foram usados dados secundários de matérias jornalísticas acerca das movimentações do *lobby* das armas no Brasil, no que tange à sociedade civil e à política institucional.

⁵ TISCOSKI, Gabriella. Arma de fogo é instrumento mais utilizado em assassinatos de mulheres no Brasil. G1, DF. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/11/17/arma-de-fogo-e-instrumento-mais-utilizado-em-femicidios-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 20 fev. de 2024.

Para fins descritivos, foi utilizada uma base de dados do Exército sobre os clubes de tiro registrados até 2023 no território nacional, disponibilizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Tais dados foram utilizados no intuito de analisar o cenário brasileiro contemporâneo de tiro desportivo quantitativamente e sua distribuição pelo território nacional.

Ademais, como a contemporaneidade é constantemente influenciada pelos meios de comunicação, as mídias visuais desempenham papel significativo na vida social, econômica e política (Loizos, 2008). Assim, foi feita a análise de dados visuais em meios de comunicação (ibid.) de publicações do Instagram do Clube de Tiro Raiz (Dourados, MS) (1.192 postagens), Na Mira Delas (Goioerê, PR) (72 postagens), Solange Lopes (5.167 postagens), Regiane Dota (255 postagens) e Natalia Tamura (17 postagens + “destaques” dos *stories*). O critério de seleção do material foi sobre a presença de imagens de atiradoras, anúncios e fotos de cursos de tiro para mulheres e publicações em geral que remetiam à relação entre mulheres e armas.

As Armas de Fogo e o Público Feminino: Política, Marketing e Empoderamento

Conceitos polissêmicos como direita e esquerda são geralmente compreendidos no campo da teoria política em linha com autores como Norberto Bobbio (1995), segundo quem, resumidamente, a esquerda se baseia na promoção da igualdade entre os homens e da transformação da ordem social, enquanto a direita defende as tradições, a manutenção da ordem social e considera a desigualdade essencial à vida humana. Além disso, a direita possui outras orientações como: individualismo, intolerância à diversidade sexual, étnica e cultural, zelo pela propriedade privada, defesa da segurança nacional e anticomunismo (BOBBIO, 1995). Michael Löwy (2016) se refere ao novo fenômeno presente na Europa e no Brasil como *extrema-direita*, expoente do conservadorismo mais reacionário. Esta é distintivamente caracterizada por sua ideologia

repressiva – a exemplo da “bancada da bala” –, a intolerância contra diversidade sexual e de gênero – agitada pelas igrejas neopentecostais – e o apelo aos militares (Löwy, 2016). Para o autor, este último é o fator mais preocupante, específico ao caso brasileiro, com chamados à intervenção militar e ao saudosismo em relação à ditadura militar.

No intuito de diferenciar o referido fenômeno imerso na grande nebulosa que é o campo político da *direita*, utilizo aqui “nova direita” ou simplesmente direita, no sentido atribuído por Débora Messenberg (2017). Dessa forma, me refiro à direita que se centraliza em torno da regularidade das ideias-força de antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais nos discursos de seus agentes sociais. Ou seja, atores sociais de uma nova direita que vêm surgindo a partir da década de 2010, os quais não participavam de maneira tão notória na arena política e trouxeram à luz o ativismo para a direita. Tais manifestações revelaram um perfil conservador amiadado, expoente de princípios de cunho segregador e autoritário (Messenberg, 2017), sendo o acesso às armas de fogo uma pauta comum.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio, com uma taxa anual de 4,8 feminicídios para 100 mil mulheres⁶. Apesar do caso brasileiro ser um dos mais alarmantes, a problemática da insegurança para as mulheres é um denominador comum na grande maioria dos países. Nos Estados Unidos, este vem sendo o principal motivo para a expansão do marketing do mercado de armas para o público feminino (BLAIR E HYATT, 1995). Tendo início em meados da década de 1980, o marketing promovido pelas figuras e associações pró-armas busca incentivar as mulheres a se armarem para não serem vítimas de ataques violentos. Nesse sentido, na década de 1990, a Associação Nacional de Rifles (NRA) lançou a campanha e programa ainda atuante

6 Nações Unidas. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam redução. Nações Unidas no Brasil. 9 de abril 2016. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/72703-onu-taxa-de-femicidios-no-brasil-%C3%A9-quinta-maior-do-mundo-diretrizes-nacionais-buscam>>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

denominado *Refuse To Be a Victim* (“Recuse-se a ser uma vítima” em tradução livre), reforçando uma noção de que a vitimização de mulheres se deve ao fato de não estarem se protegendo o suficiente.

Nesse contexto, campanhas promovidas pela NRA, assim como revistas, livros, lojas de armamento e clubes de tiro, se utilizam da ideia de empoderamento e de independência do homem, e propõem a necessidade de autoproteção, devido ao medo (Blair e Hyatt, 1995). Assim, a indústria de armas, em expansão para este novo nicho, refez designs de revólveres, propagandas voltadas para mulheres e passou a empregar novos vocabulários como recurso.

Para Jennifer Carlson (2014) a dicotomia estabelecida no debate público estadunidense, em que mulheres deveriam escolher se armar por autodefesa ou não ter autodefesa alguma, não é de grande ajuda. Ambos os lados usam presunções de uma fragilidade essencial feminina e reproduzem privilégios de raça e classe. Isso porque mulheres negras e da classe trabalhadora são as que mais sofrem violência, porém não são enxergadas como “frágeis vítimas” como as mulheres brancas. Nessa ótica, mulheres negras armadas em determinadas situações possivelmente não conseguiriam alegar legítima defesa, por exemplo.

Para Carlson (2014), a alternativa apresentada ao discurso armamentista promove um impasse, pois o lado anti-armas acaba reforçando a ideia de que as mulheres devem ser passivas em situações violentas, dependendo de um homem que a defenda ou que o Estado faça esse papel. Assim sendo, elas não possuem nenhuma ferramenta ou estratégia autodefensiva. Segundo a autora, esse vácuo na providência de alternativas autônomas de defesa abre espaço para a narrativa do marketing armamentista como defensores da segurança das mulheres.

Além disso, Carlson tece críticas aos princípios e argumentos essencialistas de ambos os “lados”. Para a socióloga, o movimento feminista produz uma presunção pacifista sobre as mulheres, representando-as como seres pacíficos de cuidado, não violentos, e que devem temer um revólver (Carlson, 2016).

Por outro lado, o movimento pró-armas para mulheres revela o que ela chama de “maternalismo marcial”, que seria o dever de proteção de mães para com seus filhos, tendo de estar preparadas para defendê-los a qualquer momento. A autora também aponta para o discurso de inclusão de gênero entre os pró-armas, que acompanha uma política contraditória de gênero em espaços conservadores, na qual se trata a arma como um “bom equalizador de gênero” (ibid.). Discursos oriundos do feminismo como “empoderamento” e “valores de inclusão e igualdade” também são adotados por esses atores sociais.

Voltando para o contexto brasileiro, segundo Fernando Vechi (2023), os deputados da “bancada da bala” consideram a autodefesa armada para mulheres como solução para o problema da violência doméstica e intrafamiliar. Ao mesmo tempo, não mencionam possíveis perigos gerados pela presença de uma arma na mesma residência que o agressor, ou mesmo as origens estruturais da violência de gênero. O Atlas da Violência de 2018 mostra que 39% dos assassinatos de mulheres ocorrem em casa, e que as armas de fogo são o principal instrumento utilizado⁷.

A mulher é representada pelos deputados da bancada da bala como uma figura frágil, que necessita de uma arma de fogo para sua defesa e para o seu empoderamento (ibid.). Semelhante ao que é observado na propaganda da indústria estadunidense de armas, o *pânico moral* também é uma ferramenta utilizada para enfatizar a necessidade de autoproteção feminina. Nesse sentido, apesar de a posse das armas ser parte de uma identidade social masculina, tenta-se englobar, recentemente, as mulheres, como símbolo de individualismo, independência e “pertencimento a uma categoria de cidadãos neoconservadores que compartilham valores culturais comuns” (ibid., p. 240).

No Brasil, a partir de parlamentares da nova direita, a exemplo de Joice Hasselmann, Carla Zambelli, Janaina Paschoal e Bia Kicis, é possível observar

7 Câmara dos Deputados. Para especialistas, ampliação do porte de armas de fogo pode aumentar riscos para mulheres. Câmara dos Deputados, 15 de out. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/599507-para-especialistas-ampliacao-do--porte-de-armas-de-fogo-pode-aumentar-riscos--para-mulheres/>>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

o funcionamento da política contraditória de gênero entre conservadores. Elas são figuras públicas femininas que defendem o direito ao acesso a armas. A ex-deputada federal Joice Hasselmann, por exemplo, acredita que “a melhor forma de você enfrentar um bandido em potencial, um estuprador em potencial, é estar armado e saber usar a arma. De preferência mirar bem no meio das pernas e atirar.” (HASSELMANN *apud* ZAREMBA; AMÂNCIO, 2019).

Ademais, a ex-deputada rejeita a categoria “empoderada” e prefere usar o termo “poderosa” (ZAREMBA; AMÂNCIO, 2019), raciocínio que ilustra o que Renata Brandão (2022) detecta como discursos de oposição entre as categorias *feminina* e *feminista*. Eles representam os movimentos dos sentidos de *mulher* produzidos no discurso das congressistas de direita (BRANDÃO, 2022), uma vez que as parlamentares enfatizam uma oposição entre *nós* – mulheres de direita, “femininas” – e *elas*, feministas. A autora aponta que as *femininas* são aquelas que compartilham de valores conservadores, como serem contrárias ao aborto, defensoras da moral cristã, do patriotismo e da família heteronormativa. Para Brandão, essa rede de sentidos “silencia o processo histórico e econômico que constitui as desigualdades de gênero e a estrutura patriarcal da sociedade” (2022, p. 8525). Além disso, a noção universalizante de *mulher* desconsidera as relações entre gênero, raça e classe.

Sendo assim, pode-se notar uma conjuntura delicada das forças políticas sobre a pauta da flexibilização das armas de fogo, que cresce junto à nova direita. As movimentações produzidas por esses atores sociais conformam uma atuação estratégica no sentido de pressionar organizações, órgãos públicos e espaços decisórios em favor da pauta pró-arma. A natureza dessas atividades conforma um *lobby* das armas de fogo que vem se fortalecendo, principalmente com o acúmulo cada vez maior de cadeiras no parlamento.

Lobby das Armas

O *lobby* das armas de fogo nos Estados Unidos é reconhecidamente consolidado, e, na década de 1990, a maior fabricante de armas do país, Smith & Wesson, investiu expressivamente em matérias jornalísticas baseadas em dados questionáveis (Smith e Smith, 1995), muitas vezes produzidos pela própria fabricante. O *lobby* dos grupos e empresas pró-armas nos Estados Unidos produzem, inclusive, dados exagerados sobre a taxa de posse de armas entre mulheres, em busca de legitimação no imaginário nacional (ibid.).

No Brasil, a associação *Proarmas* (<https://proarmasbrasil.com.br/>) e a “bancada da bala” são as principais articuladoras das movimentações do *lobby* das armas. *Proarmas* é o nome dado ao movimento civil que objetiva produzir conteúdo político, jurídico e técnico sobre armas de fogo e organizar ações reivindicando maior acesso a elas. Nas últimas eleições, a organização deixou evidente que seu objetivo era eleger o maior número possível de parlamentares para atuar na flexibilização do acesso às armas de fogo. O grupo é presidido pelo advogado Marcos Pollon, recentemente eleito deputado federal mais votado do Mato Grosso do Sul, e que mantém relações próximas de longa data com a família Bolsonaro. Pollon, como outros deputados, já defendeu projetos de lei de porte de arma para mulheres vítimas de violência doméstica.

A bancada de bala, também denominada recentemente como Frente Parlamentar da Segurança Pública, é composta por políticos que defendem o armamento civil e são contrários a políticas desarmamentistas. É um dos maiores grupos do Congresso Nacional, concentrando poder de voto e influência relevantes. Em 2022, foram eleitos 23 parlamentares apoiados pelo Proarmas, entre senadores e deputados, garantindo a formação de uma “bancada dos CACs”, sigla dada aos colecionadores de armas, atiradores esportivos e caçadores. Sendo assim, a influência dos atores e organizações sociais envolvidas no *lobby*

armamentista vem escalonando nos últimos anos, atingindo patamares de concentração de força política totalmente novos.

Esse crescimento na política institucional foi acompanhado pelo aumento expressivo no número de novos clubes de tiro e de registros de CACs no país. Em 2019, havia 151 clubes de tiro no Brasil. No final de 2023, eles contabilizavam 2.307, segundo dados do Exército, com aumento significativo a partir de 2019, possivelmente devido às flexibilizações feitas durante o governo Bolsonaro. Outro índice surpreendente é do número de registros de CACs, uma vez que há mais CACs que policiais: os colecionadores, atiradores e caçadores atualmente contabilizam 783.385 pessoas, superando o efetivo de todas as forças policiais brasileiras, de 657.385 agentes (MALCHER, 2023). Ou seja, houve um crescimento de 566% registrados em quatro anos.

A maior concentração dos clubes de tiro está nas macrorregiões Sul (33%) e Sudeste (29%), respectivamente. Entretanto, os estados de São Paulo (13%), Paraná (12%) e Mato Grosso do Sul (2%) são os que mais se destacam em termos de números e presença nas redes sociais. Isso é percebido principalmente ao analisar onde se concentram as iniciativas de tiro desportivo voltadas ao público feminino e suas figuras públicas expoentes.

Tiro para Mulheres

O Clube de Tiro Raiz, localizado na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, vem se destacando em suas atividades promovidas para mulheres. Ambas instrutoras de tiro, Solange Lopes (presidente do clube) e Regiane Dota tocam o projeto “Armadas e Empoderadas”, voltado para a realização de cursos e eventos com intuito de aproximar mulheres do universo das armas de fogo e do tiro desportivo. O projeto também viaja o país fazendo parcerias com outros clubes de tiro para realizar projetos de tiro para o público feminino. Um exemplo é o evento “Na Mira Delas”, que ocorreu em 2021 e 2022 na cidade de Goioerê, Paraná, em parceria com Bruna Barros e Natita Tamura.

Dentre os cursos e eventos realizados pelo duo “Armadas Empoderadas” estão: Batom e Pólvora, SPA das Atiradoras, AirSoft para Mulheres, TPM - Tiro Para Mulheres, entre outros cursos corriqueiros no Clube de Tiro Raiz. Evidentemente, há um apelo para aquilo que é entendido no senso comum como feminilidade e atributos do “universo feminino”, referentes a um tipo ideal hegemônico do *ser mulher*. Para além das analogias dos nomes dos eventos, o uso massivo da cor rosa é observado em grande parte das fotos das contas do Instagram analisadas, dentre vestimentas, decoração, símbolos, edição de fotos e publicidade. Além disso, nota-se a circulação de expressões oriundas do feminismo nas publicações, como: “lugar de mulher é onde ela quiser”, “mulheres juntas são mais fortes e vão mais longe” e críticas à noção de mulher como “sexo frágil”, por exemplo.

Os argumentos observados nos perfis do Instagram analisados em favor do porte de arma e do tiro desportivo são, em geral, relacionando a posse de armas à liberdade, direito e cidadania; defesa que armas não matam, sim pessoas; armas como defesa à família; armar-se para não terceirizar sua segurança; e armas para “cidadãos de bem” como oposição aos criminosos. Ao examinar os argumentos direcionados às mulheres, observam-se discursos de empoderamento, defesa da família e da casa, autodefesa, independência das forças oficiais do Estado em casos de violência contra a mulher – descritas como ineficientes – e, o principal, o encargo de estar preparada para defender os filhos. Este último, juntamente à ideia do empoderamento, são os mais presentes nas legendas, fotos e vídeos publicados nas páginas do Instagram.

Considerações Finais

É possível, assim, verificar o avanço de uma nova direita no Brasil com um apelo militar em especial, que reflete na intensificação do *lobby* das armas de fogo e seus reflexos na política e nas representações de gênero. O descrédito nos mecanismos oficiais de justiça e manutenção da ordem social é um fator

fundamental que impulsiona o cenário armamentista. Logo, constata-se entre os atores da nova direita uma supervalorização da segurança individualizada, representada pela posse da arma de fogo.

Além disso, expressões e vocabulários oriundos do movimento feminista relacionados ao empoderamento feminino e ao combate à violência doméstica vêm sendo acionados pelo meio pró-arma. Nesse contexto, o conceito de maternalismo marcial cunhado por Carlson parece ser um argumento fundamental no aceno pró-arma às mulheres, sobretudo aquelas já inseridas no seio da nova direita. A arma de fogo passa, então, a representar uma ferramenta de autodefesa, proteção do núcleo familiar, empoderamento e liberdade por um grupo social que está frequentemente sendo vítima da mesma. Por fim, apesar da contradição de tal representação, este cenário traz novos elementos para a representação do gênero e da feminilidade na contemporaneidade.

Deve-se, ainda, investir atenção no andamento desses atores sociais no intuito de averiguar o crescimento de uma possível cultura armamentista no Brasil, tal qual é testemunhada nos Estados Unidos. Ademais, ainda é preciso investigar a fundo os indicadores de raça e classe dos sujeitos que conduzem e participam dos clubes de tiro, especialmente as mulheres nos projetos femininos.

Referências Bibliográficas

BRASIL DE FATO. **Após mais de 40 decretos de Bolsonaro, brasileiros compram 1.300 armas por dia.** Brasil de Fato, 12 set. de 2022. Redação. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/12/apos-mais-de-40-decretos-de-bolsona-ro-brasileiros-compram-1-300-armas-por-dia>>. Acesso em 25 nov. de 2023.

BLAIR, M. Elizabeth; HYATT, Eva M. The Marketing of Guns to Women: Factors Influencing Gun-Related Attitudes and Gun Ownership by Women. **Journal of Public Policy & Marketing**, Vol. 14 (1), Spring 1995, p. 117-127.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Unesp, 1995.

BRANDÃO, Renata Ortiz. Femininas mas não feministas: sentidos em disputa no discurso de mulheres parlamentares de direita. **Fórum lingüístico.**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 8518-8535, out./ dez. 2022.

CARLSON, Jennifer D. From Gun Politics to Self-Defense Politics: A Feminist Critique of the Great Gun Debate. **Violence Against Women**, vol. 20(3), 2014, p. 369-377..

CARLSON, Jennifer. Troubling the Subject of Violence: The Pacifist Presumption, Martial Maternalism, and Armed Women in Contemporary Gun Culture. **Political Power and Social Theory**, Vol. 30, 2016, 81-107.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 3a ed. São Paulo: nVersos, 2015.

GIELOW, Igor. **Armas e aborto são os temas que mais dividem os brasileiros, diz Datafolha**. Folha de São Paulo, 1 de julho, 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/armas-e-aborto-sao-os-temas-que-mais-dividem-os-brasileiros-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em 4 jul. de 2023.

LIMA, Débora. **Vídeo: afinal, qual a relação entre armas e segurança pública?**. Estado de Minas, 30 de julho, 2021. Nacional. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/07/30/interna_nacional,1288737/video--afinal-qual-a-relacao-entre-armas-e-seguranca-publica.shtml>. Acesso em 25 set. de 2023.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa. **In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7a ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 137-155.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, nº 124, 2015. p. 652-64.

MALCHER, Ândrea. **Número de CACs supera o de policiais**. Correio Braziliense, 22 de jul 2023. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5110809-numero-de-cacs-supera-o-de-policiais.html>>. Acesso em 22 de jan. 2023.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017, p. 621-647.

REIS, Elisa Pereira. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **In: Processos e escolhas: estudos de sociologia política.** Rio de Janeiro : ContraCapa, 1998. p. 111-134.

SMITH, Tom W.; SMITH, Robert J. Changes in Firearms Ownership among Women, 1980-1994. **J. Crim. L. & Criminology**, vol. 86, No. 1, Fall 1995, p. 133-149.

VECHI, Fernando. Neoconservadorismo, política e armas: a literatura e as organizações pró-armas dos Estados Unidos e a sua influência nos discursos da Bancada da Sala no Congresso Nacional. 2023. **Tese (Doutorado)** - Curso de Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

ZAREMBA, Júlia; AMÂNCIO, Thiago. **Mulheres encampam empoderamento feminino com armas após decreto de Bolsonaro.** Folha de São Paulo, São Paulo, 16 jan. de 2019. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/mulheres-encampam-empoderamento-feminino-com-armas-apos-decreto-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 20 fev. 2024.



DE UM LADO, O ABORTO, DO OUTRO, A VIDA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA NO ENTORNO DAS ELEIÇÕES DE 2022

Thales Morbach Lange¹

Introdução

As eleições presidenciais brasileiras de 2022, sem dúvidas ficaram marcadas pelo grande confronto político desdobrado entre Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, que protagonizaram uma das disputas eleitorais mais acirradas e mais polarizadas da história do Brasil, transformando o pleito numa batalha entre dois discursos radicalmente antagônicos que balançaram o país: o lulismo *versus* o bolsonarismo.

Analisando o discurso bolsonarista, tomado aqui como o discurso do então Presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, no contexto de sua campanha eleitoral nas eleições de 2022, nota-se que o elemento religioso exerce uma certa centralidade na construção de seu discurso. Para além, também é possível notar o uso do significante “aborto”, que surge com certa frequência no decorrer de seu discurso durante a campanha eleitoral, e na maioria de suas ocorrências, esses significantes aparecem em conjunto e articulados um com

¹ Aluno do curso de bacharelado em Ciências Sociais e bolsista de Iniciação Científica vinculado ao Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP-AF/UFPEL) da Universidade Federal de Pelotas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3650755639394586>. E-mail: thaleslange@outlook.com

o outro, de determinada maneira, a fim de construir os sentidos do discurso bolsonarista. Dito isso, nosso objetivo neste trabalho é, através de uma abordagem pós-estruturalista fundamentada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), analisar e entender a construção do discurso político de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 a partir do uso do elemento religioso em articulação com o significante “aborto” presentes em sua campanha eleitoral.

No próximo parágrafo, tentaremos fazer uma breve contextualização do panorama sócio-histórico que se passava na sociedade brasileira durante o período eleitoral das Eleições Gerais de 2022, no qual esta pesquisa se debruça.

De acordo com dados levantados por uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha e divulgada em janeiro de 2020, que buscou mapear o perfil religioso de brasileiros de todas as regiões do país, mais de 80% dos entrevistados disseram ser religiosos, sendo eles, majoritariamente cristãos, tendo cerca de 50% entre os católicos e 31% entre os evangélicos, dentre outras Religiões² (Balloussier, 2020). Além disso, outras duas pesquisas Datafolha publicadas próximo às eleições de 2022 apontaram que 56% dos entrevistados disseram que política e valores religiosos devem andar juntos³ (Gielow, 2022), e que 49% disseram dar muita importância à religião do candidato na hora de decidir o voto⁴ (Bachtold, 2022). Não acreditamos que essa centralidade do elemento religioso na campanha eleitoral de Bolsonaro seja mera coincidência. Aliás, além de constituírem mais de um quarto da população e boa parcela do eleitorado, os evangélicos também contam com forte representação no Congresso Nacional, através da Frente Parlamentar Evangélica, que atua principalmente no enfren-

2 A pesquisa Datafolha foi realizada entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2019, com 2.948 pessoas em 176 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

3 O Datafolha entrevistou 5.734 pessoas em 285 municípios entre 30 de agosto e 1º de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, considerando um nível de confiança de 95%.

4 A pesquisa Datafolha foi realizada entre 13 e 14 de outubro. O instituto ouviu 2.898 pessoas em 180 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

tamento a pautas que são consideradas “inversas à fé cristã”, como a pauta do aborto, da liberação de drogas e do casamento entre pessoas do mesmo sexo (Marluzzo, 2023). Dentre essas pautas consideradas contrárias à fé cristã, gostaríamos de destacar a pauta do aborto, visto que ela aparece com frequência considerável no discurso eleitoral de Bolsonaro, ao mesmo tempo em que é um assunto delicado para a sociedade brasileira, levando em conta o fato de que no Brasil o procedimento é considerado crime, sendo assegurado pela lei apenas nos casos em que há risco de vida para a mãe, nos casos de gravidez após estupro ou nos casos de anencefalia fetal.

Diante deste cenário, dados levantados pela Pesquisa Nacional de Aborto, edição 2021, realizada pela Universidade de Brasília em parceria com o Instituto Anise, apontam que uma em cada 7 mulheres no Brasil, aos 40 anos de idade, já abortou pelo menos uma vez na vida. Os dados da pesquisa ainda apontam que 43% das mulheres que abortaram precisaram ser hospitalizadas, e ao todo, cerca de 250 mil mulheres vão parar no hospital para finalizar o procedimento todos os anos (Noblat, 2023).

Postos esses fatos e os levando em consideração, acreditamos na importância deste trabalho, ao tentar compreender a construção do discurso de Bolsonaro a partir do uso de significantes como a Religião e o aborto, uma vez que estes temas exercem uma influência considerável e podem gerar grande impacto na sociedade brasileira, cenário desta batalha discursiva no entorno das eleições de 2022.

Gostaríamos de salientar, que o presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla, que consiste na análise dos significantes “Religião” e “Família” no discurso bolsonarista no entorno da campanha eleitoral das Eleições Gerais de 2022. A pesquisa é desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (IdAD), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Fundamentos Teórico-Methodológicos

Como mencionamos na introdução deste trabalho, nossos fundamentos teórico-metodológicos baseiam-se na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, que tem origem na obra *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical* (2015), originalmente, *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*, publicada no Reino Unido em 1985. A teoria de Laclau e Mouffe propõe que o social deve ser interpretado a partir da lógica do discurso, que por sua vez, não deve ser entendido meramente como um agrupamento de textos ou palavras contidos no campo da linguística, mas sim, deve ser entendido como uma categoria que possui natureza material e parte da união entre palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no campo do social (Mendonça, 2012).

Para realizar esta pesquisa, tomamos como objeto, o discurso de Jair Bolsonaro no contexto de sua campanha à reeleição para Presidente da República em 2022, e nosso universo empírico é composto portanto, pelos materiais produzidos pela campanha eleitoral de Jair Bolsonaro no decurso do período oficial de campanha eleitoral das eleições de 2022 (de 16 de agosto a 29 de outubro). Estes materiais consistem em 653 publicações do perfil oficial de Bolsonaro no *X* — o antigo *Twitter* — (@jairbolsonaro), 123 Inserções Publicitárias (veiculadas na televisão, no rádio e na internet), 26 Horários Gratuitos de Propaganda Eleitoral (HGPE) e a transmissão do lançamento da candidatura de Jair Bolsonaro à reeleição, ocorrido em 24 de julho de 2022, sendo este, o único item de nossa análise não correspondente ao período oficial de campanha, mas também compõe nosso universo empírico pelo fato de ser o primeiro momento pré eleições no qual Jair Bolsonaro apresenta-se ao eleitorado como candidato, e não mais como o Presidente.

Dado o universo empírico, nosso procedimento de análise consistiu em coletar os materiais em formato de vídeo da plataforma do *Youtube* e transcre-

vê-los para documentos de texto, coletar as publicações do *X* e armazená-las em planilhas digitais. Após isso, todo o material foi inserido no *software* de análises qualitativas *NVivo*, no qual realizamos as análises e codificações dos materiais com base na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015) .

Resultados e Discussão

A partir daqui discutiremos então, os significantes de Religião e aborto, saliendo que esta não será uma discussão a respeito de Religião e aborto substantivamente, mas sim uma discussão sobre os que eles representavam no contexto do discurso bolsonarista nas eleições de 2022.

Após realizarmos as análises, constatamos que o significante “Religião” é mobilizado no bolsonarismo a fim de associar a figura de Bolsonaro a “Deus”, em conjunto com valores bíblicos, principalmente a “verdade”, com o sentido de honestidade, que surge frequentemente no discurso do candidato. Como exemplo, apontamos o uso do versículo bíblico “João 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, o qual Bolsonaro faz uso de modo bastante frequente nos pronunciamentos que constituem o seu discurso. Além disso, o candidato também mobiliza os sentidos de “verdade” e “Deus” para agregá-los à sua própria identidade, construindo, assim, a sua imagem de “escolhido de Deus”, como proclamou a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro, no lançamento da candidatura do marido à reeleição:

“Ele é um escolhido de Deus. Esse homem tem um coração puro, limpo, [...]. E o mais lindo que eu vejo, é que Deus tem capacitado ele todos os dias” (M. BOLSONARO, Lançamento de Candidatura, 2022 - GP IdAD, s.d.).

Outra ocorrência pertinente de ser analisada é o seguinte trecho de um HGPE do primeiro turno:

O Jair tá fazendo pontes, estradas, rodovias, ferrovias e obras pelo país inteiro. Esse é o Jair da verdade, uma pessoa transparente e honesta, que tem coragem pra dizer o que pensa. O Jair que acredita na família e é a favor da

vida porque tem Deus no coração. Esse é Jair Bolsonaro, Capitão do Povo (BOLSONARO, HGPE, 2022 - GP IdAD, s.d.).

Nota-se, neste trecho, que os sentidos de verdade e honestidade são mobilizados a fim de alegar que construções e obras de infraestrutura realizadas por Bolsonaro em seu governo, foram feitas por ele ser “uma pessoa transparente e honesta”, e “com Deus no coração”. Logo após, a defesa da vida e família praticadas por Bolsonaro são justificadas por ele ter “Deus no coração”. O significante “família” emergido aqui também é importante para compreender o bolsonarismo, pois, para o bolsonarismo, a família representa a “base de tudo”, como ilustra o seguinte trecho extraído da transcrição de um HGPE, onde um cidadão diz:

[Cidadã 5] Família é tudo na vida. Eu aprendi com meus pais.

[Cidadã 6] Quando ataca a família, aí você vê que ele quer desestruturar total, desarmonia total.

[Narrador] O Brasil com Bolsonaro valoriza a família e respeita a fé. O brasileiro é, acima de tudo, um povo de fé, um povo que encara a vida com confiança e de cabeça erguida, porque tem Deus no coração. Um povo que ama sua pátria, valoriza a família e não abre mão da sua liberdade e dos seus valores.

[Cidadã 7] O que ele representa pra mim é a família brasileira. Ele representa o Brasil que eu quero pra mim, pros meus filhos e pro meus netos.

[Cidadão 1] Tudo na vida da gente é a família, gira em torno da família (BOLSONARO, HGPE, 2022 - GP IdAD, s.d.).

Além disso, a “família” também representa um formato de elo, um vínculo de Bolsonaro com o seu povo, afinal, ele mesmo profere durante o lançamento de sua candidatura que: “há um casamento entre nós [entre Bolsonaro e o seu eleitorado] que é materializado pela família... Deus, pátria, família e liberdade!” (Bolsonaro, Lançamento de Candidatura, 2022 - GP IdAD, s.d.). Por isso, Bolsonaro a defende tanto.

Já em relação ao significante “aborto”, constatamos que para o bolsonarismo, o seu significado vai muito além do sentido do procedimento clínico para interromper uma gestação. Para o bolsonarismo, ele representa sobretudo a destruição da família e do futuro, justamente o que Bolsonaro, na constituição

de seu discurso, busca defender acima de tudo:

Aborto é, sobretudo, *a destruição do futuro*, pois não existe futuro quando não se tem o direito de existir. A vida começa na concepção. Neste momento já somos quem sempre seremos: únicos e com alma. Essa é uma verdade permanente, independente de ser ano eleitoral ou não! (@jairbolsonaro, 06/10/2022 – GP IdAD, s.d. grifo nosso).

Para além disso, no bolsonarismo o aborto também apresenta outros sentidos que apresentaremos a seguir com base no seguinte diagrama:

Figura 1: Árvore de palavras (aborto)



Fonte: elaboração própria através do software NVivo

Com o auxílio do software NVivo, através da ferramenta Word Tree (árvore de palavras) realizamos um mapeamento do significante “aborto” no corpus discursivo bolsonarista, possibilitando, assim, uma compreensão muito mais perceptível a respeito da emergência de outros sentidos relacionados ao significante “aborto”. Dentre eles, é possível identificar “ideologia de gênero”, “legalização das drogas”, “relativização do crime”, “ataques à religião”, “assassinar o próprio filho”, “destruição do futuro”, “sexo nas escolas”, “controle de mídia e internet” e “sexualização de crianças”.

Não por coincidência, no mesmo diagrama, em meio a todos aqueles sentidos, a palavra “Lula” aparece nove vezes no entorno do diagrama. Isto porque, é nesse ponto que Bolsonaro traça a linha que divide o “Nós” e o “Eles”. Fica claro que para o bolsonarismo, Lula é uma ameaça:

Lula agora tenta dizer que é contra o aborto, enquanto é apoiado por quem defende; que é cristão, enquanto é apoiado por quem odeia igreja; que é contra as drogas, enquanto é apoiado por quem é a favor; que é contra a corrupção, enquanto ele e seu bando foram presos por isso... (@jairbolsonaro, Twitter, 07/10/2022 – GP IdAD, s.d.).

No caminho de Lula o crime organizado cresceu e se fortaleceu monstruosamente. A legalização das drogas, que destroem famílias e que fazem pais e mães enterrarem seus filhos, é uma questão de tempo. No caminho de Bolsonaro, recorde de apreensão de drogas e prejuízos ao tráfico (@jairbolsonaro, 04/10/2022 – GP IdAD, s.d. grifo nosso).

Nos trechos citados acima, fica bem claro o antagonismo radical que Lula representa ao bolsonarismo: ele é o inimigo que impede a existência plena do bolsonarismo, porém, ao mesmo tempo, também é a condição que permite a sua existência, a partir do momento em que o bolsonarismo se constitui pela ameaça da existência do lulismo (Mendonça, 2012). O antagonismo é a dimensão de conflito da política, porém não um mero conflito de interesses, mas sim um conflito de identidades, uma batalha de dois discursos:

O que está em jogo são caminhos claramente opostos e muito bem definidos. De um lado, o socialismo, a liberação do aborto, a vitimização de bandidos, a legalização das drogas, a relativização do crime, a demonização de policiais, a corrupção sistêmica e a destruição da família (@jairbolsonaro, 02/10/2022 – GP IdAD, s.d.).

Do outro, a defesa da liberdade e da propriedade privada, o direito à legítima defesa, o combate às drogas e à violência, a proteção da vida desde a concepção, o livre mercado, a defesa da inocência das crianças e um governo honesto, que caminha ao lado do povo brasileiro (@jairbolsonaro, 02/10/2022 – GP IdAD, s.d.).

As publicações do perfil de Bolsonaro no X citadas acima são um ótimo exemplo para ilustrar o conceito laclauiano de antagonismo, pois ele delimita

dois caminhos radicalmente opostos, e que, paradoxalmente, ameaçam e constituem a existência um do outro, simultaneamente.

A fim de uma compreensão visualmente mais ampla do discurso bolsonarista nas eleições de 2022, apresentamos, por último, uma nuvem de palavras que ilustra o “desenho”, por assim dizer, do discurso, apresentando seus principais sentidos e a forma como estão articulados na sua construção discursiva. Junto à nuvem de palavras, também elaboramos uma tabela apresentando as vinte palavras mais recorrentes do discurso. Ambas as figuras foram elaboradas através do *NVivo*.

Figura 2: Nuvem de palavras (Religião e aborto)



Fonte: elaboração própria através do software NVivo

Figura 3: Palavras (Religião e aborto)

Word	Count	Weighted Percentage
brasil	511	1,88%
deus	377	1,39%
familia	373	1,37%
bolsonaro	366	1,35%
povo	269	0,99%
governo	241	0,89%
presidente	235	0,86%
nós	199	0,73%
nosso	198	0,73%
liberdade	192	0,71%
gente	186	0,68%
acima	169	0,62%
vida	164	0,60%
futuro	149	0,55%
lula	149	0,55%
drogas	146	0,54%
mundo	143	0,53%
aborto	142	0,52%
muito	132	0,49%
pais	132	0,49%

Fonte: elaboração própria através do software NVivo

Considerações Finais

Através do presente trabalho, buscamos realizar uma análise de discurso político baseada nos fundamentos teóricos desenvolvidos por Laclau e Mouffe, a fim de entender o discurso bolsonarista, e, em particular, compreender os sentidos dos significantes “Religião” e “aborto”, no contexto da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, uma vez que esses significantes tiveram papel central na formação discursiva de Bolsonaro, ao mesmo tempo em que também dizem respeito a temas relevantes na sociedade brasileira.

A partir de nossa análise, constatamos que a Religião é mobilizada no discurso bolsonarista com o propósito de legitimar Bolsonaro como uma lide-

rança divina e escolhida por Deus para governar o Brasil. Além de justificar a realização de obras em seu governo pela sua “honestidade” e “Deus no coração”. Também identificamos o significante “família” e o seu importante papel como base do discurso bolsonarista e representante do elo Jair Bolsonaro com o seu eleitorado.

Constatamos, ainda, que os sentidos do significante aborto se articulam para delimitar a fronteira antagônica com o discurso lulista, pois para o bolsonarismo, a figura de Lula representa o inimigo, que ameaça a todo momento a existência plena de todos os fundamentos que constituem o seu discurso.

Por fim, gostaríamos de realçar a contribuição deste trabalho, no qual, ainda que de forma parcial, se pretendeu proporcionar uma compreensão mais aprofundada a respeito dos fundamentos que compõem a construção discursiva do bolsonarismo. Ademais, pretendeu-se também, compreender as relações, cada vez mais íntimas, entre a Religião e a política no Brasil. Destacamos também, a relevância da análise do discurso político, e a importância da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como ferramentas teóricas e analíticas fundamentais para realizarmos tais análises.

Referências Bibliográficas

BACHTOLD, Felipe. **Datafolha:** 49% dizem dar muita importância à religião para decidir o voto. 15 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-49-dizem-dar-muitaimportancia-a-religiao-para-decidir-o-voto.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. **Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha.** 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

GIELOW, Igor. **Datafolha:** 56% dizem que política e valores religiosos devem andar juntos. 2 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/datafolha-56-dizem-que-politica-e-valores-religiosos-devem-andar-juntos.shtml>. Acesso em: 19 set. 2023.

GP IdAD. Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso da UFPel. Arquivos de Dados - Eleições 2022. GP IdAD, s.d. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/idad/produtos/arquivos-de-dados/eleicoes-2022/>. Acesso em: 17 set. 2023.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

MARZULLO, Luísa. **Entrevista**: ‘Estamos preparados para barrar questões que nos ofendam’, diz presidente da frente parlamentar evangélica. 6 ago. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/06/estamos-preparados-para-barrar-questoes-que-nos-ofendam-diz-presidente-da-frente-parlamentar-evangelica.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 1, p. 153–169, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1533>. Acesso em: 22 fev. 2024.

NOBLAT, Ricardo. Pesquisa da UnB: uma a cada 7 mulheres com 40 anos já abortou. 25 mar. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ricardo-noblat/pesquisa-da-unb-uma-a-cada-7-mulheres-com-40-anos-ja-abortou>. Acesso em: 15 dez. 2023.



O MITO AUTORIZADO DO NEOLIBERALISMO NA ERA DIGITAL: COMO A INTERNET INTENSIFICA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PENSAMENTO NEOLIBERAL?

Vitor Abreu Arnoni

Introdução

Para além de uma forma de governo do indivíduo, o pensamento neoliberal pode ser visto como uma instituição informal, uma série de hábitos coletivos e mitos autorizados enraizados no imaginário social. Em um contexto onde a sociedade passa a se conectar cada vez mais através da internet e das redes sociais, isso parece se tornar ainda mais evidente. Neste sentido, o presente artigo visa discutir a intensificação do processo de institucionalização do pensamento neoliberal a partir do contexto das redes sociais.

A premissa central gira em torno da compreensão do pensamento neoliberal não apenas como uma forma de governo nos termos foucaultianos (Foucault, 2008), mas também como instituição informal nos termos veblenianos (Veblen, 1983), mantida enraizada no tecido social a partir de seu próprio discurso. No contexto brasileiro, isso se dá especialmente a partir dos anos 90, com a adesão de Fernando Henrique Cardoso ao Consenso de Washington (Paula, 2005; Bresser-Pereira, 2009).

Em linhas gerais, a racionalidade neoliberal (Foucault, 2008; Dardot & Laval, 2016, Safatle, 2020) pressupõe uma lógica de flexibilização e auto responsabilização do indivíduo¹, fazendo com que este compreenda a si mesmo como uma empresa. Isto implicaria na geração de hábitos de caráter essencialmente neoliberal enraizados no tecido social em termos veblenianos (Conceição, 2002). Por um lado, a governamentalidade neoliberal e o que chamei de processo de empresarização do eu (Arnoni, 2022) buscam explicar a internalização de elementos empresariais típicos do pensamento neoliberal pelo indivíduo. Por outro, entendo que a forma como isso se torna uma tendência coletiva de hábitos informais enraizados pode ser explicada com uma associação à teoria do Velho Institucionalismo de Veblen, principalmente através do conceito de mitos autorizados.

O fato de que o pensamento neoliberal tem se tornado cada vez mais enraizado nos hábitos coletivos, paradoxalmente levando a um individualismo generalizado, poderia ser compreendido como um dos fatores pelos quais o imaginário social estaria tão distante de um pensamento mais coletivo e mais crente na importância da atuação do Estado, das Universidades e das Instituições no desenvolvimento interno do país, como defendem algumas vertentes desenvolvimentistas (Bielschowsky, 2012; Bresser-Pereira, 2016).

Associado a isso, um fator que não se deve ignorar, no contexto atual, é o fato de que todos vivemos em uma era digital na qual o acesso à informação é extremamente facilitado. Neste sentido, a internet e as redes sociais devem estar no centro da discussão, na medida em que são ambientes onde o processo social se faz cada vez mais presente (Recuero, 2009). As pessoas vivem imersas no mundo digital. Suas concepções e visões de mundo podem ser muito mais influenciadas por estes meios do que a própria realidade. Como aponta Kozinets (2010, p. 12) “*Online communities form or manifest cultures, the learned beliefs, values and customs that serve to order, guide and direct the behavior of a particular society or group*”.

¹ Ver Arnoni (2019).

Isso possibilita com que os indivíduos sejam cada vez mais influenciados e influenciáveis por discursos em voga na internet, próprios do neoliberalismo, como os tão comentados “faça por você mesmo”, “seja um vencedor” e “não mame nas tetas do governo”. Esses discursos alimentam o imaginário social tornando o pensamento neoliberal cada vez mais natural, moldando o próprio cotidiano dos indivíduos (Arnoni, 2022). Como mencionam Dardot e Laval (2016), a lógica neoliberal perpassa as opções políticas: seja de esquerda, seja de direita, o indivíduo é cada vez mais – e acredita ser – uma empresa de si mesmo em constante processo de formação no mercado, descrente da atuação do Estado como principal motor de desenvolvimento do país.

Em 2023, mesmo após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, o que paira sobre o imaginário social, a partir do acompanhamento do ambiente digital, parece ser esse discurso de que o melhor caminho a ser seguido é o do individualismo e do investimento em si. Ou seja, a visão coletiva e a atuação do Estado vêm sendo duramente colocadas em xeque por discursos anti-Estado desde os anos 90, mas ganham ainda mais força a partir de um contexto de cultura digital. Mais que isso, torna-se possível entender que, após a pandemia da Covid 19, associada à onda bolsonarista, os meios de comunicação digital não só foram os principais meios de entretenimento e informação (*podcasts, lives e vídeos*), como também se tornaram a principal fonte de propagação de *Fake News* sobre diversos assuntos, em especial a economia. Neste contexto, existem diversos *influencers* que objetivam a criação de conteúdo (*vídeos*) enfocando aspectos políticos e econômicos em plataformas digitais, como o YouTube. Esse tipo de conteúdo digital ganha credibilidade por diversas razões: seja pela fama dos criadores e suas reputações no mercado de ações, por exemplo; seja pela sofisticação de sua produção audiovisual; seja pela habilidade de comunicação utilizando uma linguagem bastante acessível e didática, mas ao mesmo tempo passando um ar de cientificidade e articulação dos termos políticos e econômicos.

Apesar dessas habilidades, identifica-se o quão desonestos e rasos se tornam esses vídeos. Além de propagarem um discurso que caminha claramente em direção ao alcance de interesses privados, proporcionam uma visão altamente distorcida sobre a realidade econômica e política, desonrando até mesmo a vertente na qual se baseiam (os neoclássicos). Além disso, esse tipo de conteúdo atinge consideravelmente uma massa de jovens em formação intelectual, proporcionando uma visão rasa e a-científica sobre a economia política. Essa constante propagação de discursos que condizem com o pensamento neoliberal colabora ainda mais com sua institucionalização, formando hábitos e, ultimamente, tornando-se uma série de mitos autorizados nos termos do Velho Institucionalismo.

Neste sentido, o objetivo central deste artigo é fazer uma análise da forma como os principais influenciadores de conteúdo sobre economia espalham o pensamento neoliberal na plataforma YouTube e como isso colabora para a formação de mitos autorizados calcados em hábitos de vida essencialmente neoliberais. Para isso, o artigo conta com outras quatro seções, além desta primeira seção introdutória. Na segunda, apresento a literatura utilizada para compreensão do neoliberalismo e do velho institucionalismo, expondo um dos possíveis pontos de conexão entre as duas vertentes. A terceira seção trata dos procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização da pesquisa. Na quarta, analiso os vídeos selecionados a partir do referencial teórico utilizado. E, por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

Neoliberalismo e Velho Institucionalismo: Amarrando as Pontas

Para uma melhor compreensão de como se dá a institucionalização do pensamento neoliberal, entende-se que um dos possíveis caminhos seja o seguinte: em um primeiro momento, mostrar a origem do pensamento neoliberal, seu posicionamento frente ao Estado e a forma como funciona como

um governo do indivíduo, ultimamente produzindo seu próprio discurso. Na medida em que o discurso é disseminado, torna-se institucionalizado no próprio tecido social, servindo como guia para as ações individuais. É neste ponto que adentramos, em um segundo momento, ao velho institucionalismo, compreendendo o pensamento neoliberal como uma série de mitos autorizados e um hábito coletivo enraizado nos termos veblenianos. Neste sentido, as subseções a seguir tratam das duas vertentes, além de algumas questões que giram em torno da discussão e algumas considerações que podem servir como um caminho para associações teóricas entre elas.

Neoliberalismo

A naturalização e a ênfase na centralidade do individualismo como hábito natural do ser humano se fazem presentes nas doutrinas liberais desde *A Riqueza das Nações*. Em sua famosa obra, Adam Smith (1983) avançou do plano da filosofia moral ao das relações sociais no momento em que atribuiu ao individualismo e ao egoísmo os principais fatores para a emergência da economia enquanto prática e ordem social, naturalizando nelas os pressupostos cósmicos da mão invisível do mercado. Mais adiante no percurso da história, a ênfase no individualismo ganhou ainda maior repercussão com a defesa de Friedrich Hayek por uma sociedade organizada materialmente pelo mercado como única possibilidade de compatibilizar a liberdade individual com um resultado social aceitável, mesmo que não intencional (Paulani, 1996; 1999; Ganem, 2012). Desta forma, criou-se uma vertente teórica e ideológica amplamente disseminada que coloca o empreendedorismo individual, o modelo empresarial e as relações de mercado como cerne da realidade social, do Estado ao indivíduo (Dumont, 2000; Foucault, 2008)².

Tal vertente chama-se neoliberalismo e, ao contrário do conhecido liberalismo clássico, não representa o puro *laissez-faire*, ou seja, não defende

² Um maior detalhamento sobre a história do neoliberalismo pode ser encontrado em Matos (2008).

a completa ausência de intervenção estatal, mas sim a adequação do Estado perante a interesses e pressupostos alinhados ao mercado e as empresas. Aqui, sua preocupação está ligada muito mais à transformação da ação pública do que à ampliação dos domínios da acumulação de capital. Um modelo que se distingue do dito “capitalismo de Estado”, justamente por não visar a regulação direta da atividade econômica, mas a regulação do campo político a fim de liberar a ação econômica de possíveis entraves (Dardot e Laval, 2016; Safatle, 2020).

É a partir dessa lógica que, em meados de 1920, o Estado foi se tornando cada vez mais uma esfera regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia, semelhantes àquelas que estão sujeitas as empresas privadas. Tais exigências começaram a ser colocadas de forma ainda mais intensa, gerando críticas pela falta de produtividade do Estado, alterando a própria maneira pela qual as agendas de políticas públicas eram operacionalizadas. As sociedades ocidentais começaram a entrar em um processo de transformação, tornando-se economias de empresas e indivíduos-empresas (Dardot e Laval, 2016). Partindo disso, Foucault (2008) constatou que o ideário neoliberal não se constitui como princípio limitador, mas fundador do Estado. Este, passa a ser reestruturado tanto de fora, com as privatizações rumo ao fim de um Estado produtor, quanto de dentro, a partir da instauração de um Estado avaliador e regulador, que manifesta novas formas de poder e novas relações entre governo e sujeitos sociais.

No entanto, mais do que um simples boicote ao Estado para atingir a dimensão dos processos de intervenção social, foi necessário algo a mais. Era preciso ir além do Estado, atingindo o ponto que permitisse o completo redesenho da forma como o próprio indivíduo concebe a si mesmo, ou ainda, um

(...) profundo trabalho de *design* psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida. Dessa forma, a empresa poderia nascer no coração e na mente dos indivíduos (Safatle, 2020, p. 24).

Em outras palavras, foi preciso constituir no tecido social uma prática de governo do indivíduo pelo próprio indivíduo em que a lógica mercantil, entre outras coisas, pudesse ser usada como tribunal econômico contra o poder público (Safatle, 2020). Um governo que se tornaria possível por meio dos diferentes objetos, regras e objetivos de conjunto que fazem parte de todo o ser em sociedade e que estão imbricados neste domínio estabelecido.

O sentido de governar, portanto, não está relacionado à instituição Governo, mas sim à forma como o neoliberalismo se torna guia dos indivíduos, dirigindo suas condutas e restringendo suas ações. Um regimento das condutas em um quadro com instrumentos estatais, que além de disciplinar, promove um autogoverno dos indivíduos, não constituindo apenas uma simples alternativa política ou uma política econômica, mas “uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda” (Foucault, 2008, p. 301). Com isso, entende-se que o neoliberalismo pressupõe sua própria racionalidade, uma psicologia implícita herdada do liberalismo clássico que faz com que o indivíduo internalize os valores simbólicos e morais próprios da gramática econômica, tornando-o um empresário de si. Uma nova forma de subjetivação que define certas normas de vida, impondo às relações humanas o universo da competição generalizada. Cada indivíduo passa a viver em um constante processo de internalização de elementos empresariais³ que visam preencher seu próprio capital humano.

Em síntese, o capital humano não representa para o trabalhador a venda de seu próprio trabalho, mas a renda de um capital-competência, ou seja, de suas próprias habilidades e aptidões. Logicamente, estas, quanto mais vastas e desenvolvidas, representam maiores rendas do capital humano, tornando o indivíduo e sua própria personalidade uma empresa. Gaulejac (2014) discutiu isso como um tipo de necessidade de frutificação egóica individual, produzida constantemente pelo neoliberalismo e o gerencialismo. Desde a infância o in-

³ O processo de empresarização do eu (Arnoni, 2022).

divíduo é compreendido e guiado a compreender a si mesmo como um investimento virtual, no sentido de possibilidade de renda futura.

Tais formas de subjetivação, em parte, surgem a partir de um conjunto de discursos que emergem a partir da história, obtendo uma espécie de suporte institucional⁴ que viabiliza sua reprodução. Ou seja, os discursos não se produzem de forma aleatória. Eles são consequências de relações e instâncias de poder que lhe dão origem e passam a ser materializadas nas práticas sociais dos indivíduos, produzindo-lhes efeitos. Assim, emerge um saber-poder que, nesse caso, reflete as práticas e maneiras de agir e pensar próprias do neoliberalismo (Silva e Machado Junior, 2014, Foucault, 2014; Franz, 2019).

Torna-se interessante, a partir deste contexto, entender o discurso neoliberal como uma forma de poder que tanto age na produção desse indivíduo empresário de si como na forma como ele narra e compreende a si mesmo. A partir da força do neoliberalismo como uma forma de governo, seus próprios discursos podem assumir distinta importância, na medida em que se tornam socialmente legitimados (institucionalizados) como “padrões ideais de conduta a serem praticados pelos indivíduos⁵” (Franz, 2019; Foucault, 1999; Faria e Meneghetti, 2001).

Mais adiante veremos como se dá o discurso neoliberal no caso dos influenciadores econômicos do YouTube e sua influência sobre os espectadores de vídeos na internet. No entanto, cabe agora buscarmos o caminho para entendermos esse discurso como uma série de mitos autorizados e hábitos coletivos institucionalizados no tecido social em termos veblenianos.

O Velho Institucionalismo de Veblen

Das críticas que Thornstein Veblen (1898; 1983) fazia à economia ortodoxa no final do século XIX, emergiram importantes categorias analíticas que

⁴ Importante ao leitor ater-se a este termo em dado momento como forma de pensar a institucionalização do discurso neoliberal nos termos veblenianos.

⁵ Se poderia entender por hábitos coletivos institucionalizados.

vieram a influenciar o pensamento institucionalista em direção a uma compreensão mais multidisciplinar da dinâmica social. A partir do desenvolvimento de alguns conceitos como instintos, hábitos de vida, mitos autorizados e emulação, o olhar dos economistas passou a se voltar à forma como esses elementos contribuem para a institucionalização de hábitos coletivos nas sociedades (Neuberger, Silva & Cário, 2017).

A partir daquilo que Veblen chamou de processo de causação circular⁶, ocorrem as interações entre instintos, crenças e ação humana, representando meios utilizados para a satisfação de desejos individuais. Esses elementos interagem no sentido de influenciar o comportamento humano, pois estão relacionados ao processo de evolução social dos indivíduos. Assim, os hábitos que se desenvolvem nesse processo passam a assumir papel importante nas decisões humanas, afetando o modo como a racionalidade coletiva delibera sobre seu comportamento. Os instintos são simplistas e direcionados a um fim objetivo concreto, enquanto que os hábitos são os meios pelos quais a busca por esse fim poderia ser adaptada em circunstâncias particulares (Lopes, 2013; Hodgson, 2010).

Portanto, a deliberação e a ação dependem das crenças e dos hábitos, que são inerentes ao pensamento, à cultura e ao processo de evolução biológica (representado nos instintos). Nesse caso, mesmo as decisões racionais devem considerar o papel dos hábitos e das regras que estão presentes no momento da escolha. Os agentes tomam suas decisões seguindo regras e hábitos, mas as próprias regras somente existem porque são fundamentadas nos hábitos de pensamento (Hodgson, 2010 *apud* Lopes, 2013, pág. 11).

Neste sentido, a própria emergência e consolidação das instituições se dá através dos hábitos. Na medida em que os hábitos se tornam institucionalizados, torna-se um tanto difícil uma mudança de panorama, pois, segundo Veblen (1983), os indivíduos só estarão propensos a mudar de hábitos na medida em

⁶ Trata-se da compreensão do desenvolvimento da atividade econômica como algo que não pode ser preestabelecido, como um resultado ideal da convergência ao equilíbrio. As mudanças ocorrem uma após a outra de forma cumulativa, no entanto, por serem mudanças cumulativas não significa dizer que sempre ocorre progresso. É a chamada “teoria do absurdo”.

que forem forçados, obrigados a alterar o próprio modo de vida. Isso está atrelado à forma como a racionalidade dos indivíduos pode ser distorcida pelos chamados “mitos autorizados” (Lopes, 2013)

Os mitos autorizados ou *enabling facts* são entendidos como aqueles mitos que se manifestam na relação entre classes sociais⁷, mantendo as classes superiores em sua posição de dominação em relação às classes inferiores. Como afirma Conceição (2002, pág. 97), “em uma economia de mercado, o próprio mercado torna-se um poderoso mito. Ao enfatizarem que a espécie humana é autodestrutiva [...], argumentam que há uma certa “racionalidade” criada para explicar como os homens devem pensar e se comportar”.

Dito isso, os mitos autorizados constituem valores que permitem a emulação de hábitos das classes superiores pelas inferiores, ou seja, fundem-se a irracionalidade e o condicionamento social permitindo que as classes sociais mantenham-se unidas através da criação de falsas consciências nas classes inferiores. O que mantém a ordem social estabelecida longe de rebeliões que buscam a alteração do *status quo* (Lopes, 2013).

Aqui se atinge o ponto crucial: Não seria essa racionalidade, criada para explicar como os homens devem pensar e se comportar nas nossas sociedades modernas, a própria racionalidade neoliberal que emana seu discurso formador do empresário de si? Não seria o discurso que emana do ideário neoliberal a principal forma de manter a ordem social nos tempos em que vivemos? A partir da forma como o ideário neoliberal foi introduzido nas massas, através de um discurso que utilizou a eficiência da empresa como suporte ideológico, os hábitos coletivos foram se tornando cada vez mais inclinados a corroborá-lo. De forma inconsciente, nos tornamos cada vez mais conscientes de que precisamos ser eficientes, disciplinados, produtivos, criativos, inovadores. Isso, por fim,

⁷ O leitor pode se perguntar como isso dialoga com Foucault, na medida em que as “classes sociais” fogem de sua base epistemológica. No entanto, é importante compreender que apesar disso, a forma como o indivíduo empresário de si enxerga a si mesmo como um empreendedor em todos os sentidos de sua vida acaba fazendo com que ele perca sua consciência de classe. Considero esse um ponto onde Foucault, Veblen e Marx podem se complementar.

não é algo aleatório e não intencional. O discurso neoliberal tem por objetivo o mantimento da ordem social, funcionando como uma série de mitos autorizados que emulam o discurso das classes superiores para as inferiores, seja a partir de um discurso anti-Estado, seja a partir de um discurso pró-individualismo e do setor privado.

Um dos melhores exemplos recentes disso são os trabalhadores de aplicativo (ubers e entregadores): mesmo trabalhando com uma carga horária de, em média, doze horas por dia, sete dias na semana, os ubers acreditam que são empresários independentes pelo simples fato de serem flexíveis e responsáveis por tudo que envolve o trabalho, ou seja, ao não serem “mandados” por um superior, acreditam ser empresários independentes e não trabalhadores comuns (Arnoni, 2019). Isso se dá justamente pelo fato de que a lógica das classes superiores (os empresários) é emulada para as classes inferiores (os trabalhadores) através do discurso neoliberal. Assim, o neoliberalismo passa a se tornar um mito autorizado, ao mesmo tempo que um hábito coletivo mantenedor do *status quo* nas sociedades modernas. Mais adiante, discute-se como isso se dá através das redes sociais, as quais possuem uma enorme capacidade de influência e propagação na era digital.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo é caracterizado por uma abordagem predominantemente qualitativa, além de descritivo-interpretativa. Buscou-se descrever, interpretar e analisar os dados levantados a partir do referencial e as associações teóricas propostas, com o objetivo de apresentar um posicionamento em relação ao fenômeno em questão. Por se tratarem de discursos que se dão através da internet, baseou-se o estudo na abordagem proposta por Kozinets (2010), a chamada netnografia (*netnography*). Basicamente, associando aos estudos de Recuero (2009), a abordagem nos serve aqui para compreender que as comunidades *online*, assim como no mundo físico, são mantidas unidas por algum tipo

de identidade ou interesse comum, manifestadas em crenças, valores e costumes que servem para guiar e direcionar tal comunidade. Assim, entende-se que o discurso neoliberal ganha ainda mais força a partir do fenômeno da internet. Vale dizer que não optou-se pela Análise Crítica de Discurso como metodologia pela caracterização da análise aqui realizada. No entanto, utiliza-se a compreensão de Fairclough (2001, p. 90) do discurso como “*prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais*”, o que implica, principalmente, na compreensão do discurso como modo de ação e a consideração da relação entre discurso e estrutura social.

A base de dados utilizada provém de vídeos selecionados de três dos principais canais influenciadores de conteúdo sobre economia na plataforma YouTube. Foram selecionados 10 vídeos a partir de critérios de relevância tanto do canal do influenciador como do vídeo em si: número de seguidores, número de visualizações, número de comentários, número de curtidas e data de publicação. No entanto, os critérios mais relevantes a serem considerados para essa seleção são o próprio conteúdo empregado nos vídeos, que pode ser identificado até mesmo pelo título e pela repercussão que geraram, fazendo com que até mesmo outros vídeos sobre esses vídeos fossem realizados; bem como o momento histórico em que foi produzido (pré impeachment de Dilma Rousseff e pré eleições de 2022). As informações dos vídeos podem ser melhor observadas no *Quadro 1* a seguir:

Quadro 1 - Informações dos vídeos selecionados (dados de 18/09/2023)

Vídeo	Canal	Nº Seguidores	Nº Visualizações	Nº Comentários	Nº Curtidas	Data de Publicação
1. Como funciona a economia?	Jovens de Negócios	2,33 milhões	3.179.916	8790	284 mil	08/06/2021
2. Melhores investimentos para iniciantes: Como Começar a investir DO ZERO	Jovens de Negócios	2,33 milhões	860.765	1782	113 mil	18/01/2022
3. A Economia de Jair Bolsonaro: o que foi feito em 4 anos de governo	Jovens de Negócios	2,33 milhões	2.300.473	18691	222 mil	23/08/2022
4. Como realmente foi o governo Lula?	Jovens de Negócios	2,33 milhões	2.719.815	19123	341 mil	20/09/2022
5. O que falta para o Brasil virar uma Venezuela?	Jovens de Negócios	2,33 milhões	1.690.133	14857	160 mil	06/09/2022
6. O Brasil pode virar uma Venezuela?	O Primo Rico	6,58 milhões	2.613.096	12343	281 mil	02/11/2022
7. 4 formas de ganhar mais de 20 mil reais no mês	O Primo Rico	6,58 milhões	1.901.069	1795	185 mil	07/11/2022

8. Lula vs Bolsonaro: comparando a economia dos governos	O Primo Rico	6,58 milhões	2.912.771	17559	207 mil	06/09/2022
9. Ganhar dinheiro é pecado?	O Primo rico	6,58 milhões	1.649.294	2768	82 mil	27/04/2022
10. Por que a Indústria do Brasil está falindo e por que é necessário e bom	Ideias Radicais	654 mil	104 mil	693	6,4 mil	12/11/2015

Para cada vídeo foram levantados uma série de comentários provenientes dos *viewers*, mostrando as reações e a forma como o conteúdo é assimilado pelos telespectadores. Esse material torna-se fundamental para discutirmos o discurso neoliberal como algo que está aos poucos sendo institucionalizado no tecido social através das redes sociais. São as perspectivas do público, como reagem ao conteúdo exposto e o que levam disso para suas vidas. Devido à grande quantidade de comentários em cada vídeo, foram selecionados alguns comentários relevantes, que fazem referência ao conteúdo e ao canal em questão.

Além disso, como sugerido no parágrafo anterior, foram utilizados vídeos *react*⁸ que também realizam uma análise crítica do que está sendo dito nos vídeos selecionados. Esse material serviu como uma espécie de dado secundário a fim de complementar a análise, fornecendo um suporte teórico e comparativo.

O método de análise dos dados foi baseado na Análise de Conteúdo (Bardin, 2006). Em um primeiro momento, após a seleção dos vídeos, as falas dos

8 Os canais de YouTube de André Roncaglia e História Cabeluda (Gustavo Gaiofatto) serviram neste sentido.

influenciadores foram transcritas, organizadas e categorizadas de acordo com alguns pontos centrais levantados na pré-análise. O motivo para a realização do procedimento de divisão dos dados em categorias é importante para a execução do método da análise de conteúdo, em vista de que os dados não devem ser confundidos com a interpretação do autor. Ao invés disso, procura-se realizar uma interpretação baseada na fundamentação teórica do trabalho, produzindo uma discussão que visa dialogar, neste caso, com as associações teóricas entre neoliberalismo e velho institucionalismo.

Análise de Dados

A fase pré-analítica do material transcrito possibilitou o levantamento de duas principais categorias de análise: o anti-Estado e o indivíduo responsável. A primeira, denota a forma como o discurso neoliberal sempre coloca o Estado como uma entidade separada da realidade dos indivíduos, sendo caracterizada como um “ladrão benevolente”, nas palavras do autor do Vídeo 2^o. Já a segunda, caracteriza a forma como os vídeos “jogam ao ar” a ideia de que o indivíduo deve ser responsável por si mesmo, ou seja, não deve esperar pela ajuda do “ladrão benevolente” para atingir seus desejos e sonhos.

Além dessas duas categorias a serem analisadas mais adiante, ressalta-se a forma como os vídeos buscam “assentar o terreno”, ou seja, construir uma base que seja compreensível para todos e que possibilite aos leigos o entendimento de como funciona a economia, a política e a sociedade como um todo. Para isso, fazem uso de pressupostos das vertentes Neoclássica e Austríaca para fundamentar seus argumentos, mas são absolutamente inconsistentes, muitas vezes não apresentando fontes e utilizando saltos lógicos gritantes de cunho moral para lhes oferecer sentido. Exatamente por isso são tão capazes de exercer influência, formando retóricas que na superfície são

9 Ao decorrer na análise, as referências ao material coletado são sempre mostradas como “Vídeo 1”, “Vídeo 2”, e assim por diante. No caso dos comentários dos telespectadores, foram utilizados os *nicknames* de cada um.

crystalinas e se mostram como verdades absolutas, mas que, na realidade, são rasas e muitas vezes ilógicas.

Esses argumentos chegam ao público justamente como aquilo que nunca lhes foi dito, como um conhecimento que o sistema educacional (o Estado) lhes privou de saber. Agora, no entanto, existem pessoas independentes que lhes proporcionam uma visão clara do sistema, fornecendo informações “neutras” e despidas da vontade de manipulação que é sempre vista como inerente ao Estado. Isso acaba por fornecer uma base sólida para discutirmos o discurso neoliberal como um mito autorizado, ao menos no ambiente digital. Veremos, através de comentários dos *viewers*, como este conjunto contribui para que o discurso neoliberal esteja cada vez mais presente nas falas dos indivíduos, fornecendo um caminho para discutirmos sua institucionalização, neste caso através dos vídeos do YouTube.

Dito isso, em um primeiro momento da análise, mostro como se constroem esses discursos e como eles acabam sendo tão apelativos à maioria dos *viewers*. Em seguida, discuto a categoria “anti-Estado” e como esse discurso atinge o público. Por fim, em um terceiro momento, dou seguimento à análise da categoria do “indivíduo responsável”, também evidenciando como esse discurso é assimilado pelos *viewers*.

Construindo as Bases do Discurso

A forma como esses vídeos constroem suas linhas argumentativas não se baseia apenas no discurso em si. Existem diversas especificidades que ajudam na elaboração de um argumento convincente a um público que, em maioria, não é especializado em economia. Ou seja, os vídeos são elaborados no sentido de tocar em pontos que são sensíveis ao público alvo, fornecendo soluções claras e simplificadas sobre a forma como o mundo opera. Destacam-se aqui três questões que envolvem esse problema.

A primeira remete imediatamente à produção envolvida nos vídeos – com exceção do vídeo 10, que possui uma exposição mais simples. Estes, são extremamente bem elaborados, com gravações, edições e exposições gráficas de primeiríssima qualidade. Criam, de certa maneira, uma estética para cada vídeo, uma ambientação que influencia claramente nas reações e emoções dos *viewers*. Além disso, contam com roteiros e linhas de raciocínio muito bem elaboradas, muito claras e coesas, que fazem com que até mesmo um estudante de ensino fundamental comece a “entender de economia”. Tudo isso gera um impacto muito grande na forma como esses vídeos se propagam pelas redes sociais, fornecendo engajamento e alcançando altos níveis de visualização. Em última instância, ocorre um apelo à imagem que deixa implícita a ideia de que há investimento financeiro por trás do vídeo, o que gera ainda mais autoridade e credibilidade para o conteúdo exposto, na visão do público. Como coloca o economista André Roncaglia em um de seus *reacts*¹⁰,

(...) me parece que é uma marca, uma maneira como você vende essa parte persuasiva da comunicação, que é a imagem. Então, em geral, são pessoas que têm uma carinha de bom moço né, são novos, bonitos, e eles têm um linguajar que é bem fluido, que fala muito bem pra essa classe social, que quer assistir um vídeo no YouTube, “aprender” sobre economia e ter aquela sensação ‘olha que gostosinho que eu tô me sentindo, né?! Olha como eu tô tendo uma experiência de entretenimento aprendendo!’.

A segunda questão remete à forma como os vídeos utilizam dados estatísticos, gráficos e indicadores econômicos como forma de “dar cientificidade” ao conteúdo. Dados considerados como característicos das métricas da economia *mainstream*, como PIB, PIB *per capita*, inflação, dívida pública, cotação do dólar, taxa de desemprego, carga tributária, nível de pobreza e índice de liberdade econômica, são utilizados de forma estática e acrítica, não mostrando de fato o que está por trás dos índices e quais suas causas, implicações e consequências. Ou seja, não são colocados em confronto com a realidade, nem mesmo contextualizados historicamente. Afinal, dados estatísticos servem de

10 https://www.youtube.com/watch?v=EGiOGFDZaoM&ab_channel=Hist%C3%B3riaCabeluda

base para analisarmos fenômenos concretos, e raramente possuem relevância por si mesmos. Exemplos claros são a forma como o PIB *per capita*, por si só, esconde diversos problemas relacionados à desigualdade e à pobreza, e, como programas de auxílio como o Bolsa Família não afetam apenas métricas que se relacionam ao poder de compra, mas também a índices de qualidade e saúde alimentar, por exemplo. Assim, diversos outros aspectos da realidade podem ser mascarados a partir de uma análise rasa desses indicadores. No entanto, o que mais pode impactar os *viewers* é a forma como esses dados são utilizados para fazer comparações entre governos (Lula vs Bolsonaro), ou seja, como forma de explicitar que um governo foi bom ou ruim unicamente através dos dados. Para um público leigo, a simples utilização de gráficos e dados estatísticos pode criar a ideia de que o argumento que está sendo lançado é de fato verdadeiro e “cientificamente” fundamentado, podendo gerar influência direta na opinião do público em relação às suas escolhas políticas – lembrando que nove dos dez vídeos aqui analisados aconteceram momentos antes das eleições de 2022. Isso apresenta conexão direta com a terceira questão a ser destacada.

A terceira questão gira em torno da suposta “neutralidade” pregada pelos autores dos vídeos. As visões e argumentos apresentados são frequentemente colocados como isentos de característica ideológica, neutros, provindos de uma “cientificidade pura” e baseada em dados. Isso remete à compreensão de que a ideologia dominante (o neoliberalismo) é sempre colocada como neutra, sendo de certa forma invisibilizada, tornando-se naturalizada e cada vez mais institucionalizada. Isso acaba implicando em um público leigo que cada vez mais baseia seu conhecimento sobre economia a partir da lente do *mainstream*, ou seja, em fundamentos que são inerentes às escolas econômicas neoliberais (Escola Austríaca e os Neoclássicos). No entanto, o maior problema é que a maioria dos vídeos não explicitam esse posicionamento e não deixam claro que é apenas um dos posicionamentos possíveis. Isso acaba criando, para o público, a condição de que tal linha argumentativa, mesmo não sendo explicitada, se torne única e não apenas uma das possíveis vertentes epistemológicas da economia.

Esse ponto é crucial, pois explica muito sobre como o pensamento neoliberal pode estar sendo ainda mais institucionalizado no imaginário social através de um discurso que considera apenas seu próprio lado da história. Quaisquer posicionamentos críticos, que fujam a essa linha de pensamento, tornam-se vistos como hostis, acientíficos e que se colocam no plano ideológico, como se o pensamento neoliberal fosse neutro.

Esses três pontos são de extrema importância para que esses vídeos possam criar um ambiente favorável à sua linha argumentativa. Os porta-vozes do neoliberalismo compreenderam a era digital na qual vivem e souberam se utilizar desse meio para passar sua mensagem de forma clara e coesa, ao mesmo tempo em que conseguiram uma forma de atender seus próprios interesses políticos e econômicos. É claro que esses canais de YouTube não são apenas canais de YouTube. Eles servem a grandes grupos que possuem influência direta no setor financeiro e político do país.

A partir disso, o que se percebe são posicionamentos que colocam o Estado como um ente separado e inimigo do povo e, por isso, os indivíduos precisam ser responsáveis por si mesmos. E isso, como veremos a seguir, não provém apenas de quem propaga o discurso. Basta estar inserido em uma rede social para notar que o discurso neoliberal do anti-Estado e do indivíduo responsável está tornando-se cada vez mais parte dos hábitos, adentrando a linguagem e até mesmo os objetivos e sonhos individuais.

O Anti-Estado

O discurso anti-Estado é uma característica central do ideário neoliberal. A literatura da doutrina, como demonstram Dardot e Laval (2016), não prega oficialmente o *laissez-faire*, como era o caso do liberalismo clássico. Trata-se muito mais da adequação do Estado a determinados interesses e pressupostos que estão alinhados ao mercado e às empresas. Ocorre uma transformação da ação pública, submetendo o Estado a regras de concorrência e critérios de efi-

cácia, como é o caso das empresas. Por fora, o Estado passa a ser reestruturado a partir de privatizações, rumo ao fim de um Estado produtor. Por dentro, passa a ser uma espécie de ente avaliador e regulador que manifesta novas formas de poder e novas relações entre governo e sujeitos sociais. Em outras palavras, o Estado não mais deve estar preocupado em garantir as condições mínimas de cidadania e bem-estar da população, mas sim aquelas de funcionamento de um mercado livre e de um ambiente onde a livre concorrência possa aflorar sem intervenções.

A palavra “intervenção” ganha um sentido pejorativo que é central na manutenção do discurso anti-Estado. Ao colocá-lo como um ente separado da esfera social, ou seja, ao personificá-lo como uma entidade interventora externa, o neoliberalismo assenta o terreno para que qualquer contraponto (intervenção) à dita “liberdade individual” seja condenada aos olhos do público. Ou seja, a única forma de o Estado ser legítimo é não exercendo sua função mais básica: ser um “interventor” junto ao mercado no sentido de criar condições de cidadania à população.

Tomemos o vídeo 2 como exemplo para explicar essa relação discursiva. O vídeo, que se intitula “*Como funciona a economia?*”, começa contando uma história. Pessoas encontram uma casa abandonada e, com os itens que já estavam dentro da casa, criam uma economia e começam a fazê-la funcionar. Em certo momento, um “ladrão benevolente” invade a casa, deixando um saco de dinheiro às pessoas. Estas, dividem o dinheiro entre si, mas começam também a aumentar os preços dos produtos, gerando inflação.

Aqui o leitor já deve estar se perguntando: “o que seria um “ladrão benevolente” e por que ele daria dinheiro às pessoas dentro da casa?”. O “ladrão benevolente”, retratado na história, é o Estado. Em outras palavras, nos primeiros segundos de vídeo, através de uma analogia da economia de um país com a de uma casa, o objetivo de criar uma visão de “Estado ladrão” no imaginário do público já se torna concretizada.

Você começou a entender os fundamentos do funcionamento da economia. Os turistas são a população, os itens da casa são a riqueza real da economia, comumente representada em dólares pelo PIB (Produto Interno Bruto). E, o ladrão benevolente é o Governo Interventor (Vídeo 2, YouTube, 2022).

Neste momento não se faz oportuno adentrar as diversas razões pelas quais é completamente inapropriado fazer a comparação da economia do país com a economia de uma casa. Cabe aqui apontar a forma como essa estratégia é utilizada no sentido de tornar a discussão cada vez mais próxima da realidade do público que está assistindo o vídeo, transformando a tão complexa economia de um país em uma simples economia doméstica. Mais que isso, ao retratar o Estado como um “ladrão interventor” que interfere em um “livre mercado” de pessoas que estão simplesmente dentro de suas casas, ou seja, exercendo sua liberdade, cria-se a dicotomia que separa o Estado da realidade social dos indivíduos. Ou seja, o Estado passa a ser percebido como um ente externo que interfere na livre iniciativa e no bem-estar individual.

A intenção de criar essa dicotomia como uma verdade inerente à realidade social torna-se evidente a partir da primeira frase dita logo após a analogia: “*Você começou a entender os fundamentos do funcionamento da economia*”. Ou seja, essa é a “verdade” sobre a economia. Uma verdade que, como mostra o comentário do *viewer* a seguir, foi supostamente suprimida por um “*sistema que se supre em cima da população*”.

Deixando minha marca nesse vídeo, mostrando que passei por aqui, hoje, 12/01/2023. Tenho 17 anos e acabei de completar o ensino médio. Vejo que a educação brasileira é extremamente deficiente, principalmente quando se trata de economia. Nunca tive uma matéria na escola que me ensinasse sobre: investimentos, juros, inflação, empreendedorismo, educação financeira, economia, ou seja, não ensinam o mínimo de conhecimento que qualquer cidadão necessita para ter uma boa qualidade de vida. Não me adaptarei a esse sistema que se supre em cima da população. Me esforçarei para conquistar minha liberdade financeira e assim não ser refém do sistema. Nunca desistam dos sonhos de vocês, e lembre-se: Deus nunca te abandonou. Um forte abraço! (@MoaneMouraMusic, YouTube, 2023).

O “Estado ladrão” constitui o terreno básico para que a estrutura do discurso anti Estado se estabeleça no imaginário individual. No entanto, este terreno serve como base não apenas para criticar o Estado em si, mas principalmente para fazer uma associação de supostas “ideologias de esquerda” ao uso do aparato estatal em benefício próprio, além de políticas de bem-estar social com um “viés populista”. Ou seja, o objetivo é criar uma imagem específica da relação que certos governos possuem com o aparato estatal. Estes governos, ao defenderem que o Estado precisa ser um motor do desenvolvimento (nos moldes mais desenvolvimentistas), supostamente estariam utilizando esse discurso para tirar proveito próprio do aparato estatal, remetendo o público a toda a discussão sobre escândalos de corrupção envolvendo empresas estatais e afins. No vídeo 5 “*O que falta para o Brasil virar uma Venezuela?*”, o autor inicia mostrando dados sobre a Venezuela que remontam a 2016, mostrando como a violência e a inflação subiram assustadoramente. Logo em seguida, cita a frase de Thomas Sowell “*O Estado de bem-estar social sempre foi julgado por suas boas intenções, e não por seus maus resultados*”, para lançar ao *viewer* o seguinte argumento:

E é verdade! Tem muitas políticas que são admiradas pelas suas boas intenções, mas na prática, geram resultados catastróficos para um país. O que aconteceu na Venezuela mostra que é perfeitamente possível destruir um país na boa intenção de tentar consertá-lo. Mas, infelizmente, boa parte da população não sabe disso e acabam elegendo esses governantes ‘do bem’ (Vídeo 5, YouTube, 2022).

O vídeo 5 foi postado no YouTube no dia 06/09/2022, pouco menos de um mês antes das eleições que previam Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno. De um lado, tínhamos o candidato que está mais associado às privatizações, redução de ministérios, redução e cortes de orçamento em diversos setores do funcionalismo público, flexibilizações trabalhistas, à defesa do estilo de vida norte-americano, etc. De outro, tínhamos o candidato que está mais associado aos programas de transferência de renda, obras de infraestrutura, fomento à ciência e universidades, às relações com governos

latino-americanos, etc. Ou seja, o Vídeo 5 passa a servir como uma espécie de alerta ao eleitor. Ao associar os governos de esquerda à utilização do aparato estatal como forma de exercer um discurso populista, automaticamente a mensagem torna-se do tipo: cuidado, não vote em quem está buscando enganá-lo com um discurso populista nas próximas eleições!

Isso se torna claro nos comentários de alguns *viewers*: “*Estou com meu coração muito triste pelo meu país, esses vídeos me fizeram ser patriota como nunca fui, que Deus tenha misericórdia do nosso país, que Deus não permita o pior (emoji de choro)*” (@brendaluiza1687, YouTube, 2022). “*Eu vendo isso um dia dps da eleição do segundo turno! Só dá vontade de chorar! Que Deus tenha misericórdia de Nós.*” (@vivianemicaely6049).

Antes de escolher um lado ou outro, já fui dos dois, até entender o que realmente estavam fazendo, coisa que muitos ainda não conseguiram ver, o que realmente importa é o que estão fazendo de fato a favor do cidadão, ser rico ou pobre, conseguir saber como adquirir algo é e tem que ser capacidade de cada um, levando isso em consideração afirmo sem dúvida alguma; A EXTINÇÃO DA ESQUERDA NO BRASIL E NO MUNDO É UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA DO CIDADÃO (@cesar8867rs, YouTube, 2023).

Outro exemplo disso se encontra no Vídeo 1, quando o autor explica o funcionamento de economias contracionistas e expansionistas, e da taxa de juros, com o exemplo de que o Governo pode optar por duas opções: obras de infraestrutura (longo prazo) ou de assistencialismo popular (curto prazo). O argumento gira em torno da ideia de que, ao manter a taxa de juros altos, o Governo atrai investimento privado, aumentando seu potencial de gasto público e conseqüentemente sempre pendendo à alternativa dos programas assistencialistas. Essa simplificação rasa acaba por gerar a ideia de que o Estado atua quase como um ente que “engole” o setor privado, deixando sempre à espreita a ideia do suposto socialismo que poderá dominar a nação.

Estas mesmas análises podem ser feitas a partir dos Vídeos 3, 4, 6 e 8, nos quais o mesmo discurso é adotado, de diferentes maneiras. Tais vídeos

ajudam na construção de um discurso que acentua ainda mais a visão dicotômica que associa a esquerda ao “Estado ladrão” e a direita à liberdade individual. O que torna o debate econômico extremamente simplificado, servindo para que o pensamento neoliberal faça muito mais sentido para uma parcela significativa de quem está assistindo. É desta forma que o discurso neoliberal anti-Estado progressivamente se torna um mito autorizado (*enabling fact*) que emula o discurso das classes superiores para a realidade das classes sociais inferiores. Além disso, reforça hábitos que estão se enraizando desde eventos como o “*crash* da indústria” no período pré-impeachment da Presidente Dilma Rousseff, apontado pelo Vídeo 10 intitulado “*Por que a indústria do Brasil está falindo e por que isso é necessário e bom*”.

Isso se evidencia também em vídeos que tratam da questão dos investimentos financeiros (Vídeos 2 e 7). Estes vídeos servem como uma espécie de dica de investimentos e como entrar no mundo das corretoras financeiras. Aqui, o discurso anti-Estado atua no sentido de atrair quem está começando a investir para as corretoras privadas. Ou seja, de forma implícita, dão a entender que a poupança e o próprio sistema público de aposentadoria, quase como seres dotados de consciência, colocam seus interesses acima dos da população. “*Tira todo seu dinheiro da poupança! Manda para a corretora!*”. “*Esses bancos, eles vão te oferecer uns investimentos que são do próprio banco, o que nem sempre é bom, porque muitos bancos colocam os próprios interesses acima dos clientes [...]*” (Vídeo 2, YouTube, 2022).

Essa visão do mundo dos investimentos, com um pano de fundo do discurso anti Estado, aparenta criar a falsa ilusão de que tal ramo é universal, possível para todos e a solução para problemas socioeconômicos do país. O público é incentivado a adentrar neste ramo justamente pela necessidade de remediar um problema que é inerente ao próprio sistema capitalista, pelo qual o ideário neoliberal defende: a flexibilização das atividades gera cada vez mais subempregos e desemprego, ou seja, precarização. Não seria a financeirização das massas apenas a tentativa de tapar uma ferida do sistema?

É neste ponto que o discurso anti-Estado atinge maior nível de impacto em sua institucionalização: ele atua para fazer com que os indivíduos passem a ser cada vez mais responsáveis por si mesmos, desacreditando no Estado como provedor de bem-estar social. O governo do indivíduo pela prática discursiva neoliberal enraíza-se a partir da formação de um modelo cognitivo que internaliza uma visão de Estado que é incompatível com a realidade criada pelo próprio discurso. Em uma visão da realidade onde seus aspectos sociopolíticos são extremamente simplificados, torna-se sem sentido a visão de um Estado provedor. Ou seja, o processo de institucionalização informal do pensamento neoliberal através da internet se dá na forma como seu discurso distorce a própria realidade, tornando-se um mito autorizado e fazendo com que os indivíduos percam sua consciência de classe em direção a um hábito coletivo específico, que se torna natural e possível para todos: o empreendedorismo de si.

O Indivíduo Responsável

Economia, provavelmente, é o assunto mais importante das nossas vidas. Afinal, todo mundo tem opiniões fervorosas sobre as decisões econômicas do Governo da Dilma, do Lula, do Bolsonaro. A gente conversa e debate sobre elas dentro de casa, numa conversa do bar e, até no primeiro *date* do Tinder. A gente fala tanto sobre economia porque reconhece que a nossa vida é absolutamente influenciada por ela (Vídeo 1 , YouTube, 2022).

Não caberia a mim falar em nome do leitor, mas no meu caso um encontro amoroso não começaria por uma discussão envolvendo economia política, muito menos as decisões econômicas que envolveram a complexa história dos governos Dilma, Lula e Bolsonaro. Mas o ponto principal do ideário neoliberal é exatamente esse: pessoalizar o discurso da economia, tornar a economia como parte intrínseca das relações para que se justifique a cosmovisão do indivíduo como um ser guiado pela mão invisível do mercado.

O discurso do indivíduo responsável inicia-se por uma via que está precisamente em linha com a fala do autor do Vídeo 2. Estando o discurso já assentado em uma visão anti Estado, basta agora fazer da economia “o assunto

mais importante das nossas vidas”. Dumont (2000) já evidenciava a forma como a esfera econômica estava em vias de englobar as esferas política e cultural, o que também está relacionado à maneira como *A Riqueza das Nações* de Adam Smith separou o domínio econômico das outras matérias. Ou seja, como apontou Gaulejac (2014), todas as relações humanas –da família ao trabalho– passaram a ser tratadas como relações econômicas.

Este modo de ver o mundo torna-se cada vez mais parte dos hábitos coletivos, e, a fala do autor do Vídeo 2 evidencia como esse discurso é passado de forma sutil aos *viewers*. A ordem do discurso é sempre em direção a uma noção da economia como guia das ações individuais, colocando o individualismo e o empreendedorismo no cerne das noções que passam a formar o imaginário individual: “*seja independente*”, “*não espere pelos outros*”, “*corra atrás do seu sonho*”, “*trabalhe para chegar lá*”.

Todos os vídeos apresentam, em certa medida, um pano de fundo desse tipo de discurso. No entanto, encontrei seu ponto mais extremo na análise do Vídeo 9, intitulado “*Ganhar dinheiro é pecado?*”. O vídeo é gravado em Jerusalém, em um ponto alto da cidade, onde conversam um corretor de investimentos (o autor do canal), um CEO de uma empresa de cursos de língua estrangeira e um teólogo. O autor do canal afirma que a ideia para este vídeo surgiu de uma foto em seu *Instagram*, publicada no dia anterior à gravação do vídeo. Na foto, o corretor de investimentos está sendo batizado no Rio Jordão, e, foi questionado por algumas pessoas que comentaram na foto da seguinte maneira: “*se você é uma pessoa que acredita em Deus, em Jesus, por quê não doa todo seu dinheiro?*”. Ou seja, o vídeo é feito para responder a essas pessoas, e, o modo como o argumento é lançado automaticamente coloca o autor em uma postura defensiva e seus críticos em uma postura hostil, ofensiva.

Obviamente, os convidados (CEO e teólogo) tomam também uma postura em defesa do autor do canal. O argumento que guia toda essa defesa é o seguinte: existiu uma pessoa que comprou o túmulo de Jesus Cristo, proporcio-

nando dignidade à sua morte e ao seu corpo. O que automaticamente desenha no imaginário dos *viewers*, nos termos da atualidade, uma figura individual empreendedora como responsável pela dignidade na hora da morte de Jesus Cristo. “*Tudo isso aconteceu por causa de um cara que era rico, que era um discípulo oculto, ele não se revelava muito, não aparecia publicamente [...]. Agora, o amor ao dinheiro que é o problema de todos os males, não o dinheiro em si*” (CEO, Video 9, YouTube, 2022).

Primeiro, coloca-se a figura do empreendedor benevolente em cena, depois, a moralidade do amor ao dinheiro como sendo o problema em si. Em outras palavras, a mensagem que se torna implícita no discurso é a de que exercer a função do indivíduo empreendedor (capitalista) não é em si parte do problema. O problema torna-se a forma moral que assume a relação do indivíduo para com o dinheiro. Dessa forma, realiza-se a falsa dicotomia entre ser um sujeito capitalista e “amar o dinheiro”, como se o ato do capitalismo (o enriquecimento desenfreado) não fosse em si o “amor ao dinheiro”. Vale aqui resgatar o que Max Weber afirmou em a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2002, p. 13): “*A regra da Igreja Católica, ‘punindo o herege, mas perdoando o pecador’, mais no passado do que no presente, é hoje tolerada pelas pessoas de caráter econômico completamente moderno (...)*”. Isso não poderia ser mais adequado ao exemplo presente, onde amar o dinheiro seria uma heresia, mas exercer o capitalismo em si torna-se um pecado que pode ser perdoado.

Não podemos ignorar o fato de que é essa a mensagem à qual o público é fixado. Automaticamente, o vídeo que se intitula “*Ganhar dinheiro é pecado?*” responde aos *viewers*: “Não! Absolutamente não é um pecado! Ganhar dinheiro é exatamente a forma de você resolver o problema dos outros!”. Ou seja, esqueça o Estado, esqueça qualquer senso coletivo, afinal, Jesus Cristo só foi enterrado por conta da benevolência de um empreendedor individual dotado de grande quantia de dinheiro.

Como menciona um *viewer*, “*O dinheiro é para resolver problemas. Isso é amar o próximo como a ti mesmo*” (@maestromadariaga). O sentimento de culpa é revertido. Ele não se encontra mais na ganância desenfreada, mas na possibilidade de que o indivíduo possa ser restringido de eventuais “ações benevolentes” caso ele não possua o dinheiro. Entra em cena a ideia de um empreendedor *vigilante*: um indivíduo super rico que pode salvar vidas (o qual remete toda a discussão sobre Elon Musk ser associado a super-heróis como Batman e assim por diante). Isso faz emergir imediatamente a reflexão de Walter Benjamin em *Capitalismo como Religião* (2013, p. 17). Para ele, o capitalismo

é a celebração de um culto *sans rêve et sans merci* [sem sonho e sem piedade]. Para ele, não existem “dias normais”, não há dia que não seja festivo no terrível sentido da ostentação de toda a pompa sacral, do empenho extremo do adorador. Em terceiro lugar, esse culto é culpabilizador. O capitalismo presumivelmente é o primeiro caso de culto não expiatório, mas culpabilizador. Nesse aspecto, tal sistema religioso é decorrente de um movimento monstruoso. Uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se interesse pela expiação.

Em outras palavras, não exercer o próprio capitalismo, mesmo no fracasso, é uma heresia. Esse é o hábito enraizado mais presente em nossa sociedade. A emulação das classes superiores às inferiores acontece também através deste discurso. A religião, como um mito autorizado, fornece a base para que ele seja justificado, afastando do indivíduo empreendedor a heresia do “amor pelo dinheiro”. A religião passa a ser aquilo que torna o mito do “trabalhe muito que um dia você vai chegar lá” possível para todos, universal para todas as classes. Os comentários dos *viewers* são reveladores nesse sentido: “*Dinheiro no bolso é benção, dinheiro no coração é maldição!!!*” (@joaopedrodegoespadilha3187, YouTube, 2022); “*Quando estou com Deus, até o fracasso tem significado. (SILVA, RODRIGO: 2022)*” (@elizetemappel, YouTube, 2022); “*Já me sinto um primo rico, comecei este vendo seus vídeos nesse ano e já agreguei bastante valor*” (@jacksonviana7918).

É neste nível que o pensamento neoliberal se faz enraizado nas nossas maneiras de estar no mundo. As discussões que envolvem desigualdade, exploração, precarização, flexibilização, todas são esquecidas em nome da liberdade. Como pude constatar em minha dissertação de mestrado, os indivíduos cada vez mais sabem que precisam ser responsáveis por si mesmos. Talvez não sejam, mas o sentimento de culpa que os hábitos enraizados impõem se sobrepõem a quaisquer outros sentimentos. A mensagem final dos vídeos sempre é a de que, se o indivíduo não for responsável por si mesmo, ou seja, se não criar suas próprias condições de prosperidade no mundo, automaticamente estará contribuindo para um sistema corrupto, que o levará ao tão temido socialismo e à pobreza. Assim, o pensamento neoliberal, através de seus mitos autorizados, se retroalimenta e se enraíza constantemente no tecido social.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo analisar a forma como os principais influenciadores de conteúdo econômico espalham o pensamento neoliberal na plataforma YouTube e como isso colabora para a formação de mitos autorizados calcados em hábitos de vida essencialmente neoliberais no contexto brasileiro. Para isso, o pensamento neoliberal foi tomado não apenas como uma forma de governo do indivíduo em (termos foucaultianos), mas também como uma série de hábitos e mitos autorizados enraizados no tecido de nossa sociedade (em termos veblenianos), que intensificam sua institucionalização a partir do contexto da era digital.

Foram analisados 10 vídeos de três dos principais influenciadores de conteúdo de economia no YouTube, bem como comentários de *viewers*, dos quais dois discursos foram extraídos: o anti-Estado e o indivíduo responsável. A partir disso, buscou-se fazer uma análise à luz do referencial teórico proposto, interpretando os discursos como possíveis disseminadores e intensificadores do pensamento neoliberal no contexto brasileiro. Vale ressaltar a relevância

dos vídeos, seu número de visualizações e os momentos históricos nos quais estavam sendo publicados.

É nos comentários dos *viewers* onde torna-se possível enxergar tal institucionalização. A forma como o público recebe os vídeos é genuinamente positiva, tratando o conteúdo apresentado como neutro, didático, educativo e até emancipador. É este tipo de reação a discursos ideológicos que naturalizam-se em todas as instâncias da vida em sociedade. Seja mais de esquerda, seja mais de direita, não importa, a visão de mercado é cada vez mais institucionalizada no cotidiano individual. É algo que começa a funcionar de forma semelhante a hábitos simples, como o aperto de mãos, o pedido de desculpas e assim por diante: não fazê-los parece até falta de educação!

Ademais, destaca-se a forma como esses influenciadores de economia, há muito tempo, compreenderam a luta à qual estavam travando. Aqui, destaco uma crítica à esquerda brasileira. Esta, por muito tempo, posicionou-se de forma um tanto orgulhosa e soberba no sentido de ignorar o debate com as massas. Esteve enclausurada no âmbito acadêmico e esqueceu que a mensagem deveria ser passada através dos novos meios de comunicação. Ou seja, não compreendeu que o pensamento social se forma cada vez mais através da internet, e somente há pouco tempo atrás voltou a “mostrar a cara” ao mundo. Isso colaborou ainda mais para que o pensamento neoliberal se mantivesse neutro e visto como única possibilidade ao se falar em economia. Não houve oposição nem contraponto, sobretudo pois a análise do ambiente digital, até pouco tempo atrás, foi negligenciada por parte de diversos segmentos dos pensamentos mais críticos das ciências sociais. Isso significa que a esquerda deveria também se apropriar desse segmentos mais “leigos” do debate público, sair um pouco dos *journals* e mostrar-se mais onde a maioria do público, principalmente jovem, se encontra: na internet.

Afinal, toda essa discussão nos leva à seguinte pergunta: como materializar todas as transformações emancipadoras, como o combate à pobreza, à

miséria e a desigualdade em uma sociedade cujos hábitos informais coletivos enraizados são predominantemente e essencialmente neoliberais? Como promover mudanças substanciais, sejam elas no sentido do social-desenvolvimentismo (Bielschowsky, 2012), do novo-desenvolvimentismo (Bresser Pereira, 2016), do socialismo, do comunismo, das novas formas organizacionais (Salles e Dellagnelo, 2019; Barcellos, Dellagnelo e Salles, 2017; Barcellos e Dellagnelo, 2013), da gestão social (Tenório, 2020; 2021; 2022) e tantas outras, em um contexto onde os valores, as visões de mundo, a consciência e os hábitos coletivos estão cada vez mais longe dessas vertentes de pensamento?

Referências Bibliográficas

ABRAHAM, Yves-Marie. L'entreprise est-elle nécessaire? **Sociologie de l'entreprise**, p. 323-374, 2006.

ARNONI, Vitor Abreu. **Da empresarização à uberização: uma análise da perspectiva dos motoristas de aplicativos no município de São Lourenço do Sul**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pelotas).

ARNONI, Vitor Abreu.. **Vender a si mesmo e a sua verdade: o processo de empresarização do eu dos músicos produtores de conteúdo digital**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

BARCELLOS, Rebeca de Moraes Ribeiro; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Novas formas organizacionais: do dominante às ausências. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2013.

BARCELLOS, Rebeca de Moraes Ribeiro de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SALLES, Helena Kuerten de. Reposicionando conceitos: a organização fora dos eixos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, p. 10-21, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 729-747, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luis. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Elsevier Brasil, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro**, v. 11, n. 19, p. 145-165, 2016.

DARDOT, Pierre. & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2016.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis: Gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: EDUSC, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **A prática da análise do discurso**. In: FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FARIA, J. H. de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Discursos organizacionais**. In: EnANPAD, 25., 2001, Campinas. Anais... Campinas, SP: ANPAD, 2001. p. 1-16.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999^a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRANZ, Alice Hubner & RODRIGUES, Marcio Silva. Repensando o processo de empresarização: A inserção de um olhar de inspiração foucaultiana. **Revista Grifos**, v. 28, n. 47, p. 145-168, 2019.

GAULEJAC, V. De. **Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Idéias & letras, 2007.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions?. **Journal of economic issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

HODGSON, Geoffrey M. Choice, habit and evolution. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2010.

KOZINETS, Robert V. **Netnography: Ethnographic Research Online**. Sage Publications Limited, 2010.

LOCKE, John. **O segundo tratado sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 33, p. 619- 637, 2013.

MATOS, Sidney Tanaka. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Neoliberalismo, LONDRINA**, PR, 2008.

NEUBERGER, Daniele; SILVA, P. X.; CÁRIO, Sílvio Antônio Ferraz. Cem anos entre arcabouços teóricos complementares: Thorstein Veblen e Geoffrey Hodgson. **XX Encontro de Economia da Região Sul, Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC)**, 2017.

DE PAULA, Ana Paula Paes. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. FGV Editora, 2005.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfozes jornalísticas**, v. 2, p. 1-269, 2009.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico: leia um trecho do livro recém lançado organizado por Vladimir Safatle, Nelson da Silva Júnior & Christian Dunker**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismocomo-gestao-do-sofrimento-psiquico/>. Acesso em: 08 set. 2023.

SALLES, Helena Kuerten de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, p. 414- 434, 2019.

SILVA, G. F. da; MACHADO JUNIOR, S. da S. O discurso em Michel Foucault. **História em Reflexão**, v. 8, n. 16, p. 1-14, jul./dez. 2014.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ARAÚJO, Edgilson Tavares de. Mais uma vez o conceito de gestão social. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 18o, ed. 4º, 2 nov. 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; CARVALHO TEIXEIRA, Marco Antônio. O conceito de gestão social e a democracia regressiva no Brasil após 2016. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], v. 13, ed. 2, 2021.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; PARRA, Fernando López; TENÓRIO, Guilherme M. Tem ancestralidade o conceito de gestão social?. *Estudo de la Gestión*, [s. l.], 2022.

WEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Weber, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Pioneira Thomson Leaning, 2ª Edição Revista.



CONEXÕES DE SENTIDO: O DOMÍNIO EDUCACIONAL NA ASCENSÃO BOLSONARISTA

Guilherme Oliveira de Paula¹
Marcelo Rodrigues Conceição²

Introdução

Se a *filosofia nasce do espanto*³, a eleição de Jair Bolsonaro (2018) provocaria estranhamento em parte da sociedade civil brasileira. Durante aquele pleito, um dos *espantos* ocorreria quando o então candidato Bolsonaro, em sabinagem ao Jornal Nacional de 2018, levaria uma cartilha classificada como “kit gay”, seguida das seguintes palavras: “Tirem o filho de sala para não ver esse livro, um pai não quer encontrar filho com boneca por influência da escola”⁴.

Embora pouco abordado na literatura sobre o fenômeno político em estruturação no período, “o bolsonarismo reconheceu a importância do campo educacional, decidindo travar nele uma de suas batalhas mais incisivas” (GUILMARÃES; OLIVEIRA, 2020, p. 16). É assim que, em entrevista ao jornalista

1 Graduado em Ciências Sociais e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

E-mail: guilhermeoliveira.paula@sou.unifal-mg.edu.br

2 Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br

3 <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/o-espanto-e-capacidade-de-pensar>>. Premissa relacionada ao pensamento de Aristóteles. In: O espanto e a capacidade de pensar (José A. de Freitas Neto).

4 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html>. Acesso em 20/04/2021.

Pedro Dória em 2021⁵, após ser indagada sobre o clássico *por que chegamos até aqui*, a antropóloga Isabela Kalil sugere que o fenômeno bolsonarista começaria a se expressar como reação ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH03) de 2010. Na mesma entrevista, a antropóloga argumenta que, em 2010, antes mesmo de crises no âmbito político ou institucional posteriores, “Bolsonaro se coloca contra o kit-gay, que eram os materiais anti-homofobia” na escola.

Neste cenário, a presente pesquisa tenta compreender as conexões de sentido entre orientações sobre o domínio educacional e a ascensão de uma direita conservadora no país a partir da segunda década do século XXI. Com efeito, algumas perguntas se desenrolam como condutoras desta investigação: Qual o lugar da educação para o bolsonarismo? Quais os problemas, reais ou imaginários, da educação para a direita emergente? Como esta direita mobiliza elementos educacionais em um contexto de disputas no campo político? Qual o papel da educação, em seu sentido moral (APPLE, 2008), na configuração da comunidade moral bolsonarista (ALONSO, 2019)?

Sob este enfoque, a pesquisa bibliográfica pretende solucionar (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38) algumas questões, concentrando-se no bolsonarismo como fenômeno político e moral no campo dos costumes (ALONSO, 2019; ROCHA, 2018), o ressurgimento de uma direita conservadora em escala internacional (APPLE, 2003; EMPOLI, 2019; FRASER, 2018), assim como a percepção de eleitores em pesquisas de caráter etnográfico como em Kalil (2018; 2022) e Rocha e Solano (2020).

Num segundo nível, esta pesquisa pretende analisar as disputas e produções de significados em Projetos de Lei (PL) sobre o *Escola Sem Partido* (ESP), com enfoque nos PL's apresentados entre os anos de 2014 e 2016, em nível federal, período que demarca o percurso e a queda do governo Dilma Rousseff (PT). Como fontes primárias, atenta-se para o PL nº 7180/2014, de

5 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hANCu2QuC-g&ab_channel=Meio>. Entrevista realizada ao canal Meio, do jornalista Pedro Dória. Acesso em: 25/01/2022.

autoria do deputado federal e pastor Erivelton Santana (PSC-BA), assim como ao PL nº 193/2016, de autoria do senador e pastor Magno Malta (PL-ES), e os apensados a estes projetos. Como fontes secundárias, alicerçadas sobretudo em Santos (2021), pretende-se analisar outros projetos e audiências realizadas em esfera municipal ou estadual.

Como recurso metodológico, pretende-se incorrer mais diretamente numa análise mista do discurso (DIONE; LAVILLE, 1999), em um movimento de ir e vir entre os significados interpretados nos documentos e alguns eixos analíticos que ordenam uma leitura prévia dos dados. Para tanto, parte-se de uma perspectiva atenta ao simbólico e ao sistema de relações entre os termos para estabelecer, do particular para o geral, “redes de categorias ou conceitos e das relações existentes entre eles” (FLICK, 2009, p. 277).

Nesses termos, o domínio educacional surge como “arena de luta” (APPLE, 2003, p. 132), em que se resolvem tensões latentes na sociedade, como as construções de identidade, as guerras culturais e a emergência de novas forças na política nacional. É assim que o populismo autoritário ultrapassa uma caracterização apenas institucional da política, ao produzir um conjunto de categorias simbólicas e pertencimento num contexto de desintegração social (APPLE, 2003, p. 186).

Projetos de Lei do ESP: A Luta contra a Doutrinação e a Corrupção Moral

A partir de 2004, quando da fundação do Movimento Escola Sem Partido, e com maior intensidade na segunda década deste século, com Projetos de Lei em harmonia ao movimento, elementos da sociedade civil brasileira e da política institucional já operam uma cisão diante de uma legitimidade discursiva progressista (ALMEIDA, 2019; AVELAR, 2021; ROCHA, 2018). Em *nome dos pais, dos filhos e das crianças*, emergia um conjunto de disputas pela definição de uma realidade mais afinada aos diferentes interesses daqueles que a evocavam.

Luta pelo Monopólio Familiar e Religioso na Educação

Se, a uma lente progressista e iluminista, a escola teria a obrigação de despir os estudantes dos preconceitos e hierarquias familiares⁶, observa-se o contrário na comunidade moral *insurgente*. É assim que o primeiro Projeto de Lei em nível federal sobre o ESP (PL 7180/2014), de autoria do pastor e deputado federal Erivelton Santana (PSC-BA), reivindica diretamente a autoridade familiar sobre a pedagógica. Com apenas duas páginas, o núcleo do projeto se direciona ao inciso que altera o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao se posicionar (e evocar) no conflito de valores entre os domínios escolar e familiar, em direção ao último polo:

XIII - respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas. (PL 7180/2014).

De maneira mais geral que precisa em termos jurídicos, tal projeto se legitima ao pressupor um *desrespeito* dos professores às convicções de ordem moral, sexual e religiosa de alunos e pais. A resposta estabelecida pelos agentes políticos surge sob o signo de uma *resistência*, ao tempo em que se propõe a *restaurar* a precedência familiar sobre a escolar contra um cenário de corrupção moral.

Utilizada em uma escala aberta por Kalil (2022), como uma representação dos eleitores bolsonaristas, a noção de *corrupção moral* aparece como um dos eixos estruturantes do ESP, uma vez que a escola lhes surge como uma área em que o Estado opera um processo de deslocamento de *fronteiras naturais*, ao atuar em domínios que seriam de exclusividade da família (KALIL, 2022).

6 Santos (2021, p. 156) traz uma audiência do ESP em Sorocaba, quando o reitor da Unesp (SP) aponta não apenas para o risco de censura trazido pelo ESP, mas também para o “perigo” em que o “professor deverá contrariar fatos científicos consolidados apenas para não ferir crenças e superstições dos pais”.

A Disputa pelo Domínio de Gênero: A Reação à Corrupção Moral

Elemento central na construção de uma comunidade moral bolsonarista e do imaginário do *cidadão de bem*, o domínio do gênero aparece em todos os PL's analisados. Num cenário onde “um segmento cada vez maior da população” se “sente sob ameaça cultural e econômica”, uma série de temas e propostas educacionais surgem como um “perigo extremo para a identidade de seus filhos e para a sua própria” (APPLE, 2003, p. 141). Nesse sentido, mais que um Projeto de Lei rotineiro sob um aparato burocrático e formal do Estado, o ESP possibilita a construção de um universo de perigos (ou pânico) e, por sua vez, permite a conexão de lideranças políticas conservadoras com camadas sociais mais amplas.

No PL inicialmente enviado à Câmara dos Deputados, do deputado e membro da bancada evangélica⁷ Erivelton Santana (PSC-BA), já se observava uma ênfase direta na terminologia voltada a sexo/gênero, acompanhada da precedência dos “valores de ordem familiar” no que se refere à “educação sexual” dos indivíduos (PL 7180/2014). Mas a tentativa de resguardar o “corpo” de um movimento de “desconstrução das perspectivas identitárias”, enfatizado em disciplinas acadêmicas que “criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada” (HALL, 2019, p. 103), surge em seu sentido mais enfático no PL nº 193/2016.

Neste Projeto de Lei, tanto o termo *gênero* quanto o termo *sexo* aparecem, embora com significados opostos:

Art. 2º. Parágrafo único. O poder público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

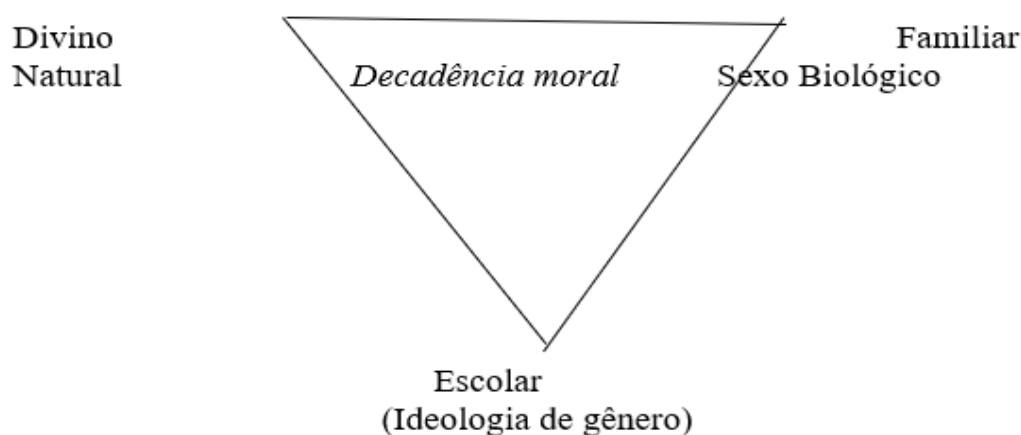
⁷<<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em 15/05/2023.

O termo *sexo* surge associado a uma carga positiva ou não-marcada, como “identidade biológica de sexo”, ao evocar uma *harmonia* com o *natural amadurecimento* do indivíduo, além de conotar sua *identidade*. Por outro lado, como categoria nativa e ao mesmo tempo acusatória, o *gênero* é associado à chamada “teoria ou ideologia de gênero”, aquilo que compromete desenvolvimento dos alunos e filhos, em um desvio ao amadurecimento da criança (Art. 2º; PL nº 193/2016).

No argumento conservador mobilizado com o ESP, tudo se passa como se a *ideologia de gênero*, categoria nativa e acusatória lançada à escola, gerasse processos de desarmonia em uma ordem familiar, biológica e divina, evocada como uma realidade fixa e estável. Com efeito, ao mesmo tempo em que a repetição sistemática de um mesmo sentido performa a *existência* de uma *ideologia de gênero*⁸ nas escolas, tal termo é subordinado a uma espécie de *desvio* daquilo que o *sexo* denotaria.

Neste cenário, a direita conservadora e populista reivindica a um essencialismo de gênero, quando a *definição legítima de sexualidade* é instituída em uma espécie de triângulo invertido: a continuidade entre o familiar e o divino na mesma reta horizontal, em oposição ao âmbito escolar, isolado e afastado, porque *impuro*.

Figura 01: Decadência moral.



Fonte: Elaboração própria

⁸ Tal categoria é aqui entendida não apenas como categoria acusatória, mas também como categoria performativa que opera numa definição de mundo, ainda que distorcida, simultaneamente ao processo político que estabelece seu significado.

Em outros termos, estrutura-se uma equivalência entre divino-familiar-natural como eixos significantes estáveis. Por outro lado, tudo se passa como se a escola fosse atravessada pelo profano, quando um conjunto de forças atuam em desvio à *ordem natural das coisas* e, portanto, ao natural controle familiar. Como parece evidente, tais oposições binárias não surgem com o mesmo sinal, mas reservam seu significado da própria assimetria de poder que a comporta (WOODWARD, 2019).

Ao adentrar o universo educacional do ESP, é preciso situá-lo em um conjunto de instituições e relações, sejam elas de contiguidade ou oposição, donde advém sua significação em determinado contexto (APPLE, 2008). O já destacado PL 7280/2014, de Erivelton Santana (PSC/BA), merece ênfase também pela inserção institucional do deputado, “pastor evangélico ligado à igreja Assembleia de Deus”, isto é, “linha conservadora religiosa, vinculada à bancada evangélica” (SANTOS, 2021, p. 146). Nesta camada envolvente, o dispositivo sobre o “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis” ganha maior significado.

Indicativo da articulação em bloco deste segmento é a própria univocidade dos artigos de dois líderes evangélicos, Sóstenes Cavalcanti (DEM-AL) e Magno Malta (PL-ES). A estrutura de sentido que replica a negação do poder público em detrimento de uma *ordem natural do sexo* é homóloga de uma articulação como bancada, ao reivindicar a sintaxe e a semântica anunciadas na conjuntura nacional.

Paradoxo Fenomenológico do Populismo Autoritário: Deslocamentos Binários e Construção de Inimigos

Em uma descontinuidade a Richard Rorty, que associa a esquerda a uma reivindicação por mudanças, Apple (2003, p. 09) argumenta que, nas últimas décadas, “parte da direita está profundamente envolvida com transformações radicais”, em uma espécie de reivindicação insurgente. Isso não é realizado sem

estabelecer a inversão de um *discurso de inversão* da realidade: agora, a dominação das elites se realizaria por meio da opressão educacional, quando valores familiares, religiosos e morais seriam perseguidos pela doutrinação comunista.

Expressivo de como a direita emergente ressignifica alguns termos em uma elasticidade não-convencional é o item 07 da justificativa do PL 193/2016:

Sendo assim, não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração” (PL 193/2016).

Assim como as elites econômicas perdem lugar para *elites culturais e educacionais* no discurso deste grupo ascendente, a exploração econômica é deslocada como *exploração educacional*, isto é, do currículo e do professor. Por um deslize semântico, que é antes de tudo um agenciamento político, o tema da *exploração infantil* surge como denotativo de uma exploração *por professores*.

Nesses termos, o ESP enfatiza um cenário de *corrupção* das crianças pelos *professores esquerdistas*, que seriam capazes de imprimir diversas técnicas subliminares de manipulação (PL 7180/2014). Não à toa, termos como “induzir” ou “manipular”, cujo simétrico inverso é a “vulnerabilidade do educando”, também constroem o imaginário em torno do ESP e, por extensão, estabelecem relações morais aprovadas e não-aprovadas em sala de aula.

Tudo se passa como se a atividade docente realizasse o *simétrico inverso* do que a direita emergente estava propondo e, mais que isso, *fabricando*. Nesse sentido, o ESP contribui para produzir um imaginário de dominação esquerdista e, por sua vez, quando os marginalizados e perseguidos passam a ser os cidadãos de bem (KALIL, 2022). Se havia um conjunto de dispositivos legais que estabeleciam que a comunidade escolar seria informada e educada sobre “os limites éticos e jurídicos da atividade docente” (PL 193/2016), pressupõe-

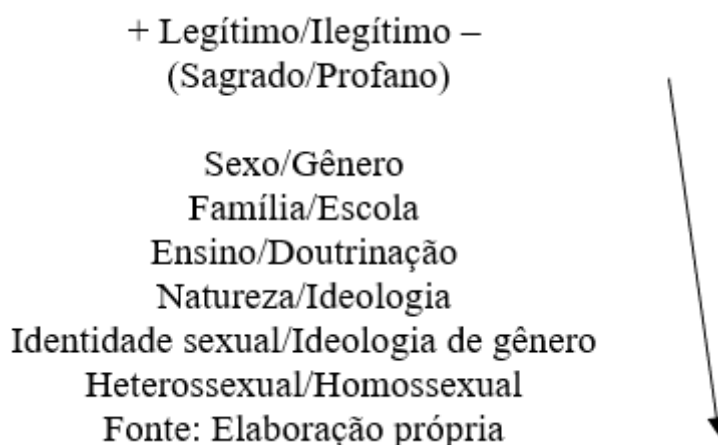
-se ao mesmo tempo que tais limites não estavam sendo cumpridos em sala de aula. Se a lei ordena não promover os “seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias” (PL 193/2016, art. 5º), subentende-se que as escolas operavam como um espaço de “doutrinação marxista”, conforme discurso relator do Projeto de Lei homônimo (PL 867/2015) na Câmara dos Deputados, Izalci Lucas (PSDB/DF).

Ao abordar a relação entre domínio moral e produção de identidades oriunda do ESP, deve-se considerar como um sistema de classificação, comumente associado a oposições do tipo sagrado/profano, constitui uma ancoragem mínima aos sujeitos, sobretudo em um cenário de crise das identidades (APPLE; 2003; HALL, 2019; WOODWARD, 2019). Vale ressaltar que a identidade “envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’” (HALL, 2019, p. 106).

Tais fronteiras operam tanto contra aqueles que promovem a *ideologia de gênero*, os *professores doutrinadores*, quanto na demarcação da diferença diante de sujeitos homossexuais. Estes, por sua vez, violariam a harmonia do *sexo biológico* e, com isso, desviam-se da *identidade biológica de gênero* na instituição de normas e expectativas aos indivíduos. Enquanto o sexo estaria no nível da *natureza*; o gênero, e a pluralidade que o comporta, passa a ser situado no nível da *ideologia*, donde se desenrolam um conjunto de oposições como natureza/cultura, família/escola, harmonia/desarmonia, biologia/ideologia.

Em termos locais, na comunidade moral bolsonarista (ALONSO, 2019), uma série de oposições construídas e assimétricas podem ser mobilizadas, de modo a estabelecer uma série de desvios/ideologias a uma concepção de natureza e divino:

Quadro 01: *Eixo moral (Práticas aprováveis e reprováveis)*

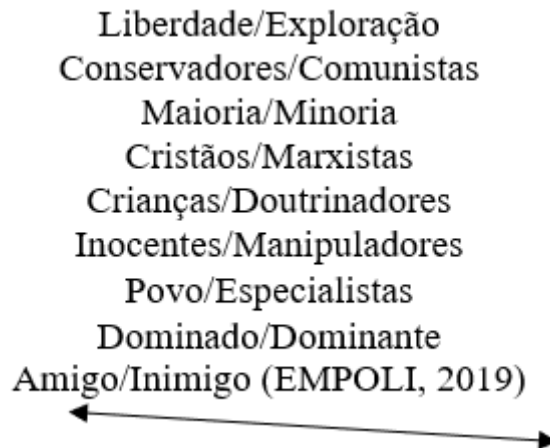


Fonte: Elaboração própria

Tais oposições podem ser lidas em uma série decrescente (de cima para baixo), com a dimensão do poder incorporada aos sistemas classificatórios (BOURDIEU, 2007; WOODWARD, 2019). Um primeiro nível mais ou menos estruturado de oposições assimétricas se desenrola como família/escola, correlata de pais/professores, com sinal positivo para o primeiro polo, e subjacente a uma oposição reivindicada como fixa, porque situada no sobrenatural (sagrado/profano) e na natureza (sexo/gênero). Por conseguinte, toma-se a educação escolar em processo decrescente de corrupção moral, tomada por ideologias e desvios.

Num mesmo percurso que apreende um sistema de classificação em conexão com as estratégias discursivas do *Escola Sem Partido*, Cervi e Santos (2019, p. 718) apontam para a oposição estrutural entre sagrado e profano como um eixo básico de ordenação, quando o primeiro polo surge como um “ponto fixo, uma orientação, em resistência ao suposto estado (profano) de caos e vulnerabilidade em que se encontra o mundo escolar”. Com a seta em decrescente a exprimir uma decadência moral, visualiza-se uma suposta perda da pureza a ser restituída conforme o quadro abaixo:

Quadro 02: *Eixo político (disputas e alternativa)*: Comunidade moral + (ALONSO, 2019) /Corrupção moral - (KALIL, 2022)



Fonte: Elaboração própria

Com a utilização de uma seta em linha horizontal, com um alvo para duas direções, o lado que se volta à oeste, em homologia ao primeiro quadro, exprime a alternativa de restauração da ordem, em sentido *reacionário*. Em nível simbólico, investe-se em uma estrutura de oposições que inverte binômios do tipo dominantes/dominados, quando elementos como *dominação*, *elites* e *exploração* se tornam, contextualmente, equivalentes a termos como *socialistas*, *professor doutrinador* e *ideologia de gênero*. Por conseguinte, quem é constrangido pelas elites continuaria sendo a maioria da população, mas agora sob as ameaças escolares de uma *corrupção moral*, antes que uma da *exploração do capital*.

Com considerável fecundidade heurística, o populismo-autoritário permite superar uma oposição incompleta entre uma *fenomenologia da insurgência*, dos próprios atores, e um *mecanicismo da reprodução*, das análises objetivistas. No recente livro de Lago e Tuzcman (2022) para refinar o conceito de populismo, tal categoria é definida não apenas pela produção de inimigos, mas, sobretudo, por uma *defesa da transgressão*⁹. Neste aspecto,

9 Mesmo após a derrocada de Jair Bolsonaro, uma postagem de 2023 do deputado-federal mais votado do país, Nikolas Ferreira (PL/MG), é elucidativa do modo como a moral conservadora opera como signo de legitimidade para esta direita: “Hoje, você ser anti-sistema é você se casar, é ter um filho...”. A defesa da família não surge, aos *olhos de muitos nativos*, como reprodução,

distancia-se daquelas abordagens demasiadamente objetivistas, quando o paradoxo da direita bolsonarista é reduzido ao nível imediato¹⁰ da reprodução dos interesses de classe.

Em um cenário percebido por eleitores de direita como caracterizado por uma hegemonia cultural de esquerda (ROCHA, 2018), o ESP passa a se erigir como um movimento *insurgente*, isto é, contra uma “corrente dominante” (PL 193/2016) e a consequente doutrinação de especialistas educacionais¹¹. Se o poder simbólico é mais bem exercido quando não revelado e invisível (BOURDIEU, 2007), tem-se um complemento particular ao que formulara o sociólogo francês: se o poder é tanto mais eficaz quanto menos visível, o poder precisa *ser visível onde ele não está*, porque está efetivamente alhures. Um conjunto de categorias clássicas do campo da esquerda ou das ciências sociais passa a ser embaralhada e deslocada no bolsonarismo e, em particular, com o ESP. Daí a confusão pela qual se passariam algumas abordagens diante de um objeto paradoxal.

Considerações Finais

Sob olhar retrospectivo, antes mesmo da emergência de Jair Bolsonaro como catalisador de um conjunto de forças simbólicas e materiais, observa-se a emergência de elementos que costuravam uma identidade política bolsonarista no país, diferentemente do período de redemocratização em que *ser de direita era vergonhoso* (ROCHA, 2018).

mas como transgressão de uma suposta dominação progressista. Daí a conexão de legitimidade em um nível mais eficaz de pertencimento, *contra tudo e contra todos*. Mais precisamente, valores de hierarquia familiar, reivindicados sob o crivo de uma heteronormatividade natural em oposição a um pluralismo de ideias ou um multiculturalismo, demarcam tal identidade política. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CuM42OEJSuT/?igshid=MzRIODBiNWF1ZA==>>. Acesso em 15/07/2023.

10 Em Santos (2021, p. 60), observa-se a associação mecânica da ideologia do ESP aos interesses da classe dominante ou à “manutenção dos interesses do capital e da economia de mercado global, que tem por objetivo lucrar com as mais variadas facetas do mundo educacional” (SANTOS, 2021, p. 60).

11 Curioso, a este respeito, é o relato de uma mãe em Sorocaba que, numa querela em que a filha decide fugir de casa, imputa que os professores comunistas estariam “conturbando” a mente das crianças (SANTOS, 2019, p. 154).

Significada neste universo de forças e de sentido como uma ameaça à ordem familiar ao promover a *ideologia de gênero* e reduzir o papel da família formação de jovens e crianças, a escola e seus elementos constitutivos se tornam alvo e signo da direita emergente, que se estrutura por um conjunto de disputas na dimensão moral da educação (APPLE, 2008). No nível das relações sociais, destacam-se as relações estruturantes na educação, como entre professor/aluno, adultos/crianças, em homologia a oposições locais, como *doutrinador/inocente*, com a construção de inimigos, protagonistas de uma dominação em curso no país. Outras categorias de acusação e entendimento implicadas neste universo moral se situam no nível da disputa sobre a transmissão simbólica de arbítrios culturais, quando os pares sagrado/profano, legítimo/ilegítimo, surgiam em homologia a valores conservadores contra signos progressistas, ao sexo biológico contra a acusação de ideologia de gênero. Nesta tensão entre fronteiras binárias, operava-se um conjunto de querelas, pânicos e conspirações, que faziam crer que a educação (e a sociedade brasileira) estavam dominadas pela doutrinação e pela ação de um conjunto de inimigos, como os professores.

A mobilização de significados do domínio educacional permitiam à direita se articular em uma vertente conservadora, como uma *autêntica* comunidade moral em luta contra a perda de controle dos pais e a imposição de uma ideologia de gênero que violaria o par divino-natural na relação entre família e crianças. Com isso, fornecia *respostas* e produzia *novas questões* num cenário de transformações na ordem das identidades.

Com efeito, passa a ser sinalizado que a sociedade brasileira estaria em processo de decadência moral, *problema* munido de diferentes camadas, atores e projetos. Na cosmologia produzida em articulação ao domínio educacional, a direita emergente passa a se erigir como protagonista na transformação da realidade, posição subjacente aos deslocamentos que estabelecem uma realidade permeada pela *doutrinação no país*. Contra um cenário performado de dominação (cultural e educacional), pulveriza-se uma retórica da transformação e da insurgência, na esteira do populismo autoritário que se avizinhava.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. In: **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

_____. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 168-206.

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: Pierre Bourdieu: sociologia. Organizador da coletânea Renato Ortiz, São Paulo, Ática, 1983.

_____. **A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região**. In: O poder simbólico. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 11ª ed., 2007.

_____. **Sobre o poder simbólico**. In: O poder simbólico. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 11ª ed., 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7180/2014**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes/ComoCitareReferenciar_2020.pdf>. Acesso em 12/07/2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 193/2016**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em 28/07/2023.

CERVI, Gicele Maria; SANTOS, Tiago Ribeiro. D. Quixote contra os moinhos: um ensaio sobre o Movimento Escola Sem Partido. **Ensaio, aval. pol. públi. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 712-731, out-dez. 2019.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. 1. ed. São Paulo, Vestígio, 2019.

FRASER, Nancy. **Do neoliberalismo progressista a Trump – e além**. Política e sociedade, Florianópolis, v.17, N°40 - Set/Dez de 2018.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira; OLIVEIRA, Cleber Rodrigo. “**Meu twitter, minhas regras**”: as pautas de costumes na educação bolsonarista. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 14, p. e4568140, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade em questão**. In: A identidade cultural na pós-modernidade. 15ª edição, Editora Vozes, 2019.

KALIL, Isabela. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo: Outubro, 2018.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **Bolsonarismo em crise?** Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, São Paulo, p.1-18, 4 de jun. 2020.

ROCHA, Camila. ‘Menos Marx, Mais Mises’: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado (Ciência Política), Universidade de São Paulo (USP), 2019.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Anderson. **Regulação social e as formas de consenso no movimento “Escola sem partido”**. Curitiba: CRV, 2021.

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (organizador). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

**GRUPO DE TRABALHO:
EXPERIMENTAÇÕES DEMOCRÁTICAS NA
ERA DIGITAL**



2024

Herison



POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL MAIS EDUCA SÃO LÉO

Amanda Couto Dias¹

Introdução

Este trabalho é vinculado à pesquisa de dissertação de mestrado da autora e teve como objetivo compreender e analisar a história e implementação do Programa Mais Educa São Léo, bem como o papel dos atores sociais envolvidos. O Mais Educa é uma política pública municipal implementada no ano de 2019, em 13 escolas de Ensino Fundamental, no município de São Leopoldo (RS).

O Programa Mais Educa São Léo desenvolve a proposta de educação integral e em tempo integral, essa proposta ampliou a jornada escolar de crianças e jovens. Respeitando os seguintes critérios para inclusão dos beneficiários: ser uma criança ou jovem cuja família está cadastrada no Programa Bolsa Família; estar em distorção idade/ano; apresentar dificuldades na aprendizagem; estar em vulnerabilidade social.

As famílias deste perfil de alunos é contatada e recebe o convite para participar do Programa, ou seja, é uma oferta de extensão da jornada escolar. O Mais Educa promove a alimentação saudável ofertando almoço, lanche e janta na escola, além de oficinas de esporte, cultura, lazer, acompanhamento pedagógico, matemática e língua portuguesa.

1 Mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UNISINOS.
E-mail: amandacoutodias@gmail.com

No primeiro momento o Programa foi direcionado a 13 escolas, localizadas na zona Oeste da cidade, onde se encontra um maior índice de vulnerabilidade social. A partir de 2024, o Mais Educa vai ser ampliado para todas as escolas de Ensino Fundamental do município, totalizando 36 escolas atendidas. Após essa ampliação, também haverá vagas para crianças com deficiências.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Diante destes caminhos, foi possível realizar observação em uma das escolas durante 50 dias. Além disso, realizou-se entrevistas semiestruturadas com o Gestor de Projetos da Secretaria Municipal de Educação, a Monitora Articuladora da escola e a Oficineira de Meio Ambiente da escola.

Os resultados apontaram que o Programa contribuiu para melhoria no processo de aprendizagem e queda nos índices de reprovação das crianças participantes. Os alunos demonstram interesse e dedicação em participar das oficinas. Encontram um espaço que garante segurança e alimentação adequada na escola. Contudo, há desafios a serem superados como a ampliação do Mais Educa para todas as escolas de Ensino Fundamental do município, a inclusão das crianças e jovens com deficiência, bem como a rotatividade da equipe de profissionais e a formação continuada destes.

Desenvolvimento

A diversidade na escola é um desafio atual, exigindo o envolvimento de todo o grupo escolar e o conhecimento de teorias e políticas relevantes. A escola pública desempenha um papel essencial na formação cidadã, mas também enfrenta desafios sociais para além da transmissão de conhecimento. As políticas públicas educacionais são essenciais para garantir equidade e acesso, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

O tema desta pesquisa aborda a inclusão social de estudantes em situação de vulnerabilidade social, na zona Oeste do município de São Leopoldo (RS),

através do Programa de governo Mais Educa São Léo. A pesquisa também permite a compreensão das práticas discricionárias dos agentes na seleção e coordenação dos alunos nesse Programa. Entendendo os critérios utilizados para escolha dos alunos. Já que o Programa oferece atividades extraclasse, no contraturno, para promover a aprendizagem participativa dos educandos dentro da escola e em alguns centros de lazer da cidade.

O Programa aborda a inclusão social de alunos de famílias empobrecidas, reconhecendo a importância de enfrentar as desigualdades relacionadas à pobreza e exclusão social. A pobreza é conceituada não apenas como falta de renda, mas como uma condição de carência multidimensional (RODRIGUES, 2017), exigindo intervenção estatal a longo prazo para ser contida. A exclusão social, decorrente da falta de recursos não apenas econômicos, mas também sociais, políticos, culturais e psicológicos, é destacada como uma das manifestações mais visíveis dessa problemática.

A exclusão social tem impactos amplos na sociedade, começando na infância e afetando negativamente o desenvolvimento pessoal e social das crianças inseridas nessa realidade. Rodrigues et. al. (2017, p. 69) explica:

“O conceito de exclusão social enquadra algumas das dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza. Concebe-se a pobreza como um dos fenômenos integrantes da exclusão social, sendo aquela mais uma forma do que um resultado desta última, uma vez que a exclusão abrange formas de privação não-material, ultrapassando a falta de recursos econômicos. A ausência ou insuficiência de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos é enquadrada teoricamente pelo conceito de exclusão social.” (RODRIGUES *et.al.*, 2017, p. 69)

A pobreza precisa do apoio do Estado e governos para ser contida e o combate à exclusão social demanda políticas públicas eficazes, não só do Estado, mas também da sociedade civil, buscando garantir direitos e oportunidades para todos os cidadãos (CHAVES, 2018). É necessário investir em educação e promover um ambiente político e público favorável à inclusão social, reconhecendo-a como um direito fundamental e um instrumento para capacitar as pessoas e promover o exercício da cidadania.

Diante disso, a pesquisa realizada se concentra nos desafios de implementação e inclusão dos alunos vulneráveis no Programa Mais Educa São Léo. A pesquisa de campo evidenciou questões como discriminação e exclusão de crianças e jovens em situações delicadas. O que reforça a importância de políticas e fiscalização para garantir a eficácia das políticas públicas.

A discricionariedade na execução das políticas públicas é um aspecto a ser considerado, pois pode influenciar diretamente na oferta e na qualidade dos serviços educacionais. A gestão escolar e os agentes envolvidos desempenham um papel crucial na organização e implementação dessas políticas, o que demanda reflexão e aprimoramento constante para promover uma educação pública inclusiva e justa.

Assim, entendemos a relevância social do Programa e a importância dos estudos a respeito de vulnerabilidade e inclusão presente nas ciências sociais. Destacando a relevância do objeto desta pesquisa que também considera a execução profissional dos atores sociais, especialmente dentro do contexto da política do Programa Mais Educa São Léo. Inserida no campo da sociologia, a pesquisa é realizada através de uma abordagem qualitativa, adotando técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas, para compreender as interações sociais cotidianas e desvendar as estruturas e processos sociais do Programa investigado.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três atores sociais. Primeiramente, o Gestor de Projetos da Secretaria de Educação Municipal, tal qual está imerso no Programa desde a sua idealização; A Monitora Articuladora da escola observada, quem gerencia o Mais Educa na escola, oferta para as famílias, faz mediações com educadores, alunos, equipe diretiva, Secretaria de Educação Municipal, oficinairos e inclui os beneficiários e por último; a Oficinaira de Meio Ambiente, responsável pela oficina uma vez na semana em quatro escolas da rede, sendo um dia para cada escola.

A análise dos dados coletados é realizada por meio da análise de conteúdo, visando extrair significados e sentidos das informações obtidas du-

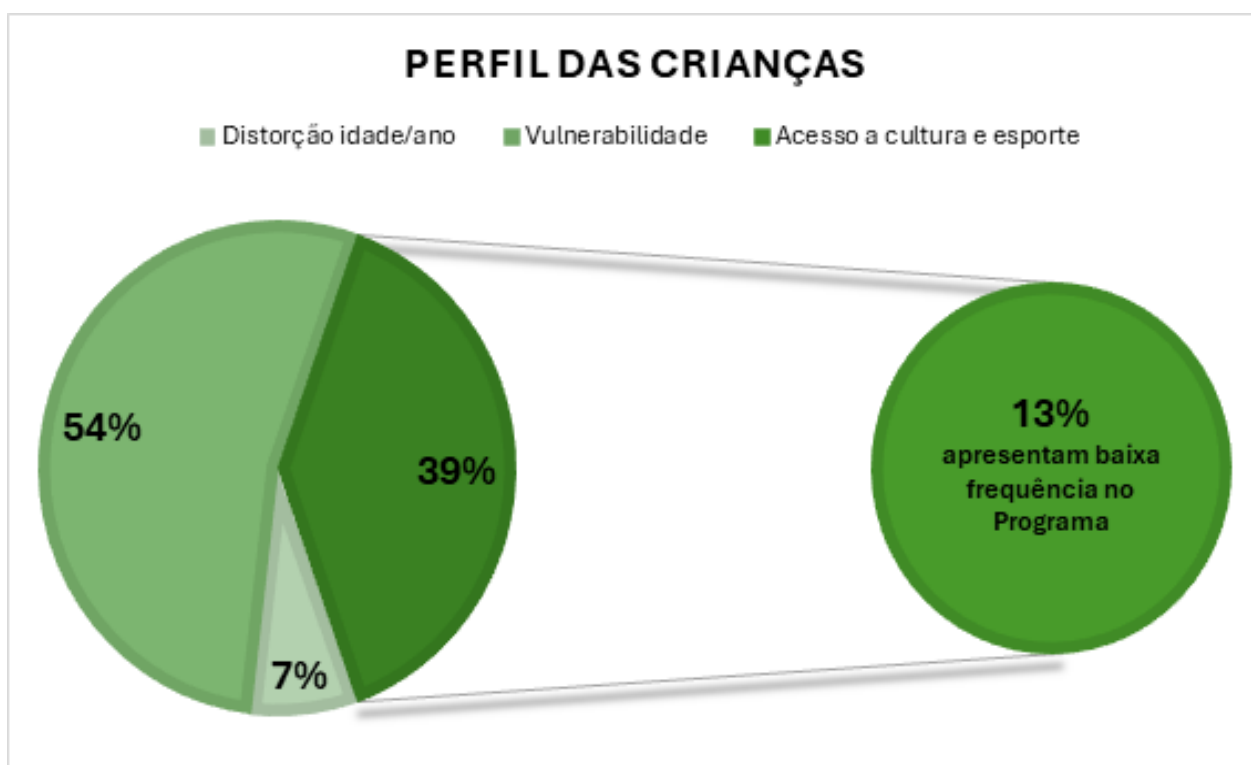
rante as observações e entrevistas, contribuindo para uma compreensão mais profunda da realidade estudada e a produção de resultados significativos para a pesquisa.

Resultados

A pesquisa a campo deste trabalho teve início com a busca por duas escolas onde o Programa Mais Educa estivesse ativo, visando agendar visitas de observação e entrevistas. No entanto, durante essa fase, surgiu a oportunidade de participar diretamente como voluntária em uma escola da rede municipal que faz parte do Programa, proporcionando uma imersão prática no cotidiano.

Após alguns obstáculos, como o período eleitoral, foi possível estabelecer contato com o gestor de projetos da Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo. Ele forneceu informações sobre o Programa e disponibilizou o Manual Pedagógico, oferecendo insights valiosos para a pesquisa. Na última semana de junho, foi realizada a primeira visita à escola selecionada, onde foram dedicados 50 dias de observação e voluntariado no acompanhamento pedagógico do Mais Educa.

Durante esse período foi possível observar a dinâmica escolar e a participação dos estudantes no Programa. A escola atende um total de 517 alunos, dos quais 69 estão envolvidos no Mais Educa, com atividades como oficinas de arte, dança, meio ambiente e música, além de acompanhamento pedagógico. A rotina do Programa inclui atividades variadas e busca reduzir o abandono escolar, a reprovação e a distorção idade/ano. Atendendo principalmente crianças em situação de vulnerabilidade social, muitas das quais participantes do Programa Bolsa Família ou enfrentando desafios como abuso ou pobreza. Vejamos o perfil de crianças e jovens beneficiários do Programa na escola observada:



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebemos que mais da metade dos beneficiários são crianças ou jovens que estão em vulnerabilidade social.

Os alunos demonstram participação ativa nas oficinas, sendo o Taekwondo a mais apreciada, possivelmente devido à sua atratividade e ao vínculo estabelecido com os educadores, oficinairos e a Articuladora. O sucesso das oficinas se deve à sua atratividade, ao ambiente acolhedor estabelecido pelos educadores e oficinairos, assim como ao vínculo com a Monitora Articuladora.

Ao desenvolver atividades com as crianças e jovens, são abordados temas como ambiente positivo, autoestima, empatia, reconhecimento, escuta e diálogo. Esta abordagem integra-se à ideia de inclusão social por meio de uma educação integral e em tempo integral, proporcionando atividades que acolhem e promovem o sentimento de pertencimento.

Entretanto, há momentos de tensão, como discussões verbais ou agressões físicas, exigindo intervenção imediata da equipe de profissionais para restabelecer a ordem. A Monitora Articuladora desempenha um papel essencial nessas situações, dialogando com as crianças e jovens envolvidos, para através

dessa mediação compreender as causas e buscar soluções por meio do diálogo e aconselhamento. Em casos mais graves, como quando os alunos agem com violência física e entre si, ela informa a direção da escola e os familiares. A escola conta com uma psicóloga, esta realiza atendimentos grupais na escola duas vezes por semana, atendendo não apenas os alunos do Programa, mas todos os alunos que necessitam de suporte emocional.

A expansão do Programa Mais Educa São Léo para todas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental em 2024 representa um avanço significativo na promoção da educação integral e inclusão social. Este Programa, semelhante e inspirado nos Programas Federais: Mais Educação (2007-2017) e Escola em Tempo Integral (2023), demonstra o reconhecimento da necessidade e compromisso com a formação de qualidade e acolhimento às crianças e jovens.

A imersão no ambiente escolar durante a pesquisa permitiu compreender os desafios e benefícios do Mais Educa, reconhecendo sua relevância na promoção de uma educação integral que considera a multidimensionalidade do sujeito, como destacado por Gonçalves (2006, p. 130):

[...] o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações.

Apesar dos desafios, a adesão positiva dos educandos às atividades oferecidas no Programa, e a perspectiva otimista da ampliação da jornada escolar, busca a promoção de uma educação integral e em tempo ampliado. Estas, apontam o potencial do Programa em responder às complexas questões sociais e em contribuir para uma formação qualificada das crianças e jovens.

A autonomia e poder discricionário dos Monitores Articuladores na seleção dos alunos participantes do Mais Educa, refletem a coerência com os critérios de seleção estabelecidos. Na escola visitada, essa prática de inclusão social alinha-se com o perfil delineado no Manual do Programa, garantindo que os estudantes que mais necessitam de acolhimento sejam atendidos.

Embora tenham ocorrido alguns momentos de compartilhamento de vivências e formação em parceria com a Secretaria de Educação Municipal, a Oficineira destaca a importância de promover este espaço de fala e escuta dos profissionais que atuam no Programa mais frequentemente, para aprimorar o trabalho desenvolvido e integrar os profissionais. Assim como sugere que haja mais formações, palestras e/ou oferta de minicursos para a equipe. É indispensável manter a comunicação e promover uma interação mais aberta entre a Secretaria de Educação Municipal e as escolas onde o Programa e equipes atuam.

Por fim, os dados da pesquisa revelam que, apesar dos desafios enfrentados na manutenção e organização do Programa Mais Educa, há avanços significativos. Este Programa tem proporcionado um ambiente saudável e seguro para muitas crianças e jovens do município, além de promover a inclusão social e aumentar o engajamento escolar desde seu lançamento.

Sabemos que constantemente é necessário buscar estratégias para aprimorar e enfrentar os desafios existentes em toda política pública, reconhecendo a complexidade e o papel importante de cada ator social envolvido, desde a gestão até a equipe de colaboradores e os participantes. Apesar dos desafios, o compromisso contínuo com a melhoria, inclusão e expansão do Programa Mais Educa é evidente. O Mais Educa se destaca como uma força positiva na vida das crianças e jovens atendidos, desempenhando um papel essencial no cenário escolar de São Leopoldo.

Considerações Finais

A pesquisa permitiu uma visão ampla das realidades diversas presentes na região, especialmente na escola visitada, onde grande parte das crianças e jovens enfrenta questões de vulnerabilidade social. Durante essa imersão, destacaram-se os aspectos positivos do Programa, como a oferta de ensino lúdico e oficinas atrativas, a segurança e qualidade do ambiente escolar prolongado, e a garantia de alimentação adequada.

Observou-se avanços significativos, como a redução da distorção idade/ano, aumento da aprovação escolar e alfabetização de alunos em idades avançadas, após a participação no Programa. No entanto, foram identificados desafios, como a ausência de uma equipe de psicologia em tempo integral nas escolas, rotatividade de profissionais, e a necessidade de maior comunicação e formação entre os envolvidos.

Apesar disso, o Programa tem sido fundamental para acolher e promover o desenvolvimento dos estudantes atendidos, destacando-se sua relevância como política pública municipal. A pesquisa evidenciou a complexidade das questões sociais enfrentadas pelas famílias e pelos alunos, ressaltando a importância contínua do Programa e a necessidade de investimento e aprimoramento para garantir seu sucesso e impacto positivo na comunidade escolar.

Referências Bibliográficas

CHAVES, M. do P. S. R. Pobreza x inclusão social: dilemas e desafios político, social e ambiental. **Revista Esmat**, 10(15), 105–130. 2018.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos Cenpec - Nova série**, [S.l.], v. 1, n. 2, aug. 2006.

RODRIGUES, E. V.; SAMAGAIO, F.; FERREIRA, H.; MENDES, M. M.; JANUÁRIO, S. A. Pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 9. 2017.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Trabalho e Emprego - Estud. av.**, v. 18, n. 51, ago, 2004.



DEMOCRATIZAÇÃO DE CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS PELA COMPRESSÃO DE VÍDEOS

Franklin Sales de Oliveira¹

Introdução

No livro “Media and Society”, dos autores James Curran e David Hesmondhalgh, é apresentada a expressão “*new media technologies as democratizing forces*” - novas tecnologias de mídia como forças democratizantes - (2019), sugere que as tecnologias de mídia podem desempenhar um importante papel na promoção da democratização. Nesse sentido, tanto no âmbito da mídia, quanto na indústria midiática, a democracia é entendida principalmente como o acesso para criar e/ou consumir objetos midiáticos.

Posteriormente, no contexto do livro, o termo “indústria midiática” é introduzido para descrever aquela que se dedica à produção e disseminação de produtos culturais através de meios de comunicação. Isso abrange setores como televisão, rádio, cinema, jornal, revista e música. A digitalização também é abordada como o processo de converter imagens, palavras e sons em código binário, possibilitando sua leitura e armazenamento em dispositivos eletrônicos, incluindo telefones móveis. Nessa perspectiva, a comunicação digital é funda-

¹ Graduando em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pelotas.
E-mail: fsoliveira@inf.ufpel.edu.br

mentalmente caracterizada como a transmissão e armazenamento eletrônico de informações, abrangendo diversos meios de comunicação.

O avanço das tecnologias de telecomunicação desempenhou um papel crucial na ascensão do império midiático contemporâneo. Em particular, os serviços de *streaming*, tão prevalentes nos dias de hoje, são resultado dos avanços nas tecnologias e representações em vídeo.

No cenário contínuo de avanços e explorações tecnológicas pela grande mídia emergente, surge a questão da efetiva democratização desses recursos tecnológicos, especialmente no que diz respeito à compressão de vídeo, também para áreas educacionais, informacionais e culturais populares. Busca-se, assim, ampliar a disponibilidade dessas tecnologias, alcançando sujeitos sociais de maneira mais abrangente, permitindo, por exemplo, que produtores independentes tenham acesso e conhecimento técnico sobre os benefícios dessa área.

Considerando que os softwares de edição de vídeo consolidados no mercado são excessivamente dispendiosos, o que inviabiliza que alguns segmentos da sociedade possam criar conteúdos nessas plataformas, a inclinação mercadológica acaba por dificultar o acesso. Isso vai ao encontro do argumento apresentado no livro “Media and Society”, onde a restrição de acesso também é percebida como um obstáculo à democratização, comprometendo, assim, os princípios democráticos na produção e circulação de conteúdo.

Para além da promoção do acesso aos recursos dessas aplicações para segmentos da sociedade, é relevante mencionar que a inclusão digital enfrenta diversos desafios de natureza socioeconômica, mas é possível mitigar esse problema por meio de soluções tecnológicas. Nesse contexto, uma abordagem com impacto positivo tem sido o progresso nas técnicas de compressão de vídeo. A título de exemplo, um vídeo não comprimido demanda uma quantidade extraordinária de *bits*, o que impacta significativamente no armazenamento e transmissão desse material audiovisual (AGOSTINI, 2007). Dessa forma, po-

pularizar os recursos computacionais torna-se fundamental para ampliar o alcance da inclusão digital e diversidade de conteúdos.

Retomando a análise proposta no livro “Media and Society”, chama-se a atenção para a persistência do cenário em que a produção de mídia é conduzida por um grupo restrito e distribuída para as massas, conforme destacado na expressão “*Media production by the few, distributed to the many*”. Os otimistas digitais alimentavam a esperança de que as redes digitais promoveriam um empoderamento em larga escala na comunicação, contudo, essa expectativa não se concretizou. O que vivenciamos hoje ainda reflete um domínio no controle do marketing e da publicidade dos produtos midiáticos, indicando uma continuidade nas estruturas de poder estabelecidas na indústria da mídia. Essa realidade suscita questionamentos sobre a eficácia das transformações digitais em verdadeiramente democratizar o acesso e a produção de conteúdo midiático.

Objetivos Gerais

Este trabalho expositivo tem como objetivo apresentar de maneira acessível o conceito de codificação de vídeo e sua aplicação generalizada, visando fomentar a inclusão digital e diversificar os conteúdos audiovisuais, incluindo segmentos educacionais, informativos e culturais. Além disso, é mostrado que com poucas linhas de código torna-se possível realizar a compressão de vídeos de forma eficiente e com os recursos mais atuais. Esta abordagem visa conscientizar sobre a acessibilidade universal das ferramentas digitais e a necessidade de um diálogo aberto com elas, promovendo a democratização, conforme expresso por Paulo Freire em outra época: “Uma escola que não tivesse medo nenhum de dialogar com os chamados meios de comunicação. Uma escola sem medo de conviver com eles, chegando até mesmo, risonhamente, a dizer: Vem cá, televisão, me ajuda! Me ajuda a ensinar, me ajuda a aprender” (FREIRE, 2013).

Fundamentos de Codificação de Vídeo

O parágrafo a seguir busca explorar os fundamentos subjacentes à codificação de vídeo, delineando como esse processo tem suas bases na complexidade do sistema visual humano. A codificação de vídeo, essencialmente, busca replicar e otimizar a percepção visual humana, considerando as nuances de como nossos olhos interpretam e processam informações visuais. Nesse contexto, a compressão de vídeo se destaca como uma técnica que aproveita eficientemente essas características visuais para reduzir o volume de dados necessário para representar uma imagem em movimento.

Ao compreender a maneira como nossos olhos percebem detalhes e padrões, os algoritmos de compressão podem discernir redundâncias e eliminar informações menos perceptíveis, mantendo a qualidade visual percebida. Portanto, a interligação entre os princípios da codificação de vídeo e a exploração das características visuais humanas revela uma abordagem complexa e sofisticada para otimizar a transmissão, armazenamento e exibição de conteúdos visuais na era digital.

Imagens Digitais e o Olho Humano

A representação computacional de vídeo está profundamente enraizada na biologia de nossos olhos. O sistema visual humano possui células sensíveis à luz chamadas de bastonetes e cones. Os bastonetes são especialmente sensíveis a luminosidade do ambiente e, na visão noturna, demonstram maior eficiência, embora absorvam imagens com pouca resolução. Os cones são sensíveis às cores vermelha, verde e azul e amarelas, permitindo a identificação de detalhes em alta resolução (POLLACK, 2006).

Essa configuração de células confere ao sistema visual uma grande capacidade de discernimento, possibilitando a distinção de milhares de cores por meio de diferentes combinações de intensidades percebidas pelos cones e basto-

netes. Além disso, o processamento na retina, com suas camadas de neurônios, desempenha um papel crucial ao codificar a informação em canais específicos, como luminância (tons de cinza) e crominância (cores) (GONZALEZ, 2003). É com base nessas observações que a representação digital foi concebida para ser fiel à percepção visual humana.

Representação Computacional de Vídeo

O vídeo digital é composto por sequências de imagens, capturadas em intervalos de tempo específico com a finalidade de gerar a sensação de movimento constante, objetivo alcançado ao capturar de 24 a 30 imagens, chamadas de quadros, por segundo (Gonzalez, 2003). Cada ponto de uma imagem (quadro) é chamado de pixel, a menor informação visual (Porto, 2012).

Paralelamente, a representação das cores desempenha um papel vital na qualidade do vídeo. Um sistema com esta função é chamado de espaço de cores. Um dos sistemas com esta finalidade é o YCbCr, onde a luminância (Y) especifica a quantidade de brilho ou luz; a crominância azul (Cb) e vermelha (Cr) (BHASKARAN, 1997). A vantagem deste sistema é a de a informação luminosa estar a parte da de cores, deste modo podem ser manipuladas de forma diferentes (LUCIANO, 2007).

Ademais, o sistema visual humano é mais sensível à informação de brilho do que de cores. Esta característica é aproveitada pelos padrões de compressão de vídeo e imagens estáticas para melhor desempenho na codificação. Essa tarefa é feita reduzindo a taxa de amostragem dos componentes de crominância em comparação aos de luminância (brilho) (RICHARDSON, 2002). Esta execução é chamada de subamostragem de cores (LUCIANO, 2007, p. 30).

Por que Comprimir Vídeos é Importante?

Numa representação de vídeo, é comum encontrar informações desnecessárias ou redundantes que não contribuem significativamente na visibili-

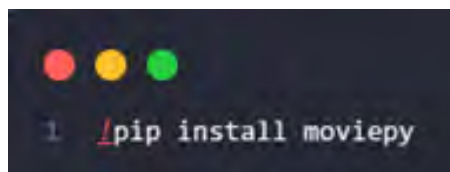
dade. Essas informações supérfluas aumentam a carga computacional durante o processamento, armazenamento e transmissão, tornando-se um desafio para a otimização (AGOSTINI, 2007). E além da redução da taxa de amostragem de cores, existe a preocupação em diminuir as ocorrências dessas informações menos significativas.

A mitigação dessas redundâncias é crucial para otimizar representações visuais em vídeo. Para isso, as estratégias de compressão de vídeo têm sido desenvolvidas para preservar apenas as informações essenciais para a compreensão e interpretação de conteúdo visual, ao mesmo tempo em que minimiza o impacto computacional do material (AGOSTINI, 2007).

Aplicação Prática em Python Utilizando o Google Colab

A seguir é apresentado uma aplicação em python para comprimir vídeo usando o codec H.264² e perfil de áudio AAC e com desenvolvimento no Google Colab³. Antes de executar o código, é importante garantir que a biblioteca Moviepy⁴ esteja instalada no ambiente do Colab. É possível instalar a biblioteca adicionando o seguinte código em uma célula:

Figura 1. Comando de instalação da biblioteca Moviepy no Colab

A terminal window with a dark background and three colored window control buttons (red, yellow, green) at the top left. The text inside the terminal is a single line of code: `!pip install moviepy`.

```
!pip install moviepy
```

Após feita a instalação, podemos iniciar de fato a execução do programa. O primeiro passo é escolher qual arquivo de vídeo será comprimido:

² Para saber mais sobre codec H.264: https://en.wikipedia.org/wiki/Advanced_Video_Coding

³ Para ter acesso ao código, acesse: [VideoCompress.ipynb](https://colab.research.google.com/notebooks/VideoCompress.ipynb)

⁴ veja mais sobre a biblioteca Moviepy: <https://pypi.org/project/moviepy/>

Figura 2. Executando esta célula é aberto uma janela para escolher o arquivo de vídeo

```
1 from google.colab import files
2 uploaded = files.upload()
```

Desse modo, o próximo passo é executar a célula que contém a função de compressão, nela é necessário fazer a configuração dos parâmetros *input_path* com o nome e o formato do vídeo escolhido, *out_path* com o nome e formato desejado, além do parâmetro *bitrate*, coma taxa de bits do vídeo de saída.

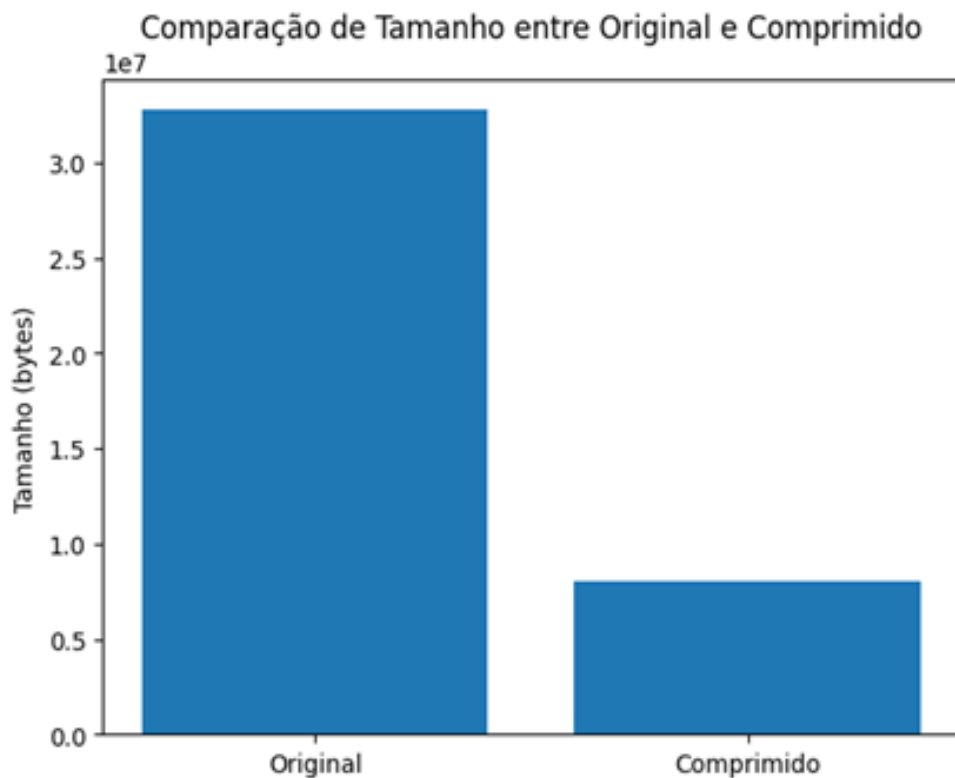
Figura 3. A compressão é realizada nesta célula, apenas é necessário adaptar o parâmetro *input_path*; *out_path* e *bitrate*

```
1 from moviepy.editor import VideoFileClip
2 def comprimir_video(input_path, output_path, bitrate):
3     try:
4         # Carrega o vídeo
5         clip = VideoFileClip(input_path)
6         # Comprime o vídeo com codec H.264 e perfil de áudio AAC
7         clip.write_videofile(output_path, codec='libx264', audio_codec='aac', bitrate=bitrate)
8         print(f'Vídeo comprimido e salvo em {output_path}')
9     except Exception as e:
10        print(f'Ocorreu um erro: {str(e)}')
11 # Define o caminho do vídeo carregado
12 input_path = 'Pálido Ponto Azul, de Carl Sagan.mp4'
13 # Define os parâmetros
14 output_path = 'Carl Sagan.mp4'
15 bitrate = "78k"
16 # Chama a função para comprimir o vídeo
17 comprimir_video(input_path, output_path, bitrate)
```

A seguir, podemos analisar os dados extraídos ao término da compressão para comparar o tamanho entre o vídeo original e vídeo comprimido.

Figura 4 e 5. Ao executar esta célula é retornado este gráfico de barra

```
1 import matplotlib.pyplot as plt
2 def exibir_grafico(original_size, compressed_size):
3     # Cria um gráfico de barras
4     labels = ['Original', 'Comprimido']
5     sizes = [original_size, compressed_size]
6     plt.bar(labels, sizes)
7     plt.ylabel('Tamanho (bytes)')
8     plt.title('Comparação de Tamanho entre Original e Comprimido')
9     plt.show()
10 # Exibe o gráfico
11 exibir_grafico(original_size, compressed_size)
```



Como passo final, também é possível realizar o download do vídeo utilizando a célula abaixo.

Figura 4 e 5. Célula que baixa o vídeo comprimido para o computador do usuário

```
1 def baixar_video(output_path):
2     try:
3         # Faz o download do vídeo de saída
4         files.download(output_path)
5         print(f'Vídeo baixado com sucesso!')
6     except Exception as e:
7         print(f'Ocorreu um erro ao baixar o vídeo: {str(e)}")
8 # Chama a função para baixar o vídeo comprimido
9 baixar_video(output_path)
```

Considerações Finais e Perspectivas Futuras

A introdução proporcionou uma visão sobre a relação entre as novas tecnologias de mídia, democratização e a indústria midiática. O destaque para a persistência das estruturas de poder na produção e distribuição de conteúdo, conforme abordado no livro “Media and Society”, estabelece um contexto relevante para a discussão subsequente sobre codificação de vídeo e sua aplicação prática.

Ao adentrar nos fundamentos da codificação de vídeo, observamos a intrincada conexão entre os princípios desse processo e a complexidade do sistema visual humano. A exploração detalhada das características biológicas dos olhos, juntamente com a representação computacional de vídeo, evidencia a busca por replicar eficientemente a percepção visual humana. O destaque para a compressão de vídeo como uma técnica essencial para otimizar a transmissão, armazenamento e exibição de conteúdo visual na era digital reforça a importância dessa abordagem.

A seção prática, que apresenta uma aplicação em Python para compressão de vídeo usando o codec H.264, proporciona uma compreensão tangível

dos conceitos discutidos anteriormente. A inclusão de imagens e instruções translúcidas para instalação da biblioteca Moviepy e execução do código no Google Colab contribui para a acessibilidade do conteúdo.

Os resultados obtidos, como a comparação do tamanho entre o vídeo original e comprimido, fornecem uma verificação prática da eficácia da compressão. A conclusão do processo com a possibilidade de download do vídeo comprimido encerra a aplicação prática de forma funcional.

Numa perspectiva futura, a discussão sobre democratização e acesso à produção de conteúdo midiático pode ser ampliada, considerando não apenas as tecnologias de compressão, mas também aspectos sociais, econômicos e educacionais. Explorar como as soluções tecnológicas podem ser aliadas na superação dos desafios de inclusão digital e na promoção de diversidade de conteúdos pode enriquecer ainda mais a abordagem proposta. Além disso, analisar o impacto das transformações digitais na democratização efetiva do acesso à produção de conteúdo midiático, conforme abordado anteriormente, permanece como uma área de reflexão importante para futuras pesquisas.

Referências Bibliográficas

AGOSTINI, L. V. **Desenvolvimento de Arquiteturas de Altas Desempenho Dedicadas à Compressão de Vídeo Segundo o Padrão H. 264/AVC**. 2007. 172f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Curso de Pós-graduação em Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. 1ª edição. Editora Paz & Terra, 31 março 2013.

HESMONDHALGH, David. “Have digital communication technologies democratized the media industries?”. In: CURRAN, James; HESMONDHALGH, David (eds.). **Media and Society**. 6ª edição. Bloomsbury Academic, 2019. p. 101-120.

GONZALEZ, R.; WOODS, R. **Processamento de Imagens Digitais**. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

PORTO, Marcelo Schiavon. Desenvolvimento algorítmico e arquitetural para a estimação de movimento na compressão de vídeo de alta definição. 2012. **Tese** (Doutorado em Ciência da Computação) - Curso de Pós-graduação em Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul..

POLLACK, J. Displays of a Different Stripe. **IEEE Spectrum**, [S.l.], v. 43, n. 8, p. 40- 44, Aug. 2006.

RICHARDSON, I. **H.264 and MPEG-4 Video Compression: Video Coding for NextGeneration Multimedia**. Chichester: John Wiley and Sons, 2003.

**GRUPO DE TRABALHO:
ENSINO DE SOCIOLOGIA - EXPERIÊNCIAS
E REFLEXÕES**



2024

Herison



ENTRE ÊXITOS E ÊXODOS: AS CONTRADIÇÕES VIVENCIADAS PELOS QUILOMBOLAS UNIVERSITÁRIOS DE CANGUÇU/RS APÓS A INSTITUIÇÃO DA LEI DE COTAS

Nara Beatriz Matias Soares¹
Carlos Eduardo Simões da Silva²
Marcos Jardel Matias Soares³

Introdução

Neste artigo se quer trabalhar a importância da lei de cotas⁴ na promoção do ingresso de quilombolas às universidades, conseguindo assim ter uma formação na área que têm aptidão. Apesar da importância para as comunidades quilombolas, pensa-se que, ao mesmo tempo, sair do quilombo para estudar na universidade pode comprometer o interesse por manter a identidade quilombola e o retorno à comunidade tradicional.

É importante ressaltar, que o município de Canguçu tem até o momento 16 comunidades certificadas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares,

1 Universidade Federal de Pelotas. E-mail: mnarabeatriz@yahoo.com

2 Universidade Federal de Pelotas. E-mail: carlosc.sociais@gmail.com

3 Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marcjardelmat@hotmail.com

4 Lei nº12.711 de 29 de agosto de 2012, Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, Decreto Nº 6.944 de 21 de agosto de 2009 e Decreto nº. 6.040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais).

sendo quinze situados na zona rural e um na zona urbana. Estes jovens fazem parte de quatro quilombos do interior de Canguçu: Manoel do Rego e Santa Clara e arredores situados no primeiro distrito; Passo do Lourenço e arredores, localizados no quarto distrito; e Potreiro Grande, que fica no segundo distrito. Metodologicamente, serão analisadas as cinco entrevistas realizadas com estes sujeitos sendo homens e mulheres, graduados e graduandas que tiveram sua identidade preservada e a garantia de que teriam o retorno por parte da primeira autora deste artigo. Algo importante de salientar, é que o número de ingressantes e formados ainda é baixo devido a política ter sido implantada recentemente nas universidades da região. Eles foram denominados por: Filho MR2, Filho MR4, Filho PL3, Filha SC e Filha PG. Algumas entrevistas ocorreram de forma virtual porque alguns entrevistados se encontravam em outra cidade e as demais ocorreram de forma presencial.

Optou-se pela Comunidade Remanescente de Quilombos Manoel do Rego por ser a comunidade da primeira autora e por ter uma história admirável. A escolha das demais se deu por questão de proximidade e por possibilitar fazer um comparativo envolvendo os critérios selecionados entre graduados e graduandos.

Além das entrevistas, foi feita uma análise participante (SHAH, 2020) uma técnica de abordagem qualitativa onde a primeira autora se inseriu no interior do grupo observando-os grupo este, a qual já faz parte, interagindo com os sujeitos. O relato oral é a base primária para a obtenção de qualquer forma de conhecimento, seja científico ou não é a maior fonte humana de conservação e difusão do saber (QUEIROZ, 1987).

Jacques Léon Marré (1991) afirma que a história de Vida deve tornar-se parte essencial de um Método Biográfico, para que não seja considerada uma simples técnica de investigação empírica. O método de Marré permite reconstruir, em cada história de vida, a presença de relações básicas e complexas que dizem respeito às categorias sociedade, grupo e indivíduo, expressas na relação

oral. São relações ligadas à estrutura social e grupal e, ainda, a idéia de rearranjo e reapropriação do social, que o indivíduo faz como unidade singular de seu relato. Além disso, para o referido autor, o Método Biográfico, constituído pelas modalidades História de Vida, Trajetória de Vida e Narrativas, no seu desenvolver dinâmico, traz a possibilidade concreta de reconstrução do passado a partir de relatos, levando em conta a descontinuidade e as rupturas ocorridas tanto a nível da vida individual como coletiva (ibid., p. 91). Ao vivenciar e relatar sua história de vida, o indivíduo, demonstra que se identifica com o grupo social a qual pertence sendo o elemento constitutivo. Para Marré, a História de Vida sempre deve tornar-se parte de um Método Biográfico; o que interessa é a vida das pessoas, seja a trajetória total, seja fases desta vida.

Desenvolvimento

As comunidades quilombolas de Canguçu no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, em quase toda totalidade, situa-se na zona rural. No momento há 16 comunidades reconhecidas pela fundação cultural Palmares destas, 15 são no interior (Manoel do Rego, Passo do Lourenço e arredores, Maçambique, Cerro das Velhas, Armada, Potreiro Grande, Iguatemi, Estância da Figueira, Cerro da Vigilha, Cerro da Boneca, Boqueirão, Santa Clara e Arredores, Favila, Faxinal e Bisa Vicenta) e o Quilombo Filhos do Quilombo, na zona urbana. São denominados como quilombolas neste município as pessoas de pele negra um pensamento que precisa ser desconstruído, pois havendo sentimento de pertença a um grupo e a uma terra há a expressão de identidade étnica e de territorialidade. A identidade e o território são os elementos chave para comprovação de pertencimento (GARCIA *apud* ANDRADE, 1997, p. 47). Esse entendimento do que é ser quilombola existente em Canguçu, pode acabar excluindo pessoas do que é seu por direito, como por exemplo, as políticas públicas.

Inicialmente é importante ressaltar que todos os entrevistados nasceram em Canguçu e sobre a chegada de seus antepassados às localidades onde eles

residem atualmente afirmaram que foram fugidos das charqueadas que tinha no município de Pelotas e de regiões da África:

Filho MR 2: Então, meus pais eles originalmente eles já eram de Canguçu. Por parte da minha mãe meu bisavó veio da África, da região ali da Nigéria . Então o meu pai ele era da localidade do Iguatemi e minha mãe da localidade de Solidez então quando eles casaram primeiramente eles foram morar na localidade do Iguatemi e posteriormente por ter que cuidar da minha vó já que meu vô tinha falecido eles acabaram tendo que se mudar para a localidade de Solidez para cuidar da minha vó Cercelina D'Avila Matias.

Com relação à origem as informações são poucas mas eles sabem, que os seus pais sempre trabalharam na agricultura com raras oportunidades de estudar o que comprova o porquê há um índice bastante elevado de analfabetos e semi-analfabetos neste grupo. Eles optaram por trabalhar na agricultura nas suas propriedades, colocando em prática todos os saberes que são passados de geração em geração envolvendo o manejo do solo e das culturas, saberes culinários, rituais de benzeduras, etc. Quando começaram a surgir escolas próximas e transportes escolares os pais fizeram questão de colocar seus filhos para estudarem pois seus desejos sempre foram, que os filhos aproveitam as oportunidades para assim ter uma formação.

Esse foi um dos avanços decorrente da mudança na legislação principalmente, depois que houve a promulgação da Constituição Federal de 1988. Um dos avanços que é importante para este artigo é a implementação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 que garantiu vaga de acesso aos quilombolas no Ensino Superior algo que anteriormente era um pouco inviável visto que, as famílias quilombolas não tinham condições financeiras para arcar com as despesas de seus filhos em outra cidade para que este cursasse uma faculdade. É importante ressaltar que mesmo que tenha ocorrido a certificação e o reconhecimento das comunidades somente após os anos 2000, as comunidades já estavam nestas localidades residindo. A maioria das famílias tem um pequeno pedacinho de terra, antigamente se tinha muitos filhos, o acesso à informação de como funcionavam as universidades raramente chegavam, a questão de

transporte dependia de posses financeiras para arcar, enfim eram vários obstáculos que barravam esse acesso.

A sociedade não produz assimetrias que são importantes para a dinâmica social elas procuram estabelecer mecanismos jurídicos - institucionais e repressivos que agem como elementos estabilizadores sociais que preservam o quadro de desigualdade (BRASIL, 2021). Porém, desde a implementação das ações afirmativas para as comunidades de Canguçu passaram a lutar por seus direitos resistindo a todos os obstáculos na luta por seus direitos. Uma das formas adotadas foi apresentar sua história que é um patrimônio cultural (SOARES, 2024).

O acesso ao ensino superior para os povos originários foi, até o final da década de 90, considerado irrelevante nas agendas governamentais no campo educacional. No entanto, com a implementação de ações afirmativas e a luta contra as desigualdades sociais, especialmente dentro das universidades, essa questão emergiu nos debates sociais (PEREIRA; SOUZA, 2018, p. 197). Esse acesso é resultado de uma longa luta contra o racismo estrutural, sendo uma das consequências do reconhecimento legal dos quilombos no Brasil, como afirmado por Carril: “O reconhecimento legal dos quilombos no Brasil representa um marco histórico na visibilidade das diferenças étnicas e culturais da sociedade” (CARRIL, 2017, p. 539)”.

Na Universidade Federal do Rio Grande (FURG⁵) uma das universidades onde muitos quilombolas de Canguçu e de todo o país estão estudando lá o processo seletivo especial iniciou antes da UFPEL e desde o início foram 10 vagas destinadas, sendo os cursos escolhidos pelas comunidades. A Universidade Federal de Pelotas⁶ dentre as universidades federais, foi uma das últimas a implantar esta política, sendo o primeiro processo seletivo a ocorrer para

5 O embasamento legal é a resolução nº20/2013 do Conselho Universitário – Consun, com redação alterada pela resolução nº11/2022 do Consun e a resolução nº86/2022 do COEPA de 21 de outubro de 2022.

6 Resolução nº 15/2015, aprovada pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da UFPEL (COCEPE).

o ingresso no 2015/2. Neste ano, os quilombolas e indígenas disputaram as vagas em um processo único onde se destinou, por classificação, cinco vagas para quilombolas e cinco para indígenas. Logo depois de ter sido concluído o processo, foi feita uma avaliação junto às lideranças quilombolas e indígenas e concluiu-se que não poderia seguir ocorrendo daquela forma então, cada grupo passou a ter seu edital.

O Processo Seletivo Específico era executado pela Coordenação de Processos de Seleção e Ingresso (CPSI) em conjunto com Comissão do Processo Seletivo Específico, conforme Portaria N° 1.594, de 01 de dezembro de 2015. Dos anos 2018 a 2021 o Processo Seletivo Específico foi executado pela Coordenação de Desenvolvimento de Concursos (COODEC) em conjunto com Comissão do Processo Seletivo Específico selecionada pela Coordenação de Inclusão e Diversidade (CID/UFPEl). Já em 2022 o Processo Seletivo Especial fora coordenado pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), pelo Núcleo de Gerenciamento de Concursos e Vagas (NUGEC) e pela Comissão do Processo Seletivo Especial, selecionada pela Coordenação de Inclusão e Diversidade e Inclusão (CODIn). É dentro da CODIn que está o NUAAD⁷, setor responsável pelo estabelecimento de políticas, diretrizes e práticas para a consolidação da Política de Cotas, instituída pela Lei n. 12.711 de 2012, e pelo acompanhamento de Processo Seletivo Especial.

Depois de situar como se deu todo o histórico deste processo é importante trazer os objetivos da criação de vagas. Quis-se e quer promover o acesso para grupos cuja possibilidade de ingresso nas universidades públicas é dificultada por sua cultura e modos de vida próprios, e que foram historicamente excluídos

⁷ O NUAAD tem a missão de acolher, orientar e acompanhar os estudantes cotistas, desenvolvendo projetos e ações em colaboração com as diferentes pró-reitorias, unidades acadêmicas e coordenações de cursos, com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e o reconhecimento da diversidade na UFPEL (UFPEL, 2017, S/N). Esse núcleo promove atividades educativas, informativas e de integração entre as unidades acadêmicas, dentro e fora da universidade, dando visibilidade às populações indígenas, negras e quilombolas, bem como às lideranças comunitárias das quais esses estudantes provêm. Foi criado, em 23 de junho de 2017, através da Resolução n. 06 sendo um órgão que faz parte da nova estrutura administrativa da universidade inicialmente chamado de Coordenação de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis (CAPE/PRAE/UFPEl).

de diversos espaços da sociedade brasileira. Assim, a política de ações afirmativas para indígenas e quilombolas tem o objetivo de reparar injustiças históricas que foram cometidas sobre esses povos trazemos os indígenas junto porque na UFPEL esse processo se iniciou e permanece junto. Quando houve a aprovação da Resolução nº 15/2015, do COCEPE, foi destacado que “a sociedade mantém uma dívida histórica” com essas comunidades e que “se a Universidade não adotasse formas especiais de acesso desses grupos, iria manter sempre uma porta fechada para a formação humana e profissional desse grupo”. Afirmações que foram corroboradas pelo COCEPE (Ata nº 13/2015 UFPEL).

Sendo assim, após alguns anos, hoje já há estudantes formados fruto desta política tendo assim as comunidades quilombolas, médicos, advogados, educadores físicos, engenheiros agrônomos, psicólogos, enfermeiros, etc e há graduandos (as) próximos de se incluir neste grupo. Dentre os cinco entrevistados que estão sendo analisados, três já estão formados e duas estão no final de suas graduações. Eles contam que estão felizes com a conquista da vaga, porém, relatam que enfrentaram dificuldades durante sua vida escolar oriundas do racismo:

Filho PL3: a principal dificuldade com toda, uma das principais dificuldade que eu enfrentei e ainda enfrento hoje sem dúvida é o racismo institucional porque e outra dificuldade é que tão sempre duvidando da nossa capacidade, tu tem que tá toda a hora se mostrando pra eles tá dizendo pra eles, quão então essa é uma das grandes dificuldades que sempre tu tem que tá sempre mostrando tua capacidade, tá sempre a toda hora eu sempre sinto que tinha que fica mostrando que a gente era capaz, que a gente pode fazer. Também tem toda a questão quando eu vim pra faculdade uma das grandes dificuldades é sair de casa, da minha comunidade e vim pra um lugar completamente diferente, conviver com pessoas diferentes sem sombra de dúvida foi uma das dificuldade que eu tive mas que, com o apoio da minha família, dos meus ancestrais, da minha comunidade quilombola eu superei e segui em frente consegui vencer as adversidades.

Ele afirma que isso é algo que infelizmente continua, mesmo depois de estar formado como vemos em sua resposta a pergunta se o preconceito havia acabado por ele ter se formado:

Filho PL3: sem sombra de dúvidas só que é de um modo diferente, que eu atualmente estou trabalhando em dois lugares diferentes, estou trabalhando na Unidade Básica de Saúde aqui na cidade de Pelotas e trabalho na Unidade de Pronto Atendimento em Rio Grande na UPA Junção e as vezes uma das coisas que eu noto é que as pessoas elas não te atacam diretamente é por meio de, eles ficam dizendo ahh tu pode fazer isso, ahh quem sabe tu faz aquilo sabe nunca é um racismo diretamente as vezes vão assim tentando fazendo coisas que pra vê, pra tenta te desmerece seu dia a dia isso é uma das grandes, problemas da nossa realidade do nosso povo que a gente tem que tá sempre toda hora se provando mas graças a Deus, tem a minha mãe, tem a minha comunidade, a minha família, amigos a rede de apoio é muito grande então eles vão sempre nos ajudando. E trabalha tá sempre aquele friozinho na barriga depois que a gente se forma porque, tudo é diferente tu passa a olha os modos, passa a olha os paciente com outros olhos as vezes a gente olha quando o paciente chega e pergunta pra ti: ah tu é o técnico vai aferir meus sinais quando é que vou conversa com o médico são essas pequenas coisas do dia dia que vão indo e as vezes a gente deixa passar despercebido mas que isso tudo vai enchendo um potizinho assim, um balde que tá gotejando e chega um ponto que se você não tem um alto controle aquele balde pode extravasar.

Há três concepções de racismo: Individualista que é quando olhamos para os comportamentos das pessoas e afirmamos que fulano agiu de modo racista porque é irracional, tem algum problema. Para Silvio Almeida (2019), esta concepção é sobre a relação estabelecida entre o racismo e a subjetividade sendo extremamente frágil porque não dá conta de questões históricas. A outra concepção, é estrutural⁸ onde discute-se a relação entre o racismo e a economia e a terceira concepção é a institucional que diz respeito à relação estabelecida entre o Estado e o racismo onde o racismo é tratado como um resultado do funcionamento das instituições, que organizam e mantêm os privilégios baseados em raças (idem,2019).

O racismo está enraizado na sociedade e isso demonstra que não basta apenas ter a legislação que garante o ingresso, pois é preciso pensar em políticas de permanência, na criação de ambientes anti racistas, ter formações para

⁸ O racismo estrutural é a discriminação racial sistemática presente nas estruturas sociais (institucionais, políticas ou econômicas), trata do tipo de racismo que já faz parte da cultura de um povo e contribui para a perpetuação de desigualdades tendo origem no processo de colonização e escravidão da população indígena e africana a partir do século XV (ALMEIDA, 2019).

professores, funcionários e colegas. Além desta política também é preciso criar uma política que garanta que os egressos tenham oportunidades de trabalhar se possível, junto às suas comunidades. Caso não houver, muitos irão residir em outras cidades para assim ter pode trabalhar em suas áreas de formação:

Filha PG: no momento eu só penso em me forma e arrumar algum serviço é o básico do básico que eu espero e acho que é isso e depois i evoluindo com as coisas aos poucos mas assim, no momento eu só penso em me formar e consegui um serviço.[...] Na verdade onde me oferece um trabalho eu vô então se eu tive serviço lá e se eu tiver serviço na região o que vai me facilita mas realmente, tipo desde que seja dentro do Rio Grande do Sul em si.

Isso vai influenciar no retorno que as comunidades querem que ocorra pois, principalmente as lideranças planejam que o estudante deve ir para a universidade, se formar e voltar a residir no quilombo. Para os estudantes o retorno é repassar conhecimentos o que pode ser dado a distância via meios tecnológicos:

Filha SC: Olha a principio eu não gostaria de retorna né porque eu acredito que independente pra onde eu vá i pra me aprofunda em conhecimento, estudo se não para com isso eu posso dá retorno né porque hoje em dia tem tanta tecnologia né e aqui por exemplo tem mais pessoas que tenham essa né ideia de retornarem que a gente tem mais duas gurias que estão fazendo e que também são do nosso município né no momento psicologia. Mas eu quero muito faze esse suporte assim né ou atendimento online ou de repente uma clínica antiracista alguma coisa assim nesse intuito pra abrange mais pessoas sabe futuramente

O retorno que nos referimos em todo o trabalho diz respeito ao retornar a viver no quilombo e colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos cursos nas universidades auxiliando assim a toda a comunidade e porque não as demais. Esse termo foi implantado pelas lideranças do movimento quilombola pois nos seus entendimentos é isso que a palavra significa. Porém os estudantes pensam e pretendem agir dando esse retorno inovando, com o uso das tecnologias algo que vai requerer, que os que estão nas comunidades saibam manusear equipamentos tecnológicos como celulares, notebooks, etc. Felizmente com a necessidade que se teve no período da pandemia da

covid-19 muitos quilombolas se obrigaram a aprender a manusear esses equipamentos.

Sendo assim, se não ocorrer o “retorno” daqueles que saíram para cursar o ensino superior como as lideranças quilombolas pensaram, não significa que estes deixaram de ser quilombolas e vão perder sua identidade quilombola se não residir no quilombo pois estando, nas universidades e em outras cidades possibilitará demonstrar a outras pessoas o que é ser um quilombola e o quão importante foi a política de cotas para chegar onde está.

Ressaltamos que o estar na universidade no caso desses quilombolas de Canguçu exigiu o estar longe da família, morar em casa/apartamentos com quilombolas e indígenas de outros lugares, habituar-se com o viver em outra cidade, mudança na alimentação pois não há pratos típicos do seu povo sendo feito diariamente nos restaurantes universitários e a corrida rotina de estudos não os possibilita prepará-los em casa. Mas acima de tudo o medo e as incertezas atormentam suas vidas incentivando-os a desistir mas ao findar essa conquista proporciona uma viagem nas lembranças do passado causando motivos para o estudante se orgulhar pois ele venceu muitos obstáculos. Essa conquista também é alegria para sua família e todos os quilombolas sem falar, na motivação para aqueles que são crianças ou estão na fase do ensino fundamental e médio a desejarem e saberem que eles também podem chegar lá.

Considerações Finais

A Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (Lei 12.711/12) é importante e está muito conectada com a Lei de Cotas nos Concursos Públicos Federais (Lei 12.990/14). Os saberes estéticos-corpóreos diz respeito ao corpo negro superar a visão exótica que tem lhe sido imposta historicamente. Mesmo hoje com o cumprimento das leis que exigem cotas para negros nos espaços onde sempre estiveram excluídas (como universidades, governo e mídia, por exemplo), precisa-se de uma nova e mais

respeitosa maneira de olhar e convivência para tentar combater o racismo estrutural, científico⁹ e institucional¹⁰ que está fazendo com que muitas pessoas desistam de seus sonhos.

Para isso, é preciso que as autoridades governamentais tenham o olhar e iniciativa de criar novas leis que visem melhorias como garantia de emprego para egressos das universidades via processos seletivos, se crie ambientes antirracistas, se exija o cumprimento da lei nº 10.639/2003, etc. É preciso que as promessas saiam do papel e ocorram na prática. Se quer ter cada vez mais quilombolas nas universidades e principalmente, que estes, se formem e possam auxiliar os seus.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras Tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.06, n.01, maio de 2004.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69, abr.-jun. 2017. Acessado em 19 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vwgCcgBY6sF4KwMpdYcfK/?format=pdf&lang=pt>

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desigualdades**, n. 14, 2017.

MARRE, Jacques Léon. **História de Vida e Método Biográfico**. In: Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, UFRGS, v.3, no. 3 jan/jul. 1991 p.89-141.

Queiroz DT, Vall J, Souza AMA, Vieira NFC. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA PESQUISA QUALITATIVA: CONCEITOS E APLICAÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-83, 2007.

⁹ Crença pseudocientífica de que existem evidências empíricas que apoiam ou justificam o racismo ou a inferioridade ou superioridade racial.

¹⁰ É qualquer sistema de desigualdade que se baseia na raça que pode ocorrer em instituições como órgãos públicos, governamentais, corporações empresariais privadas e universidades sejam elas públicas ou privadas.

SOARES, Nara Beatriz Matias. SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CANGUÇU ENQUANTO PROMOTORES DA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Trabalho de Conclusão de Curso** Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, 2021.

UFPEL. **RESOLUÇÃO nº 06 DE 23 DE JUNHO DE 2017**. Pelotas, 06 jun. 2017. Acessado em 18 set. 2023. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/Nova-Estrutura.pdf>

UFPEL. **RESOLUÇÃO nº 15 DE 07 DE MAIO DE 2015**. Pelotas, 07 mai. 2015. Acessado em 18 set. 2023. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2015/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15.2015.pdf>

**GRUPO DE TRABALHO:
USOS SOCIAIS DAS MÍDIAS DIGITAIS NA
SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**



2024

Herison



O ABORTO NAS FRONTEIRAS DA ILEGALIDADE E ATIVISMO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NAS MÍDIAS DIGITAIS E SOCIAIS

Magna Karol Alves de Paiva¹

Introdução

No Brasil, sabe-se que o aborto é crime, segundo a legislação brasileira, do Código Penal de (1940), exceto em três circunstâncias: em caso de estupro, morte materna e por decisão do Supremo Tribunal Federal em 2012, em caso de anencefalia. Mesmo sendo crime para as demais mulheres que não estão passando por esses casos, os abortos ilegais seguem acontecendo porque é a única saída quando se trata de não levar adiante uma gravidez indesejada.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de aborto PNA, 2021, (DINIZ *et.al*, 2021) o aborto está em declínio, se comparado com outras pesquisas realizadas na PNA 2010 e na PNA 2016, mas ainda segue como importante questão de saúde pública. Diante dos dados da pesquisa, 10% das mulheres disseram ter feito algum aborto na vida, e o aborto é um evento que ocorre no início da vida reprodutiva das mulheres, já que se constatou que 52% tinham 19 anos ou mais quando realizaram o aborto.

¹ UFPR. E-mail: karolmagna17@gmail.com

Os abortos podem ser realizados de maneira farmacológica com a ingestão de medicamentos que são o misoprostol e o mifepristona, ambos, proibidos a venda no Brasil. Os abortos também podem ser realizados em clínicas clandestinas, como ingestões de chás, e de outras substâncias. Mas predominantemente, as mulheres recorrem aos medicamentos para realizar um aborto, sendo, a partir disso que surge essas redes de acompanhamento na Internet, em buscas de ajudar a essas mulheres a realizar um aborto, seja legal ou ilegal.

Pensando nisso, que esse trabalho busca entender como essa rede e plataforma se constitui a margem do Estado no contexto de criminalização do aborto no Brasil a partir das narrativas das mulheres, entendendo, que essa plataforma, fundamentalmente, é performativa, e que fornece notícias, atualizações sobre o aborto medicamentoso e como realizá-lo de maneira segura, além de atuar a favor do aborto.

Este trabalho se divide, na primeira parte, em evidenciar a internet e a mídias sociais e as atuações dessas plataformas na causa do aborto. Na segunda parte, é importante trazer sobre as questões das fronteiras da ilegalidade do aborto no Brasil e do ativismo de mulheres, em buscas de ajudar as mulheres a recorrer um aborto de maneira segura a partir da internet e das mídias sociais. Buscando realizar um apanhado a partir das mídias sociais e como estamos circunscritos por essas tecnologias digitais em todas as nossas relações, não só a partir da chegada da internet, dialogando com a noção de midiaticização profunda de Couldry e Hepp (2020) na qual, vivemos em uma sociedade que é promulgado o social por meio das plataformas, das mídias e comunicação.

Na terceira parte, aponto como funciona a plataforma e alguns relatos que são feitos no espaço disponibilizado. Como argumento de que a internet e as ativistas mediam essas fronteiras do estado (Das e Poole, 2008) onde o estado não consegue chegar, agindo na margem.

A Internet e as Mídias Sociais

Segundo Ferreira (2015) nos anos de 1970, a teórica Firestone (1976) considerava que a aliança entre as mulheres e o desenvolvimento das tecnologias reprodutivas seriam vetor para acabar com a discriminação entre homens e mulheres, pois, essas tecnologias liberaram as mulheres da atividade reprodutiva, já que para a autora seria a base da desigualdade.

Nos anos 80, houve uma articulação para que as mulheres ocupassem mais os espaços tecnológicos para combater a imagem masculinizada e estereotipada que perpetrava esse âmbito. A partir dos anos 90, com a popularização da internet há uma renovação no debate sobre feminismos e tecnologias que se carregou de um otimismo favorável a participação das mulheres no acesso as tecnologias, pensando sobre as possibilidades que essas poderiam oferecer para as transformações de gênero, mas mantendo-se uma visão crítica nessa relação entre ambos.

Com a chegada da internet e logo depois as mídias sociais, para Couldry e Hepp (2020) elas compreendem muito mais do que canais específicos de conteúdo centralizado, ou seja, as mídias são plataformas que, para muitos seres humanos, são os espaços que, por meio da comunicação, promulgam o social.

Para Couldry e Hepp (2020) uma maneira de capturar o papel consistente das mídias sociais na construção do mundo social não é que seja mediado, mas midiaticizado, ou seja, sendo transformado no desenvolvimento e estrutura pelo papel que as mídias agem na sua construção.

O termo midiaticização, segundo Couldry e Hepp (2020) é um conceito que auxilia a analisar criticamente a inter-relação entre as transformações nas mídias e comunicações, por um lado, e as transformações na cultura e sociedade, por outro. Nesse caso, a midiaticização descreve os processos de ordem mais elevada de transformação e mudança em toda a sociedade, que resultam da mediação que se dá em todos os níveis que envolvem a interação.

Sendo a partir disso, que a internet, como as mídias sociais, se tornou aliadas nas lutas das mulheres em muitos aspectos, no que concerne a descriminalização do aborto no Brasil, onde são publicadas nas redes sociais sobre métodos contraceptivos, sobre o aborto e como sua descriminalização e legalização é importante para as mulheres. Como forma de ajudar as mulheres, essas redes, nas mídias sociais e internet atuam publicando sobre aborto seguro e os medicamentos.

Essas redes de ajuda mútua para as mulheres foram crescendo nessas plataformas, em blogs, e redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, que se articulam na luta das mulheres, como violência, assédio, e também como realizar um aborto em contexto de criminalização.

Essas plataformas em favor do aborto, atuam em países que ainda há criminalização, ajudando em como realizar o aborto medicamentoso, ter acesso a pílulas, vídeos explicativos de como realiza-lo, e como tomar de maneira correta. Além de, relatos de experiência de mulheres que induzem as mulheres a reproduzir sobre sua experiência e as outras que acessam ao site para como realizar o procedimento, de como seus corpos reagiram ao uso, o que ingeriram, seus repertórios de alegria, dor, sofrimento, alívio e tristeza.

As Fronteiras da Ilegalidade do Aborto e do Ativismo no Brasil

O ativismo em prol da causa das mulheres no Brasil, corresponde a redes de apoio que denunciam casos de estupros, de violência contra as mulheres, casos de aborto legal que, meninas e mulheres não conseguem acessar, mesmo sendo um direito delas. Essas redes se formam na internet no intuito de auxiliar a essas mulheres a lutar pelos seus direitos.

Nesse caso, essas plataformas são ferramentas usadas como uma forma de ativismo político, em que elas podem fornecer medicamentos pelos correios, ajuda médica através da telemedicina, consultas online, notícias, atualizações

sobre direitos sexuais e reprodutivos, métodos contraceptivos e pílulas para o aborto.

Wajcman (2006) dialogando com a noção de Castells sobre a internet vai mostrar como as comunidades virtuais podem formar laços mútuos entre as mulheres, pois, a comunidade virtual pode ser vista como uma ideia de que é uma nova forma de sociabilidade e interação social, onde as pessoas podem começar a reconstruir aspectos de comunidade, ligada a interesses comuns e afinidades.

Para Wajcman (2006) precisamos pensar como as comunidades tem a ver com recursos materiais e poder, como questões de conflitos podem ser transportados as comunidades, mas não só isso, podem ser transportados também desigualdade de gênero, e as formas de violências que ocorrem nesses espaços.

É, nesse sentido, que as mulheres, são ignoradas em um papel central que exercem ao manter as comunidades. Historicamente, tem sido as mulheres que oferecem apoio emocional nas redes comunitárias, e é isso que acontece nas margens do aborto legal e ilegal, onde as ativistas chegam e faz essa interlocução para as mulheres acessarem seus direitos, em casos previstos em lei, mas também em casos de ilegalidade.

Com entrada dessa noção de tecnofeminismo, há uma atuação de ativismo político nas mídias digitais e sociais, em que as feministas atuam em prol de causas. São criadas plataformas, sites que são gerenciadas por essas mulheres, construídas para ajudar as mulheres a acessarem informações, notícias e atuar a favor das mulheres, informações, acesso, portais de denúncias, no caso de acesso ao aborto legal, a pílulas abortivas, a informações seguras sobre o aborto em contexto de criminalidade.

Segundo Veena Das e Poole (2008) ao evidenciar o estado nas suas relações de controle e ordenamento, pensando nas margens, olhamos onde o estado não consegue manter essa ordem, que se verifica como desordem, segundo o que se espera nesses espaços de controle, e isso que vem de encontro quando

se relaciona com o aborto, onde o estado não consegue se estabelecer, independente da lei, as mulheres realizam o aborto de maneira clandestina, buscando encontrar esses meios pelas margens, na marginalidade.

Com isso, essas ativistas que mediam esses sites e ajudam a essas mulheres a acessarem o aborto legal, e o aborto ilegal nas margens, acabam se formando laços que constroem uma ponte onde o Estado não está chegando, onde ele não consegue manter a ordem.

A Plataforma e os Relatos de Mulheres sobre o Aborto

O site Women on Web é uma organização canadense sem fins lucrativos criada em 2005, pela Dra. Rebecca Gomperts, que também coordena a Women on Waves e outro site Aid access nos Estados Unidos. A Women on Web, foi o primeiro serviço internacional de telemedicina para o aborto, abrindo caminhos para que as mulheres tenham acesso ao aborto e cuidado em todo o mundo.

A plataforma é composta por uma equipe médica, coordenadores de help desk, estagiários. Além da coordenação e o conselho de administração que gerenciam ela, sendo presente nas redes sociais, como o *Instagram*, *Pinterest*, *Facebook*, *Twitter* e *LinkedIn*, compartilhando informações a respeito do site, de como acessar o aborto, de deixar seu relato e de campanhas que são realizadas em conjunto com outros movimentos e organizações.

Nesse aspecto, o site pode ser considerado uma plataforma, que segundo Van Dijck (2016) as plataformas tem múltiplos significados, isto é, podem ser conceitos computacionais arquitetônicos, mas também podem ser entendidas figurativamente num sentido sociocultural e político, como espaços políticos de infraestruturas performativa.

A plataforma, nesse sentido, atua no segmento de um ativismo político, de envio de pílulas para o aborto medicamentoso com antecedência, como para o uso futuro, como atua na telemedicina para ajudar essas mulheres que buscam

pelo aborto, acesso a métodos contraceptivos, e a autonomia dos seus corpos com base em evidência científica.

No site, as mulheres relatam sobre como seus corpos agem quando ingerem as pílulas, os chás, e como ela conseguiu realizar o aborto. Podemos acessar esses relatos, que de certa forma ajuda a outras mulheres, de como conseguir essas pílulas. Mas são esses relatos que possuem todo um intercâmbio socioeconômico, de acesso a pílulas, e de como as ferramentas tecnológicas ajudaram e continuam ajudando a obter as pílulas.

Através de um formulário que as mulheres podem fornecer como se deu todo o procedimento do aborto, como seu corpo agiu, o que ingeriu, quais os sentimentos em relação ao aborto, instigando as mulheres a relatarem, induzindo as mulheres a agirem e falarem sobre como ocorreu.

Os relatos que são disponibilizados são preenchidos via formulários, e são publicados no site, o site reforça que garante todo o anonimato se assim preferirem, como os direitos de quem publicar de apagar, caso assim desejar. Há relatos do Brasil e de diversos outros países, contabilizam-se que o site ajudou mais de 100 mil mulheres no aborto e forneceu as pílulas.

Muitas mulheres não querem relatar sobre um procedimento de aborto, o que se compreende, já que mesmo que ele tenha sido feito de maneira correta, e ocorrido tudo bem, muitas mulheres relatam que foi um processo doloroso, pelo fato de ser criminalizado e o medo de sofrer retaliações, estigmas pela escolha de não seguir com a gravidez.

Ainda, por meio dos relatos, as mulheres evidenciam o quanto o site as ajudou a fazer o procedimento correto, mas há alguns que, as mulheres recorrem aos hospitais, por não ter feito a ingestão correta, ou as pílulas usadas não fazerem o efeito, por estarem vencidas. Nos relatos evidencia-se as negociações feitas para encontrar o medicamento e como usar, quem as ajudou nesse momento tão crucial em que é possível, a partir dos relatos, ler que elas sentiam medo e ao mesmo tempo alívio em torno dessas negociações, que envolvem

aspectos de moral, religião, em que muitas pedem perdão pelo seu pecado, e por não terem outra saída a não ser o aborto.

São esses relatos que especificam o quanto esses meios de ativismo político, como ferramenta para emancipação das mulheres e acesso a direitos sexuais e reprodutivos as ajudam, pois, como visto em um relato de 2020 na pandemia em que a mulher relata sua experiência e coloca que agradece a todos os depoimentos lidos, e se a mulher estiver desesperada, e sem saber como proceder, segundo o relato: “chegou no lugar certo” (trecho do relato, 2020).

Um relato na plataforma evidencia que “a palavra aborto era um absurdo, até precisar dele” (trecho do relato, 2020). Colocando como as questões de ordem moral impactam a vida de mulheres que não querem levar a gravidez, por questões de família, por serem vítimas de violência de gênero, por causa que querem continuar seus estudos, são inúmeras as motivações e justificativas, e a única que se percebe como mais forte é de ordem moral e religiosa.

Segundo pesquisas realizadas por Motta (2015) as questões morais e científicas são fatores relevantes na produção do simbolismo em torno do aborto. Já que nas camadas populares, as mulheres não usavam a palavra aborto, ao usar chás, remédios e outras substâncias para “fazer vir” ou “descer”, o aborto era usado para condenar a práticas das outras mulheres. A questão gira em torno de que nos primeiros meses aquilo não era considerado aborto, era apenas uma ingestão de chá para “fazer vir”. A gravidez só era socialmente vista como tal, se fosse falada, “assumida” socialmente, pública e subjetivamente.

A plataforma especifica sobre remédios abortivos, o misoprostol e o mifepristona, usados para o aborto medicinal, ou aborto com pílulas como se é conhecido. Ainda, são abordados os efeitos colaterais, de como usar, quantos comprimidos tomar, fazendo o cálculo da gravidez pelo próprio site, ainda explicando a diferença dos abortos medicinais e cirúrgicos.

O que se observa no site, é que além de fornecer o medicamento, elas esclarecem dúvidas sobre métodos contraceptivos, elencando tópicos de per-

guntas e respostas, sobre como realizar o aborto, com quantas semanas, as precauções, o serviço de ajuda e desmitificando a noção de que realizar o aborto medicinal é perigoso e traz riscos à saúde da mulher.

As questões relacionadas as práticas da ilegalidade do aborto, podem ser vistas nas margens, em que o “estado” quer exercer disciplina sobre esses corpos, através das leis, discipliná-los para que sigam a lei que o aborto é proibido e criminalizado. Mesmo sendo legal apenas nos casos previstos em lei, as mulheres seguem realizando na ilegalidade e com ajuda de redes que atuam nesses serviços, que entendem, que é um direito da mulher de exercer liberdade e autonomia sobre o seu próprio corpo.

Para Rodrigues (2009) o “estado” tenta pacificar e gerir esses sujeitos, em uma forma regulação, que seriam as específicas tecnologias de poder, como bloqueios de plataformas, denúncia de mulheres que realizaram aborto e imposição de castigos morais se descobrirem que realizaram um aborto e forem condenadas.

Uma dessas imposições de bloqueio de plataformas acaba por dificultar o acesso das pílulas as mulheres, como do seu envio pelos correios, como acontece no Brasil, que a plataforma desde 2019 não consegue mais enviar as pílulas.

Ao evidenciar sobre as plataformas que estão operando, e que elas são performativas, já que esse site ele opera segundo um formulário que as mulheres respondem e essas perguntas induzem para as mulheres responderem. Segundo Castro (2019), as plataformas fazem com que o usuário construa uma nova identidade, via performatividade, pressupondo um determinado tipo de sujeito, estimulando as mulheres, ao mesmo tempo em que as constitui como sujeito, já que ao publicar seus relatos de experiências naquele ambiente digital de maneira anônima, ou não, elas estão trocando experiências, e constituindo outros sujeitos quando aderem à plataforma.

Nesse sentido, segundo Scott (1998) as experiências dessas mulheres a constituem, por isso, a importância dos relatos que são publicados, de se que-

brar esse estigma em torno do tema do aborto e do procedimento, já que as mulheres precisam se sentir acolhidas, e não julgadas.

Assim, esses repertórios de alegria, de tristeza, de alívio, dor, sofrimento, alegria são perpassados pelas suas experiências em vivenciar o aborto e isso as constituem. São essas negociações em torno de todo o seu itinerário de conseguir a pílula, da rede de apoio no momento, da leitura desses relatos nos sites que são uma forma de troca de experiência entre essas mulheres que acessam a plataforma.

Considerações Finais

É possível evidenciar que as mídias sociais, como a internet se tornaram aliadas na causa do aborto, para aqueles que se constituem os pró-aborto nas redes. No entanto, existe um embate nas redes constituído pelos pró-vida, na qual, usam as redes para propagar notícias falsas, e alarmismo sobre o aborto e que ele causa consequências a vida das mulheres.

Sendo que, com as redes que se formam em prol do aborto, as mulheres podem ter acesso as pílulas abortivas e ajuda no processo, por isso, a importância das alianças e essas redes para ajudar as mulheres e compartilhar informações com base na ciência e para realizar um aborto em segurança.

Percebe-se que a Women on Web consegue alcançar níveis globais de acesso, em que mulheres de todo o mundo podem acessar o site e conseguir ajuda de como realizar um aborto. Não obstante, compreende-se que nem todas as mulheres tem acesso a internet e as mídias sociais, já que a internet não é universalizada e de acesso a todos.

Mas com a midiaticização profunda (COULDRY; HEPP, 2020), que compreende a disseminação temporal, espacial e social das comunicações mediadas, estamos cada vez mais inseridos e acostumados a nos comunicar e acessar as mídias e a comunicação, porém, ela também se refere a diferenças sociais e culturais que as comunicações mediadas produzem em níveis mais elevados.

Podemos pensar, nesse sentido, nessa relação que se estabelece entre plataformas que são aliadas na causa do aborto, e como esses sujeitos que a acessam são performatizados a usarem e a relatarem sobre o aborto, e ter conhecimento, autonomia nos seus corpos e isso acontece com a plataforma Women on Web, e toda a sua disseminação social em torno das mídias sociais e o compartilhamento.

Diante disso, a plataforma tem como objetivo ajudar as mulheres a acessarem um aborto de maneira segura e com base na ciência, mesmo com bloqueios da plataforma, entraves de governos, conseguem com que as mulheres realizem o procedimento e tenham acesso a informações e notícias sobre aborto e direitos sexuais e reprodutivos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Código penal. **Decreto-Lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54** Relator: MELLO, M. A. de. Publicado no DJ de 12/04/2012, p.433. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador-pub/paginador.jsp?docTP=TP & docID=3707334>>

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Plataformas algorítmicas: interpelação, perfilamento e performatividade. **Revista Famecos**, Porto Alegre (RS), v. 26, n. 3, p. 1-24, 2019.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **A construção mediada da realidade**. São Leopoldo: Unisinos, 2020.

DAS Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, (8), 2008.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. National Abortion Survey - Brazil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 6, p. 1601–1606, jun. 2023.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, n. 44, jan./jun., p. 199-228, 2015.

MOTTA, Flávia de Mattos. **Sonoro Silêncio: história e etnografia do aborto**. Ponta Grossa: toda palavra, 2015.

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. FOUCAULT NAS MARGENS DO ESTADO: SOBRE A ATUALIDADE DA "GESTÃO DIFERENCIAL DOS ILEGALISMOS". (SYN) THESIS, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2019.

SCOTT, Joan W. et al. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, p.1998.

VAN DJICK, José. **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes Sociales**. Siglo XXI editores, 2016.

WAJCMAN, Judy. **El tecnofeminismo**. Madrid: Universitat de València, Instituto de La Mujer. 1º edición, 2006.

WOW – WOMEN ON WEB. Eu fiz um aborto: mapeamento de histórias de aborto. Disponível em: <https://www.womenonweb.org/pt/map>.



“VOCÊ QUE LUTE”: ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS LETRAS DE GABY HARDMAN

Maria Eduarda Araújo Pereira¹

Introdução

Gabriela Hardman nasceu em João Pessoa, em 19 de março de 1996. É psicóloga, atriz e cantora, começando a sua trajetória musical desde cedo. Mas foi no ano de 2021 que a banda Gaby Hardman e os filhos de Capitu apareceram em cena na cidade de João Pessoa. A banda é composta pelos integrantes: Gabriela Hardman, compositora e cantora, Danilo Pacine, Enndy Alo, Bruno Barbosio, Vitor Noni. As composições da cantora Gaby Hardman lançam poesias musicais no universo feminino, que refletem identidade, ancestralidade, liberdade e empoderamento feminino. Além disso, para compor, as suas maiores influências são Cátia de França, Vanessa da Mata, Nathalia Bellar e Gal Costa, de quem se inspira tanto em poesia quanto em melodia.

O seu primeiro show aconteceu em 2021 em uma casa de show no Centro Histórico de João Pessoa, cujo título foi “Menina Passarinho”. Construiu o conceito do seu show influenciado pelas raízes paraibanas da artista Cátia de França, onde Menina Passarinho, é uma música cantada pela própria Cátia de

¹ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: dudulagrma@hotmail.com

França. Em 2023 lançou o seu O EP² Gaby Hardman e os Filhos de Capitu em que é retratado os amores não correspondidos e relações abusivas que viveu. Explora também, como, através do empoderamento feminino, a mulher pode se curar das relações que a fragmentou, e como através da arte, o corpo da mulher é político. O EP foi disponibilizado em várias plataformas digitais, incluindo o Clan Sessions, um canal no YouTube, com o propósito de destacar o empoderamento e a resistência de sua ancestralidade por meio da música.

O objetivo deste trabalho tem como propósito analisar a influência da música da artista negra Gaby Hardman na construção da narrativa de empoderamento feminino e de autoconhecimento ancestral, através do processo de midiatização. Além de investigar como a identidade da artista é construída na música “Você que lute” através da sua representatividade empoderada. Para embasar esta análise, recorreremos a autores como Ribeiro (2017) que destaca a importância do lugar de fala em espaços virtuais, Evaristo (2005), Carneiro (2018) e Berth (2018) que destacam a importância da atuação do corpo enquanto portador político e de empoderamento.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa conduziram à análise da música “Você que lute”, na qual foram selecionados trechos que expressam o empoderamento feminino e a ancestralidade. Esses trechos foram identificados por meio de diálogos abertos com a artista, que proporcionaram a coleta dos dados necessários para a investigação. Os resultados desta pesquisa demonstraram como o processo de midiatização tem contribuído como um meio de expressão para a artista ao resgatar as narrativas do empoderamento feminino, e como a midiatização proporciona esse empoderamento coletivo entre as mulheres, especialmente no contexto das relações amorosas.

² EP: significa Extended Play, é uma forma de gravação musical que os artistas realizam que contém mais faixas musicais do que um single. Ele serve para que o artista veicule as suas músicas mais rápido para que chegue ao público.

Globalização e o Processo de Mídiação

O Sociólogo Manuel Castells pioneiro na Era Informacional da Sociedade em Rede e da Revolução da Tecnologia da Informação, a qual abrange o processo de transformação tecnológica pontua que esse procedimento tem como finalidade criar uma interface a partir de uma linguagem digital, que, por sua vez, emerge com a introdução de símbolos, palavras, caracteres e figuras que expressam, rápida e claramente, determinados sentimentos e situações, permitindo a interação entre os indivíduos. Com isso, ocorre o fluxo de informações: processo que se dá pela comunicação dinâmica em diferentes ambientes informacionais, com o objetivo de transmitir informações com valor agregado de um emissor para um receptor ou múltiplos receptores, visando responder as mais complexas necessidades informacionais e possibilitando a geração de conhecimento e de novas formas de interação social.

Isso significa que a tecnologia da informação foi um grande estímulo à globalização, que influenciou o meio do espaço virtual, promovendo discussões e entrelaçamentos com trocas de informações e construções de vínculos sociais, baseados em interesses e ideais.

Esse fluxo global de riquezas, poder e imagens a partir da globalização, que ocorreu desde a década de 80, intensificou a integração econômica mundial, juntamente com o avanço do sistema de transporte e meios de comunicação. Esse período histórico se concretizou justamente por haver uma passagem do capitalismo industrial para o capitalismo informacional, onde as tecnologias da informação possuíam fortes influências nas relações de trabalho ou na produção e, no decorrer do tempo, passaram a influenciar as trocas virtuais pelas redes sociais e por diversas esferas da vida social.

Diante do contexto contemporâneo, o capitalismo informacional influencia nas transformações das relações sociais no âmbito das redes sociais por meio do acesso à informação. Assim, permite maior facilidade para a

construção de vínculos afetivos, além do gerenciamento da auto representação nas redes sociais. Nas sociedades globalizadas, a internet conforme Castells (2005) é um espaço composto por interconexões que os indivíduos realizam entre si, e que compõem o tecido social e as suas relações. Assim, a sociedade torna-se uma sociedade em rede, hiper social e não de isolamento, na qual estamos inseridos em meios virtuais que são interligados pelas pessoas, através do uso da tecnologia.

Paralelamente à globalização, o processo de midiaticização se interliga com as novas formas de relações estabelecidas na esfera digital, assim como os processos de identidade e consumo. As práticas midiáticas fomentam novas formas dos indivíduos se expressarem, e de redefinirem as suas atividades cotidianas. Isso significa que as relações interpessoais se transformaram pela tecnologia, sendo influenciadas pela mídia e pela lógica de mercado. O sociólogo Sodré conceitua a “midiaticização” como:

[...] uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘teco-interação’ –, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada medium (SODRÉ, 2002, p.21).

Para o pesquisador, o processo de midiaticização se amplifica com a disseminação das tecnologias digitais relacionadas à internet, e possui um valor simbólico para com as relações, que afeta a estrutura do tecido social e modifica a sociedade contemporânea. Segundo o autor Verón (2001, p.15) “uma sociedade em vias de midiaticização é aquela onde o funcionamento das instituições, das práticas, dos conflitos, das culturas, começa a estruturar-se em relação direta com a existência das mídias”

Tanto na sociedade quanto na tecnologia, estamos em busca de mostrar a nossa identidade e nos representar. O contexto contemporâneo possibilita que os indivíduos, através do consumo e da mídia, podem se tornar visíveis no meio social pela representação de si, sendo que esta ocorre por meio de símbolos e

imagens. Tendo em vista o uso da Internet, as redes sociais disseminam diversos conteúdos, visto que é o espaço da interação e da construção dos setores sociais, unindo-se com aqueles que se identifica, se reconhecem e que possuem um sentimento de pertencimento. Entretanto, na cena musical, não ocorre de forma diferente, pois o consumo da música é destinado a grupos sociais que escutam determinado gênero musical ou que se identificam com aquela mensagem que está sendo transmitida.

A representação de si se fundamenta na construção da identidade. Na música, há performance, mensagens, símbolos que compõem o conteúdo que a artista quer transmitir ao público. Ana Paula Sibilía é uma autora importante na abordagem dessa perspectiva de identidade no espaço digital referente a contemporaneidade. Sibilía (2008) destaca:

Pois, independentemente da quantidade de espectadores que de fato consigam recrutar, os adeptos desses recursos costumam pensar que seu presunçoso tem o direito de possuir uma audiência. À sedução desse público, dedicam-se todos os dias com seus relatos, fotos e vídeos de tom intimista e cotidiano, nos quais o protagonista exclusivo é sempre o mesmo: eu. Um sujeito que é, simultaneamente, autor, narrador e personagem “principalíssimo” de todas as peripécias (SIBILIA, 2008, p. 244).

É perceptível que a representação de si nos espaços virtuais corrobora a concepção de mediatização, principalmente no que tange a música. Os artistas podem representar a si, sendo seu eu autêntico, a sua identidade original, ou podem criar personagem que coincide com a estética e mensagem da música.

Rolnik (1997) aborda o surgimento de novas tecnologias como instrumento transformador do processo de subjetivação, no qual também traz esse ponto da liberdade, existindo assim uma busca de um suposto eu autêntico, decorrente do consumo, seja através da mídia ou da propaganda, mediada pelas experiências da modernidade. No entanto, as identidades se tornam instáveis, sempre entrando em processo de transmutação. Nesse sentido, a lógica da visibilidade opera na construção da identidade e a imagem passada é como uma marca no mundo.

“Você que Lute, Vá Aperriar o Coração que te Quer”

O surgimento da música “Você que lute”³ da compositora Gabriela Hardman foi durante a pandemia, no ano de 2019, porém só foi concluída em 2021. A música reflete sobre o olhar feminino e o empoderamento, sobre o amor e o lugar de uma mulher em um relacionamento abusivo.

Como visto anteriormente, o processo de globalização e a midiaticização possibilitaram aos indivíduos se expressarem da forma como eles desejam, seja por criação de personagens nos espaços virtuais, seja pela própria expressão de si

mesmo e da sua identidade. Com a internet, o fluxo de informações, as novas redes de conexões, a disseminação de artistas e de vozes se espalharam pelo mundo. No contexto contemporâneo, as mídias reverberam assuntos como empoderamento feminino, questões de gênero, de raça, entre outros assuntos que se encontram em pauta pelo tecido social.

Quando se pensa em fazer música, é estabelecido uma mensagem inicial em forma de materialidade e da performance de como os artistas vão influenciar as pessoas a entenderem o que estão querendo transmitir, podendo ser ficcional ou real. Muitas vezes, as músicas podem falar sobre algo irreal, ou podem ser apenas uma forma de subjetivar e expressar os sentimentos e vivências que os artistas passaram em suas vidas, e que através do processo de midiaticização, as suas emoções se tornam mercadológicas e midiaticizadas.

A canção “Você que lute” reflete a conexão do espaço real, ou seja, o campo das emoções e as experiências vividas pela artista com o espaço midiático. A corporeidade, a mensagem e a escrita na música ilustram a configuração desta experiência vivida. Nesse contexto, as autoras Sueli Carneiro e Conceição Evaristo emergem como importante referências, pois evidenciam o constructo corpóreo e a condição do ser em um contexto social.

³ A expressão “Você que lute” surgiu para a artista sob a influência da Internet e que para a artista, virou uma frase de efeito no seu dia a dia.

Carneiro (2018) destaca que ser mulher negra é um experimentar de uma condição social, que muitas vezes pode estar invisível ao padrão estabelecido na sociedade. Por sua vez, Evaristo (2005) enfatiza que “a fala de um corpo não é apenas descrita, mas antes de tudo vivida” (EVARISTO, 2005, p. 205).

Um fator presente na música “Você que lute” é o lugar de fala. A artista protagoniza e expressa através de metáforas e palavras de afirmação, afetos e desafetos que viveu dentro das suas relações, onde através da música constrói uma narrativa de empoderamento feminino. Pode-se perceber o lugar de fala e o empoderamento feminino da artista nos trechos: “O amor não está na sua boca ou no seu gesto, eu vou fazer um manifesto para o amor se apresentar”, “Você que lute, vá apanhar um coração que te quer”. Conforme Ribeiro (2017), o lugar de fala é um espaço em que a mulher se posiciona, e o seu falar não se limita apenas ao ato de emitir, de expressar palavras, mas sim circunscrita em uma condição existencial.

Desse modo, ao conectar-se com o argumento da autora Ribeiro (2017), é possível observar que a artista, por meio da música “Você que lute”, não apenas emite palavras, mas também se posiciona em um espaço de fala que transcende a mera expressão verbal. Essa expressão musical reflete não apenas suas experiências pessoais, mas também sua condição existencial como mulher.

Outro elemento associado à música é o conceito de experiência de si midiaticizada, conforme destacado por Sibilía (2008). Durante o processo metodológico, realizamos entrevistas com a artista para investigarmos as mensagens que ela deseja transmitir por meio de suas composições, especialmente a abordada no presente estudo. Uma de suas respostas foi: “Eu escrevo aquilo que eu sinto, aquilo que eu vivo. Por meio da arte que eu consigo ajudar outras pessoas a se empoderar e a perceberem que o amor por si vale muito mais do que um amor que nos machuca”. A respeito da propagação da sua música, a artista apontou que: “o intuito da minha música é ser circulada pelos streamings,⁴

⁴ *Streaming* significa o compartilhamento de conteúdo de áudios e vídeos que permitem que os usuários acessem e consumam a música disseminada pelas plataformas digitais em tempo real.

para que todos possam conhecer o meu trabalho e a minha história através da música”

Ainda, o elemento da ancestralidade faz-se presente em sua música. No trecho: “Eu sou o oposto desse raso padrão que tu quer”, reflete que a ancestralidade pode estar relacionada à ideia de rompimento com padrões superficiais ou estereotipados que podem ter sido perpetuados ao longo do tempo. O termo “raso” sugere que a protagonista da música, que no caso é a artista, não se enquadra em um padrão convencional, e o termo “oposto” sugere a ideia de uma identidade autêntica e fundamentada em suas próprias raízes e experiências ancestrais, em oposição a modelos superficiais impostos pela sociedade.

Nesse contexto, percebemos que as suas dores e os seus amores vividos se tornaram midiaticizados e mercadológicos, uma vez que foi disseminado e circulado fazendo com que muitas pessoas se identifiquem com esse sentimento e vivência, e conseqüentemente impulsionando o consumo de sua música.

Considerações Finais

Este artigo é o desdobramento de uma investigação musical que obteve a finalidade de descobrir como a artista Gaby Hardman conceitua e expressa as suas vivências a partir da música. Através da letra e da melodia, Gaby Hardman oferece uma narrativa poderosa que ressoa com muitas mulheres, destacando questões de autenticidade, amor próprio e resistência.

É perceptível que através do consumo midiático e com o processo de midiaticização, ficou mais fácil tornar a experiência de si em um veículo que influencie outras pessoas. É a proposta que a artista possui, em querer transmitir o que viveu e incentivar outras mulheres a resgatar a forma mais saudável de se relacionar e se firmar no contexto social, com empoderamento e autenticidade.

Além disso, observamos como a música reflete e resgata elementos da ancestralidade e da identidade, e como a música desafia padrões e estereótipos de gênero, e contribui para que outras mulheres se sintam representadas.

Em suma, “ Você que lute” ressoa narrativas de empoderamento feminino, e reconhece o instrumento da música como potência desse empoderamento na sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Editora letramento, 2018

CASTELLS. M. **A Sociedade em Rede do Conhecimento à Política.** In: CASTELLS, Manuel.; CARDOSO, Gustavo. A. A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

EVARISTO, Conceição, **Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face.** In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHENEIDER, Luane. (Orgs). Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia Editora Ltda, p.201-2012, 2005

ROLNIK, S. **Toxicômanos de Identidade. Subjetividade em Tempo de Globalização.** In: LINS, Daniel (Org). Cultura e subjetividade: Saberes Nômades. Campinas: Papyrus, 1997

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu: A Intimidade Como Espetáculo.** Nova Fronteira, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VERÓN, Eliseo. El living y sus dobles: arquitecturas de la pantalla chica. In: **El cuerpo de las imágenes.** Buenos Aires: Editorial Norm, 2001.

ANAIS DA I SEMANA INTEGRADA:
XIV SEMANA ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E
VIII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA



2024